



**FUNDO
AMAZÔNIA**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025



FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

MENSAGEM DO MINISTRO

Em 2025, o Brasil sediou a 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), reafirmando seu compromisso com a implementação do Acordo de Paris e com a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e de baixo carbono.

Nesse contexto, o país fortaleceu sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), assumindo a meta de reduzir entre 59% e 67% das emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2035, em comparação aos níveis de 2005. O Brasil também reafirmou o compromisso de zerar o desmatamento até 2030 e ampliar a recuperação da vegetação nativa por meio do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg).

A redução do desmatamento e a recuperação de áreas degradadas estão no centro da estratégia climática brasileira. O desmatamento é, historicamente, a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa no país. Cada hectare de floresta derrubada libera grandes quantidades de carbono armazenado na vegetação e no solo, além de reduzir a capacidade das florestas de absorver CO₂ da atmosfera. Por isso, combater o desmatamento significa evitar emissões em larga escala de forma rápida e eficiente.

Ao mesmo tempo, a restauração florestal amplia a remoção de carbono da atmosfera, fortalece a conservação da biodiversidade, protege recursos hídricos e gera oportunidades econômicas sustentáveis. Reduzir o desmatamento e restaurar florestas não é apenas uma agenda ambiental: é uma estratégia essencial para que o Brasil cumpra sua NDC e avance na construção de uma economia resiliente e de baixo carbono.

Essa agenda tornou-se ainda mais urgente diante do agravamento da crise climática global. O ano de 2025 foi considerado o terceiro mais quente da história, levando a Amazônia a enfrentar secas mais prolongadas, temperaturas recordes e um aumento da vulnerabilidade a incêndios florestais. Em resposta a esse cenário, o Brasil avançou na implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) e consolidou, pela primeira vez, planos de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas em todos os biomas brasileiros.

Os resultados demonstram que é possível conciliar proteção ambiental, desenvolvimento sustentável e inclusão social. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Brasil reduziu, em 2025, em 12% a taxa de desmatamento na Amazônia Legal e em 21% os incêndios florestais, na comparação com 2024.

O Fundo Amazônia teve um papel decisivo nesses avanços. Ao longo de seus 17 anos de trajetória, consolidou-se como um dos mais relevantes mecanismos globais de financiamento da conservação florestal e da transição para uma economia de baixo carbono, baseada na valorização da sociobiodiversidade e no fortalecimento das economias locais.

Em 2025, o Fundo Amazônia alcançou o recorde histórico de R\$ 2,2 bilhões em projetos aprovados, elevando para R\$ 3,7 bilhões o volume acumulado desde 2023. Esses recursos apoiam iniciativas estratégicas de prevenção e controle do desmatamento, regularização ambiental, combate a incêndios, restauração florestal, fortalecimento institucional e promoção de atividades produtivas sustentáveis.

Entre as iniciativas apoiadas, destaca-se o programa Restaura Amazônia, voltado à recuperação de 15 mil hectares em unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos da reforma agrária e imóveis rurais de até quatro módulos fiscais. O fundo também se consolidou como principal instrumento de viabilização do Programa União com Municípios, iniciativa estratégica voltada ao apoio de municípios prioritários no enfrentamento ao desmatamento e aos incêndios florestais.

Na agenda de comando e controle, foram aprovados R\$ 825,7 milhões para o fortalecimento da fiscalização ambiental na Amazônia Legal, ampliando a capacidade operacional do Ibama no combate aos ilícitos ambientais. Entre 2024 e 2025, também foram destinados cerca de R\$ 371 milhões aos corpos de bombeiros da Amazônia Legal e R\$ 150 milhões para ações de manejo integrado do fogo (MIF) na Caatinga, no Cerrado e no Pantanal.

A retomada da credibilidade da política ambiental do Brasil e os resultados efetivamente alcançados na redução do desmatamento permitiram que o Fundo Amazônia voltasse a funcionar rapidamente e aumentasse sua carteira de doadores. Em 2025, o fundo contou com sete países doadores, parceiros estratégicos do Brasil. Também é importante destacar a contribuição de cada um dos membros, titulares e suplentes, do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), centrais no processo amplo, diversificado e transparente que estabelece as diretrizes estratégicas para o uso dos seus recursos. Ainda, cabe destacar o exímio papel desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na gestão financeira do Fundo Amazônia, dando vazão à finalidade precípua do instrumento, que é transformar as realidades nos territórios.

Os dados apresentados no Relatório de Atividades do Fundo Amazônia de 2025 reafirmam, portanto, a capacidade do Brasil de liderar pelo exemplo, e evidenciam o papel estratégico do Fundo Amazônia na redução das emissões de gases de efeito estufa, na proteção da floresta, na valorização das populações locais e na construção de um modelo de desenvolvimento comprometido com o clima, a biodiversidade e a justiça social.

João Paulo Ribeiro Capobianco

Ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2025 traz um marco histórico para o Fundo Amazônia: a aprovação recorde de mais de R\$ 2 bilhões em projetos. Esse feito faz parte de uma trajetória consistente de reconstrução do portfólio de projetos do fundo. Trata-se de uma robusta contribuição para que o Brasil atinja a meta de zerar o desmatamento ilegal até 2030.

Após o restabelecimento de sua governança, ocorrido em 2023, o Fundo Amazônia ampliou sua escala de atuação, avançou na restauração de áreas degradadas e expandiu o apoio a atividades produtivas sustentáveis e a ações que garantem a integridade dos territórios de povos e comunidades tradicionais que mantêm a floresta em pé. O Fundo Amazônia também voltou a apoiar iniciativas estruturantes voltadas a monitoramento, fiscalização ambiental e comando e controle, indispensáveis ao enfrentamento do desmatamento e dos crimes a ele associados. Nesse escopo, incluem-se iniciativas de prevenção e combate a incêndios florestais, bem como o fortalecimento das capacidades institucionais dos órgãos responsáveis pela proteção ambiental, inclusive das forças de segurança pública. A atuação do Fundo Amazônia na prevenção e combate a incêndios florestais foi ampliada para o Cerrado e o Pantanal. Finalmente, as iniciativas voltadas à regularização fundiária também merecem destaque na atuação recente do fundo. Todas essas ações contribuem para o cumprimento das metas climáticas e dos objetivos do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), em ações coordenadas com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

O Fundo Amazônia iniciou o processo de restauro da Amazônia em escala, com a aprovação de R\$ 450 milhões para o programa Restaura Amazônia, que viabilizará o plantio de aproximadamente 25 milhões de árvores nativas na região, o mais eficiente método de sequestro de carbono, respeitando e valorizando os povos da Amazônia. Foi o Fundo Amazônia que deflagrou esse processo, e, hoje, atuando de forma articulada com outras iniciativas, como o Fundo Clima, tornou-se um dos maiores instrumentos voltados à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Assim, o restauro se tornou uma atividade econômica que gera inclusão produtiva e social, com renda e melhores condições de vida para as populações que mantêm a floresta em pé: pequenos agricultores em assentamentos, povos indígenas e populações extrativistas e tradicionais de unidades de conservação.

Os projetos aprovados pelo Fundo Amazônia em 2025 continuaram com seu apoio em diferentes temas, igualmente importantes para uma Amazônia protegida, preservada e sociobiodiversa. Na temática de combate a incêndios florestais, os projetos apoiados contemplam a estruturação de dezenas de bases operacionais, capacitação de profissionais e distribuição de veículos e equipamentos, reforçando brigadas estaduais e os corpos de bombeiros no enfrentamento aos incêndios florestais, em todos os nove estados da Amazônia Legal e naqueles abrangidos pelo Cerrado e o Pantanal. As ações fortalecem a capacidade de resposta dos estados e ampliam iniciativas de prevenção de incêndios florestais e queimadas, contribuindo para a implementação da Política de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF).

Com apoio de R\$ 318,5 milhões do fundo, o Plano Amas – Amazônia: Segurança e Soberania viabilizou a maior apreensão de ouro já feita pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), ocorrida em agosto de 2025, em Roraima. Lançado em 2023, o Plano Amas visa promover a segurança

pública nos nove estados que compõem a Amazônia Legal, com vistas à redução de crimes ambientais e conexos. Conta com ampla cooperação federativa, integração das forças de segurança e incorporação de ações de inteligência que possam identificar toda a cadeia criminosa ligada às atividades do desmatamento ilegal na Amazônia.

Para sustentar esse crescimento, a estrutura organizacional do fundo foi fortalecida, aumentando a capacidade técnica para análise, acompanhamento e execução dos projetos. O Fundo Amazônia demonstrou que é possível combinar rigor na governança, escala de financiamento e resultados concretos no território. A retomada do fundo permitiu acelerar a análise e a execução dos projetos, ampliar a cooperação internacional e transformar recursos em ações efetivas de proteção ambiental, desenvolvimento sustentável e inclusão social.

O esforço da retomada e ampliação da atuação foi reconhecido e apoiado pelos doadores internacionais, cujos recursos integralizados de 2023 a 2025 somaram aproximadamente R\$ 1,6 bilhão, dos quais R\$ 450 milhões foram recebidos pelo fundo em 2025. Além de Noruega, Alemanha, Estados Unidos da América, Suíça, Japão e Dinamarca, em 2025, Irlanda e União Europeia passaram a fazer parte do grupo de doadores, reforçando o Fundo Amazônia como principal ação concreta para cooperação internacional na agenda do enfrentamento ao desmatamento da Amazônia.

Também em 2025, foram celebrados os 17 anos do Fundo Amazônia, que, ao longo dessa trajetória, acumulou a aprovação de 146 projetos, apoio a mais de novecentas instituições e atuação em mais de 75% dos municípios da Amazônia Legal, beneficiando diretamente mais de 280 mil pessoas. Esses resultados consolidam o Fundo Amazônia como um dos principais instrumentos globais de financiamento voltado à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

Ainda em 2025, foi realizada a 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Belém (PA), intitulada como a “COP das entregas”, reforçando ao Brasil e ao mundo o compromisso do BNDES com a restauração das florestas, com o combate ao desmatamento, com a transição energética e com a mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável. Com resultados concretos e consistentes, foi dada visibilidade ao trabalho realizado em parceria com governos, empresas e sociedade, fortalecendo a imagem do Banco como protagonista da economia verde e maior financiador de energia limpa do planeta. Destacou-se nesse processo a exposição inédita Afluentes: Caminhos e Histórias do Fundo Amazônia, que reuniu, na Casa BNDES na COP30, vídeos e fotografias retratando experiências de projetos apoiados pelo fundo ao longo de sua existência.

O compromisso do BNDES é seguir atuando com transparência e resultados concretos, para que a floresta continue de pé e gere oportunidades para quem vive nela e dela.

Aloizio Mercadante

Presidente do BNDES

SUMÁRIO EXECUTIVO

O FUNDO AMAZÔNIA apoia, com recursos não reembolsáveis, ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como iniciativas de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Além disso, até 20% de seus recursos podem ser utilizados em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais, para o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento.

FUNDO AMAZONIA

Criado em 1º de agosto de 2008, por meio do Decreto 6.527, o fundo começou a operar em 2009. Após 17 anos de atuação, apresentou os seguintes resultados em dezembro de 2025:



144 PROJETOS APOIADOS



R\$ **2,2** bi DESEMBOLSADOS



R\$ **5,3** bi APROVADOS

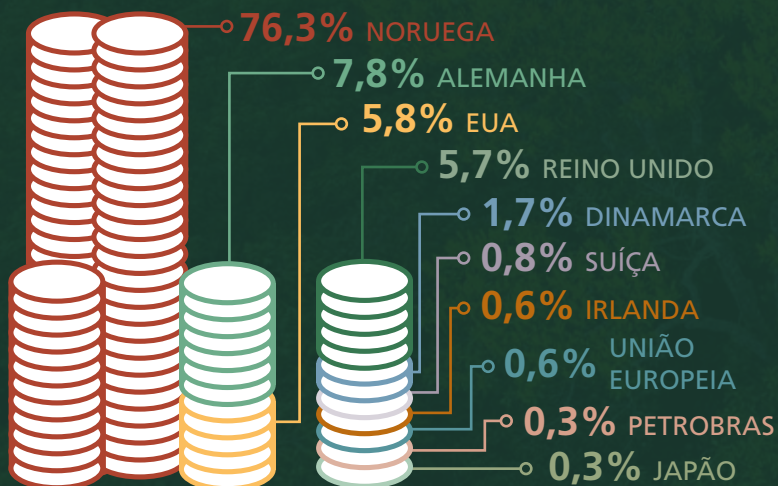


R\$ **4,98** bi EM DOAÇÕES RECEBIDAS

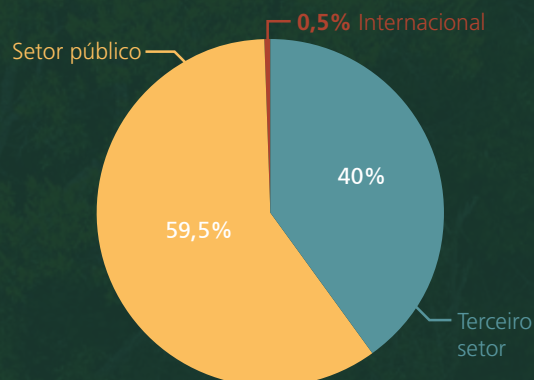
NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS, POR LOCALIZAÇÃO



ORIGEM DAS DOAÇÕES



NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES APOIADAS (% DO VALOR CONTRATADO)



COM AS AÇÕES APOIADAS, FORAM
ALCANÇADOS OS SEGUINTE RESULTADOS:



1,4 milhão de imóveis
rurais inscritos no Cadastro
Ambiental Rural (CAR)



2.128 missões
de fiscalização ambiental efetuadas



288 mil pessoas
beneficiadas com atividades
produtivas sustentáveis



191 unidades
de conservação apoiadas



167 terras indígenas
da Amazônia apoiadas



640 publicações
científicas ou informativas produzidas



38.004 incêndios florestais
ou queimadas combatidos
pelos bombeiros militares



326 órgãos ambientais
fortalecidos (federais, estaduais
e municipais)

DESEMBOLSOS ANUAIS (EM R\$ MILHÕES)*



Nota: * Valores corrigidos pela inflação (IPCA).

GESTÃO E GOVERNANÇA

A gestão do fundo é realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável por contratar e monitorar os projetos apoiados, bem como por divulgar as atividades e os resultados.

A estrutura de governança é composta de dois comitês:

- **Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA)**
Integrado por representantes do Governo Federal, dos governos estaduais da Amazônia Legal e da sociedade civil, o COFA determina as diretrizes e acompanha os resultados obtidos pelo fundo.
- **Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA)**
Formado por especialistas independentes, o CTFA atesta as reduções de emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento.

Mais informações são apresentadas na seção “Governança do Fundo Amazônia” do capítulo “Governança, captação e comunicação” deste relatório.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em 2025, o Fundo Amazônia finalizou oito projetos, alcançando a marca de 82 projetos concluídos. Em seu *site*, estão publicados resumos dos resultados de cada projeto, além de estudos externos de avaliação de efetividade dos projetos apoiados.

Os resumos dos projetos concluídos em 2025 também podem ser consultados no capítulo “Projetos concluídos” deste relatório.

TRANSPARÊNCIA

No portal do Fundo Amazônia também estão disponíveis informações atualizadas sobre projetos apoiados, doações recebidas, governança e avaliações de efetividade.

www.fundoamazonia.gov.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Apresentação	10
Objetivos do Fundo Amazônia	11
Evolução recente, desafios e perspectivas	12
GOVERNANÇA, CAPTAÇÃO E COMUNICAÇÃO	15
Governança do Fundo Amazônia	16
Captação de recursos	18
Cooperação técnica	22
Comunicação	23
DESEMPENHO OPERACIONAL	27
Perfil da carteira de projetos	28
Aspectos contábeis e financeiros	34
Auditorias	35
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	37
Contextualização	38
Quadro Lógico do Fundo Amazônia	39
Monitoramento de indicadores regionais	42
Quadro de resultados dos projetos	58
Avaliação de efetividade	66
Salvaguardas do Fundo Amazônia	69
Gestão de riscos do Fundo Amazônia	70
PROJETOS CONCLUÍDOS	75
Projetos concluídos em 2025	76
Projetos concluídos em anos anteriores	100
PROJETOS EM EXECUÇÃO	105
Projetos em execução em 2025	106
PROJETOS CONTRATADOS	109
Projetos contratados em 2025	110
ANEXOS	143
ANEXO 1 – Auditoria	144
ANEXO 2 – Visão estratégica e diretrizes do Fundo Amazônia	171
ANEXO 3 – Cancelamentos, alterações de valores e suplementações	199
ANEXO 4 – Modelo de quadro de resultados para projetos apoiados pelo Fundo Amazônia	204
ÍNDICE REMISSIVO DE PROJETOS	216



INTRODUÇÃO



APRESENTAÇÃO

Há quase vinte anos, em 2007, o Brasil fez uma proposta ousada. Diante da redução inédita de desmatamento da Amazônia, propiciada pelo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o país apresentou, na 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima,¹ um instrumento de financiamento climático que posteriormente se tornou a maior, mais transparente e mais bem-sucedida iniciativa, em nível mundial,² para redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+):³ o Fundo Amazônia. Em seguida, em 1º de agosto de 2008, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi autorizado, pelo Decreto 6.527,⁴ a criar o fundo, constituído para receber doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento; conservação; e uso sustentável da Amazônia Legal.

O mesmo decreto estabeleceu a governança do Fundo Amazônia, calcada em dois principais comitês, que são também a base de sua robustez. Um deles é o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA), que atesta a redução efetiva de emissões de carbono oriundas de desmatamento (ED). O outro é o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), formado por representantes do Governo Federal, dos governos estaduais da Amazônia Legal e da sociedade civil, e presidido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Ao COFA compete estabelecer diretrizes e critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação do Fundo Amazônia, bem como zelar pela fidelidade das iniciativas do fundo às políticas públicas a ele relacionadas.

Em 2025, o Fundo Amazônia completou 17 anos de funcionamento, com resultados que consolidam sua relevância no suporte às políticas de combate ao desmatamento e na promoção do desenvolvimento sustentável. Com uma robusta carteira de projetos, o fundo vem contribuindo para a consolidação do Brasil como responsável pela maior e mais bem-sucedida experiência de financiamento climático florestal do mundo, transformando o apoio da comunidade internacional em ações com resultados concretos na região amazônica.

Esses resultados foram apresentados na 30ª Conferência das Partes (COP30) da UNFCCC, realizada em 2025, em Belém (PA), com a participação de representantes de 195 países. O evento permitiu que a Amazônia deixasse de ser considerada uma fronteira distante para ser vista em sua complexidade: uma região onde vivem 25 milhões de pessoas, cujas culturas, modos de vida e sistemas de conhecimento estão profundamente entrelaçados com a maior floresta tropical do mundo.

¹ Em inglês, United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC).

² De acordo com o Climate Funds Update. Disponível em: <https://climatefundsupdate.org/data-dashboard/themes/#redd>. Acesso em: 28 abr. 2025.

³ REDD+ é um instrumento desenvolvido no âmbito da UNFCCC para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados relacionados a atividades de: (i) redução de emissões provenientes de desmatamento; (ii) redução de emissões provenientes de degradação florestal; (iii) conservação de estoques de carbono florestal; (iv) manejo sustentável de florestas; e (v) aumento dos estoques de carbono florestal.

⁴ Decreto 6.527, de 1º de agosto de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6527.htm. Acesso em: 9 abr. 2026.

Em painéis e exposições em Belém, evidenciou-se que os projetos apoiados nesses 17 anos formam um conjunto diverso de iniciativas em todos os eixos do PPCDAm. Os projetos de promoção da produção sustentável, que geram renda e melhores condições de vida para os povos e comunidades tradicionais que mantêm a floresta em pé, impactaram e fortaleceram mais de novecentas organizações comunitárias e mais de 280 mil pessoas que cumprem papel relevante na integridade dos territórios, incluindo povos indígenas em mais de 160 terras indígenas.

Ações de monitoramento, comando e controle também integram o portfólio de projetos, com apoio, por exemplo, a todos os corpos de bombeiros dos nove estados da Amazônia Legal para combate e prevenção de incêndios florestais, entre outras ações que serão detalhadas ao longo deste relatório. Trata-se, portanto, de um portfólio diversificado, uma vez que o enfrentamento e controle do desmatamento e a elaboração de um modelo sustentável de desenvolvimento como alternativa a modelos predatórios requerem soluções em múltiplos campos, com engajamento de diferentes agentes. Hoje, três em cada quatro municípios da Amazônia Legal têm um ou mais projetos do Fundo Amazônia.

OBJETIVOS DO FUNDO AMAZÔNIA

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Também pode apoiar, com no máximo 20% de seus recursos, o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países tropicais.

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas temáticas, especificadas no Decreto 6.527/2008 e alterações subsequentes:

- i. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- ii. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- iii. manejo florestal sustentável;
- iv. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- v. zoneamento ecológico-econômico (ZEE), ordenamento territorial e regularização fundiária;
- vi. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- vii. recuperação de áreas desmatadas.

O Fundo Amazônia no BNDES

O BNDES, empresa pública federal fundada em 1952, atua no financiamento de diversos segmentos da economia brasileira, como infraestrutura, indústria, micro e pequenas empresas,

entre outros, incentivando a inovação, o desenvolvimento territorial e as boas práticas socioambientais. O BNDES é também responsável por representar o Fundo Amazônia em todos os aspectos. Cabe ao Banco analisar, aprovar e acompanhar os projetos apresentados para receber recursos do fundo, bem como fazer a gestão dos recursos captados.

A instituição tem como visão, expressa em seu planejamento estratégico, ser um banco de desenvolvimento verde, digital, inclusivo, inovador, industrializante e tecnológico. Entre os seus objetivos estratégicos, figuram a ampliação do apoio a projetos ambientais e climáticos que contribuam para a transição ecológica justa, a descarbonização e a restauração de biomas. O exercício de suas diversas atividades requer a capacitação permanente de seus empregados, admitidos por meio de concurso público em âmbito nacional.

Além de ser o gestor do Fundo Amazônia, o BNDES administra a parte reembolsável dos recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, mais conhecido como Fundo Clima, apoiando projetos nas mais diversas frentes, como desenvolvimento urbano resiliente e sustentável; transição energética; e florestas nativas e recursos hídricos, entre outros subprogramas.

EVOLUÇÃO RECENTE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O ano de 2025 foi um marco histórico para o Fundo Amazônia, com recorde em quantidade, valor de projetos aprovados e desembolsos: foram 22 projetos aprovados, no valor total de R\$ 2,2 bilhões e desembolsos de R\$ 387 milhões. Ao considerar o acumulado entre 2023 e 2025, foram aprovados 44 projetos no valor total de R\$ 3,76 bilhões, o que representa 56% do total histórico de aprovações do fundo em reais.

A continuidade das iniciativas lançadas a partir de 2023, acopladas a políticas públicas de abrangência em todo território, como o apoio aos corpos de bombeiros nos nove estados da Amazônia Legal, a implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) nos biomas Pantanal e Cerrado, o lançamento dos editais Amazônia na Escola, Sanear Amazônia, Restaura Amazônia e Dabucury, assim como a retomada do segundo edital de Atividades Produtivas Sustentáveis, foram fundamentais para os resultados consolidados em 2025, ano em que podemos destacar:

- Apoio ao projeto Ibama FortFisc, no valor de R\$ 825,7 milhões, para ampliar a presença do Estado na Amazônia Legal e modernizar a resposta ao desmatamento ilegal, por meio da aquisição de helicópteros de grande porte com proteção balística e de *drones* de alta tecnologia, além da construção de bases aéreas e helipontos estratégicos na floresta.
- Ampliação da atuação em combate e prevenção de incêndios florestais para fora da Amazônia Legal, com o apoio ao projeto Manejo Integrado do Fogo e a destinação de até R\$ 150 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia para ações de prevenção e combate a incêndios florestais nos biomas Cerrado e Pantanal,

com apoio aos corpos de bombeiros, brigadas florestais e Força Nacional nos estados da Bahia, Piauí, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal.

- Apoio aos municípios prioritários da Amazônia com investimento de R\$ 150 milhões no projeto União com Municípios. A iniciativa beneficia 48 municípios prioritários da Amazônia Legal, em seis estados – Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima –, para ações de assistência técnica, regularização ambiental e fundiária.
- Fomento a atividades produtivas sustentáveis. Dos 22 projetos aprovados pelo Fundo Amazônia em 2025, 12 são voltados a essa finalidade:
 - » Cinco projetos da chamada Amazônia na Escola, para os estados do Amazonas, Amapá, Acre, Mato Grosso e Pará, no valor total de R\$ 165 milhões, cujo objetivo é fortalecer a produção de alimentos pela agricultura familiar (incluindo quilombolas, assentados e grupos de mulheres, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais) em bases sustentáveis e o seu consumo em redes públicas de ensino municipais e estaduais. O apoio se dá em duas frentes: fortalecendo a estrutura produtiva e as organizações dessas populações; e impulsionando a aquisição e o consumo de alimentos que elas produzem na alimentação escolar das redes públicas de ensino da região.
 - » Um projeto da chamada Sanear Amazônia, no valor de R\$ 128 milhões, para promover acesso à água e inclusão social e produtiva de comunidades da Amazônia Legal, viabilizando produção sustentável, segurança alimentar e geração de renda para mais de três mil famílias.
 - » Três projetos da Chamada de Atividades Produtivas Sustentáveis, no valor total de R\$ 89 milhões, com o objetivo de promover as cadeias produtivas da Amazônia com base no uso sustentável dos recursos naturais, de maneira a consolidar ou fortalecer empreendimentos comunitários que mantenham a floresta em pé e favoreçam oportunidades de sustentabilidade financeira e conservação da biodiversidade.
 - » Projeto Amazônia Viva, executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no valor de R\$ 96 milhões, que realizará chamada para seleção de projetos para a estruturação de sistemas socioprodutivos extrativos ou biodiversos de comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares tradicionais, com enfoque em fomento logístico, sanitário e de armazenagem, visando a oferta de alimentos com ênfase nos produtos e alimentos da sociobiodiversidade para os mercados local e institucional, além de outros mercados.
 - » Além dos nove projetos oriundos de chamadas públicas e do projeto da Conab, foram aprovados dois projetos de apresentação espontânea, também relacionados à temática de inclusão produtiva.

A partir de 2023, o fundo iniciou um processo de diversificação de doadores internacionais. Entre 2023 e 2025, foram firmados R\$ 2 bilhões em contratos de doação, dos quais R\$ 1,6 bilhão já foi internalizado.

Em 2025, o fundo passou a ter a parceira da Irlanda e da União Europeia como novos doadores. Assim, conta hoje com um grupo de dez doadores: Noruega, Alemanha, Reino Unido, Estados

Unidos da América (EUA), Suíça, Dinamarca, Japão, Irlanda, União Europeia e a Petrobras. As doações internalizadas em 2025 somaram R\$ 448,5 milhões, com participação da Noruega, Dinamarca, Irlanda, União Europeia e Suíça. Desde o início da história do Fundo Amazônia, as doações somam R\$ 4,98 bilhões. Esses resultados evidenciam o elevado grau de confiança no fundo como mecanismo de enfrentamento às mudanças climáticas e proteção da sociobiodiversidade, sustentado por uma atuação que compartilha responsabilidades e fortalece a ação coletiva.

Com base na dinâmica observada nos anos recentes, espera-se para os próximos anos uma crescente demanda por projetos, o que exigirá esforço continuado de captação de recursos. O crescimento da carteira de projetos intensifica o desafio de garantir um ritmo adequado de desembolsos e a execução dos projetos na ponta, para que os recursos cheguem nos territórios com impacto e transparência nos resultados.





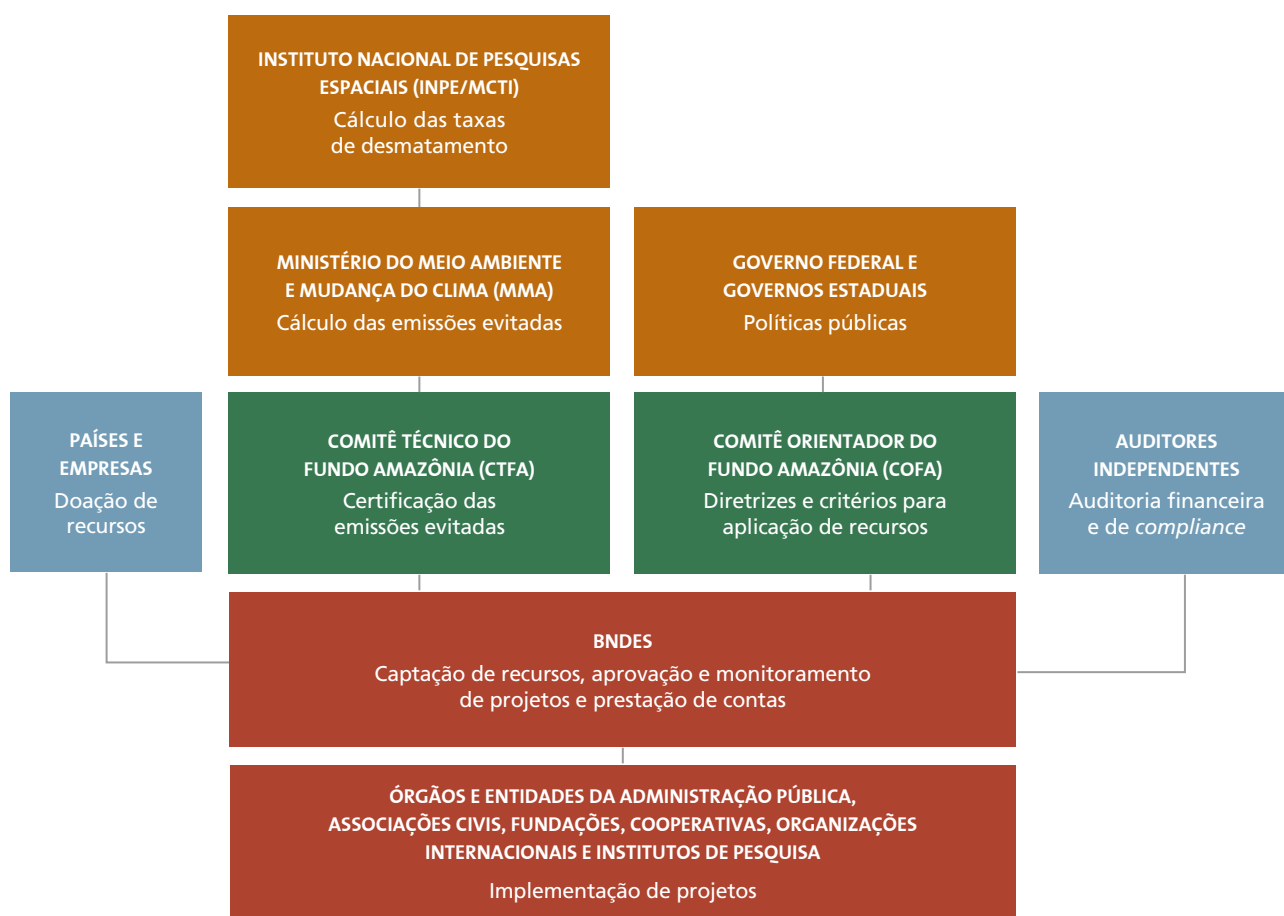
GOVERNANÇA, CAPTAÇÃO E COMUNICAÇÃO



GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA

A governança do Fundo Amazônia foi estabelecida por meio do Decreto 6.527/2008, e alterações posteriores, que, além de autorizar a criação do fundo, instituiu dois comitês: o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) e o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA). Na sequência, apresenta-se o detalhamento das atribuições de cada comitê.

Figura 1 :: Governança do Fundo Amazônia



Fonte: Elaboração própria.

Comitê Técnico do Fundo Amazônia

O Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) é composto de seis especialistas – designados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) após consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – e tem a atribuição de atestar os cálculos das emissões de carbono oriundas de desmatamento feitos pelo referido ministério. Para tanto, o comitê avalia a metodologia de cálculo da área desmatada e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Recriado pelo Decreto 11.368, de 1º de janeiro de 2023 – após sua dissolução em 2019 –, o CTFA realiza reuniões ordinárias uma vez ao ano. Todas as reuniões estão mencionadas na Tabela 1, e suas atas estão disponíveis no *site* do Fundo Amazônia.⁵

Tabela 1 :: Reuniões anuais do Comitê Técnico do Fundo Amazônia

Reunião	Data	Ano da redução	Valor estimado de redução das emissões (milhões de toneladas de CO ₂)
1ª	10.11.2008	2006	200,0
		2007	303,0
2ª	1.12.2009	2008	245,7
3ª	13.12.2010	2009	445,9
4ª	20.10.2011	2010	462,9
5ª	14.11.2012	2011	490,2
6ª	26.11.2013	2012	580,2
7ª	10.9.2014	2013	516,1
8ª	5.11.2015	2014	558,8
9ª	8.11.2016	2015	500,8
10ª	4.10.2017	2016	12,0
11ª	9.10.2018	2017	58,0
12ª	16.4.2024	2018	29,3
13ª	7.10.2025	2024	41,6

Fonte: Elaboração própria.

Comitê Orientador do Fundo Amazônia

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) é presidido pelo MMA e tem o BNDES como secretaria executiva, sendo composto de três bancadas: (i) Governo Federal, com dez representantes; (ii) governos estaduais, da qual fazem parte governadores dos estados integrantes da Amazônia Legal que tenham plano estadual de prevenção e combate ao desmatamento; e (iii) sociedade civil, com seis representantes. A lista completa dos membros do comitê, indicados pelas respectivas instituições, pode ser consultada no *site* do Fundo Amazônia.⁶

O comitê tem a função de zelar pela fidelidade das iniciativas do Fundo Amazônia ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e à Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+), estabelecendo diretrizes e critérios de aplicação dos recursos. O COFA é também responsável por aprovar o Relatório de Atividades do Fundo Amazônia e as informações sobre a aplicação dos recursos.

⁵ Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/governanca/CTFA/>. Acesso em: 6 abr. 2026.

⁶ Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/governanca/COFA/>. Acesso em: 6 abr. 2026.

As decisões no âmbito do COFA são adotadas por consenso entre os três blocos de representações, garantindo a equidade da participação nas tomadas de decisão e estimulando o diálogo e o compartilhamento de conhecimentos com base em distintos pontos de vista.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Regras para a captação de recursos

As captações de recursos realizadas pelo Fundo Amazônia fundamentam-se nos resultados atestados pela metodologia vigente à época da captação, conforme registrado nas atas das reuniões do CTFA e em notas técnicas elaboradas pelo MMA, disponibilizadas na página eletrônica do Fundo Amazônia.⁷

Entre 2008 e 2018, o CTFA promoveu 11 reuniões, nas quais certificou os resultados de REDD+ calculados pelo MMA para os anos florestais de 2006 a 2017. Devido à promulgação do Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, que estabeleceu regras para colegiados da administração pública federal, os dois comitês que compunham a governança do Fundo Amazônia – o COFA e o CTFA – foram extintos em 28 de junho daquele ano. Em 1º de janeiro de 2023, ambos os comitês foram reinstaurados por meio do Decreto 11.368/2023.

Em 16 de abril de 2024, na 12ª reunião do CTFA, foram certificados os resultados de captação referentes ao ano florestal de 2018.

Em 7 de outubro de 2025, foi realizada a 13ª reunião do CTFA, na qual foi atestado espaço de captação para o ano florestal de 2024, com base na Nota Técnica 2766/2025-MMA, de 26 de setembro de 2025. A mesma nota certificou que entre 2019 e 2023 não houve espaço de captação para o Fundo Amazônia, e por meio dela o MMA ressalta que “serão considerados os limites de captação para o governo Federal via resolução da CONAREDD+ – no momento, 40% dos resultados submetidos por meio de anexos técnicos de REDD+ à UNFCCC”.⁸

Finalmente, no dia 16 de dezembro de 2025, o MMA publicou revisão na metodologia de cálculo das emissões evitadas, registrada pela Nota Técnica 3964/2025-MMA. A nota informa que, caso os resultados de REDD+ para 2024 submetidos pelo Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC), aliados à normativa de repartição de benefícios da Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (CONAREDD+), não bastem para

⁷ Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/governanca/CTFA>. Acesso em: 6 abr. 2026.

⁸ Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/galleries/documentos/ctfa/Nota_Tecnica_13a_2025.pdf. Acesso em: 15 abr. 2026.

contabilizar os valores captados pela metodologia do Fundo Amazônia, será necessário registrar os pagamentos no InfoHub Brasil e no InfoHub Lima, com base em resultados de anos anteriores, de modo a garantir a transparência e a integridade da contabilidade nacional – procedimentos que devem ser de ciência dos doadores.⁹

Metodologia de cálculo de emissões evitadas a partir do ano florestal de 2024

A fórmula para calcular a redução das emissões decorrentes do desmatamento (ED), equivalente às emissões evitadas em toneladas de carbono, é igual ao produto da área de desmatamento reduzida (a taxa média de desmatamento menos a taxa anual de desmatamento) pela quantidade de carbono na floresta em toneladas de carbono por hectare:

$$RED = (ADR - DR) \times EF$$

Onde:

RED = redução das emissões do desmatamento em toneladas de carbono (tC);

ADR = taxa média de desmatamento da Amazônia Legal dos últimos dez anos (ha), atualizada a cada cinco anos;

DR = taxa anual de desmatamento para o ano considerado (ha);

EF = fator de emissões em toneladas de carbono por hectare de floresta (tC/ha).

Já o limite anual de captação de recursos é calculado da seguinte forma:

$$PF = RED \times CONT \times CF_{C-CO_2} \times US\$ 5,00$$

Onde:

PF = arrecadação potencial anual de recursos;

RED = redução das emissões do desmatamento em toneladas de carbono (tC);

CONT = desconto de 15% de contingência para possíveis reversões futuras;

CF_{C-CO_2} = fator de conversão de C para $CO_2 = 44/12 CO_2/C$.

Observação: A ADR não poderá aumentar futuramente. Se isso acontecer, será considerada a última ADR registrada antes do aumento.

Doações formalizadas

A retomada da captação de recursos para o Fundo Amazônia ocorreu em 2023, com novos contratos de doação firmados com Suíça, EUA e Reino Unido. Ainda naquele ano, além dos EUA e da Suíça, a Alemanha – parceira histórica do fundo – efetuou interna-

⁹ Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/galleries/documentos/ctfa/Nota_Tecnica_13a_II_2025.pdf. Acesso em: 15 abr. 2026.

lização de recursos.¹⁰ Em 2024, a assinatura de contratos com dois novos doadores, Japão e Dinamarca, ampliou o número de países apoiadores e consolidou o processo de reativação do fundo, com internalização de recursos por Noruega, Alemanha, EUA, Reino Unido, Dinamarca e Japão.

Em 2025, o Fundo Amazônia avançou na expansão e consolidação de sua base de doadores, com a assinatura de novos contratos com Irlanda e União Europeia. No mesmo ano, foram registradas cinco internalizações de recursos, provenientes da Irlanda, Dinamarca, Suíça, Noruega e União Europeia.

A Tabela 2 apresenta a relação completa dos doadores e valores correspondentes de suas contribuições, cujo montante acumulado alcançou R\$ 4.984.802.422,71 em recursos internalizados até o fim de 2025.

Tabela 2 :: Total de doações recebidas pelo Fundo Amazônia até 31.12.2025

Doador	Valor contratado (moeda do contrato)	Recursos internalizados (moeda do contrato)*	Recursos internalizados (BRL)**	Recursos internalizados (USD)**
Governo da Noruega	NOK 8.889.495.999,97	NOK 8.889.495.999,97	3.804.376.093,74	1.323.020.079,90
	USD 50.000.000,00	USD 50.000.000,00		
Governo da Alemanha	EUR 89.920.000,00	EUR 89.920.000,00	387.859.396,00	105.809.339,88
Governo dos Estados Unidos da América	USD 53.472.000,00	USD 53.472.000,00	291.382.003,20	53.472.000,00
Governo do Reino Unido	GBP 80.000.000,00	GBP 39.260.000,00	283.960.570,49	49.434.880,72
Governo da Dinamarca	DKK 150.000.000,00	DKK 100.000.000,00	84.741.838,56	14.683.191,01
Petrobras	BRL 17.285.079,13	BRL 17.285.079,13	17.285.079,13	7.713.253,30
Governo da Suíça	CHF 10.000.000,00	CHF 6.500.000,00	38.214.896,59	7.543.706,84
Governo da Irlanda	EUR 5.000.000,00	EUR 5.000.000,00	31.529.500,00	5.821.000,00
União Europeia	EUR 18.600.000,00	EUR 4.650.000,00	30.510.045,00	5.474.323,11
Governo do Japão	JPY 411.000.000,00	JPY 411.000.000,00	14.943.000,00	3.000.000,00
Total			4.984.802.422,71	1.575.971.774,76

Fonte: Elaboração própria.
Nota: * Valores nominais nas respectivas datas de internalização dos recursos. ** Valores convertidos com base na taxa de câmbio das respectivas datas de internalização dos recursos.

¹⁰ A internalização corresponde ao efetivo recebimento dos recursos pelo BNDES.

Diplomas: reconhecimento da contribuição dos doadores

Ao captar doações para o Fundo Amazônia, o BNDES emite diplomas nominais e intransferíveis para os doadores, nos quais constam o montante da contribuição financeira, a correspondência em emissões de toneladas de carbono evitadas e o ano de referência das emissões evitadas. Os diplomas não geram direitos ou créditos de qualquer natureza. A Tabela 3 traz dados sobre os recursos já captados e internalizados no BNDES e a quantidade de emissões de toneladas de carbono e de dióxido de carbono capturadas.

Tabela 3 :: Recursos ingressados no Fundo Amazônia e captura de carbono

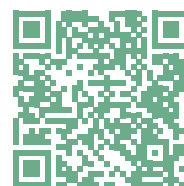
Doador	Toneladas de dióxido de carbono (tCO ₂) capturadas	Toneladas de carbono (tC) capturadas
Governo da Noruega	264.604.015,98	72.164.731,63
Governo da Alemanha	21.161.867,98	5.771.418,54
Governo dos Estados Unidos da América	10.694.400,00	2.916.654,55
Governo do Reino Unido	9.886.976,14	2.696.448,04
Governo da Dinamarca	2.936.638,20	800.901,33
Petrobras	1.542.650,66	420.722,91
Governo da Suíça	1.508.741,37	411.474,92
Governo da Irlanda	1.164.200,00	317.509,09
União Europeia	1.094.864,62	298.599,44
Governo do Japão	600.000,00	163.636,36
Total	315.194.354,95	85.962.096,81

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Para calcular as toneladas de carbono evitadas, utiliza-se a conversão dos valores das doações para dólares com base na taxa de câmbio das respectivas datas do efetivo recebimento dos recursos pelo BNDES, conforme expresso nos diplomas de doações. As toneladas de carbono são calculadas com base na biomassa de carbono por hectare e são convertidas para toneladas de CO₂, levando em conta a massa do átomo de carbono presente na molécula de CO₂. A quantidade de carbono e o fator de conversão de carbono para dióxido de carbono utilizados nas doações do Fundo Amazônia podem ser encontrados nas notas técnicas das reuniões do CTFA, disponíveis em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/governanca/CTFA/>.

Conforme estabelecido no Decreto 6.527/2008, o BNDES tem a obrigação de manter segregados, em seus registros contábeis, os recursos oriundos de doações, dos quais 3% são destinados à cobertura de custos operacionais e demais despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, incluindo a contratação de auditorias.

Para conferir todos os diplomas emitidos e outras informações sobre as doações já recebidas pelo Fundo Amazônia, acesse:



COOPERAÇÃO TÉCNICA

Como ferramenta complementar associada à parceria com os países doadores, cabe destacar a cooperação técnica entre o BNDES e a Agência Alemã de Cooperação Internacional (Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ), cujo objetivo é dar suporte a algumas atividades relacionadas sobretudo à capacitação dos beneficiários para elaboração, execução e prestação de contas dos projetos, bem como para monitoramento e avaliação dos resultados alcançados pelas ações apoiadas pelo Fundo Amazônia.

No âmbito da cooperação técnica, vinculada ao projeto Ação para as Florestas¹¹ (Action4Forests – A4F) e articulada em conjunto com o MMA e o Ministério Federal Alemão para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit u. Entwicklung – BMZ), ocorreram diversas atividades em 2025, entre as quais se destacam:

- i. Janeiro: disponibilização de um sistema de indexação de lições aprendidas e recomendações com base nas avaliações de projetos concluídos do Fundo Amazônia, o que possibilitou uma análise do tratamento dado às recomendações.
- ii. Fevereiro: apoio à geração de informações para o Relatório Anual do Fundo Amazônia.
- iii. Março: realização do evento 15 Anos Cultivando Parcerias, Florestas e Futuros, no Rio de Janeiro (RJ), em celebração à cooperação entre GIZ e Fundo Amazônia/BNDES, reunindo instituições públicas e parceiros internacionais para refletir sobre os resultados e aprendizados dessa trajetória. A ocasião foi marcada, também, pela conclusão do projeto de cooperação entre GIZ e BNDES e pela oficialização da continuidade do apoio ao Fundo Amazônia por meio do novo projeto A4F.
- iv. Abril: realização da 2ª Oficina do Projeto A4F – Resultados e Perspectivas, em Brasília (DF), com o objetivo de alinhar tecnicamente os parceiros, apresentar o balanço do primeiro ano e definir prioridades para o ciclo 2025/2026, além de discutir sinergias entre os resultados do projeto. O encontro reuniu representantes do MMA, do Fundo Amazônia/BNDES, das embaixadas da Alemanha e do Reino Unido, do Consórcio da Amazônia Legal e da GIZ, consolidando-se como um espaço de construção conjunta em torno dos eixos governos, pessoas e fundos, com foco no acesso a um financiamento climático justo e efetivo.
- v. Maio: realização da Oficina de Coleta de Referências Metodológicas para Avaliação de Políticas e Projetos na área de financiamento climático, em Brasília (DF), com o objetivo de promover o diálogo sobre avaliações *ex post*, estruturada em quatro blocos temáticos: critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); gênero e interseccionalidade; direitos humanos; e metodologias de análise. O encontro

¹¹ Saiba mais sobre o projeto em: <https://www.giz.de/en/projects/melhorando-o-financiamento-para-protoger-florestas-no-brasil>.

reuniu representantes de diversas instituições para debater desafios, aplicações práticas e mensuração de impactos, apoiando o processo de atualização da metodologia de monitoramento e avaliação de resultados do Fundo Amazônia.

- vi. Agosto: apoio à realização do evento Raízes e Rumos, em comemoração aos 17 anos do Fundo Amazônia, em Manaus (AM), conforme detalhado na seção “Comunicação” deste relatório.

COMUNICAÇÃO

Na esfera das ações de comunicação, os instrumentos de transparência e diálogo mais relevantes serão destacados a seguir.

Site do Fundo Amazônia

Desde 2010, o BNDES mantém na internet um *site*¹² atualizado sobre o Fundo Amazônia, em português e com versão em inglês. Atendendo aos princípios de transparência e publicidade norteadores da atuação do BNDES, o portal divulga os parâmetros que fundamentam a apreciação de projetos no âmbito do fundo, disponibilizando orientações sobre como apresentar projetos, o trâmite de aprovação e a documentação exigida em cada etapa do processo.

Há informação individualizada para cada um dos 144 projetos contratados, com múltiplas possibilidades de filtros de busca, facilitando as pesquisas. São informados, entre outros dados, nome do projeto e entidade responsável, abrangência territorial, beneficiários, objetivos, valor total do projeto, valor do apoio do Fundo Amazônia, prazo de utilização dos recursos e datas de aprovação e contratação. O *site* também traz dados sobre os desembolsos e as atividades realizadas por cada projeto e sobre como eles contribuem para os quatro eixos de atuação do Fundo Amazônia, organizados com base em seu quadro lógico.

Também são disponibilizadas informações atualizadas sobre a governança do fundo, as doações recebidas e o monitoramento e a avaliação de resultados. O atendimento ao público é feito por meio da seção “Fale Conosco” ou pelos canais de atendimento do BNDES.

No *site*, há ainda uma seção dedicada às chamadas públicas realizadas pelo BNDES ou por parceiros, e todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia no âmbito dessas chamadas estão disponíveis para consulta.

Considerando que a gestão do Fundo Amazônia é feita pelo BNDES, as informações sobre o fundo também podem ser acessadas por qualquer cidadão por meio dos canais previstos na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

¹² Site do Fundo Amazônia: <https://www.fundoamazonia.gov.br>.

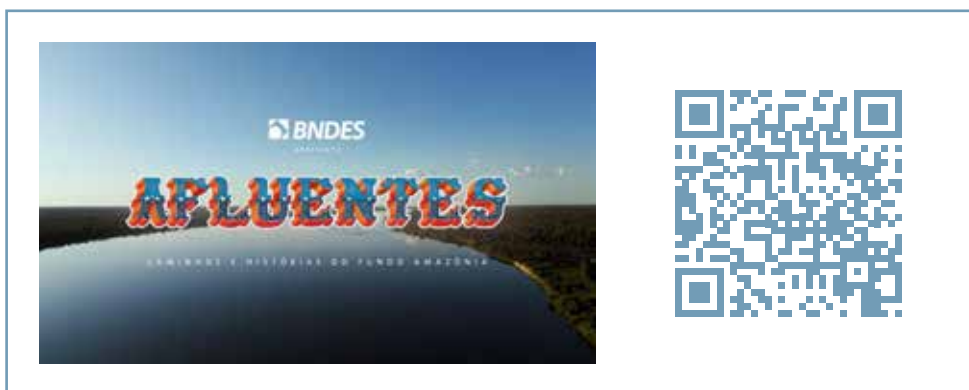
Relatórios anuais

A fim de conferir transparência a suas atividades, o Fundo Amazônia publica relatórios anuais em seu *site*. Além de servirem como instrumentos de prestação de contas, os relatórios registram e divulgam para a sociedade as ações e os resultados do fundo.

Websérie Afluentes

A websérie Afluentes, produzida pelo BNDES em 2025, apresenta histórias reais de comunidades brasileiras beneficiadas pelo Fundo Amazônia ao longo de seus 17 anos de atuação e mostra grupos que trabalham em prol da conservação ambiental em todos os nove estados da Amazônia Legal.

Com dez episódios, a série traz diferentes projetos que receberam recursos do fundo e conta as histórias das pessoas ligadas a essas iniciativas, como populações indígenas, produtores da agricultura familiar, ribeirinhos, trabalhadores da segurança pública e outros. Foram registrados 18 projetos, dois para cada estado da Amazônia Legal, e um vídeo institucional. Os episódios destacam as mudanças e avanços percebidos pelas pessoas envolvidas em cada ação apoiada e apresentam, sempre ao fim do vídeo, dados gerais sobre os recursos investidos e a população impactada. Os episódios estão disponíveis no canal do BNDES no YouTube e podem ser acessados por meio do *QR Code* a seguir.



Eventos

Comemoração de 17 anos do Fundo Amazônia

Em agosto de 2025, o Fundo Amazônia comemorou seus 17 anos com a realização do evento Raízes e Rumos, em Manaus (AM). O encontro reuniu mais de cem participantes, entre representantes indígenas e de povos e comunidades tradicionais, governos estaduais, sociedade civil, União e representantes dos países doadores do Fundo Amazônia. Foram organizadas mesas temáticas e participativas com o objetivo de resgatar aprendizados, acertos, desafios e transformações geradas ao longo dos anos, por meio da escuta e da discussão da visão de futuro do fundo.

Mostra internacional Amazônia, de Sebastião Salgado

O Fundo Amazônia apoiou a mostra internacional Amazônia, do fotógrafo Sebastião Salgado, que ocorreu no Museu das Amazônias, em Belém (PA). O novo museu foi inaugurado em 2 de outubro de 2025 para valorizar a identidade e a diversidade de vozes e saberes que compõem o maior bioma tropical do planeta. Com cerca de duzentas fotografias em preto e branco, resultado de sete anos de expedições de Sebastião Salgado pela região, a exposição foi uma reflexão sobre a preservação da floresta e o papel das comunidades originárias. A mostra foi apresentada ao público por Juliano Salgado, filho do fotógrafo falecido em maio de 2025.

O público teve acesso também, no mezanino do espaço, à exposição Ajurí, concebida exclusivamente para o Museu das Amazônias. De origem indígena, o título remete a mutirão e colaboração. A exposição valorizou o uso de materiais orgânicos típicos das Amazônias, como fibras de coco, taboa e miriti, reunindo oito instalações de artistas da região Norte e de outras partes do Brasil, em linguagens que incluíram pintura, fotografia, vídeo, escultura e experiências imersivas.

COP30

Em novembro de 2025, o Fundo Amazônia participou da 30ª Conferência das Partes (COP30) da UNFCCC, principal conferência climática do mundo, na cidade de Belém (PA). Ao longo da COP30, o BNDES organizou e/ou apresentou ações do Fundo Amazônia em trinta painéis temáticos e vinte eventos institucionais. Além disso, participou de reuniões com lideranças indígenas, comunitárias e locais, fortalecendo o diálogo, a articulação e a visibilidade do fundo. Os painéis promoveram debates sobre a atuação do Fundo Amazônia ao longo de seus 17 anos, reunindo ministros dos países doadores, executores e público-alvo dos projetos (povos e comunidades tradicionais e pequenos agricultores) e gestores públicos das esferas municipais, estaduais e nacional. Foram abordados todos os temas de atuação do Fundo Amazônia, bem como a captação e o monitoramento de resultados.

O Fundo Amazônia foi responsável por organizar e conduzir 11 painéis, quatro deles na Zona Azul¹³ e sete na Zona Verde,¹⁴ detalhados no Quadro 1.

13 A Zona Azul (*Blue Zone*) é o palco onde ocorrem as negociações oficiais da Cúpula de Líderes e dos pavilhões nacionais. Organizada pela UNFCCC, apenas delegações oficiais, chefes de Estado, observadores e imprensa credenciada são autorizados a acessá-la. É na Zona Azul que são definidos os rumos do futuro das políticas climáticas internacionais. Mais informações estão disponíveis em: <https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30/blue-zone>. Acesso em: 6 abr. 2026.

14 A Zona Verde (*Green Zone*) é o espaço em que a sociedade civil, instituições públicas e privadas e líderes globais conectam diálogo, inovação e investimento sustentável. Traz visibilidade para soluções e parceiros que fortalecem o compromisso com uma abordagem ambiental, social e de governança (ESG) de diálogo internacional. Com acesso livre ao público, o espaço visa promover o engajamento democrático, a pluralidade de vozes e a transparência no debate climático, complementando o trabalho diplomático realizado na Zona Azul. Mais informações estão disponíveis em: <https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30/green-zone>. Acesso em: 6 abr. 2026.

Quadro 1 :: Painéis promovidos pelo BNDES na COP30

Zona	Pavilhão	Painel	Data
Azul	Pavilhões Temáticos da ONU	<i>O Arco da Restauração e o desafio de mobilizar recursos para a agenda de restauração florestal</i>	12.11.2025
Azul	Pavilhão Brasil	<i>Fundo Amazonia 17 anos: lições do passado e visões de futuro – Fundo Amazônia como ferramenta de cooperação internacional na agenda climática</i>	17.11.2025
Azul	Pavilhões Temáticos da ONU	<i>Sistemas alimentares: o papel da sociobioeconomia nas estratégias de soberania alimentar</i>	17.11.2025
Azul	Pavilhão Rotas da Comida	<i>Amazônia na Escola: comida saudável e sustentável – soluções da Amazônia para o mundo</i>	19.11.2025
Verde	Estande BNDES	<i>Fundo Amazônia – O Brasil cuida. O mundo apoia. Todos ganham</i>	11.11.2025
Verde	Estande BNDES	<i>Cooperação pela floresta: municípios, estados e União no mutirão contra o desmatamento</i>	15.11.2025
Verde	Estande BNDES	<i>Valor da floresta em pé: sociobioeconomia como estratégia para conservação</i>	17.11.2025
Verde	Pavilhão Brasil	<i>Balanço dos resultados do Fundo Amazônia e sua importância na sociobioeconomia amazônica</i>	18.11.2025
Verde	Estande BNDES	<i>Guardiões da floresta – os povos indígenas e comunidades tradicionais</i>	18.11.2025
Verde	Pavilhão Brasil	<i>A jornada do BNDES no apoio às florestas e à sociobiodiversidade: aprendizados e desafios</i>	19.11.2025
Verde	Estande BNDES	<i>Amazônia protegida: garantindo o Estado de direito para a prevenção e o controle do desmatamento</i>	20.11.2025

Fonte: Elaboração própria.

Durante a COP30, houve captação expressiva de recursos no montante de R\$ 156 milhões em contratos ou aditivos, sendo R\$ 123 milhões provenientes da União Europeia e R\$ 33 milhões, da Suíça.

Fundo Amazônia na Casa BNDES (COP30) – exposição Afluentes

Além da participação nas zonas Azul e Verde na COP30, o Fundo Amazônia teve destaque na Casa BNDES, que ficou montada no Complexo dos Mercedários, em Belém, entre 9 e 21 de novembro de 2025, durante a realização da conferência. O equipamento cultural, que recebeu 31 mil visitantes, reforçou o compromisso do BNDES com a pluralidade cultural, a inclusão social e a preservação ambiental, oferecendo ao público local e aos participantes da conferência uma programação rica, intensa e totalmente gratuita. Entre os destaques, a exposição do Fundo Amazônia – Afluentes: Caminhos e Histórias do Fundo Amazônia – propiciou a imersão do público nas agendas climáticas e socioculturais da Amazônia, fortalecendo a conexão entre conteúdo, território e participação social.



DESEMPENHO OPERACIONAL

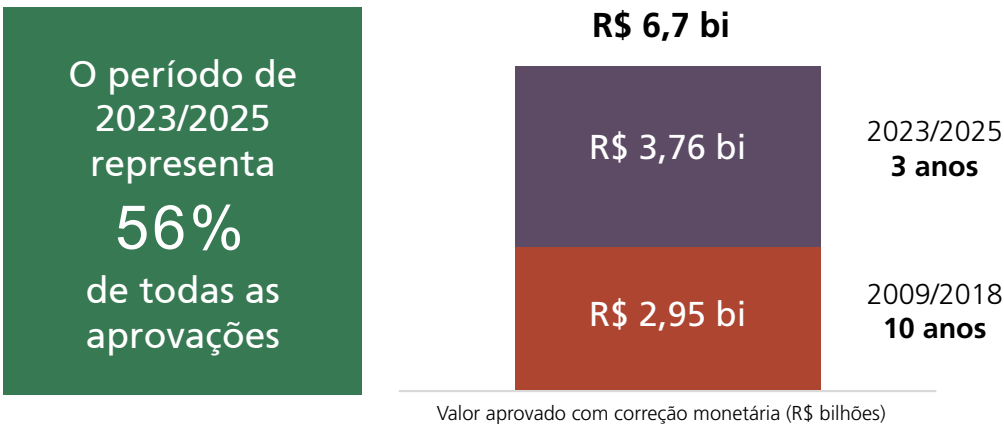


PERFIL DA CARTEIRA DE PROJETOS

O Fundo Amazônia encerrou o ano de 2025 com 146 projetos aprovados¹⁵ em sua carteira, totalizando R\$ 5,3 bilhões. Aplicando a correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), esse valor chega a R\$ 6,7 bilhões. Ao longo do ano, o fundo consolidou a retomada iniciada em 2023 e alcançou novo recorde de aprovação. No exercício, o volume aprovado somou R\$ 2,2 bilhões, mais que o dobro do recorde anterior de R\$ 981 milhões registrado em 2024 (valor corrigido).

Em valores reais, já descontado o efeito da inflação, nos últimos três anos (2023, 2024 e 2025), o Fundo Amazônia aprovou R\$ 3,76 bilhões.

Gráfico 1 :: Valores aprovados antes e depois da retomada do Fundo Amazônia (atualizados pelo IPCA)



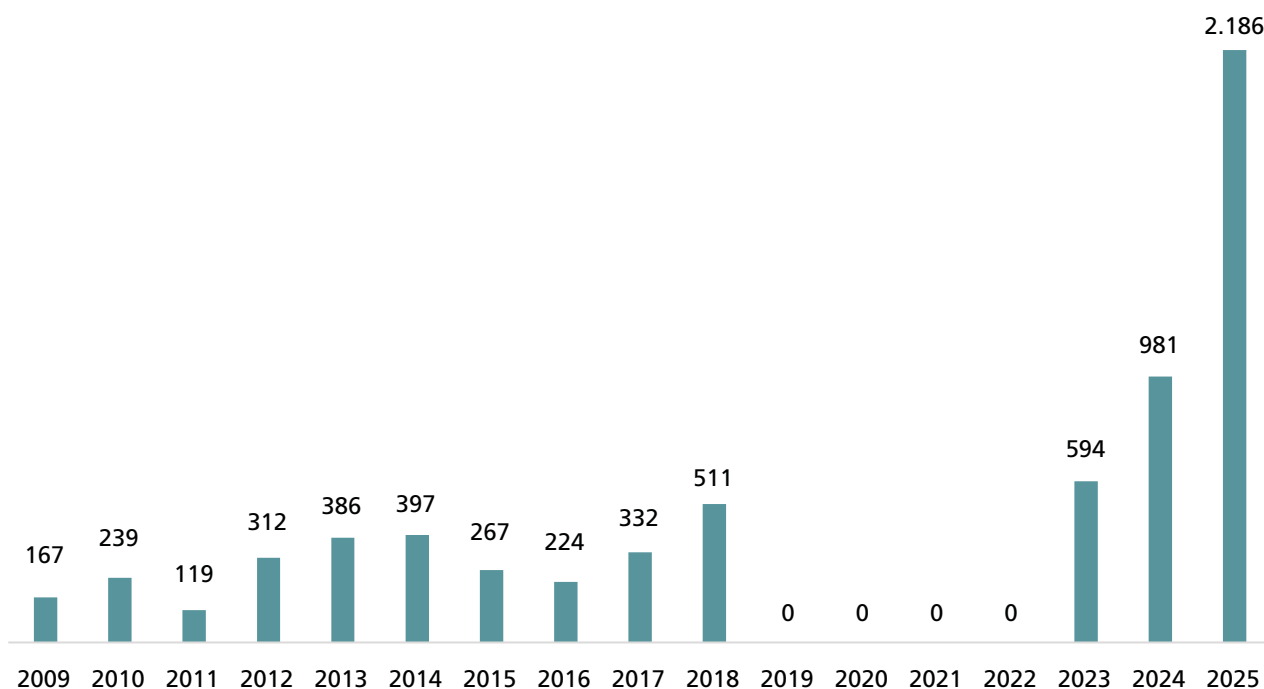
Fonte: Elaboração própria.

Nota: Entre 2019 e 2022, com a dissolução do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e do Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA), por meio do Decreto 9.759/2019, não puderam ser aprovados novos projetos.

Apenas no ano de 2025, foram aprovadas 22 operações, elevando para 44 o total de aprovações entre 2023 e 2025. Esses resultados evidenciam a capacidade do Fundo Amazônia de se recompor, expandir sua carteira de projetos e ampliar seu impacto após a retomada de suas atividades. Os dados consolidados são apresentados no Gráfico 2, referente ao valor aprovado em reais, e no Gráfico 3, relativo à quantidade de operações aprovadas. Ambos ilustram a evolução ao longo dos anos. Já o detalhamento dos valores históricos encontra-se disponível na Tabela 4.

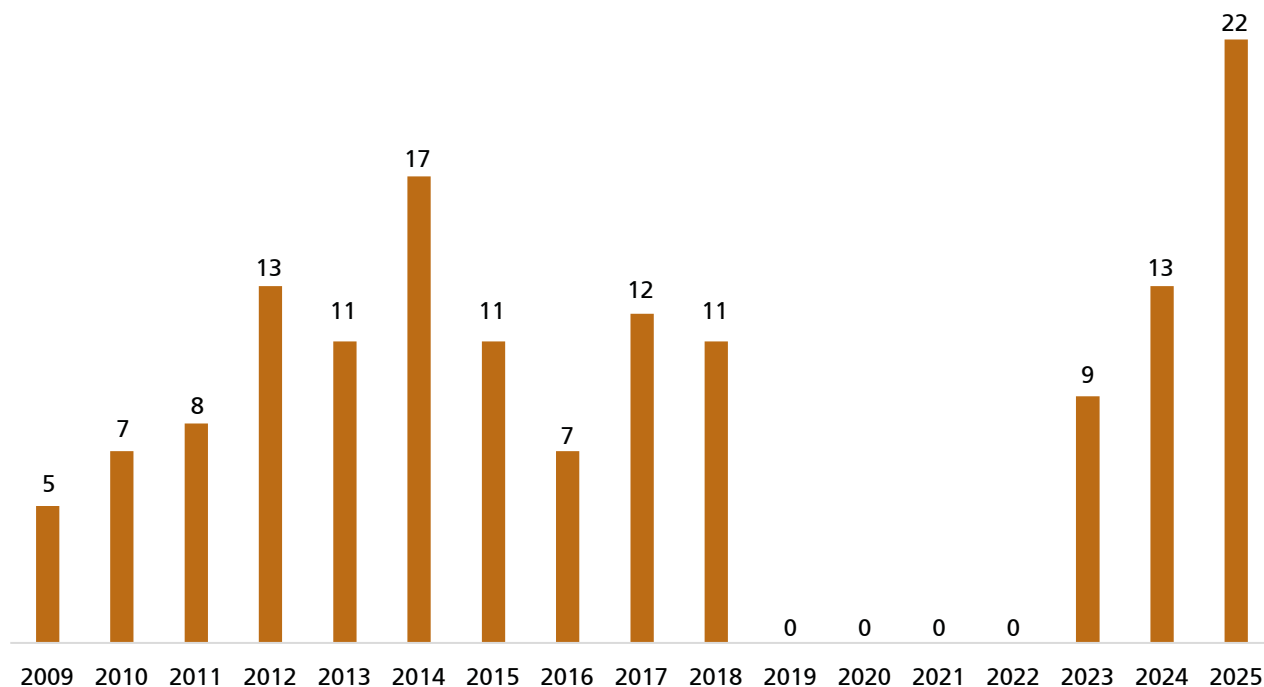
¹⁵ Projetos aprovados são aqueles que passaram pela aprovação da Diretoria do BNDES. Na sequência, ocorrem a verificação das condições prévias à contratação e a assinatura contratual. No fim de 2025, havia 146 projetos aprovados (R\$ 5,32 bilhões) e 144 projetos contratados (R\$ 5,19 bilhões). Dois projetos aprovados ainda estavam em processo de contratação: Pará + Sustentável, no valor de R\$ 81 milhões, e SustenTO, com o estado do Tocantins, no valor de R\$ 56 milhões. Os valores dos projetos aprovados foram ajustados para refletir cancelamentos de saldo e devoluções de recursos ocorridos durante a execução projetos ao longo de sua vigência.

Gráfico 2 :: Valor de operações aprovadas por ano, em R\$ milhões (atualizado pelo IPCA)



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 3 :: Quantidade de operações aprovadas por ano



Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4 :: Quantidade de operações aprovadas, valor aprovado e desembolsos por ano (valores nominais)

Ano	Operações aprovadas	Valor aprovado (R\$)	Desembolso líquido* (R\$)
2009	5	70.190.858,67	-
2010	7	101.825.867,97	11.105.966,90
2011	8	54.968.604,99	59.740.091,61
2012	13	152.060.792,60	71.205.781,90
2013	11	200.310.690,44	80.903.376,47
2014	17	212.971.277,81	151.897.225,91
2015	11	157.145.988,69	128.962.695,78
2016	7	142.310.283,55	138.480.573,06
2017	12	222.800.468,26	229.980.182,07
2018	11	346.197.804,37	190.429.181,90
2019	-	-	108.871.691,31
2020	-	-	131.908.347,12
2021	-	-	117.490.671,19
2022	-	-	90.469.901,33
2023	9	552.807.169,88	48.088.185,51
2024	13	932.353.661,87	203.591.808,67
2025	22	2.186.487.385,90	387.327.420,70
Total	146	5.332.430.855,00	2.150.453.101,43

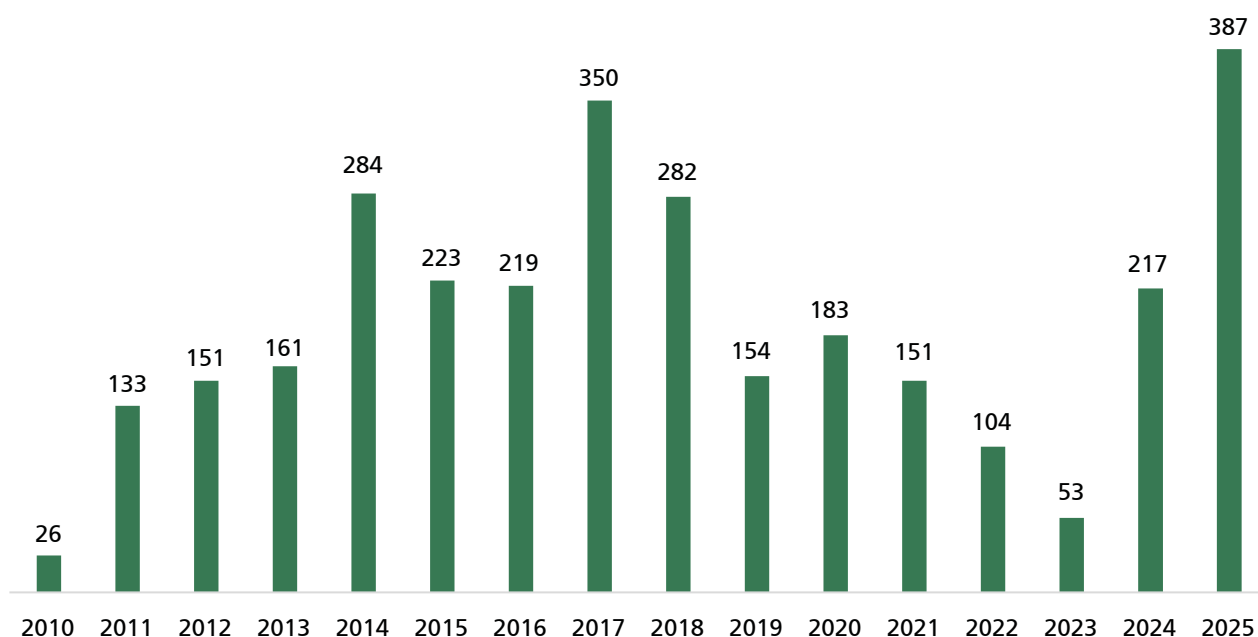
Fonte: Elaboração própria.

Nota: * Caso haja devolução de recurso em determinado ano, o valor devolvido ao Fundo Amazônia é subtraído do desembolso, gerando, assim, um desembolso líquido.

O Fundo Amazônia apresentou avanço expressivo nos desembolsos em 2025, refletindo a recomposição da carteira a partir da retomada das contratações em 2023. O Gráfico 4 apresenta a evolução dos desembolsos anuais, expressos em valores corrigidos monetariamente. Após um período de retração contínua nos desembolsos, decorrente da ausência de novas contratações entre 2019 e 2022, os exercícios de 2024 e 2025 marcaram inflexão dessa trajetória, com crescimento acentuado dos desembolsos.

Em 2025, esse movimento se consolidou de forma robusta, com o maior volume de desembolsos já registrado na história do fundo, mesmo quando considerados os valores corrigidos pela inflação dos anos anteriores. Do total desembolsado no exercício, 58% referem-se a projetos contratados no próprio ano de 2025, ao passo que 41% correspondem a projetos contratados no período de 2023 a 2024.

Gráfico 4 :: Valor dos desembolsos anuais, em R\$ milhões (atualizado pelo IPCA)

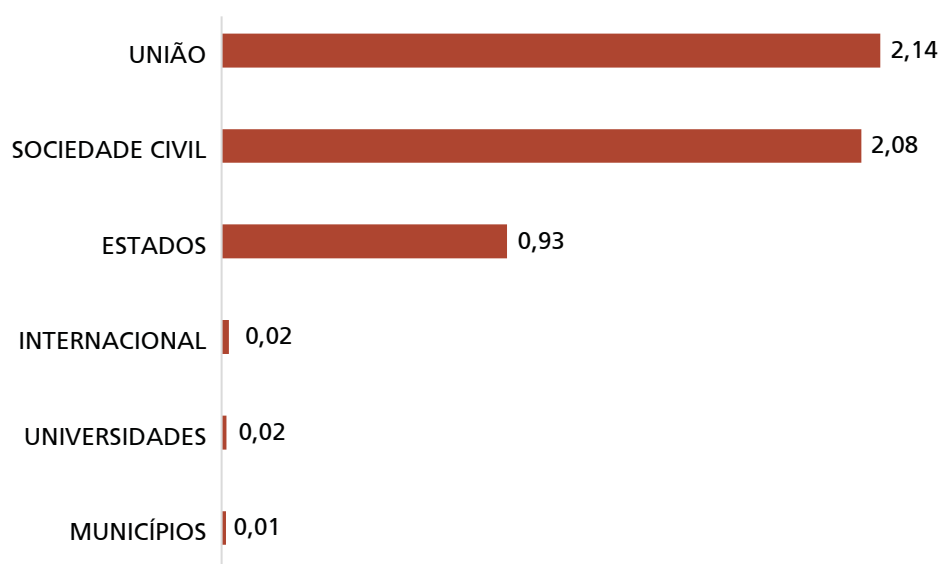


Fonte: Elaboração própria.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA entre julho do ano do desembolso e dezembro de 2025.

A distribuição da carteira por natureza jurídica da instituição executora do projeto é apresentada no Gráfico 5, que discrimina os valores contratados, em bilhões de reais. Observa-se que a União concentra o maior volume contratado, seguida pelas entidades da sociedade civil. Cabe ressaltar que a elevada participação da União é influenciada por uma operação de grande porte, contratada em 2025, no valor de R\$ 825 milhões, destinada ao Ibama.¹⁶

Gráfico 5 :: Distribuição de valor contratado por natureza do executor, em R\$ bilhões



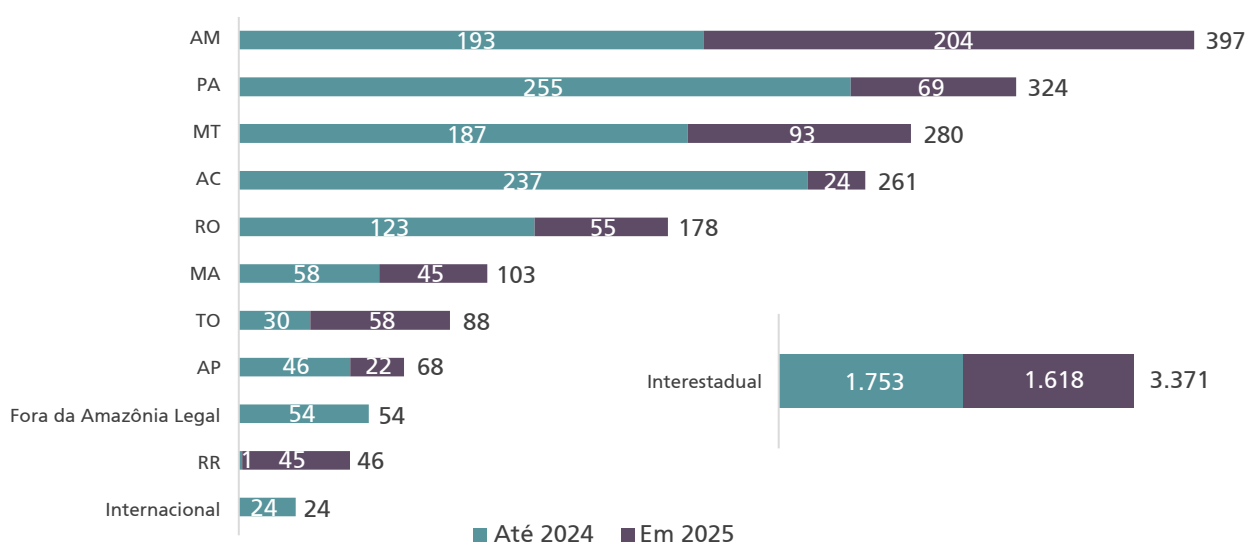
Fonte: Elaboração própria.

¹⁶ O projeto FortFisc, de apoio ao Ibama, é pormenorizado no capítulo "Projetos contratados".

A abrangência territorial das operações do Fundo Amazônia é apresentada no Gráfico 6, que discrimina o valor contratado por localidade, marcando em verde claro as contratações até 2024 e em verde escuro os valores contratados apenas no ano de 2025. Cabe esclarecer que os projetos interestaduais foram excluídos para não distorcer a visualização, sendo apresentados separadamente. Os valores atribuídos a cada estado da Amazônia Legal referem-se exclusivamente a projetos com atuação restrita à respectiva localidade. As operações classificadas como interestaduais contemplam ao menos dois estados da Federação.

Observa-se que a maior parcela dos recursos contratados está concentrada em operações interestaduais, refletindo o predomínio de projetos com abrangência regional e atuação em múltiplas unidades federativas, totalizando o valor de R\$ 3,4 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão foram contratados até 2024, e R\$ 1,6 bilhão, apenas no ano de 2025. Entre as atuações estaduais, destacam-se Amazonas, Pará e Mato Grosso como os estados com maiores volumes contratados, os quais também correspondem aos maiores estados em extensão territorial da Amazônia Legal.

Gráfico 6 :: Distribuição de valores contratados por localidade, em R\$ milhões

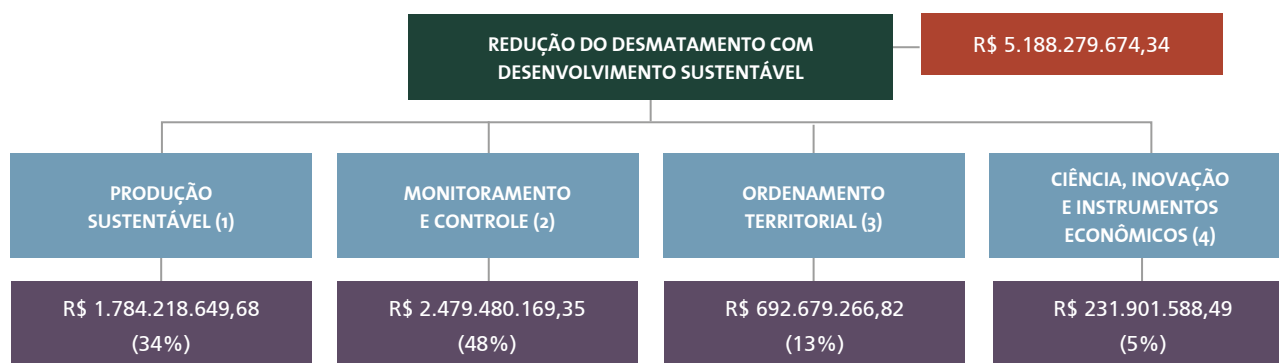


Fonte: Elaboração própria.

A atuação do Fundo Amazônia é orientada por quatro eixos estratégicos definidos pelo COFA, que estabelece as diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos. Esses eixos – (i) produção sustentável; (ii) monitoramento e controle; (iii) ordenamento territorial; e (iv) ciência, inovação e instrumentos econômicos – estruturam o enquadramento, a seleção e a execução dos projetos apoiados, assegurando o alinhamento das iniciativas financiadas aos objetivos de prevenção e controle do desmatamento e ao fortalecimento das políticas públicas na Amazônia Legal.

A Figura 2 apresenta a distribuição dos valores contratados nos quatro eixos de atuação do Fundo Amazônia, considerando o período desde sua criação até o fim de 2025. Observa-se a predominância dos eixos de monitoramento e controle (48%) e de produção sustentável (34%). Destaca-se que parte relevante dos projetos atua em mais de um eixo do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Figura 2 :: Distribuição de valores contratados por eixo estratégico (valores nominais)*



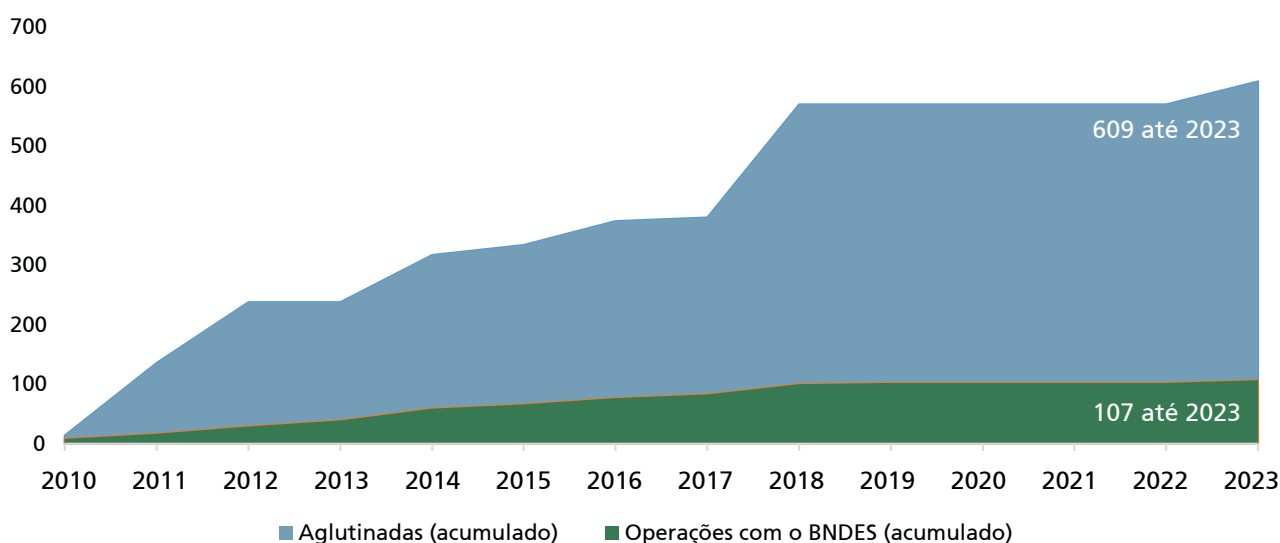
Fonte: Elaboração própria.

Nota: * Ajustados considerando devoluções e cancelamentos.

O perfil operacional do Fundo Amazônia inclui, além do apoio direto a projetos individuais, a utilização de operações aglutinadas, nas quais uma entidade proponente central coordena a execução de múltiplos subprojetos e beneficiários. Esse modelo visa ampliar a capilaridade territorial do fundo, viabilizando o acesso de organizações de menor porte e fortalecendo a atuação em escala regional, ao mesmo tempo que promove ganhos de eficiência, coordenação e alcance das ações apoiadas.

No consolidado do fundo, considerando todo o período até 2025, são 144 projetos contratados. Para a análise de capilaridade por meio da modalidade de entidades aglutinadas, foram considerados os dados até 2023, uma vez que as operações contratadas em 2024 e 2025 necessitam de tempo para concluir seus editais, quando aplicável, e, ainda, enviar informações estruturadas ao BNDES. O Gráfico 7 apresenta a evolução, ao longo dos anos, da quantidade de operações em comparação com o número de entidades apoiadas, considerando, neste último caso, o total de participações nas operações, o que pode implicar a contabilização de uma mesma entidade em mais de um projeto.

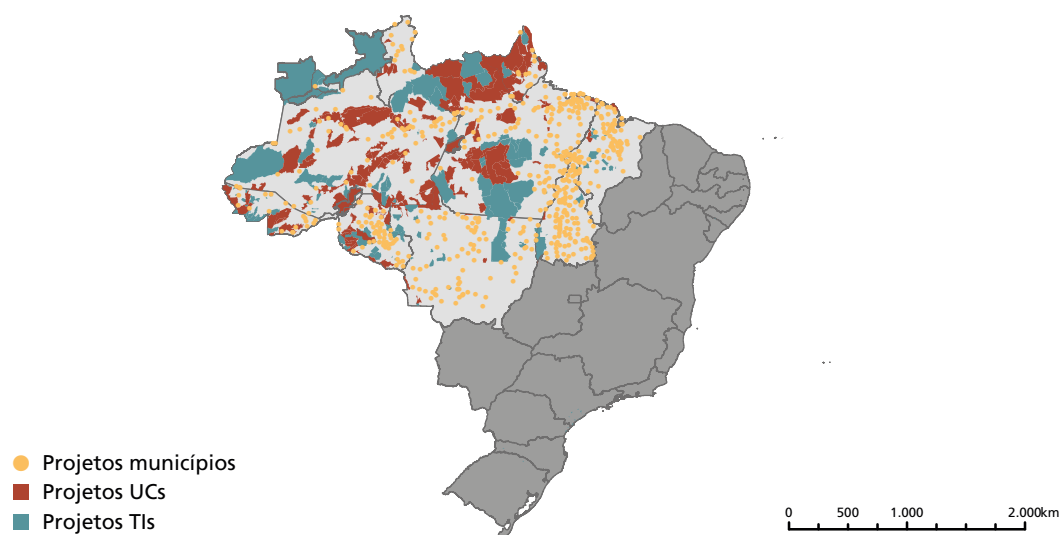
Gráfico 7 :: Evolução de quantidade de operações e número de entidades aglutinadas



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 3 apresenta, de forma esquemática, o alcance territorial das ações apoiadas pelo Fundo Amazônia nos níveis de municípios, terras indígenas (TI) e unidades de conservação (UC). Os dados indicam atuação em cerca de 75% dos municípios da Amazônia Legal, bem como em aproximadamente 44% das TIs¹⁷ e 39% das UCs¹⁸ com território integral ou parcialmente inserido na Amazônia legal.

Figura 3 :: Alcance territorial das operações do Fundo Amazônia em municípios, UCs e TIs



Fonte: Elaboração própria.

ASPECTOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS

Até dezembro de 2025, o Fundo Amazônia captou um valor total de doações da ordem de R\$ 4,98 bilhões, dos quais 3% foram segregados a atividades administrativas como contratação de auditorias, realização de eventos, comunicação etc. Esse valor gerou, ao longo do tempo, rendimentos financeiros no valor de R\$ 4 bilhões. Até dezembro de 2025, foi desembolsado em projetos o montante de R\$ 2,15 bilhões aos projetos apoiados pelo fundo.

As transações contábeis e financeiras relativas ao Fundo Amazônia são registradas e reportadas conforme a legislação vigente e os princípios e normas promulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão independente que, no cumprimento de suas atribuições privativas,

¹⁷ O percentual foi calculado com base em 167 terras indígenas atendidas até 2025, segundo relatórios de execução dos projetos, em relação ao total de 374 TIs na Amazônia Legal, conforme dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), disponíveis em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: 31 dez. 2025.

¹⁸ No caso das UCs, o percentual corresponde a 190 áreas com atuação até 2025, conforme relatórios de execução dos projetos, em relação ao total de 491 UCs na Amazônia Legal, segundo dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), disponíveis em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/dados_geoespaciais/mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-unidades-de-conservacao-federais. Acesso em: 31 dez. 2025.

normatiza os procedimentos contábeis e de auditoria independente adotados no Brasil. Por meio de seus colegiados e grupos de trabalho, o CFC busca promover a convergência entre esses procedimentos e os padrões definidos nas normas internacionais.

Tabela 5 :: Balanço patrimonial do Fundo Amazônia em 31 de dezembro de 2025, em R\$ mil

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Aplicações financeiras	6.693.235	Recursos de projetos	6.693.235
Despesas antecipadas	129.330	Recursos de custeio	129.330
		Patrimônio líquido	
		Superávit acumulado	-
Total do ativo	6.822.565	Total do passivo	6.822.565

Fonte: Elaboração própria.

Do total do ativo circulante, R\$ 6,7 bilhões correspondem ao montante disponível, em 31 de dezembro de 2025 para desembolsos a projetos. Esse montante está investido nos fundos Gaia (I; II e III), geridos pelo Banco do Brasil. Tais fundos têm perfil conservador (aplicações em renda fixa – títulos públicos brasileiros) e foram contratados para manter a atualização monetária e remunerar os saldos disponíveis para apoio financeiro a projetos.

Os valores doados são registrados como ativos financeiros do Fundo Amazônia e têm contraprestação vinculada ao apoio a projetos. A contrapartida é registrada, portanto, no passivo, na rubrica “recursos de projetos”. Dessa forma, as doações recebidas não implicam aumento patrimonial para o BNDES.

De acordo com entendimento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, as doações ao Fundo Amazônia não devem integrar, na data de seu ingresso, a base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Para fins de apuração desses tributos, sempre que houver um desembolso a um projeto apoiado, uma receita e uma despesa devem ser reconhecidas, na mesma data e no exato valor desembolsado. Assim, a base de cálculo para o IR e a CSLL relativa a doações ao fundo é sempre igual a zero, não havendo qualquer recolhimento desses tributos aos cofres públicos.

AUDITORIAS

Anualmente, o Fundo Amazônia passa pelos seguintes processos de auditoria:

- auditoria financeira (*financial audit*), para avaliar a veracidade dos saldos registrados em suas demonstrações financeiras, bem como a adequação da alocação desses saldos nas demonstrações financeiras do BNDES; e
- auditoria de cumprimento (*compliance audit*), para verificar a conformidade da aplicação dos recursos financeiros desembolsados a projetos contratados pelo BNDES no âmbito do

Fundo Amazônia, no tocante a: (i) normas e diretrizes aplicáveis; e (ii) evidências físicas de implementação dos projetos, a partir do conjunto daqueles que tiveram desembolsos no ano em referência.

Os procedimentos de auditoria financeira relativos ao ano de 2025 foram realizados pela empresa KPMG Auditores Independentes, que concluiu pela adequação das demonstrações financeiras apresentadas pelo BNDES. O parecer dos auditores independentes pode ser consultado no Anexo 1.

Já a auditoria de cumprimento (*compliance audit*) de 2025 foi realizada pela empresa Ernst & Young Global Limited, que concluiu que não foram encontradas evidências de que os procedimentos adotados pelo BNDES não estejam em conformidade com as normas e diretrizes aplicáveis e com as evidências de implementação dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia em 2025. Seu parecer final também se encontra no Anexo 1 deste relatório.

Todos os pareceres dos auditores independentes a partir de 2010 estão publicados no *site* do Fundo Amazônia.¹⁹

Transparência e responsabilidade no uso dos recursos

Além dos processos de auditoria externa contratualmente pactuados com os doadores, a transparência do Fundo Amazônia também pode ser aferida por meio de seus canais de atendimento e controles públicos. O fundo frequentemente recebe solicitações de informações da sociedade civil, seja por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), seja pelo canal Fale Conosco do BNDES. Somente em 2025, foram respondidas 138 demandas de informação da sociedade civil relativas ao funcionamento do fundo, detalhes de projetos, prestação de contas, avaliação de resultados, entre outros temas.

Além disso, o Fundo Amazônia responde constantemente a solicitações de informação por meio de auditorias e demandas de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), além de demais instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

¹⁹ Disponíveis em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/transparencia/auditorias/>. Acesso em: 6 abr. 2026.



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS



CONTEXTUALIZAÇÃO

O Fundo Amazônia apoia ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção do uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia Legal, em alinhamento com: (i) disposições do Decreto 6.527/2008, que regulamenta o funcionamento do fundo na Amazônia Legal; (ii) diretrizes do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm); (iii) diretrizes da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+); e (iv) Diretrizes e Critérios para Aplicação dos Recursos do Fundo Amazônia, estabelecidos pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), bem como com as Políticas Operacionais do BNDES e demais políticas públicas específicas atinentes ao escopo de atuação.

O monitoramento e a avaliação dessas ações são fundamentais para compreender as dinâmicas que dificultam ou favorecem os resultados alcançados, e servem, ainda, para apontar caminhos de aprimoramento da atuação do fundo.

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia – ferramenta de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de resultados e impactos – foi elaborado considerando as principais causas do desmatamento na Amazônia, tais como:

- A baixa atratividade econômica para manter a floresta em pé, decorrente da ausência de infraestrutura adequada e de incentivos econômicos para o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, bem como a expansão da agropecuária impulsionada pela crescente demanda por *commodities* no mercado globalizado (Eixo 1 do PPCDAm – atividades produtivas sustentáveis).
- A impunidade de ilícitos ambientais, decorrente da dificuldade dos órgãos governamentais em fiscalizar, prevenir e punir tais atos em um território de dimensões continentais (Eixo 2 do PPCDAm – monitoramento e controle ambiental).
- A existência de terras públicas não destinadas e a baixa segurança jurídica quanto aos títulos de propriedade imobiliária na região, o que enseja ocupação extralegal de terras públicas e conflitos pela posse de terras, além de desestimular investimentos privados (Eixo 3 do PPCDAm – ordenamento fundiário e territorial).
- A necessidade de ampliar e fortalecer a gestão das áreas protegidas, dada sua relevância na contenção do desmatamento, aliada à sua função precípua de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e de comunidades tradicionais sobre as terras tradicionalmente ocupadas por eles (Eixo 3 do PPCDAm – ordenamento fundiário e territorial).
- A necessidade de investimentos em inovação e produção científica voltados ao monitoramento e ao controle do desmatamento, ao ordenamento territorial e ao uso sustentável da biodiversidade na Amazônia Legal, incluindo o desenvolvimento de instrumentos econômicos inovadores para o financiamento dessas ações (Eixo 4 do PPCDAm – instrumentos normativos e econômicos).

Na construção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, foram consideradas também as sete áreas temáticas definidas no Decreto 6.527/2008, a saber:

- i. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;

- ii. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- iii. manejo florestal sustentável;
- iv. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- v. zoneamento ecológico-econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- vi. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- vii. recuperação de áreas desmatadas.

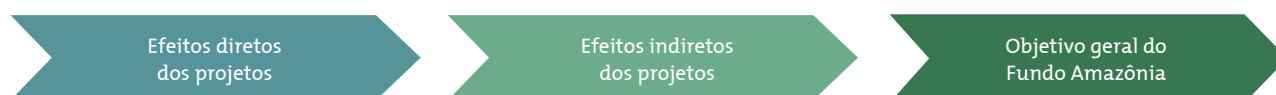
O referido decreto determinou que poderão ser utilizados até 20% dos recursos do fundo para o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA

O quadro lógico é uma metodologia utilizada para assegurar que as ações financiadas contribuam para o objetivo geral de um programa (ou projeto), podendo ser definido como uma matriz na qual se inserem, de modo operacional e organizado, as decisões estratégicas sobre a aplicação dos recursos em um programa, explicitando onde se pretende chegar (efeitos ou objetivos) e o que se pretende realizar (como).

A Figura 4 ilustra a sequência lógica de causa e efeito que mostra como os impactos diretos e indiretos de diversos projetos levam ao objetivo geral de um programa, como ocorre no Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Figura 4 :: Sequência lógica do Fundo Amazônia



Fonte: Elaboração própria.

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia foi divulgado pela primeira vez em 2010, como um documento completo. Em 2017, passou por uma atualização para manter alinhamento com o PPCDAm. Já em 2023, a renovação do PPCDAm – no âmbito da retomada das políticas públicas ambientais pelo governo brasileiro – não ensejou alteração no quadro lógico, uma vez que os eixos estruturantes foram mantidos.

Na Figura 5 está representada a lógica de intervenção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. A numeração ao lado dos efeitos diretos e indiretos é também utilizada na lógica de intervenção de cada projeto apoiado pelo fundo.

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia foi estruturado em quatro componentes alinhados ao PPCDAm. Informações mais detalhadas podem ser consultadas, por meio do QR code a seguir,

no documento *Quadro Lógico do Fundo Amazônia – 2017*.²⁰ Nele, são conceituados os indicadores selecionados para medir seus resultados, os principais riscos (pressupostos) que podem afetar seu sucesso e como se dará o acompanhamento dos projetos apoiados e o monitoramento do Fundo Amazônia.

Saiba mais sobre o Quadro Lógico do Fundo Amazônia:



Figura 5 :: Quadro Lógico do Fundo Amazônia



Fonte: Elaboração própria.

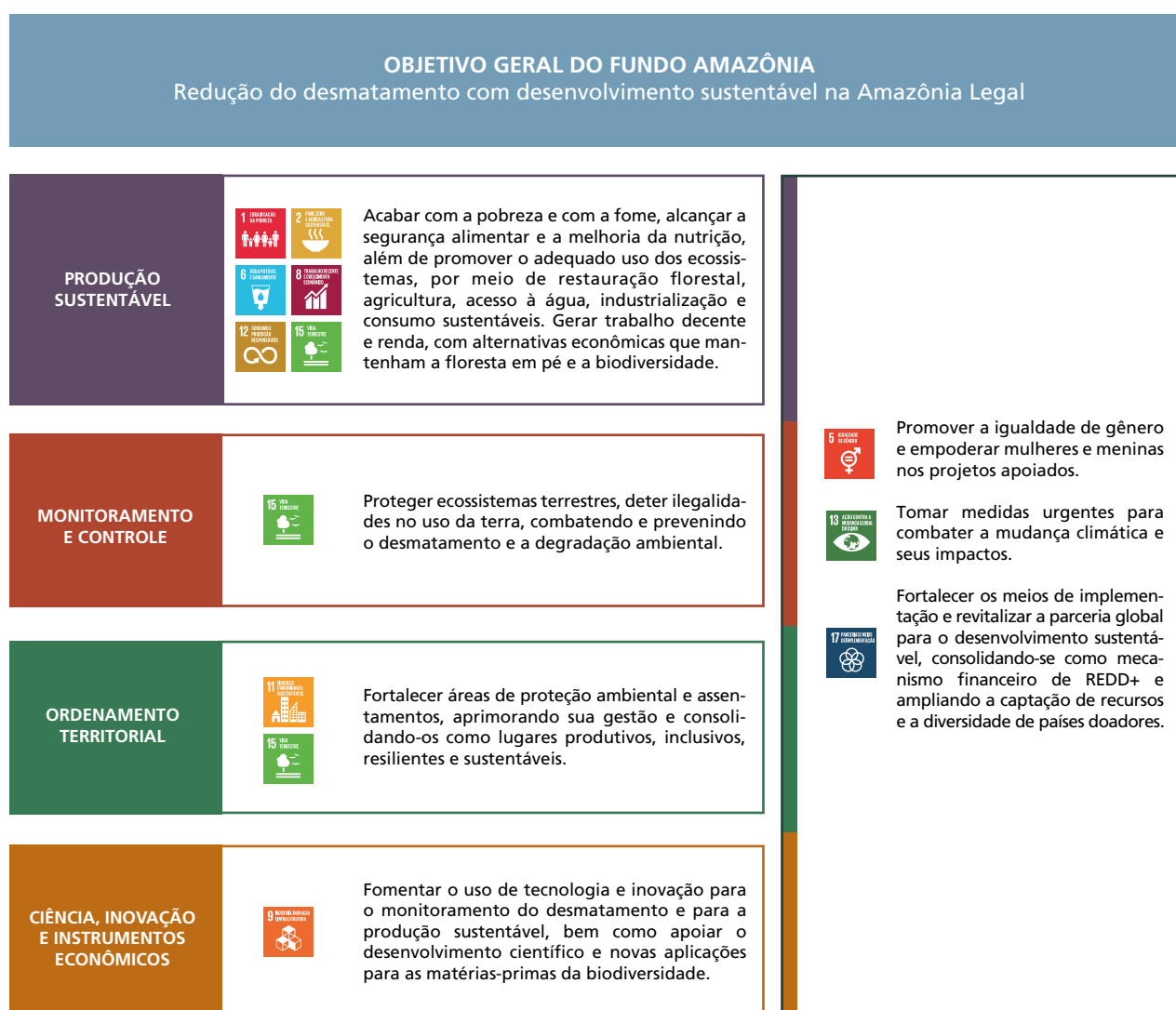
²⁰ Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/0.home/FA_Quadro_Logico_2017.pdf. Acesso em: 6 abr. 2026.

Os componentes do Fundo Amazônia também aderem a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os 17 ODS, o Fundo Amazônia contribui para 11 objetivos, conforme apresentado na Figura 6. Três ODS são transversais e estão presentes na essência do Fundo Amazônia:

- ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- ODS 13 – Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; e
- ODS 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Mais detalhes podem ser encontrados no *site* do Fundo Amazônia.²¹

Figura 6 :: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os quais o Fundo Amazônia contribui, com base em seu quadro lógico



Fonte: Elaboração própria.

²¹ Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/fundo-amazonia-ods/>. Acesso em: 6 abr. 2026.

MONITORAMENTO DE INDICADORES REGIONAIS

O Fundo Amazônia acompanha alguns indicadores regionais relacionados ao quadro lógico e indicadores específicos dos projetos do fundo. O resultado dos projetos contribui para alguns indicadores regionais. É importante, entretanto, mencionar que a contribuição do Fundo Amazônia não é a única responsável pelo comportamento do conjunto desses indicadores, ainda que seu impacto tenha sido identificado a partir de avaliações independentes conduzidas em diversos projetos já concluídos.²²

Em um processo de melhoria contínua, este relatório traz algumas alterações na apresentação dos indicadores regionais em relação aos anos anteriores, sempre buscando maior alinhamento entre esses indicadores acompanhados e as ações concretas apoiadas pelo Fundo Amazônia, bem como uma visão a respeito da aderência das ações às políticas públicas ambientais em curso.

Objetivo geral do Fundo Amazônia: redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal

O principal objetivo do Fundo Amazônia é contribuir para a redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Dessa forma, é relevante acompanhar a evolução do indicador “Desmatamento anual na Amazônia Legal”, mensurado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O Fundo Amazônia foi criado no contexto do fortalecimento das ações do governo brasileiro para a redução do desmatamento, que levou à diminuição das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e propiciou uma das maiores contribuições globais ao enfrentamento da mudança do clima. O Fundo Amazônia se tornou o maior instrumento de REDD+ em nível mundial,²³ tendo a redução de emissões de GEE possibilitado a captação de mais de R\$ 5 bilhões em doações nacionais e internacionais desde a criação do fundo, com a conversão das toneladas de carbono cuja emissão foi evitada ao longo desse período, potencializando o investimento na redução do desmatamento.

Entre 1988 e 2000, a taxa anual de desmatamento média foi de aproximadamente 17 mil km². Em 2003, após três anos de altas sucessivas, a taxa chegou a mais de 27 mil km², a segunda maior da série histórica. Com o objetivo de dar uma resposta estruturante ao desmatamento na Amazônia, foi lançado em 2004 o PPCDAm,²⁴ que ao longo dos anos subsequentes contribuiu para uma redução significativa das emissões por desmatamento no bioma.

²² As avaliações de efetividade conduzidas por consultores independentes estão disponíveis em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>. Acesso em: 6 abr. 2026.

²³ Disponível em: <https://climatefundsupdate.org/the-funds/>. Acesso em: 14 mai. 2026.

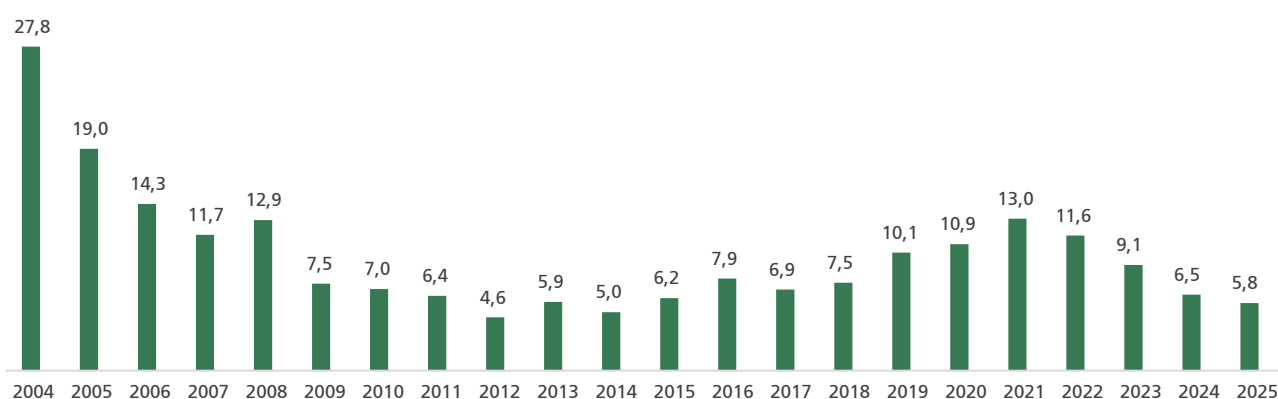
²⁴ Informações detalhadas estão disponíveis em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/controle-ao-desmatamento-queimadas-e-ordenamento-ambiental-territorial/controle-do-desmatamento-1/amazonia-ppcdam-1>. Acesso em: 14 mai. 2026.

As taxas de desmatamento se mantiveram relativamente estabilizadas até 2018 e aumentaram nos anos seguintes, tendo alcançado cerca de 13 mil km² em 2021.

A 5ª fase do PPCDAm (2023-2027) tem como objetivo retomar a agenda de prevenção e controle do desmatamento do país e garantir planejamento e estrutura para o alcance da meta de desmatamento zero até 2030, ou seja, eliminação do desmatamento ilegal e compensação da supressão legal de vegetação nativa por intermédio do fortalecimento da implementação da legislação florestal.

Sua implementação demonstra, com base nos dados do Inpe, que o desmatamento na Amazônia Legal em 2025 foi de 5.796 km², uma redução de 79% em relação a 2004, quando foi aferida a maior taxa de desmatamento do século XXI. Analisando a taxa de 2025, observa-se uma redução de cerca de 23% em relação à linha de base de 2009, e mais de 55% em relação ao pico registrado em 2021. O Fundo Amazônia é um dos principais instrumentos para a implementação do PPCDAm, e contribui para fortalecer seus resultados.

Gráfico 8 :: Evolução da taxa de desmatamento na Amazônia Legal (mil km²)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 6 jan. 2026.

O acompanhamento dos indicadores de desmatamento na Amazônia Legal, realizado pelo Inpe, é utilizado desde a origem do Fundo Amazônia como referência para definição do espaço de captação de recursos disponível.

O objetivo geral do Fundo Amazônia indica que o processo de redução do desmatamento deve ser lastreado em uma trajetória de desenvolvimento sustentável, o que suscita a necessidade de acompanhar indicadores capazes de identificar se tal premissa vem sendo cumprida. Historicamente, o Quadro Lógico do Fundo Amazônia utiliza como *proxy* para desenvolvimento sustentável o indicador da participação percentual do Produto Interno Bruto (PIB) dos estados da Amazônia legal no PIB nacional, reconhecendo sua limitação para explicar a proposta do mencionado objetivo geral.²⁵ No relatório anterior, o percentual mais recente reportado foi o de 2021, quando a participação do PIB da Amazônia Legal chegou ao seu máximo na série his-

²⁵ O PIB é um indicador básico do comportamento da economia que expressa o valor adicionado de bens e serviços de determinada região. Entretanto, não é um indicador ideal para medir o desenvolvimento sustentável, pois não inclui, por exemplo, informações de externalidades positivas socioambientais ou eventuais passivos ambientais gerados.

tórica, representando 10,24% do PIB nacional. Nos dois anos subsequentes, essa participação voltou a se reduzir e, em 2023, o percentual era de 9,68%.

Considerando que o Quadro Lógico do Fundo Amazônia não é atualizado desde 2017 e que atualmente há outros indicadores que podem ser utilizados como referência para o desenvolvimento sustentável,²⁶ o indicador de PIB continuará sendo reportado até que, em uma eventual revisão do quadro lógico, seja definida uma melhor forma de monitorar o desenvolvimento sustentável de maneira macro – os indicadores de resultados de projetos apoiados pelo Fundo Amazônia já demonstram, em nível micro, alguns avanços em desenvolvimento sustentável.

Efeito indireto 1 (componente “produção sustentável”): Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica

Esse objetivo está alinhado com o Eixo 1 do PPCDAm, que aponta o apoio à bioeconomia como estratégico para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Uma das atuações destacadas do Fundo Amazônia ao longo de seus 17 anos (2008-2025) é a estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e a restauração de áreas degradadas como forma de criação de alternativas de geração de renda para a população local, valorizando a floresta em pé, em contraposição ao desmatamento e à exploração predatória de recursos naturais.

O apoio a projetos que têm o objetivo de ampliar a estruturação de comunidades tradicionais, povos indígenas e pequenos produtores por meio do aprimoramento das atividades de coleta, beneficiamento e comercialização de produtos extrativistas, elevando seu valor agregado, tem sido uma das ênfases do Fundo Amazônia.

A carteira de projetos do Fundo Amazônia contemplava, em dezembro de 2025, 83 projetos contratados cujos escopos incluíam ações relacionadas à produção sustentável, o que representa 58% do total de projetos, correspondendo a 34% do valor total contratado (ver Figura 2 no capítulo “Desempenho operacional”). Desses projetos, 22 foram contratados a partir da retomada do fundo em 2023, contemplando um valor de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão até o fim de 2025, conforme Quadro 2.

26 Como o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado às pressões planetárias (IDHP); o Índice de Sustentabilidade dos ODS (IDS); e o Índice de Progresso Social (IPS). O IDS e o IPS podem ser medidos em nível municipal e cruzados com dados dos municípios que tenham projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

Quadro 2 :: Projetos com apoio do Fundo Amazônia no Eixo 1 do PPCDAm – atividades produtivas sustentáveis (2023-2025)

Projeto	Ano de contratação	Objetivo	Valor
Restaura Amazônia*	2024	Restauração ecológica no Arco do Desmatamento, com ênfase em UCs, TIs e assentamentos	R\$ 450.000.000,00
Amazônia na Escola*	A partir de 2025	Fortalecimento da produção sustentável de produtos da agricultura familiar voltados para alimentação escolar nas redes públicas de ensino da Amazônia Legal	R\$ 332.000.000,00
Consolidação e Fortalecimento de Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas*	2023 a 2025	Apoio a projetos que promovem atividades produtivas sustentáveis	R\$ 161.128.304,26
Sanear*	A partir de 2025	Implantação de tecnologias sociais de acesso à água de qualidade para consumo humano e produção de alimentos para 4.600 famílias	R\$ 150.000.000,00
Florestas e Comunidades: Amazônia Viva**	2025	Apoio a até 32 projetos que promovam a estruturação de sistemas socioprodutivos de organizações PIPCTAFs	R\$ 86.090.000,00
União com Municípios***	2025	Assistência técnica e extensão rural (Ater) para produtores em 48 municípios	R\$ 63.510.761,00
Outros projetos estruturantes	2023 a 2025	Projetos de apoio a atividades produtivas sustentáveis	R\$ 264.405.953,62
Total			R\$ 1.507.135.018,88

Fonte: Elaboração própria.

Nota: * Chamada pública cujos projetos vêm sendo implementados por diversas organizações responsáveis.

** Projeto em execução pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

*** Projeto em execução pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

Com base no histórico do apoio do Fundo Amazônia a pequenos projetos por meio de parceiros executores, observa-se que boa parte contempla atividades diversas relacionadas a agricultura familiar, agroextrativismo e agroecologia, com destaque para sistemas agroflorestais (SAFs), que justamente buscam ampliar a produção agrícola mantendo a floresta em pé, ou ajudando a recuperar áreas desmatadas e degradadas.

Além da produção de mudas para apoiar essas atividades, aparecem com destaque o apoio à produção de açaí, castanha-do-brasil, babaçu, farinha de mandioca, cacau, mel, frutas, artesanato, piscicultura, outros produtos oleaginosos, turismo e borracha. Dada a dispersão das ações realizadas pelos projetos, o detalhamento dos dados de produção e faturamento por tipo de atividade produtiva apoiada se torna uma tarefa de grande complexidade. Assim, em geral, as organizações parceiras implementadoras das ações fornecem dados consolidados de produção e faturamento do conjunto de pequenos projetos apoiados na ponta.

Os dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas pesquisas Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs)²⁷ e Produção Agrícola Municipal (PAM)²⁸ para 2024 (divulgados no fim de 2025), apresentados a seguir, permitem uma análise a respeito das

²⁷ IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html>. Acesso em: 15 jan. 2026.

²⁸ IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em 15 jan. 2026.

atividades apoiadas pelo Fundo Amazônia. O ano de 2009 é utilizado como referência por ser o primeiro ano de atuação do Fundo Amazônia.

Tabela 6 :: Valor da produção e quantidade produzida da extração vegetal nos estados da Amazônia Legal

Produtos	Valor da produção (R\$ mil) – A		Quantidade produzida* – B		A/B	
	2009	2024	2009	2024	2009	2024
Açaí	160.312,00	1.023.115,00	115.767	247.461	1,38	4,13
Castanha-do-brasil	52.261,00	184.964,00	37.468	45.416	1,39	4,07
Babaçu	114.847,00	68.625,00	103.359	22.838	1,11	3,00
Látex	7.598,00	23.269,00	3.458	1.573	2,20	14,79
Palmito	7.263,00	17.578,00	5.059	3.319	1,44	5,30
Piaçava	2.462,00	15.158,00	1.690	5.042	1,46	3,01
Cumaru (amêndoa)	710,00	14.346,00	97	188	7,32	76,31
Copaíba (óleo)	4.148,00	14.308,00	538	293	7,71	48,83
Pequi	1.433,00	5.769,00	501	3.726	2,86	1,55
Carnaúba (todos os usos)	5.898,00	3.708,00	559	293	10,55	12,66
Madeira em tora	2.205.622,00	2.895.690,00	13.068.074	10.785.693	0,17	0,27
Carvão vegetal	297.225,00	382.477,00	678.367	324.129	0,44	1,18
Lenha	190.303,00	418.352,00	12.902.109	8.255.346	0,01	0,05

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Nota: * Quantidade expressa em toneladas para todos os produtos, exceto madeira em tora, carvão vegetal e lenha, cujas quantidades são informadas em metros quadrados.

Tabela 7 :: Valor e quantidade da produção agrícola nos estados da Amazônia Legal (lavouras temporárias e permanentes)

Produtos	Valor da produção (R\$ mil) – A		Quantidade produzida (tonelada) – B		A/B	
	2009	2024	2009	2024	2009	2024
Soja (em grão)	12.288.014,00	91.728.034,00	20.617.321,00	53.354.251,00	0,60	1,72
Milho (em grão)	2.556.890,00	37.084.850,00	9.979.731,00	55.692.538,00	0,26	0,67
Algodão herbáceo (em caroço)	1.805.074,00	23.031.297,00	1.458.339,00	6.471.274,00	1,24	3,56
Cacau (em amêndoa)	366.294,00	8.190.329,00	72.570,00	148.052,00	5,05	55,32
Mandioca	2.043.082,00	8.080.071,00	8.889.064,00	6.591.865,00	0,23	1,23
Açaí	-	7.750.728,00	-	1.735.281,00	-	4,47
Cana-de-açúcar	1.123.761,00	3.699.622,00	21.060.167,00	26.878.525,00	0,05	0,14
Arroz (em casca)	1.376.978,00	3.687.500,00	2.361.354,00	1.755.442,00	0,58	2,10
Café (grão)	319.445,00	3.165.081,00	119.024,00	186.226,00	2,68	17,00
Banana (cacho)	514.520,00	2.664.305,00	972.625,00	1.028.398,00	0,53	2,59

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Com efeito, as atividades extrativas mais importantes são as mais apoiadas pelo Fundo Amazônia. Percebe-se uma valorização de alguns produtos ao longo dos anos, como é o caso do cumaru, cacau e óleo de copaíba, e algumas atividades que podem ser fomentadas com maior

ênfase, em especial os produtos oleaginosos, que já recebem apoio em diversos projetos e têm um valor agregado elevado.

A produção de babaçu, que apresenta grande relevância social, cultural, econômica e ambiental, especialmente no Maranhão, sofreu uma redução significativa no volume de produção ao longo dos anos, decorrente do baixo preço do produto. O Fundo Amazônia vem fortalecendo a atividade por meio de projetos emblemáticos, promovendo sua consolidação e destacando o protagonismo das mulheres quebradeiras de coco babaçu. A produção de madeira em tora e correlatos, apesar de se destacar pelo volume produzido e valor da produção, medido em reais por metro cúbico, tem valor ainda baixo em comparação a outras atividades, possivelmente pela pouca organização da cadeia madeireira, que ainda sofre com a venda de madeira ilegal. Esse tipo de atividade ainda está pouco representado na carteira de projetos do fundo.

Quanto à atividade agrícola, destacam-se as produções de cacau e de café, com uma evolução significativa no valor (R\$/tonelada). Projetos de sistemas agroflorestais apoiados pelo Fundo Amazônia vêm fortalecendo essas atividades, que têm grande potencial de geração de renda e de ações de recomposição florestal. O açaí plantado também merece destaque. Apesar de não haver registros da produção em 2009, ela tem apresentado crescimento significativo ao longo dos anos, o que demonstra o potencial da atividade, em especial para mercados fora da Amazônia, superando a produção de açaí do extrativismo.

As culturas agrícolas, como soja e milho, são apresentadas na Tabela 7 para que seja possível comparar o valor de sua produção, medido em reais por tonelada, com o das demais atividades, demonstrando que estão entre as que apresentam menor valor da produção por tonelada, mas têm grande escala.

Para além dos impactos nos indicadores econômicos da produção, as atividades produtivas sustentáveis apoiadas pelo Fundo Amazônia, que são desempenhadas por comunidades florestais (pequenos agricultores, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais), integram as dimensões socioeconômica e ambiental do desenvolvimento. Além de conservar a sociobiodiversidade, promovem melhorias de qualidade de vida e contribuem para o fortalecimento de uma economia cooperativa e sustentável, em substituição a modelos predatórios. A forma de atuação do Fundo Amazônia, em parceria com instituições públicas e privadas, por meio de organizações que reúnem diferentes partes interessadas, permite ampliar sua capilaridade, sempre respeitando a diversidade da região e das comunidades envolvidas.



Efeito indireto 2 (componente “monitoramento e controle”): Ações governamentais asseguram a adequação de atividades antrópicas à legislação ambiental

Nas últimas décadas, o desmatamento na Amazônia passou por mudanças marcadas por sua interiorização, com invasão de terras públicas, reconcentração em grandes áreas, pelo enfraquecimento da governança em áreas protegidas, pela persistência da ilegalidade nas cadeias produtivas e pelo aumento da degradação e dos incêndios, além da crescente associação com conflitos fundiários, violência e atuação do crime organizado ligado a tráfico de drogas e garimpo ilegal.

Dessa forma, a atuação no eixo de monitoramento e controle se tornou a principal ferramenta utilizada pelo governo brasileiro para reduzir o desmatamento, no âmbito da 5ª fase do PPCDAm.²⁹

O Sistema de Informações do PPCDAm (SISPPCDAm)³⁰ é a plataforma oficial de gestão, monitoramento da execução das ações e transparência do plano, que congrega 194 metas vinculadas a diversos órgãos federais. O sistema reportou, até 2025, resultados relevantes de redução do desmatamento e aumento expressivo das operações de fiscalização, aplicação de embargos e multas, análise de cadastros ambientais rurais, destinação de florestas públicas e ampliação da integração de imagens de satélites e da repressão administrativa localizada.

Em termos de resultados práticos, o balanço mais recente do PPCDAm indica um cumprimento geral de metas superior a 75% do cronograma até o fim de 2024. No eixo de monitoramento e controle, o índice de execução se aproxima de 90%, refletido no aumento de 80% das autuações e na queda consolidada de 30,6% no desmatamento da Amazônia (2023-2024).

O Fundo Amazônia é representado de forma direta nos indicadores do PPCDAm, por meio de quatro atividades: retomada das ações a partir de 2023, em alinhamento com o PPCDAm; ampliação da carteira de projetos apoiados; criação de mecanismo de apoio emergencial a estados; e captação de recursos oriundos de fontes adicionais às existentes ao fim de 2022. Todas essas atividades vêm sendo cumpridas conforme demonstrado ao longo deste relatório.

Entretanto, outras linhas de ação previstas estão sendo viabilizadas pelos investimentos proporcionados pelo fundo, ainda que o resultado não seja explicitamente contabilizado. A título de exemplo, nos últimos três anos diversos projetos emblemáticos, que vêm incrementando a capacidade de investimento em escala inédita para políticas públicas de monitoramento e controle de órgãos federais, estão sendo apoiados pelo Fundo Amazônia, alcançando de forma direta e indireta estados e municípios, conforme detalhado no Quadro 3.

²⁹ DESMATAMENTO cai 11% na Amazônia e no Cerrado em um ano. WWF Brasil, [s. l.], 30 out. 2025. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?93220/Desmatamento-cai-11-na-Amazonia-e-no-Cerrado-em-um-ano#:~:text=Taxas%20ca%C3%ADram%20pelo%20quarto%20ano%20consecutivo%20na,dos%20planos%20federais%20de%20combate%20ao%20desmatamento>. Acesso em: 14 mai. 2026.

³⁰ Disponível em: <https://sisppcdam.mma.gov.br/index.html>. Acesso em: 14 mai. 2026.

Quadro 3 :: Projetos emblemáticos em execução com apoio do Fundo Amazônia no Eixo 2 do PPCDAm – monitoramento e controle (2023-2025)

Projeto	Proponente	Ano da contratação	Abrangência	Valor
Plano Amas	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	2023	Forças de segurança pública federais e estaduais dos nove estados da Amazônia Legal	R\$ 318 milhões
Apoio emergencial aos corpos de bombeiros da Amazônia Legal	Corpos de bombeiros dos nove estados da Amazônia Legal	2024/2025	Corpos de bombeiros dos nove estados da Amazônia Legal	R\$ 371 milhões
FortFisc	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	2025	Atuação do Ibama na Amazônia Legal	R\$ 826 milhões
Apoio aos corpos de bombeiros de outros biomas no âmbito da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (Caatinga, Cerrado e Pantanal)	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	2025	Corpos de bombeiros de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí e Distrito Federal; e Força Nacional de Segurança Pública	R\$ 150 milhões
Total				R\$ 1.665 milhões

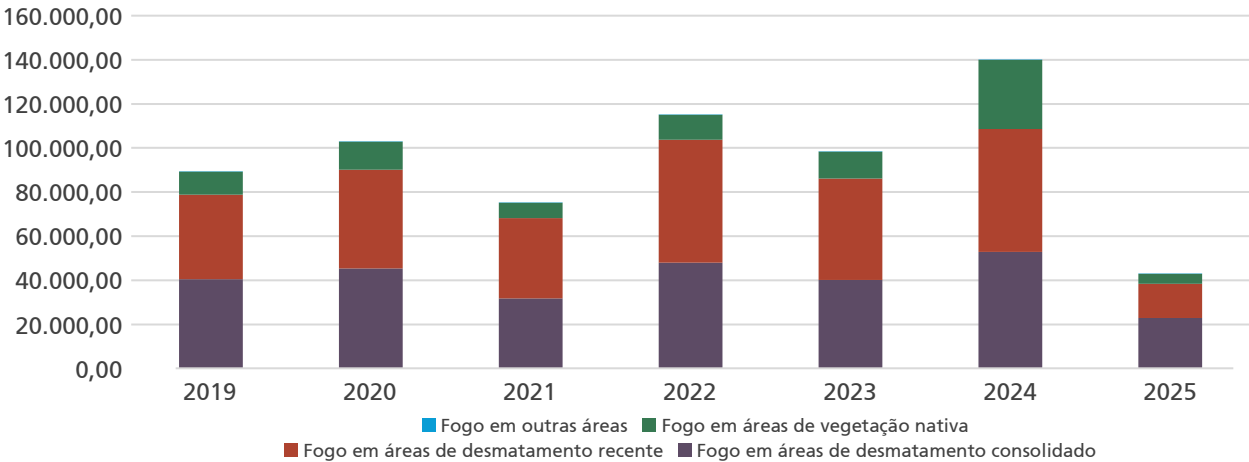
Fonte: Elaboração própria.

Nota: Mais detalhes do Plano Amas e do apoio aos corpos de bombeiros da Amazônia Legal estão disponíveis em: www.fundoamazonia.gov.br/pt/projetos-apoiados/. Para mais detalhes dos projetos FortFisc e Manejo Integrado do Fogo, ver o capítulo “Projetos contratados” deste relatório.

O apoio estratégico a esses temas centrais para o monitoramento e controle ambiental ensejam o acompanhamento de alguns indicadores regionais relacionados.

No que concerne ao apoio aos bombeiros, a mudança recente na dinâmica do desmatamento ligada às mudanças climáticas, que ampliam períodos de seca e calor, fez com que o tema da prevenção a incêndios e queimadas ganhasse grande relevância nos últimos anos. Nesse sentido, este relatório volta a acompanhar os indicadores de focos de calor registrados, considerando o tipo de vegetação.

Gráfico 9 :: Focos de calor considerando o tipo de vegetação



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TerraBrasilis. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/fires/biomes/aggregated/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

O indicador de combate a esses incêndios será acompanhado com base nos resultados apresentados pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia nos nove estados da Amazônia Legal, bem como em alguns estados do Cerrado apoiados pelo projeto Manejo Integrado do Fogo, do MJSP. Uma amostra com os projetos que informaram a quantidade de focos de calor combatidos em anos recentes permite estimar que cerca de 30% dos focos registrados estavam sendo combatidos quando da aprovação dos projetos. O apoio do Fundo Amazônia prevê uma robusta ampliação na capacidade de resposta, o que será fundamental no contexto das previsões de dificuldades climáticas, como seca e queimadas, para 2026.³¹

Outro tema importante para o Fundo Amazônia é o avanço do Programa de Regularização Ambiental (PRA), por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), como forma de monitoramento do desmatamento e ações de adequação de reserva legal de propriedades agrícolas privadas, promovendo ainda segurança jurídica e melhor acesso a crédito aos agricultores cadastrados e regularizados. O Fundo Amazônia apoiou diversos projetos, a maioria com estados, para a implementação do CAR, tendo atuado em todas as fases: cadastramento, análise e validação, em diferentes graus a depender do projeto. Nos mais de 15 projetos para apoio à implementação do CAR nos estados, destacam-se os seguintes resultados:³²

- mais de 1,2 milhão de cadastros realizados com apoio do Fundo Amazônia;
- contribuição para a definição de marcos regulatórios fundamentais para implementação do Código Florestal;
- os projetos foram fundamentais para a inserção de pequenas propriedades na base do Sistema Nacional do CAR (Sicar), alcançando regiões onde há pouca presença do Estado;
- utilização do CAR pelos estados apoiados como etapa inicial do licenciamento ambiental e, na maioria dos casos, para as ações de monitoramento e fiscalização.

Em 2025, a aprovação do apoio ao Programa União com Municípios e aos estados do Pará e Tocantins também contemplou metas relacionadas ao CAR.

No que se refere ao cadastramento, todos os estados da Amazônia Legal apresentam níveis elevados de cobertura territorial, com a maior parte das áreas passíveis já inscritas no CAR. Em termos relativos, portanto, essa etapa pode ser considerada consolidada. No entanto, a efetividade do instrumento depende da progressão para as etapas seguintes, especialmente a análise e validação dos cadastros. Em estudo recente de acompanhamento da implementação do Código Florestal na Amazônia Legal,³³ registrou-se avanço significativo nas primeiras fases, mas ainda há muitos desafios para sua implementação plena. O CAR atingiu níveis próximos da universalização em termos de cadastramento, mas as etapas subsequentes – análise e regu-

31 MMA ATUALIZA previsões climáticas e risco de incêndios florestais para os próximos meses. *Gov.br*, [s. l.], 25 mar. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/mma-atualiza-previsoes-climaticas-e-risco-de-incendios-florestais-para-os-proximos-meses>. Acesso em: 14 mai. 2026.

32 CRISOSTOMO, A. C.; MACHADO, G. *Relatório de avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia: estudo temático dos projetos de Cadastro Ambiental Rural (CAR) apoiados pelo Fundo Amazônia*. Brasília, DF: [s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleryes/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/Relatorio-Efetividade-CAR.pdf>. Acesso em: 14 mai. de 2026.

33 LOPES, C.; DIDONET, N; CHIAVARI, J. *Onde estamos na implementação do Código Florestal? Radiografia do CAR e do PRA nos Estados Brasileiros – Edição 2025*. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2025. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2025/12/Onde-Estamos-2025.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2026.

larização, incluindo ações de restauração para adequação de passivos ambientais – ainda permanecem incipientes em boa parte dos estados.

À medida que os estados demandem apoio para avançar na agenda do CAR, o Fundo Amazônia continuará dando suporte a essa importante política pública de regularização ambiental. O apoio histórico do Fundo Amazônia a projetos estaduais teve sempre como objetivo o aprimoramento da gestão ambiental no âmbito local, por meio de projetos que visam fortalecer institucionalmente os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, aprimorar o processo de licenciamento ambiental, capacitar o corpo de servidores públicos, fortalecer as unidades regionais dos órgãos ambientais e descentralizar e reforçar a gestão ambiental municipal.

Três indicadores vêm sendo acompanhados nesse sentido: (i) número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente; (ii) número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local; e (iii) número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente. Esses indicadores apresentaram evolução anual nula ou discreta nos relatórios anteriores, sem demonstrarem relação com o apoio do Fundo Amazônia, o que é agravado pela dificuldade de obtenção de dados dos órgãos estaduais de meio ambiente (Oema) ao longo dos anos. Até que ocorra uma atualização do quadro lógico, esses indicadores continuarão a ser mencionados. Na Tabela 8, são apresentados os dados fornecidos pelos Oemas em 2024.

Tabela 8 :: Indicadores regionais do componente “monitoramento e controle”

Estados	Nº de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente (cumulativo)		Nº de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local (cumulativo)		Nº de autorizações ou licenças ambientais concedidas pelos Oemas (anual)	
	2009	2024	2009	2024	2009	2024
Pará	4	6	10	138	3.259	10.191
Acre	5	5	1	0	2.239	2.326
Amapá	–	3	–	15	–	249
Amazonas	0	3	2	1	2.723	614
Roraima	1	12	13	15	183	-
Tocantins	20	15	0	4	3.360	6.370
Mato Grosso	11	9	5	55	5.430	5.335
Rondônia	14	14	1	31	2.480	8.387
Maranhão	1	1	0	36	0	4.468
Total	56	68	32	295	19.674	37.940

Fonte: Elaboração própria, com base em dados fornecidos pelos Oemas.



Efeito indireto 3 (componente “ordenamento territorial”): Área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente

Para esse objetivo, o Fundo Amazônia acompanha dois indicadores. O primeiro é a área de terras indígenas (TI) e unidades de conservação (UC) federais na Amazônia Legal³⁴ com instrumento de gestão territorial. Esse indicador monitora a evolução da elaboração de instrumentos de gestão territorial em TIs e UCs federais que tenham, respectivamente, planos de gestão territorial e ambiental (PGTA)³⁵ e planos de manejo.³⁶ O segundo indicador é o desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal.

A elaboração e implementação desses instrumentos de gestão em áreas protegidas visam contribuir de maneira significativa para a redução dos desmatamentos nesses domínios territoriais, além de servirem de subsídio para a execução de políticas públicas, em especial as direcionadas a povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais.

Tabela 9 :: Unidades de conservação federais e terras indígenas na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial (planos de manejo ou PGTA): quantidade e área (km²)

Áreas protegidas	Quantidade			Variação 2025/2009 (%)	Variação 2025/2024 (%)
	2009	2024	2025		
UCs federais com plano de manejo	28	103	107	282%	4%
Total UCs federais	130	149	149	15%	0%
% UCs com plano de manejo	21,5%	69,1%	71,8%	233%	4%
TIs com PGTA	33	117	117	254%	0%
Total de TIs	335	381	387	16%	2%
% TIs com PGTA	9,9%	30,7%	30,2%	205%	(1,7%)

(Continua)

34 O Brasil, por meio da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), que se divide em dois grupos: unidades de proteção integral (cujo objetivo é a preservação da natureza, permitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais) e unidades de uso sustentável (que buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos).

35 Os PGTA de TIs (conforme definidos nas *Orientações para elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de terras indígenas*, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai, de 2013) são ferramentas de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), podendo ser definidos como instrumentos que visam a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. Esses planos devem expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial.

36 O plano de manejo de uma unidade de conservação é um documento no qual, fundamentados nos objetivos gerais da UC, são estabelecidos o zoneamento e as normas que devem regular o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

(Continuação)

Áreas protegidas	Área (km²)			Variação 2025/2009 (%)	Variação 2025/2024 (%)
	2009	2024	2025		
Área UCs federais com plano de manejo*	144.475	532.810	589.767	308%	11%
Área total UCs federais	600.759	1.882.952	1.882.952	213%	0%
% área UCs com plano de manejo	24%	28%	31%	30%	11%
Área TIs com PGTA	75.741	650.574	650.574	759%	0%
Área total TIs	1.069.711	1.149.766	1.197.286	12%	4%
% área TIs com PGTA	7%	57%	54%	667%	(4%)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Nota: * Dados revisados: os valores de área para UCs podem ter variações de acordo com novas deliberações em seus decretos. Dados de plano de manejo: em março de 2026 só haviam sido disponibilizados até junho de 2025. Foram somados também os planos do último trimestre de 2024, considerando que houve a mesma situação no ano anterior.

Com base na análise dos dados da Tabela 9, verifica-se que entre 2009 e 2025 ocorreu considerável crescimento tanto do número quanto da extensão territorial das áreas protegidas.

O percentual de UCs com plano de manejo ultrapassou 70% em 2025, com ampliação de mais de 300% na área das UCs que contam com instrumento de gestão desde 2009. O percentual da área coberta com planos de manejo permanece no patamar de 30%, uma vez que a formalização de novas áreas protegidas também avançou de maneira expressiva (as UCs mais recentemente instituídas têm áreas mais extensas do que a média).

As TIs, apesar de um crescimento pequeno em área, tiveram um forte avanço na elaboração de PGTA ao longo dos 17 anos de existência do Fundo Amazônia, que contribuiu sobremaneira para tal expansão. Nos anos recentes, o número de PGTA concluídos demonstra pouco avanço, cenário que deve melhorar nos próximos anos, pois estão sendo implementados, com o apoio do Fundo Amazônia, grandes projetos voltados a povos indígenas que buscarão constituir e atualizar PGTA em TIs.

O Fundo Amazônia também avançou seu apoio aos territórios quilombolas, no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ), de 2023. No fim de 2025, ainda não havia estatística de planos de gestão territorial e ambiental quilombola (PGTAQ),³⁷ mas espera-se que nos próximos anos haja uma ampliação no quantitativo de territórios quilombolas com PGTAQ em elaboração e implementação.

É importante ressaltar que, em todos os projetos que tenham como beneficiários diretos povos indígenas e quilombolas, o Fundo Amazônia verifica se foram considerados seus sistemas socio-culturais e conhecimentos tradicionais e se as comunidades beneficiadas foram previamente consultadas quanto às ações a serem implementadas.

O Fundo Amazônia tem sido um grande apoiador da elaboração e implementação dos instrumentos de gestão territorial, tendo apoiado setenta das 107 UCs (mais de 70%) e 83 das 117

³⁷ O primeiro PGTAQ elaborado foi lançado em março de 2026 pelo Quilombo Cariongo, no Maranhão. Fonte: QUILOMBO Cariongo lança Plano de Gestão Territorial e Ambiental. ISPN, [s. l.], 5 mar. 2026. Disponível em: <https://ispn.org.br/noticia/cariongo-lanca-plano-de-gestao-territorial-e-ambiental-quilombola-do-maranhao/>. Acesso em: 14 mai. 2026.

TIs (mais de 70%) que dispõem de planos de gestão territorial.³⁸ Esses números não contemplam planos ainda em elaboração no âmbito dos projetos em execução. O Quadro 4 apresenta um conjunto de projetos emblemáticos apoiados pelo fundo no período de 2023 a 2025, que totalizam mais de R\$ 460 milhões.

Quadro 4 :: Projetos emblemáticos com apoio do Fundo Amazônia no Eixo 3 do PPCDAm – ordenamento fundiário e territorial (2023-2025)

Regularização fundiária	Instituição responsável pelo projeto	Ano de contratação	Objetivo	Valor
Caminhos Verdes	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	2025	Fortalecimento da governança fundiária na Amazônia Legal e apoio à regularização fundiária de assentamentos e terras públicas	R\$ 148.700.000,00
União com Municípios	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater)	2025	Georreferenciamento e outras ações de regularização fundiária	R\$ 51.783.443,00
Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Acre	Estado do Acre	2024	Apoio a planos de vigilância das terras indígenas, geocadastro de áreas para fins de regularização fundiária, entre outras ações	R\$ 25.500.813,68
Total				R\$ 225.984.256,68
Apoio a terras indígenas	Instituição responsável pelo projeto	Ano de contratação	Objetivo	Valor
Gestão Territorial Opirj	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (Opirj)	2023	Promoção da gestão territorial e ambiental integrada das terras indígenas do Rio Juruá	R\$ 33.661.383,00
Redes Indígenas da Amazônia	The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)	2024	Fortalecimento institucional da Coiab, Umiab e das organizações indígenas estaduais da Rede Coiab para consolidação das terras indígenas e sua gestão territorial e ambiental	R\$ 59.964.064,00
Dabucury: Compartilhando Experiências e Fortalecendo a Gestão Etnoambiental nas Terras Indígenas da Amazônia	Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese)	2023	Apoio a projetos de gestão territorial e ambiental indígena por meio de editais, serviços de apoio e capacitações, contribuindo para a consolidação das terras indígenas da Amazônia Legal	R\$ 53.819.079,00
Cuidar para Preservar: Saúde Integrada e Conservação na Amazônia	Associação Expedicionários da Saúde (EDS)	2025	Preservação da integridade dos territórios do Alto Rio Negro (AM)	R\$ 56.987.873,00
Território e Saúde: Olhares e Estratégias Guarani e Timbira	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	2025	Implementação de estratégias de enfrentamento às alterações climáticas, ao desmatamento e às pressões do entorno de terras indígenas	R\$ 31.714.124,00
Total				R\$ 236.146.523,00

³⁸ Dado gerado com base no cruzamento de informações da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a base de dados de TIs e UCs apoiadas pelo Fundo Amazônia relativas a TIs e UCs que têm instrumentos de planejamento territorial elaborados ou em implementação.

Como desdobramento do apoio à melhoria no ordenamento e gestão de áreas protegidas, o indicador de desmatamento em UCs e TIs é acompanhado pelo Fundo Amazônia, conforme apresentado na Tabela 10.

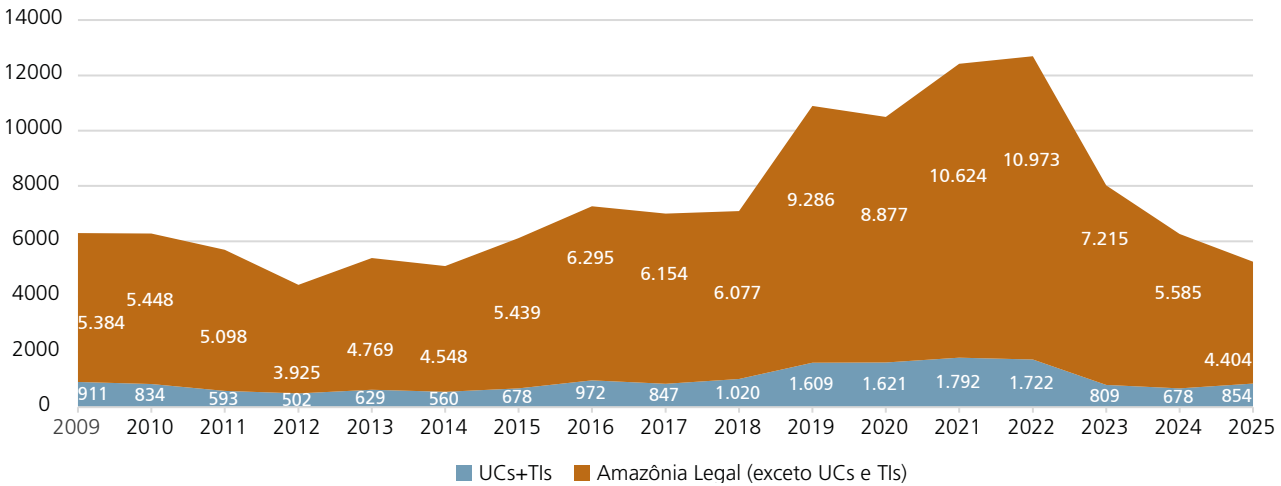
Tabela 10 :: Desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal (km²)

	2009	2015	2022	2025	Variação 2025/2022	Variação 2025/2009
Área desmatada UCs + TIs	910	678	1.721	854	(50,3%)	(6,1%)
Área total UCs + TIs	2.740.928,05					
% desmatado da área total	0,003%	0,002%	0,006%	0,003%		

Fonte: Prodes/Inpe (disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments. Acesso em: 27 mar. 2026); e IBGE (disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102222.pdf>. Acesso em 1º abr. 2026).
Nota: Dados de área de áreas protegidas, em todos os estágios, com data-base de 31 de agosto de 2025. A partir de 2023, os dados disponíveis na plataforma do Prodes encontram-se consolidados em unidades de conservação, não apresentando abertura da informação para unidades estaduais e federais.

Na Tabela 10, verifica-se uma redução nos incrementos de desmatamento em 2025, também observada na região como um todo. Houve elevação do desmatamento em terras indígenas entre 2023 e 2024, apurada pelo Projeto de Monitoramento da Amazônia Legal por Satélite (Prodes) e atribuída às persistentes pressões e invasões para atividades ilegais em algumas áreas específicas, como os territórios Parque do Xingu, Capoto/Jarina, Kayapó e Alto Rio Guamá. O efeito foi compensado pela redução em unidades de conservação, com o indicador consolidado já atingindo patamares inferiores aos observados em 2009, linha de base do Fundo Amazônia.

Gráfico 10 :: Participação do desmatamento em UCs e TIs no desmatamento total da Amazônia Legal em km²



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Prodes/Inpe. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments. Acesso em: 27 mar. 2026.
Nota: Os dados de desmatamento geral são diferentes neste gráfico por se tratar de incrementos, para efeitos de comparabilidade com os valores em áreas protegidas, diferentemente dos dados do Gráfico 8 que trata das taxas de desmatamento (indicador mais utilizado nas comunicações oficiais a respeito de desmatamento).

Conforme pode ser observado, as áreas protegidas (UCs e TIs), em conjunto, correspondem a 15% do total de desmatamento registrado em 2025. Considerando que elas representam 46,5% de todo o território da Amazônia Legal, o dado demonstra que o apoio à ampliação dessas áreas e à melhoria de sua gestão é um fator-chave no combate ao desmatamento.

No caso dos territórios quilombolas, que correspondem a cerca 1% do território da Amazônia Legal,³⁹ ainda não há estatística do Prodes para desmatamento, mas estudo recente aponta que, nas áreas já tituladas, a perda de cobertura florestal é 60% menor.⁴⁰ A elaboração de planos de gestão territorial potencializa ainda mais a capacidade de proteção florestal nesses territórios.

Efeito indireto 4 (componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”): Instrumentos econômicos e atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade

Ao longo dos 17 anos registrados neste relatório, o Fundo Amazônia apoiou 27 projetos que contemplavam alguma ação ligada a atividades de ciência, tecnologia e inovação para o uso sustentável da biodiversidade (19% dos 144 dos projetos e 5% do valor total do apoio). Esse apoio se concentrou em ações transversais de desenvolvimento e aplicação de tecnologias, ainda que também tenha apoiado projetos pequenos de pesquisa científica e tecnológica.

Em primeiro plano em escala de investimento estão as iniciativas baseadas em ciência e tecnologia (C&T) para monitoramento e detecção de desmatamento, aumentando a vigilância territorial em tempo quase real, bem como projetos para ampliar o conhecimento a respeito das espécies florestais, tipos de solo e variações na capacidade de sequestro de carbono em diferentes localidades.

O fundo também apoiou projetos de médio porte em construção de infraestrutura científica e tecnológica (laboratórios, equipamentos e sistemas), que viabilizam a pesquisa aplicada e a operacionalização de soluções – muitas vezes acopladas a cadeias produtivas e à transferência de tecnologia. Também foram apoiadas as linhas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) acadêmico e capacitação técnica/científica voltadas à bioeconomia (como a extração, purificação e desenvolvimento de compostos bioativos).

Historicamente, o Fundo Amazônia acompanha dois indicadores para esse efeito indireto: (i) número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que permite uma primeira avaliação do grau de fortalecimento do sistema regional de inovação; e (ii) valor de subvenção pago a extrativistas para a promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade nos estados da Amazônia Legal (PGPM-Bio), para monitorar a evolução da política de incentivos econômicos na região amazônica.

Considerando que, até 2025, apenas um dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia resultou no registro de duas patentes depositadas no INPI, e que projetos de pagamento de serviços

³⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Áreas protegidas na Amazônia Legal: um retrato ambiental e estatístico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102222.pdf>. Acesso em 1º abr. 2026.

⁴⁰ OVIEDO, A.; LIMA, W.; SOUZA, F. *Amazônia quilombola: ampliando a cartografia sobre os quilombos na Amazônia Legal*. Nota Técnica. [s. l.]: Conaq, 2025. Disponível em: https://infoamazonia.org/wp-content/uploads/2025/10/Amazonia_Quilombola_NT_final_v3-16out2025.pdf. Acesso em: 1º abr. 2026.

ambientais para o público-alvo do Fundo Amazônia foram residuais, os indicadores não foram incluídos neste relatório.

Síntese do monitoramento dos indicadores regionais relacionados às ações do Fundo Amazônia

- Em 2025, foi mantida a tendência de redução na taxa de desmatamento na Amazônia Legal, alcançando queda de mais de 55% em relação a 2021.
- A análise da produção dos principais produtos de extrativismo, com base em dados do IBGE, demonstra um alinhamento com as atividades mais apoiadas pelo Fundo Amazônia. Além disso, destaca oportunidades de fomento a atividades como o manejo madeireiro, que pode ganhar impulso com iniciativas de restauração florestal, bem como a extração de oleaginosas (cumaru e copaíba) e de látex, além de atividades agrícolas, como a produção de cacau, que apresenta uma valorização histórica significativa.
- Reintroduziu-se o acompanhamento de indicadores de incêndios florestais, para viabilizar, em futuro próximo, a atuação dos corpos de bombeiros apoiados pelo Fundo Amazônia.
- Foram registrados avanços e desafios relacionados à agenda do Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como a necessidade de fomentar projetos para endereçar as fases de análise e regularização ambiental.
- Observou-se a continuidade do crescimento da elaboração de instrumentos de gestão territorial em unidades de conservação e terras indígenas (muitos ainda não perceptíveis por conta de projetos recentes do Fundo Amazônia, cujos acompanhamentos ainda não foram formalizados), o que se demonstra ser uma boa prática de prevenção do desmatamento, uma vez que as áreas protegidas são efetivamente as que desmatam menos.



QUADRO DE RESULTADOS DOS PROJETOS

O processo de monitoramento e avaliação de resultados das iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia ocorre desde a concepção do projeto, na construção do alinhamento às diretrizes e aos critérios de apoio, até a sua conclusão, quando o cumprimento das obrigações contratuais se encerra.

Para tanto, como desdobramento do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, foi desenvolvido um conjunto de indicadores comuns para monitoramento ao longo do período de execução dos projetos. Esses indicadores compõem um quadro de resultados específico, elaborado na fase de análise de cada projeto, em diálogo com as organizações proponentes.

Os projetos apoiados são acompanhados desde a assinatura do contrato. Cada liberação de recursos está condicionada ainda à verificação do cumprimento das normas e cláusulas contratuais pertinentes, com base em relatórios de desempenho contendo: (i) o resumo das principais atividades realizadas; (ii) as informações financeiras referentes aos valores utilizados no período; (iii) a documentação relativa ao cumprimento de obrigações contratuais; e (iv) os indicadores de monitoramento de resultados, que têm por objetivo prevenir ou solucionar situações que comprometam sua implantação ao longo da execução. O acompanhamento pelo BNDES compreende também, quando necessário, visitas aos locais apoiados para verificação da execução física e financeira do projeto. As atividades realizadas pelos projetos em fase de execução são relatadas no *site* do Fundo Amazônia,⁴¹ onde, para cada projeto apoiado, é reservada uma seção específica com informações como: nome da organização responsável pela execução; abrangência territorial e beneficiários; valor total e valor da colaboração financeira do Fundo Amazônia; prazo de execução previsto; valores desembolsados e respectivas datas de liberação; contexto do projeto e informações sintéticas; lógica de intervenção; resumo das atividades já realizadas; e o contrato.

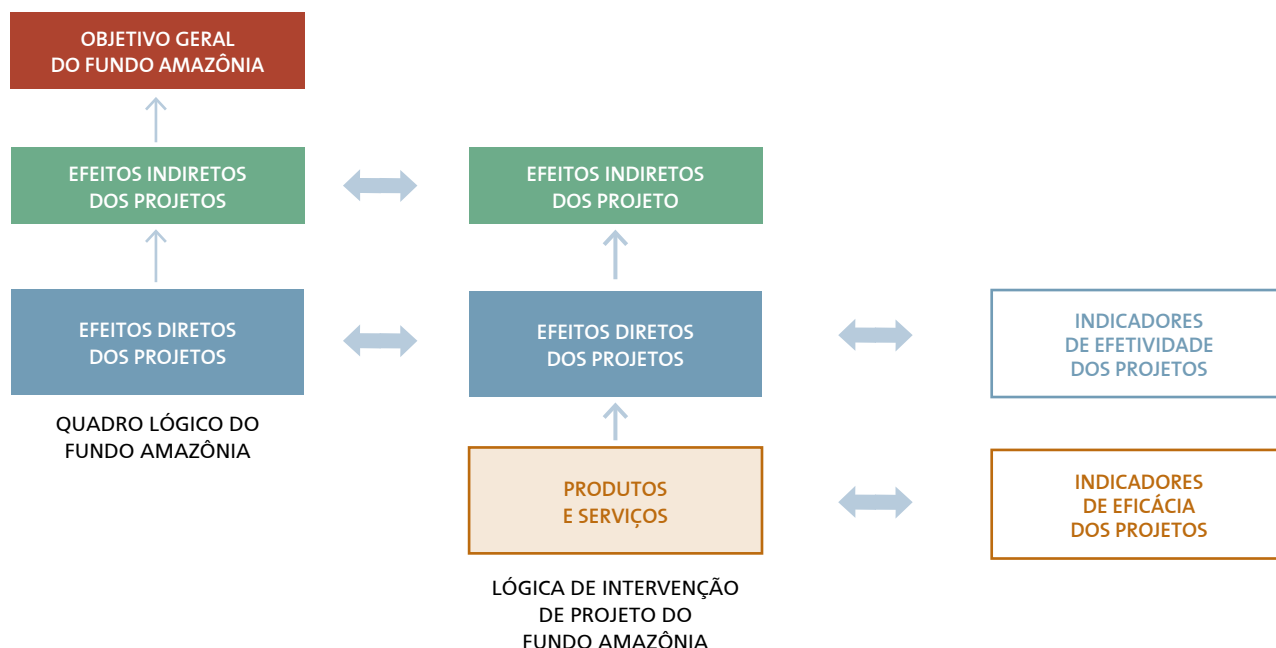
Na conclusão do projeto, além da prestação de contas da execução física e financeira, o beneficiário apresenta um relatório de avaliação de seus resultados. O principal objetivo desse relatório é consolidar informações sobre execução, resultados e impactos do projeto apoiado. O documento deve conter informações sobre a evolução do projeto, o monitoramento consolidado dos indicadores de seu quadro de resultados, considerações a respeito da sustentabilidade futura dos resultados e eventuais problemas que tenham surgido ao longo de sua implantação, bem como conhecimentos gerados e lições aprendidas.

Uma vez consolidados, os dados de monitoramento de todos os projetos proporcionam uma visão agregada dos produtos e serviços entregues, bem como dos impactos gerados. Em alguns casos, projetos apresentam especificidades que necessitam de indicadores próprios, o que não permite consolidar a informação de forma agregada. Nesses casos, são realizadas análises individualizadas do indicador no âmbito do próprio projeto.

⁴¹ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/>. Acesso em: 6 abr. 2026.

A Figura 7 ilustra como os efeitos diretos e indiretos dos projetos devem contribuir para o desenvolvimento das quatro componentes e, dessa forma, para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia.

Figura 7 :: Inserção de projetos no Quadro Lógico do Fundo Amazônia



Fonte: Elaboração própria.

São apresentadas, a seguir, tabelas com a consolidação dos resultados e impactos mensurados por meio dos indicadores dos projetos apoiados, agrupados com base nos registros dos relatórios de acompanhamento formalizados até 31 de dezembro de 2025. No presente relatório, estão sendo utilizados como referência valores acumulados até 2022 comparados aos de 2025, a fim de demonstrar os resultados do Fundo Amazônia nos três anos subsequentes à sua retomada em 2023.

Ressalta-se que a captura de indicadores de resultados, considerando o ciclo de aprovação, contratação, execução, prestação de contas e acompanhamento dos projetos por parte da equipe do BNDES, pode levar alguns anos, especialmente no caso de editais e chamadas públicas.

Uma outra ressalva metodológica é relativa à possibilidade de eventuais variações nas medições de alguns indicadores em razão de aprimoramentos na forma de apuração, sempre com a devida explicitação dos motivos. Neste relatório, alguns indicadores estão em fase de revisão metodológica e foram retirados temporariamente das tabelas a seguir, conforme sinalizado em cada tabela.

Componente “atividades produtivas sustentáveis”

Como mencionado anteriormente, o conjunto de projetos apoiados neste eixo abrange atividades extrativistas, restauração, atividades de beneficiamento/industrialização de produtos extrativistas e da agricultura familiar, de segurança alimentar (produção de alimentos para consumo próprio), de artesanato e de turismo de base comunitária. A Tabela 11 apresenta os indicadores de resultados consolidados com base nos registros dos relatórios de acompanhamento formalizados até 31 de dezembro de 2025.

Tabela 11 :: Indicadores do componente 1, “atividades produtivas sustentáveis”

Indicadores de produção sustentável	Até 2022 (acumulado)	Até 2024 (acumulado)	Até 2025 (acumulado)	Variação 2025/2024	Variação 2025/2022
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (total)	56.340	59.100	67.033	13%	19%
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (mulheres)	8.341	9.945	13.376	34%	60%
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (indígenas)	5.108	6.247	6.641	6%	30%
Organizações comunitárias fortalecidas	653	652	945	45%	45%
Projetos de pequeno porte (até R\$ 150 mil) apoiados por entidades aglutinadoras*	2.679	2.684	2.756	3%	3%
Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras	94	86	157	83%	67%
Imóveis rurais com projetos de produção sustentável	5.325	5.459	5.895	8%	11%
Imóveis rurais (famílias) beneficiados com assistência técnica	12.527	12.936	14.881	15%	19%
Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas, ampliadas ou reformadas	539	555	661	19%	23%
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (total)	240.801	258.990	287.634	11%	19%
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (mulheres)	56.224	59.973	75.323	26%	34%
Área recuperada utilizada para fins econômicos (ha)	17.039	17.357	29.790	72%	75%
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	30.352	38.648	46.208	20%	52%
Receita obtida com a comercialização de produtos <i>in natura</i> + beneficiados (R\$ mil)**	293.952	321.368	364.680	13%	24%

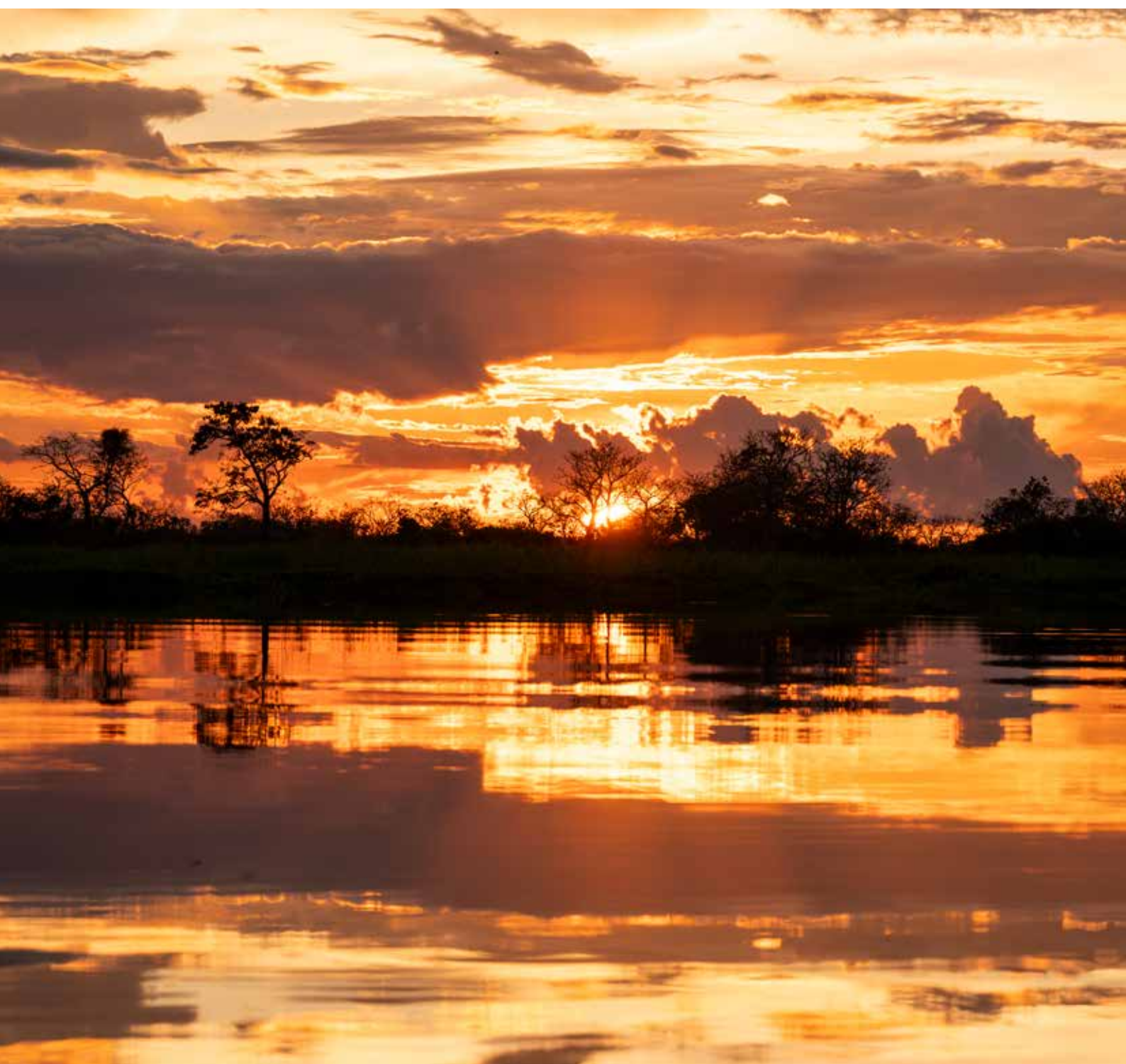
Indicador de eficácia Indicador de efetividade

Fonte: Elaboração própria.

Notas: * O conceito de projeto nesse caso compreende, por exemplo, a aquisição de um equipamento para uma atividade produtiva que tenha sido planejada comunitariamente. ** O indicador de receitas consolidou as receitas de produtos *in natura* e produtos beneficiados, pois diversos projetos não informaram os dados de maneira segmentada, o que dificulta a diferenciação. Além disso, com base em uma análise das informações repassadas pelos diversos projetos apoiados, identificou-se grande diversidade de formas de comunicar as receitas, com algumas organizações informando a receita anual, outras, a receita acumulada, e outras, o incremento das receitas, entre outras formas, o que dificulta sobremaneira a padronização dos dados. *** Dois indicadores foram retirados da tabela em comparação com o ano anterior. O indicador “área da floresta diretamente manejada em decorrência dos projetos apoiados (hectares)” foi temporariamente excluído por conta da identificação de inconsistências na aferição dos números em alguns projetos, e retornará assim que uma análise for concluída. O outro indicador retirado é o de “indivíduos capacitados para a prática de atividades produtivas sustentáveis utilizando os conhecimentos adquiridos”, uma vez que foi identificada dificuldade em aferir quem de fato continua utilizando os conhecimentos adquiridos. Isso porque muitos projetos reportam que as pessoas capacitadas não necessariamente têm relação direta com a organização, sendo comunitários ou representantes de demais organizações.

Devido ao fato de o ciclo de monitoramento e avaliação dos projetos depender de longos períodos de implementação, reporte e verificação, há projetos executados em anos anteriores que apresentaram resultados acumulados e não reportados anteriormente, o que fez com que alguns números avançassem com maior destaque com a conclusão do ciclo de monitoramento e avaliação encerrado em 2025. Dos registros de acompanhamento de 2025, ressaltam-se:

- avanço de 45% no número de organizações que progrediram em governança e gestão, que são aquelas que receberam algum apoio que melhorasse suas capacidades, seja com fortalecimento institucional em gestão ou com equipamentos e obras civis para ampliar a produção e beneficiamento;
- avanço de 67% no número de projetos de médio e grande porte apoiados por entidades aglutinadoras;
- avanço de 23% no número de unidades de beneficiamento implantadas ou fortalecidas;
- avanço de 75% na área recuperada utilizada para fins econômicos; e
- avanço no número de indivíduos capacitados para a prática de atividades produtivas sustentáveis, com destaque para o crescimento acima da média de indígenas (30%) e mulheres beneficiadas (60%).



Promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável

Alcançar a igualdade de gênero, acabando com todas as formas de discriminação contra mulheres e garantindo oportunidades equitativas, é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5) para o qual o Fundo Amazônia busca contribuir no seu apoio a projetos.

Desde 2008, o BNDES, responsável pela gestão do Fundo Amazônia, incluiu em todos os seus contratos de financiamento a chamada cláusula social, que explicita o combate à discriminação de raça e gênero, bem como ao trabalho infantil e escravo no Brasil.

No contexto dos projetos apoiados pelo fundo, além da cláusula social, a promoção da equidade de gênero vem sendo utilizada como critério de seleção em todos os seus editais e chamadas públicas, pontuando favoravelmente as organizações que apresentam maior participação de mulheres tanto no quadro social quanto na gestão.

O Fundo Amazônia também dispõe de indicadores em projetos de produção sustentável para verificar em que medida mulheres participam de atividades e de tomadas de decisão, incluindo o monitoramento do número de mulheres em posição de coordenação nas organizações apoiadas e da quantidade de mulheres capacitadas em novas tecnologias de produção sustentável. Desde 2015, também observa em avaliações externas independentes (*ex post*) como os projetos concluídos contribuíram para a promoção da equidade de gênero.

Em 2019, foi disponibilizado no *site* do Fundo Amazônia o estudo *Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados pelo Fundo Amazônia*,⁴² com os objetivos de sistematizar a contribuição dos projetos do componente 1 (“produção sustentável”) para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, mapear a situação das mulheres nos projetos visitados em dois estados da Amazônia (Rondônia e Mato Grosso) e formular recomendações que estimulem a igualdade.

O resultado mostrou um número bastante expressivo de mulheres desenvolvendo atividades produtivas que promovem redução do desmatamento em pequenas propriedades na Amazônia, contribuindo diretamente para o objetivo final do Fundo Amazônia, com participação proeminente no uso sustentável da floresta e na redução do desmatamento. Foi possível verificar também que, quando as mulheres ampliam sua renda, elas internalizam novas habilidades, conhecimentos, direitos e oportunidades e melhoram sua participação e visibilidade nos diferentes espaços de convivência social.

Com base nesses resultados, foram identificadas boas práticas relacionadas à igualdade de gênero nos projetos, levantadas lições aprendidas e elaboradas recomendações para o Fundo Amazônia.

⁴² COOPERAÇÃO ALEMÃ PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados pelo Fundo Amazônia*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ-Estudo-genero.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2026.

A estruturação do beneficiamento da produção primária, agregando valor e ampliando a renda dos produtores locais, é uma estratégia fundamental para transitar de um modelo econômico predatório para o desenvolvimento sustentável de uma bioeconomia com floresta em pé. Considerando tal premissa, uma análise a respeito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia permite observar uma crescente capacidade institucional das organizações da ponta, oriunda do apoio continuado que vêm recebendo ao longo dos anos, tanto do fundo quanto de outras fontes.

Percebe-se crescente beneficiamento da produção primária nos projetos apoiados, decorrente de uma abordagem inicial com recursos não reembolsáveis destinados à organização dessa produção e à capacitação dos produtores rurais para adoção de melhores técnicas, capazes de aumentar a produtividade. Isso demonstra um processo de incremento de renda mais estruturante, cujo potencial de avanço ainda é muito grande.

Exemplos destacados são organizações como a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), no estado do Amazonas, que durante um longo período recebeu recursos por meio de projetos de menor monta em editais de parceiros executores do Fundo Amazônia e do Fundo Socioambiental do BNDES, ou compunha arranjos de projetos como instituição aglutinada, mas atualmente dispõe de um projeto diretamente contratado com o fundo, da ordem de R\$ 39 milhões. A Asproc, com base na experiência da execução dos projetos passados e na estruturação viabilizada por eles, chegou ao ponto de exercer papel de aglutinadora e parceira repassadora de recursos para outras cinco cooperativas e associações da sua região, com significativa ampliação da escala de produção e população beneficiada. De forma geral, nos arranjos mais recentes, as instituições aglutinadoras vêm logrando êxito na implementação de projetos de maior escala e capilaridade, o que pode ser observado por meio do aumento do valor médio dos contratos do Fundo Amazônia.

Após a retomada do Fundo Amazônia, a atuação com povos indígenas também cresceu consideravelmente, com destaque para operações propostas e executadas diretamente ou em parceria com organizações representativas desses povos. Em dezembro de 2025, cerca de 20% da quantidade e do valor direcionado a projetos no modelo aglutinador foram de iniciativas voltadas a povos indígenas.

Componente “monitoramento e controle”

O apoio a ações de monitoramento e controle é fundamental para reduzir o desmatamento na Amazônia. O avanço de economias ilícitas – como a extração ilegal de madeira, a mineração ilegal, a grilagem de terras e a pecuária associada a passivos ambientais –, cada vez mais vinculadas a redes de corrupção, lavagem de dinheiro, violência e narcotráfico, demanda uma resposta integrada, que una segurança pública, inteligência policial, fiscalização ambiental, integração e cooperação internacional e políticas de desenvolvimento sustentável. A intensificação de ações de combate a ilícitos das mais diversas naturezas na Amazônia, iniciada em 2023, e o apoio aos corpos de bombeiros começaram a apresentar resultados mais consistentes já em 2025. Ressalta-se que muitos resultados ainda não tiveram seu ciclo de execução, relato e verificação concluído, mas serão captados nos relatórios futuros. Os projetos de CAR que foram concluídos em 2025 também registraram avanços acumulados que não haviam sido reportados em anos anteriores. Registra-se ainda um avanço relevante nos autos de infração

lavrados, o que demonstra a intensificação das ações de comando e controle para prevenção e combate ao desmatamento ilegal.

Tabela 12 :: Indicadores do componente 2, “monitoramento e controle”

Indicadores de monitoramento e controle	Até 2022 (acumulado)	Até 2024 (acumulado)	Até 2025 (acumulado)	Variação 2025/2024	Variação 2025/2022
Órgãos ambientais fortalecidos (federais, estaduais e municipais)	326	326	326	0%	0%
Servidores capacitados em gestão ambiental e/ou tecnologias de monitoramento do desmatamento	11.197	11.533	11.612	1%	4%
Missões de fiscalização ambiental efetuadas	1.896	2.123	2.128	0%	12%
Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelos corpos de bombeiros militares	32.837	32.837	38.004	16%	16%
Imóveis rurais inscritos no CAR (protocolo)	1.062.666	1.231.305	1.377.964	12%	30%
Área de imóveis rurais inscritos no CAR (protocolo) (ha)	125.880.444	166.519.400	166.807.411	0%	33%
Área com cobertura vegetal recuperada para conservação ou regularização ambiental – regeneração em andamento (ha)	14.640	14.640	20.895	43%	43%
Autos de infração lavrados por infrações contra a flora	18.590	30.429	31.891	5%	72%

 Indicador de eficácia  Indicador de efetividade

Fonte: Elaboração própria.

Nota: * O indicador “Servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)” foi retirado, uma vez que foi identificada grande dificuldade em aferi-lo. Tem sido difícil para os executores do projeto rastrear os indivíduos que realizaram as capacitações, principalmente por ser comum a movimentação de pessoas ao longo de suas vidas profissionais.

Componente “ordenamento territorial”

Conforme já mencionado neste relatório, as UCs e TIs – que correspondem, em seu conjunto, a mais de 45% da área total da Amazônia Legal – são categorias territoriais protegidas pela legislação, cuja consolidação e gestão são objetivos estratégicos para a redução do desmatamento, como reconhecido pelo PPCDAm. A atuação para ampliar e fortalecer a gestão dessas áreas promove os direitos de acesso à terra, sobretudo para povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, e dificulta a ação de desmatadores e grileiros de terras.

Os registros de resultados apurados pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia até dezembro de 2025 no eixo de ordenamento territorial estão apresentados na Tabela 13. O número de UCs e TIs apoiadas engloba, além dos projetos de elaboração e implementação de instrumentos de gestão ambiental e territorial, projetos que contemplem apoio em outros eixos. Destaca-se um forte avanço em praticamente todos os indicadores, impactado, notadamente, pelo crescimento do apoio a projetos com organizações indígenas.

Tabela 13 :: Indicadores do componente 3, “ordenamento territorial”

Indicadores de ordenamento territorial	Até 2022 (acumulado)	Até 2024 (acumulado)	Até 2025 (acumulado)	Variação 2025/2024	Variação 2025/2022
Unidades de conservação apoiadas*	196	192	191	(1%)	(3%)
Terras indígenas apoiadas	101	122	167	37%	65%
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (total)	3.592	5.890	6.474	10%	80%
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (indígenas)	1.922	2.863	3.283	15%	71%
Indivíduos de etnia indígena diretamente beneficiados pelo apoio do Fundo Amazônia	61.048	75.190	85.792	14%	41%
Área de unidades de conservação criadas (km²)	7.083	7.083	7.083	0%	0%
Extensão de áreas protegidas com infraestrutura, gestão ambiental e/ou controle de seu território fortalecido (km²)	741.541	755.038	1.156.442	53%	56%

Indicador de eficácia Indicador de efetividade

Fonte: Elaboração própria.

Notas: * O número de unidades de conservação teve um pequeno ajuste devido a um aprimoramento na forma de apuração do indicador. ** O indicador “Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos” foi retirado, uma vez que foi identificada grande dificuldade em aferi-lo. Tem sido difícil para os executores do projeto rastrear os indivíduos que realizaram as capacitações, principalmente por ser comum a movimentação de pessoas ao longo de suas vidas profissionais. Além disso, pessoas capacitadas não necessariamente têm relação direta com a organização que realizou as capacitações, sendo comunitários ou representantes de organizações, o que prejudica o posterior controle da aplicação dos conhecimentos.

Componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”

Dos 27 projetos da carteira do Fundo Amazônia que contemplam ações classificadas como relacionadas ao componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”, a grande maioria diz respeito a pesquisas associadas a projetos cujo peso maior está concentrado nos demais componentes de atuação do fundo.

Dos projetos cujo único escopo é o de ciência, inovação e instrumentos econômicos, um foi contratado em 2025, com a Fundação Getulio Vargas (FGV), sendo o primeiro projeto contratado exclusivamente nesse eixo desde a retomada do fundo. Dessa forma, o registro de resultados por meio de relatório de acompanhamento será realizado pela primeira vez em 2026, sendo possível apenas registrar a ampliação do valor total desembolsado para pesquisa científica e tecnológica. Para esse indicador, além do desembolso de R\$ 5,3 milhões, registrou-se aumento por conta da inclusão de desembolsos realizados no passado e cujo ciclo de execução, relatoria e verificação foi concluído em 2025.

Outro indicador que apresentou avanço, dentre os acompanhados neste relatório, é o número de publicações, em especial por meio dos projetos do Inpe e do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), concluídos em 2025.

Por outro lado, 2025 foi um ano de fomento a novas linhas de atuação no apoio à ciência e tecnologia pelo Fundo Amazônia, associadas à atuação com atividades produtivas sustentáveis.

Esse esforço será refletido em novos projetos que comporão a carteira do fundo em breve e serão registrados nos próximos relatórios.

Tabela 14 :: Indicadores do componente 4, “ciência, inovação e instrumentos econômicos”

Indicadores de ciência, inovação e instrumentos econômicos	Até 2022 (acumulado)	Até 2024 (acumulado)	Até 2025 (acumulado)	Variação 2025/2024	Variação 2025/2022
Valor total desembolsado para pesquisa científica e tecnológica (R\$ milhões)	149	149	184	24%	24%
Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica durante a execução dos projetos	2.159	2.159	2.159	0%	0%
Famílias beneficiadas com pagamento por serviços ambientais	4.042	4.042	4.042	0%	0%
Publicações científicas, pedagógicas ou informativas produzidas	603	619	640	3%	6%
Patentes solicitadas ou depositadas	2	2	2	0%	0%

Indicador de eficácia Indicador de efetividade

Fonte: Elaboração própria.

AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE

As avaliações de efetividade independentes têm, entre outras, as seguintes finalidades:

- auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas a seus doadores e à sociedade sobre o tipo de projeto apoiado e seus impactos;
- possibilitar a aprendizagem institucional dos executores de projetos e do próprio fundo, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;
- verificar a observância, pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, às salvaguardas de Cancún, acordadas no âmbito da UNFCCC para ações de REDD+; e
- verificar o alinhamento dos projetos ao PPCDAm, aos planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento e à Estratégia Nacional de REDD+.

Ao fim de 2025, a carteira do Fundo Amazônia contava com 144 projetos contratados, dos quais 82 já concluídos. Os resultados e impactos dos projetos concluídos são avaliados pela equipe do fundo e divulgados em seus relatórios anuais (ver capítulo “Projetos concluídos”) e em seu *site*.⁴³

Em 2016, com apoio técnico da agência de cooperação técnica alemã Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), foi criado e publicado o marco conceitual para a realização de avaliações de efetividade independentes dos projetos executados com recursos do Fundo

⁴³ Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projetos/busca/index.html?reloaded&facet_Situacao_prop=conclu. Acesso em: 6 abr. 2026.

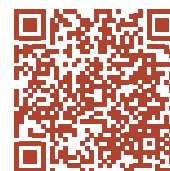
Amazônia.⁴⁴ Com o aumento no número de projetos finalizados, identificou-se que avaliá-los em blocos temáticos, de acordo com seus objetivos, produziria insumos importantes para a agregação dos resultados e impactos alcançados e para a identificação de contribuições conjuntas para o alcance dos objetivos do Fundo Amazônia. Para orientar essas avaliações temáticas, foi desenvolvido, em 2020, um adendo ao marco conceitual referente a elas, também publicado no site do Fundo Amazônia.⁴⁵

Em 2025, a GIZ apresentou ao Fundo Amazônia o 2º adendo ao marco conceitual das avaliações externas, elaborado com base nos resultados de uma oficina realizada em maio daquele ano. Dessa forma, foram incorporadas novas metodologias, como o critério de coerência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a ampliação do uso de abordagens baseadas em evidências. Além disso, também está sendo ampliado o foco em temas transversais (como gênero, direitos de povos indígenas e distribuição de benefícios) e incorporadas orientações práticas para melhorar qualidade, inclusão e impacto das avaliações futuras.

Ao longo de 17 anos do Fundo Amazônia, foram realizados 19 estudos de avaliação externa de projetos, sendo oito avaliações de projetos individuais e 11 avaliações temáticas, que contemplaram conjuntos de projetos, totalizando cinquenta projetos concluídos avaliados externamente.

Foi publicada, também em 2019, uma avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia, relativa ao período de 2008 a 2018, que apontou recomendações para seu aprimoramento e concluiu que há evidências claras de que o fundo vinha contribuído para a redução do desmatamento na Amazônia até aquele momento. Tanto a avaliação quanto seus estudos complementares podem ser consultados no site do Fundo Amazônia.^{46,47}

Saiba mais
sobre as avaliações
externas de projetos:



Em 2025, a GIZ consolidou informações dessas avaliações e entregou ao BNDES um banco de dados contemplando 593 recomendações e 210 lições aprendidas, cuja análise pela equipe do Fundo Amazônia será apresentada a seguir. Essas recomendações e lições foram sintetizadas em temas e considerações principais, e foram feitas análises a respeito do atendimento a elas por meio de ações executadas e em execução pelo fundo. Algumas recomendações não estavam vinculadas às atribuições do Fundo, e outras ainda não tratadas estão contempladas na agenda de trabalho para os próximos anos.

⁴⁴ GIZ; FUNDO AMAZÔNIA. *Avaliação de efetividade dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia*. [s. l.], 2016. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Marco-Conceitual-Avaliacao-Efetividade-Projetos_2016.pdf. Acesso em: 14 mai. 2026.

⁴⁵ GIZ; FUNDO AMAZÔNIA. *Avaliação de efetividade dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia: adendo ao marco conceitual referente a avaliações temáticas* [s. l.], 2020. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Marco-Conceitual-Adendo-Avaliacoes-Tematicas_2020.pdf. Acesso em: 14 mai. 2026.

⁴⁶ VIERGEVER, M.; SANTOS, P. *Relatório de avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia: estudo de distribuição de benefícios do Fundo Amazônia*. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Distribuicao-de-Beneficios.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2026.

⁴⁷ CRISOSTOMO, A. C.; MACHADO, G. *Relatório de avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia: estudo temático dos projetos de Cadastro Ambiental Rural (CAR) apoiados pelo Fundo Amazônia*. Brasília, DF: [s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/Relatorio-Efetividade-CAR.pdf>. Acesso em: 14 mai. de 2026.

Quadro 5 :: Síntese das recomendações e lições aprendidas nos estudos de avaliação externa dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Grandes temas	Síntese das recomendações	Encaminhamentos em andamento pelo Fundo Amazônia
APS/bioeconomia	Ampliar escala, apoiar mais iniciativas de assistência técnica e extensão rural, capilaridade e articulação.	A forte ampliação observada na carteira de projetos de apoio a atividades produtivas sustentáveis contempla os avanços sugeridos.
Áreas protegidas/indígenas	Ampliar escala, capilaridade e articulação.	
Comando/controle	Novas tecnologias, articulação, priorização de áreas sob maior risco.	Projetos como o Plano Amas e o apoio ao Ibama vêm ampliando a capacidade tecnológica para prevenção e combate a crimes ambientais na Amazônia.
CAR/ordenamento territorial	Acelerar implementação do CAR/PRA.	O Fundo Amazônia tem apoio fundamental no CAR. O avanço nessa agenda depende de demais atores.
Ciência e tecnologia	Maior aproximação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e universidades para se conectar melhor com agendas de pesquisa para a Amazônia.	Novos projetos protocolados em 2025 buscam ampliar a articulação com instituições de ciência e tecnologia para fomentar a inovação nas atividades produtivas sustentáveis.
Municípios	Ampliar o apoio a municípios e dar visibilidade às boas práticas municipais.	O Programa União com Municípios visa apoiar um conjunto significativo de municípios prioritários no combate ao desmatamento, por meio da valorização das boas práticas municipais no tema.
Gênero	Transversalizar a questão de gênero, mapear cadeias produtivas sensíveis a gênero.	Atualmente, todas as chamadas públicas contemplam critérios que valorizam questões de gênero nos projetos. O Fundo Amazônia também dispõe de indicadores para verificar em que medida mulheres participam de atividades e de tomadas de decisão.
Gestão do conhecimento e gestão de projetos	Disponibilizar tutoriais, agilizar processos, usar instrumentos híbridos de crédito, diminuir distância física para os projetos.	Temas em estudo, alguns em análise para implementação piloto.
Indicadores	Aprimorar conjunto de indicadores de resultados.	Tema em análise e prioritário na agenda de trabalho institucional.

Fonte: Elaboração própria, com base no banco de dados de recomendações e lições aprendidas das avaliações desenvolvido pela GIZ.

Considerando as recomendações e lições que podem ser atendidas, percebe-se que, em grande medida, o Fundo Amazônia vem atendendo-as por meio de editais e projetos em andamento, bem como por meio de fomento de novas iniciativas.

SALVAGUARDAS DO FUNDO AMAZÔNIA

No âmbito da COP16, realizada em Cancún em 2010, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) definiu sete salvaguardas visando potencializar os impactos socioambientais positivos e reduzir os impactos negativos relacionados a atividades de REDD+. Considerando a ocasião em que foram aprovadas, são conhecidas como Salvaguardas de Cancún.

Periodicamente, como requisito da UNFCCC para o reconhecimento de seus resultados na redução do desmatamento, o Brasil submete à ONU um Sumário de Salvaguardas, tendo o 1º Sumário de Salvaguardas sido enviado em 2015⁴⁸ e o 2º em 2018.⁴⁹ Esses sumários contemplam, também, a demonstração do papel do Fundo Amazônia no apoio à implementação dessas salvaguardas.

No momento da publicação deste relatório, o 3º Sumário de Salvaguardas está em elaboração pelo governo brasileiro. Os avanços no tema e as informações descritivas sobre a implementação das salvaguardas de Cancún pelo Brasil podem ser consultados no *site* REDD+ Brasil,⁵⁰ do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O Fundo Amazônia, criado em 2008, é anterior ao estabelecimento dessas salvaguardas, porém, em suas diretrizes e critérios de apoio iniciais, definidas pelo COFA, já haviam sido previstas normas equivalentes às Salvaguardas de Cancún.

No contexto da retomada do Fundo Amazônia em 2023, formalizou-se a diretriz de que os projetos apoiados pelo fundo devem observar as salvaguardas de REDD+ (Anexo I da Decisão 1/CP.16 da UNFCCC), bem como a Resolução CONAREDD+ 9, de 7 de dezembro de 2017, que adota a interpretação das Salvaguardas de Cancún ao contexto brasileiro, ou resolução posterior que venha a substituí-la.

Mesmo antes dessa formalização, o Fundo Amazônia já vinha adotando medidas para que essas salvaguardas sejam observadas de forma cada vez mais consistente, tanto na análise quanto no acompanhamento e no monitoramento de resultados dos projetos. Uma visão preliminar do alinhamento da atuação do fundo com as Salvaguardas de Cancún é apresentada no Quadro 6.

48 BRASIL. *Sumário de informações sobre como as salvaguardas de Cancun foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão provenientes do desmatamento no bioma Amazônia entre 2006 e 2010*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/departamento-de-instrumentos-de-mercado-e-redd/redd/salvaguardas-de-redd/sumarios-de-informacao-sobre-salvaguardas-1/salvaguardas_1sumario.pdf. Acesso em: 14 mai. 2026.

49 BRASIL. *Second summary of information on how the Cancun Safeguards were addressed and respected by Brazil throughout the implementation of actions to reduce emissions from deforestation in the Amazon biome*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://redd.unfccc.int/files/2sumariosalv_br_final.pdf. Acesso em: 14 mai. 2026.

50 Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/pt/>. Acesso em: 14 mai. 2026.

Quadro 6 :: Atuação do Fundo Amazônia em relação às Salvaguardas de Cancún

Salvaguardas de Cancún	Atuação do Fundo Amazônia
i. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes.	As diretrizes e critérios de apoio do Fundo Amazônia estão alinhadas a diversas políticas públicas ambientais em nível federal, com destaque para o PPCDAm e a ENREDD+ (esta última observa os compromissos ambientais assumidos pelo governo brasileiro perante a comunidade internacional).
ii. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional.	O Fundo Amazônia se alinha às estruturas de governança florestal nacionais e tem as próprias estruturas de governança. * O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) proporciona participação equitativa do Governo Federal, dos governos estaduais e da sociedade civil, dando suporte às estratégias do Fundo Amazônia e garantindo o alinhamento de suas ações às políticas públicas ambientais do governo brasileiro. O Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) tem chancelado tecnicamente, perante a comunidade internacional, as reduções de desmatamento que viabilizam a captação de recursos do Fundo Amazônia e o tornam o maior instrumento global de REDD+.
iii. Respeito pelo conhecimento e pelos direitos de povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, leis nacionais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.	O Fundo Amazônia tem uma atuação bastante destacada no apoio a povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, lastreada na premissa da escuta ativa e da construção conjunta de projetos, exigindo dos projetos a conformidade com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, em seus editais de seleção de projetos, sempre são adicionados critérios que priorizem organizações que observem tais premissas.
iv. Participação plena e efetiva das partes interessadas – em particular, povos indígenas e comunidades locais.	
v. Ações consistentes com a conservação de florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que ações de REDD+ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas, sim, para incentivar a proteção e a conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, assim como para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais.	Todos os projetos do Fundo Amazônia, nos seus quatro eixos de atuação, buscam apoiar ações de conservação das florestas, seja via atividades produtivas sustentáveis que reduzam a pressão por desmatamento para geração de renda, por meio de ações de monitoramento e controle para prevenção e combate a crimes ambientais, com projetos de ordenamento territorial para fortalecer a gestão de áreas protegidas, ou com apoio a investimentos em ciência e tecnologia para serem aplicados de forma transversal nos projetos apoiados.
vi. Ações para evitar riscos de reversão de resultados de REDD+.	
vii. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.	A destinação de até 20% dos recursos disponíveis do Fundo Amazônia para apoio a projetos de monitoramento e controle em outros biomas busca atender a essa diretriz.

Fonte: Elaboração própria.

Nota: * Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/departamento-de-instrumentos-de-mercado-e-redd/redd/salvaguardas-de-redd/salvaguardas/estruturas-de-governanca>. Acesso em: 14 mai. 2026.

GESTÃO DE RISCOS DO FUNDO AMAZÔNIA

A gestão de riscos é parte integrante da gestão do Fundo Amazônia e dos projetos por ele apoiados. A seguir, é apresentada uma visão atualizada desses riscos, com base nas causas consideradas críticas na atual fase do PPCDAm (2023-2027), principal política orientadora do Fundo Amazônia, em conjunto com o mapa de riscos registrado no Quadro Lógico do Fundo Amazônia, levando em conta o objetivo geral e os efeitos indiretos.

Muitos riscos são transversais, com impactos sobre mais de um componente. Assim, observa-se a associação dos componentes aos riscos, e indiretamente ao objetivo geral. Essa abordagem justifica-se pelo fato de o risco de aumento do desmatamento estar sempre associado ao agravamento de fatores críticos relacionados aos eixos do PPCDAm, e, por consequência, aos componentes do fundo.

Os principais vetores que favorecem o aumento da supressão de vegetação na Amazônia, causados por influência socioeconômica e política, podem ser resumidos em: grilagem de terras; aumento de área de pastagem; expansão da área para cultivo de grãos; exploração ilegal de madeira; influência de grandes obras de infraestrutura (energia, transportes); garimpo ilegal; e desenvolvimento urbano.

A atual fase do PPCDAm (2023-2027) avaliou as mudanças no padrão de desmatamento na Amazônia, com destaque para:

- i. interiorização do desmatamento, com invasão de terras públicas;
- ii. reconcentração do desmatamento em grandes áreas contíguas;
- iii. redução da capacidade da governança em áreas protegidas e assentamentos;
- iv. persistência do desmatamento ilegal nas cadeias produtivas; e
- v. aumento da degradação florestal.

O plano federal também ressaltou a associação entre o desmatamento e a intensificação dos conflitos pela posse da terra, agravados pela presença do crime organizado na Amazônia.

A avaliação dos riscos se dá pela sua observação e estipulação de uma probabilidade de ocorrência. Em seguida, observam-se os fatores agravantes, os impactos e as possíveis medidas mitigadoras com as quais o fundo possa contribuir.

Como mitigadores para esses riscos, a atuação do Fundo Amazônia no eixo de atividades produtivas sustentáveis parte do entendimento de que promover inclusão social e produtiva é também promover ação climática, garantindo direitos e condições para promoção do desenvolvimento sustentável, fortalecendo territórios e construindo caminhos de desenvolvimento sustentável que conciliam bem-estar humano e conservação ambiental.

A atuação no eixo de monitoramento e controle apoia diversas ações de combate e prevenção ao desmatamento ilegal, a fim de garantir a plena implementação do Código Florestal e a prevenção e o combate aos incêndios florestais.

Os projetos apoiados por meio do componente de ordenamento territorial apoiam a regularização fundiária de pequenos agricultores familiares, bem como a expansão e o fortalecimento de unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas, considerando sua importância para viabilizar o aproveitamento das riquezas naturais da região concomitante à manutenção da floresta em pé. A atuação em parceria com povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais reconhece e respeita as suas formas de organização, seus modos de vida e suas estratégias de manejo. E, reconhecendo que esses grupos são sujeitos de direitos e guardiões de conhecimentos, que integram múltiplas dimensões, como culturais, ecológicas e espirituais, o Fundo Amazônia expande seu apoio a ações intersetoriais que incluem saúde, segurança alimentar, cultura, saneamento, energia e gestão territorial.

Quadro 7 :: Avaliação de riscos do Fundo Amazônia

Risco identificado	Fatores	Impactos	Grau de risco	Componentes do Fundo Amazônia que mitigam esses riscos
Fluxos migratórios na Amazônia pressionam o meio ambiente	• Construção de novas rodovias e ampliação de rodovias existentes. • A nova fronteira do petróleo na margem equatorial do país, passando por Amapá e Pará na Amazônia.	• Aumento da pressão por desmatamento, incluindo invasão de áreas protegidas e grilagem no entorno dessas vias. • Aumento no fluxo migratório devido às oportunidades de trabalho e à possível valorização de terras na região.	Médio	1 / 2 / 3
Novas estratégias e tecnologias são incorporadas pelos infratores para desmatar ilegalmente	• Ferramentas com base em inteligência artificial e melhorias de acesso à internet usados para fins ilícitos.	• Aumento da grilagem de terras e a exploração ilegal de minérios. Corrupção e cooptação de agentes públicos e privados e fraudes de sistemas de controle de produtos florestais podem ser ampliadas em estados e municípios cuja governança ambiental esteja fragilizada.	Médio	1 / 2 / 3
Mudanças na legislação ambiental brasileira reduzem a proteção da floresta	• Projetos de lei federal e estadual que incidam em regras de proteção ambiental, reduzam o estímulo a boas práticas ou interfiram na governança e gestão do Fundo Amazônia. • Eleição de candidatos favoráveis à flexibilização das leis ambientais nas eleições de 2026.	• Estímulo ao aumento do desmatamento. • Redução do estímulo à adoção de práticas ambientalmente positivas.	Alto	1 / 2 / 3
Mudanças climáticas provocam a ocorrência de períodos de estiagem prolongada e incêndios florestais	• Eventos climáticos como os fenômenos <i>El Niño</i> e <i>La Niña</i>. • A combinação do aumento das temperaturas e da degradação ambiental cria um ambiente favorável ao uso criminoso do fogo.	• Falta de chuva, prejudicando lavouras, causando incêndios florestais, poluição do ar, redução da vazão dos rios e isolamento das populações, bem como dificultando acesso a alimentos e serviços básicos.	Alto	1 / 2
A desaceleração das atividades econômicas prejudica o desenvolvimento da economia de base florestal sustentável	• Questões geopolíticas que afetam o comércio mundial. A dificuldade de financiar a infraestrutura necessária para beneficiamento e escoamento da produção dos produtos agroextrativistas.	• Diminuição da atratividade para a produção sustentável, concentração de renda em grandes propriedades/empresas, em detrimento dos povos e comunidades tradicionais. • Restrições ao desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.	Médio	1

(Continua)

(Continuação)

Risco identificado	Fatores	Impactos	Grau de risco	Componentes do Fundo Amazônia que mitigam esses riscos
Legislação fundiária não alinhada com a política ambiental	• Presença de criminosos que disputam o controle de territórios para fazer uso da terra na Amazônia Legal em detrimento da lei. • Sobreposição de propriedades rurais em terras indígenas e áreas de proteção ambiental.	• Expulsão de comunidades. • Avanço do desmatamento e outros ilícitos, como a invasão de áreas protegidas para garimpo em terras indígenas, grilagem de terras, e a criação de gado em áreas da União. • Dificuldades para implementação de políticas de apoio à agricultura familiar e às comunidades tradicionais. • Dificuldade de acesso às políticas de fomento às atividades produtivas sustentáveis.	Médio	1 / 2 / 3
Ações de fiscalização e repressão insuficientes em decorrência de restrições fiscais	• Restrições fiscais e baixa capacidade técnica em âmbito federal e nos estados da Amazônia podem afetar as ações de fiscalização e repressão do desmatamento, de forma que sejam insuficientes às necessidades.	• Aumento da sensação de impunidade referente aos ilícitos ambientais. • Estímulo ao aumento do desmatamento.	Médio	2
Crescimento da demanda por novas terras para cultivo e pastagem	• O potencial de retorno econômico de desmatar para plantar ainda é visto como favorável em muitos casos. O baixo custo de terras com floresta nativa e o emprego de técnicas relativamente baratas para abertura das áreas (uso criminoso do fogo e mão de obra barata) favorecem esse cenário. • A alta do dólar em relação ao real e o acordo UE-Mercosul podem favorecer investimento em commodities agropecuárias com alta demanda internacional, o que é mais um fator que pode gerar pressão por desmatamento para produção agrícola.	• Conversão de florestas em áreas voltadas para agropecuária, estímulo à grilagem e ao desmatamento ilegal.	Médio	1 / 2
Baixo grau de investimento em ciência e tecnologia na Amazônia	• Uma vez que os projetos de ciência e tecnologia apoiados pelo Fundo Amazônia buscam alinhamento com as necessidades de estruturação do beneficiamento da produção agroextrativista, a falta de capacidade técnica e de pesquisa por evasão de pesquisadores devido à falta de oportunidades restringe a capacidade de os projetos desse eixo lograrem sucesso em seus objetivos.	• Baixo grau de avanço tecnológico e inovativo nos projetos apoiados. • Dependência de tecnologias externas aumenta custo dos projetos.	Médio	1 / 4

(Continua)

(Continuação)

Risco identificado	Fatores	Impactos	Grau de risco	Componentes do Fundo Amazônia que mitigam esses riscos
Descontinuidade do Fundo Amazônia	- A atuação do Fundo Amazônia pode ser impactada por mudanças na legislação, em especial se a governança do fundo e seus objetivos forem alterados. - A descontinuidade da governança no período entre 2019 e 2022, tendo como consequência a paralisação das aprovações e contratações de novos projetos entre 2019 e 2022, devido à extinção de seu comitê orientador.	A extinção de um instrumento econômico do porte do Fundo Amazônia reduz a força da política pública de redução do desmatamento.	Médio	4

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Componente 1 – atividades produtivas sustentáveis; componente 2 – monitoramento e controle; componente 3 – ordenamento territorial; e componente 4 – ciência, tecnologia e instrumentos econômicos.

No que tange aos riscos transversais relacionados a consequências não intencionais para mulheres ou para igualdade de gênero, direitos humanos e luta anticorrupção, as diretrizes e os princípios para uma atuação social e ambientalmente responsável do BNDES estão dispostos na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sistema BNDES (PRSAC), que tem como princípios de atuação o respeito aos direitos humanos, a equidade de gênero e a valorização da diversidade. A versão mais recente da PRSAC foi aprovada em 2025 pelo Conselho de Administração do Banco.⁵¹

O compromisso com a ética integra a declaração de valores do BNDES e está expresso na Política Corporativa de Integridade do Banco.⁵² Aprovada em 2020, essa política estabelece diretrizes e atribuições necessárias ao fortalecimento da integridade, visando prevenir, detectar e remediar casos de corrupção, desvios, fraudes, irregularidades ou outros atos ilícitos praticados contra o Sistema BNDES ou contra terceiros, no país e no exterior, em conformidade com as legislações brasileira e estrangeira aplicáveis.

O BNDES adota um conjunto de práticas relacionadas a essa temática, incluindo a verificação, durante a análise cadastral, das organizações solicitantes de apoio financeiro, de eventuais atos que configurem discriminação de raça ou de gênero, uso de trabalho infantil ou escravo, crimes ambientais ou assédio moral e sexual – todos considerados impeditivos à contratação.

Informações mais detalhadas podem ser conferidas no Relatório Anual do BNDES,⁵³ inclusive sobre sua governança, auditoria interna, comissão de ética, política corporativa de integridade, Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e os sistemas de correção interna, compostos pela corregedoria e pelas comissões de procedimentos investigativos, entre outras estruturas organizacionais internas. Por fim, o BNDES realiza uma investigação de integridade antes da eleição, nomeação ou contratação de assessores externos e membros de órgãos estatutários.

⁵¹ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos/politica-responsabilidade-social-ambiental-climatica/>. Acesso em: 6 abr. 2026.

⁵² BNDES – BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Política Corporativa do Sistema de Integridade do BNDES*. Rio de Janeiro: BNDES, [2020]. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/e4206746-46b2-4979-a7ec-03b89b8e7f74/PCIN_Portugues___final.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nmf6nqv. Acesso em: 14 mai. 2026.

⁵³ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/relatorio-anual-integrado>. Acesso em: 15 jun. 2026.



PROJETOS CONCLUÍDOS



PROJETOS CONCLUÍDOS EM 2025

São considerados concluídos os projetos que completaram a execução de suas atividades e cuja prestação de contas foi aprovada.

Em 2025, o Fundo Amazônia concluiu oito projetos, detalhados a seguir, no valor total de R\$ 164 milhões. Quanto à localização territorial, houve um projeto com atuação interestadual, um para monitoramento de todos os biomas brasileiros e os demais projetos contemplaram os estados do Amazonas, Pará, Bahia e Espírito Santo.

Bolsa Floresta +

Responsável pelo projeto

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Abrangência territorial

16 unidades de conservação (UC) do Amazonas com cerca de 10,9 milhões de hectares

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1) e Ordenamento territorial (3)

Beneficiários

População das UCs atendidas pelo projeto, principalmente moradores ribeirinhos em situação de pobreza ou extrema pobreza

Objetivo

Dar continuidade e ampliar as ações do Programa Bolsa Floresta em UCs estaduais no Amazonas

Valor total do projeto

R\$ 31.298.300,48

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 31.298.300,48

Data da contratação

25.5.2016

Prazo de utilização (desembolso)

19.12.2025

Indicadores de eficácia e efetividade

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para monitoramento dos efeitos previstos.

Efeito direto 1.1 – Atividades econômicas de uso sustentável dos recursos naturais identificadas e desenvolvidas em 16 unidades de conservação (UC) estaduais, em suas áreas de entorno e em corredores ecológicos no estado do Amazonas:

Indicadores de eficácia

- Investimentos realizados
Meta: R\$ 6.364.290,00 | Resultado alcançado: R\$ 6.724.865,00
- Número de unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo ampliadas e/ou reformadas
Meta: 98 | Resultado alcançado: 101

- Número total de indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas
Meta: 14.031 | Resultado alcançado: 22.160
- Número de mulheres diretamente beneficiadas
Meta: 6.316 | Resultado alcançado: 10.759
- Número de famílias diretamente envolvidas nas cadeias produtivas
Meta: 3.959 | Resultado alcançado: 6.356
- Número de planos de negócio elaborados
Meta: 16 | Resultado alcançado: 9
- Número de processos de certificações implementados
Meta: 2 | Resultado alcançado: 4
- Número de marcas comerciais de produtos e serviços desenvolvidos e utilizados
Meta: 15 | Resultado alcançado: 5
- Número de projetos apoiados por meio de chamada pública
Meta: 16 | Resultado alcançado: 17
- Número de empreendimentos sustentáveis apoiados
Meta: 16 | Resultado alcançado: 17

Indicadores de efetividade

- Receita com a atividade econômica de uso sustentável (produtos *in natura*)
Meta: R\$ 8.797.878,00 | Resultado alcançado: R\$ 27.677.128,00
- Receita com a atividade econômica de uso sustentável (produtos beneficiados)
Meta: R\$ 7.233.514,00 | Resultado alcançado: R\$ 35.776.880,00

Efeito direto 1.3 – Capacidade técnica das lideranças comunitárias ampliada em gestão e boas práticas de manejo dos recursos naturais, com conhecimentos e tecnologias disseminados:

Indicadores de eficácia

- Número de oficinas de planejamento participativo (acumulado)
Meta: 150 | Resultado alcançado: 363
- Número de oficinas de gestão de bens
Meta: 177 | Resultado alcançado: 214
- Número de ações de assistência técnica
Meta: 208 | Resultado alcançado: 848
- Número de eventos de disseminação de conhecimento
Meta: 12 | Resultado alcançado: 24
- Número de publicações técnicas (vídeos, relatórios)
Meta: 29 | Resultado alcançado: 40
- Número de materiais técnicos/didáticos distribuídos
Meta: 34 | Resultado alcançado: 36

Indicadores de efetividade

- Número total de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos
Meta: 4.635 | Resultado alcançado: 6.869

O projeto alcançou resultados expressivos em termos tanto de eficácia quanto de efetividade, demonstrando um avanço significativo na consolidação de atividades econômicas sustentáveis nas UCs atendidas. Houve crescimento robusto na receita das cadeias produtivas, com destaque para o faturamento de produtos *in natura* e beneficiados. Esses resultados refletem a ampliação da escala produtiva, a melhoria das condições de manejo e a qualificação dos empreendimentos apoiados. No campo da eficácia, metas estruturantes também foram superadas: foram implantadas mais unidades de beneficiamento do que o previsto, a quantidade de famílias e indivíduos beneficiados foi muito superior ao planejado e houve forte expansão das ações de capacitação e assistência técnica. Os avanços também se destacam no fortalecimento da governança local, na ampliação da participação de mulheres nas cadeias produtivas e na disseminação de conhecimentos, evidenciada pelo dobro de eventos de disseminação e pelo aumento na produção de materiais e publicações. Esses resultados demonstram a maturidade crescente das cadeias produtivas, o fortalecimento das organizações comunitárias e a consolidação de iniciativas sustentáveis de geração de renda.

Algumas metas não foram plenamente alcançadas, em razão de fatores operacionais, contextuais e estruturais que impactaram diretamente a execução. O número de planos de negócio elaborados, por exemplo, resultou de uma opção da FAS em consolidar análises por cadeia produtiva, tornando os planos mais abrangentes e replicáveis. Da mesma forma, o desenvolvimento de marcas comerciais foi impactado diante da necessidade de priorizar aquelas com maior potencial de mercado e maior capacidade de engajamento por parte dos empreendedores. Alguns setores, como agricultura familiar e manejo florestal, também enfrentaram maior dificuldade de reorganização após a pandemia, o que limitou o avanço de metas específicas. Somam-se a isso a complexidade logística das áreas atendidas, o grande número de comunidades envolvidas e fragilidades administrativas de algumas associações, que exigiram maior tempo e suporte técnico. Mesmo diante dessas limitações, os resultados obtidos demonstram a capacidade de adaptação das cadeias produtivas e consolidam bases importantes para sua continuidade e expansão.

Mais informações
sobre o projeto:



CAR Bahia

Responsável pelo projeto

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema) – Estado da Bahia e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema)

Abrangência territorial

Estado da Bahia

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Monitoramento e controle (2)

Beneficiários

Proprietários ou posseiros de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais de 392 municípios baianos, que desenvolvam atividades agrossilvipastoris; e o Governo do Estado da Bahia e demais proprietários ou posseiros de imóveis rurais baianos, por meio das ações de capacitação e aprimoramento de infraestrutura de apoio ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Objetivo

Apoiar a implementação do CAR no estado da Bahia

Valor total do projeto

R\$ 35.053.136,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 29.298.701,78

Data da contratação

2.6.2014

Prazo de utilização (desembolso)

8.7.2025

Indicadores de eficácia e efetividade

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para monitoramento dos efeitos previstos.

Efeito direto 2.2 – Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades:

Indicadores de eficácia

- Número de imóveis rurais inscritos no CAR
Meta: 399.918 | Resultado alcançado: 372.294
- Área de imóveis rurais inscritos no CAR
Meta: 4.778.670 ha | Resultado alcançado: 3.258.232 ha
- Número de comunidades remanescentes de quilombos inscritas no CAR
Meta: 307 | Resultado alcançado: 264
- Número de agentes públicos capacitados especificado por gênero
Meta: 360 | Resultado alcançado: 1.978, sendo 1.194 homens e 784 mulheres

Indicadores de efetividade

- Número de agentes públicos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos
Meta: não estabelecida | Resultado alcançado: 1.978

Um dos grandes ganhos do projeto foi o maior acesso a políticas públicas, sobretudo ao crédito bancário rural, por meio do cadastramento das propriedades no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (Cefir/CAR).

Destaca-se também a regularização ambiental, por meio do Cefir, de aproximadamente 70 mil pessoas que vivem em comunidades remanescentes de quilombos do território baiano. Foi possível checar o expressivo quantitativo de famílias e o seu entendimento sobre o ganho coletivo do ponto de vista das políticas públicas, sobretudo no que diz respeito ao acesso a crédito bancário rural.

*Mais informações
sobre o projeto:*



CAR Espírito Santo

Responsável pelo projeto

Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf)

Abrangência territorial

Estado do Espírito Santo

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Monitoramento e controle (2)

Beneficiários

Proprietários ou posseiros de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais que desenvolvam atividades agrossilvipastoris, por meio de ações de Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como o estado do Espírito Santo, por meio do apoio à análise do CAR e do aprimoramento da infraestrutura para implementação do CAR

Objetivo

Apoiar a implantação do CAR no estado do Espírito Santo

Valor total do projeto

R\$ 1.673.045,63

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 317.152,13

Data da contratação

3.10.2018

Prazo de utilização (desembolso)

2.12.2025

Indicadores de eficácia e efetividade

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para monitoramento dos efeitos previstos.

Efeito direto 2.1 – Idaf estruturado e modernizado para implantação e gerenciamento do CAR:

Indicadores de eficácia

- Número de equipamentos de transporte adquiridos
Meta: 18 | Resultado alcançado: 18

Efeito direto 2.2 – Acesso ampliado dos produtores rurais do Espírito Santo à regularização ambiental:

Indicadores de eficácia

- Número de imóveis rurais inscritos no CAR
Meta: 15.416 | Resultado alcançado: 3.201
- Área de imóveis rurais inscritos no CAR
Meta: 300.000 ha | Resultado alcançado: 34.055 ha
- Número de imóveis rurais com cadastro analisado
Meta: 3.051 | Resultado alcançado: 3.051
- Área de imóveis rurais com cadastro analisado
Meta: 109.366 ha | Resultado alcançado: 109.366 ha

Indicadores de efetividade

- Número de imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular
Meta: 85.000 | Resultado alcançado: 78.396
- Área de imóveis regulares
Meta: 2.730.000 ha | Resultado alcançado: 2.475.620 ha

Tanto no componente 1 (inscrições/retificações) quanto no componente 2 (análise), a execução do projeto esteve aquém do previsto. Em ambos, as empresas contratadas para a realização das inscrições e análises tiveram seus contratos rescindidos por inexecução parcial das atividades, uma vez que houve abandono dos serviços por parte das empresas.

A execução foi afetada, ainda, pelos impactos da pandemia de Covid-19, por mudanças internas na equipe do Idaf, por medidas de contingenciamento e racionalização de gastos do Poder Executivo Estadual, por entraves orçamentários anuais e por exigências logísticas do modelo estadual (protocolo físico), fatores que, combinados, reduziram a capacidade de execução planejada.

No entanto, cumpre ressaltar que, a despeito dos problemas observados na implementação do projeto, o Espírito Santo avançou na implementação do CAR com recursos próprios e oriundos de outras fontes, no que diz respeito tanto à inscrição quanto à análise do CAR, sendo um dos estados que mais se destaca no que tange ao percentual de cadastros analisados.

*Mais informações
sobre o projeto:*



Cidades Florestais

Responsável pelo projeto

Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam)

Abrangência territorial

Estado do Amazonas: municípios de Manaus, Boa Vista do Ramos, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Silves, Apuí, Novo Aripuanã, Lábrea, Carauari, Tefé e Uarini

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1) e Ciência, inovação e instrumentos econômicos (4)

Beneficiários

Associações e cooperativas de comunidades ribeirinhas extrativistas

Objetivo

Apoiar o fortalecimento do manejo florestal comunitário no estado do Amazonas por meio de: (i) desenvolvimento da plataforma Cidades Florestais para conexão de atores florestais e suporte às cadeias produtivas de madeira; e (ii) apoio à produção sustentável e à comercialização de madeira e óleos

Valor total do projeto

R\$ 11.973.174,92

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 11.973.174,92

Data da contratação

13.3.2018

Prazo de utilização (desembolso)

16.5.2025

Indicadores de eficácia e efetividade

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para monitoramento dos efeitos previstos.

Efeito direto 1.1 – Atividades econômicas baseadas no uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas nos polos apoiados; e

Efeito direto 1.2 – Cadeias de produtos florestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado nos polos apoiados:

Indicadores gerais

- Número de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto
Meta: 210 | Resultado alcançado: 544
- Número de mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto
Meta: 250 | Resultado alcançado: 195
- Participação de mulheres exercendo cargos de coordenação na instituição responsável pela execução do projeto em relação ao número total de indivíduos exercendo cargos de coordenação nessa instituição
Meta: 38% | Resultado alcançado: 60%

Indicadores de eficácia

- Número de planos de manejo florestal sustentável elaborados
Meta: 25 | Resultado alcançado: 11
- Número de planos de manejo florestal sustentável licenciados
Meta: 25 | Resultado alcançado: 7
- Volume de madeira inventariado
Meta: 7.525 m³ | Resultado alcançado: 40.136 m³
- Área construída com infraestrutura para produção sustentável
Meta: 130 m² | Resultado alcançado: 147 m²
- Número de produtos com nova identidade visual
Meta: 5 | Resultado alcançado: 7
- Número de cadeias de manejo madeireiro com certificação obtida
Meta: 4 | Resultado alcançado: 1
- Número de veículos e equipamentos adquiridos para manejo e escoamento de produtos do manejo
Meta: 15 | Resultado alcançado: 26
- Número de núcleos de extensão estruturados
Meta: 5 | Resultado alcançado: 3
- Número de associações com assistência em gestão financeira e contábil
Meta: 14 | Resultado alcançado: 9
- Número de novas miniusinas de extração de óleo de uso múltiplo
Meta: 2 | Resultado alcançado: 2
- Número de miniusinas de extração de óleo reestruturadas
Meta: 3 | Resultado alcançado: 3

Indicadores de efetividade

- Volume de madeira comercializada (*in natura*)
Meta: 3.762,50 m³ | Resultado alcançado: 2.016,50 m³
- Receita gerada com comercialização de madeira *in natura*
Meta: R\$ 263.375,00 | Resultado alcançado: R\$ 225.606,65
- Área de planos de manejo licenciados
Meta: 8.750 ha | Resultado alcançado: 5.851,74 ha
- Volume de óleo comercializado
Meta: 115.000 l | Resultado alcançado: 91.566 l
- Receita gerada com a comercialização de óleos vegetais
Meta: R\$ 1.150.000 | Resultado alcançado: R\$ 6.408.443,38
- Volume de madeira beneficiada comercializada
Meta: 1.316,88 m³ | Resultado alcançado: 126,78 m³

- Receita gerada com comercialização de madeira beneficiada
Meta: R\$ 921.812,50 | Resultado alcançado: R\$ 131.152,26

O Idesam adquiriu veículos, máquinas e equipamentos agrícolas/industriais de grande porte, incluindo tratores, caminhonetes, carretas, serrarias, prensas e geradores. Além disso, investiu em tecnologia e infraestrutura, com servidores, *notebooks*, equipamentos de rede, energia, GPS e instrumentos de apoio operacional.

Efeito direto 1.3 – Capacidades técnicas ampliadas para a implantação de atividades de manejo florestal nos polos apoiados:

Indicadores de eficácia

- Número de indivíduos capacitados em técnicas de manejo florestal discriminados por:
(i) indivíduos (total); (ii) mulheres
Meta: 1.320, sendo 396 mulheres | Resultado alcançado: 657, sendo 164 mulheres
- Número de indivíduos capacitados em técnicas de beneficiamento de óleos vegetais discriminados por: (i) indivíduos (total); (ii) mulheres
Meta: 90, sendo 50 mulheres | Resultado alcançado: 173, sendo 60 mulheres
- Número de indivíduos capacitados na plataforma tecnológica discriminados por:
(i) indivíduos (total); (ii) mulheres
Meta: 350, sendo 50 mulheres | Resultado alcançado: 107, sendo 23 mulheres

Indicadores de efetividade

- Número de organizações comunitárias fortalecidas
Meta: 5 | Resultado: 17

Efeito direto 4.1 – Conhecimentos e tecnologias voltados ao manejo florestal madeireiro e não madeireiro de pequena escala produzidos, difundidos e utilizados:

Indicadores de eficácia

- Plataforma Cidades Florestais desenvolvida
Meta: 3 | Resultado alcançado: 2
Foram entregues um aplicativo e um *site* destinados à conexão entre atores do setor florestal, contribuindo, assim, para o fortalecimento das cadeias produtivas da madeira.
- Número de eventos realizados para disseminação da plataforma
Meta: 14 | Resultado alcançado: 8
- Estudo de serviços ambientais realizado
Meta: 1 | Resultado alcançado: 2
- Número de publicações científicas, pedagógicas ou informativas
Meta: 10 | Resultado alcançado: 21

Indicadores de efetividade

- Número de indivíduos cadastrados na plataforma Cidade Florestal
Meta: 1.320 | Resultado alcançado: 510
- Número de acessos à plataforma Cidade Florestal
Meta: 792 | Resultado alcançado: 28.651

Compete o registro de que a pandemia de Covid-19 impactou negativamente o projeto, aumentando o tempo e os custos logísticos e reduzindo a celeridade dos órgãos licenciadores, o que atrasou a execução de algumas atividades programadas, tais como o licenciamento de planos de manejo florestal. Como consequência, o Idesam identificou que algumas organizações comunitárias atendidas, na fase final do projeto, passaram a demonstrar menor interesse para atuar em algumas atividades pactuadas, especialmente da cadeia da madeira. Com isso, no último ano de execução do projeto, os esforços da equipe de campo foram redirecionados a atividades que contavam com maior mobilização das comunidades e maior impacto em resultados pretendidos.

Não obstante o baixo valor da receita alcançado até o fim de sua execução na comercialização da madeira beneficiada, o projeto cumpriu as ações centrais programadas, que são de maior valor de investimento, tal como a estruturação física, esperando-se um efeito em médio e longo prazo.

Entre os efeitos diretos das entregas do projeto, destaca-se o fortalecimento de 17 instituições comunitárias locais, por meio de estruturação física, assistência técnica e gerencial, apoio logístico, elaboração e licenciamento de planos de manejo.

Ao fim do projeto, pode-se considerar, em termos de efetividade, que a cadeia de produtos florestais geridas por 12 dessas instituições teve avanços em sua estruturação. Esse fortalecimento se refletiu em incremento na geração de renda nas organizações da cadeia de óleos vegetais, o que se deveu tanto ao aumento do volume de vendas quanto ao incremento do valor agregado de produtos florestais. Combinados, esses efeitos podem indicar escalonamento do patamar de vendas potenciais das organizações. A estratégia de implementação do projeto na cadeia dos óleos tornou possível melhor negociação com grandes empresas já compradoras de matéria-prima ou com clientes institucionais em potencial, visto que cinco organizações apoiadas fecharam contratos importantes ou estreitaram relações comerciais com grandes compradores.

*Mais informações
sobre o projeto:*



Floresta para Sempre

Responsável pelo projeto

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)

Abrangência territorial

Leste do Pará: municípios de Capitão Poço, Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1) e Ciência, inovação e instrumentos econômicos (4)

Beneficiários

Produtores rurais (pequeno, médio e grande portes), gestores e técnicos de órgãos de meio ambiente, de assessoria técnica e extensão rural, bem como outros membros da sociedade local (por exemplo, estudantes da área ambiental e lideranças comunitárias)

Objetivo

Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais na Amazônia Legal, por meio de: (i) implantação de técnicas de restauração florestal, em uma abordagem territorial no leste do Pará; (ii) formação de agentes multiplicadores; elaboração de fluxo para acompanhamento das áreas em restauração; e (iii) fomento às atividades de restauração da paisagem florestal

Valor total do projeto

R\$ 8.004.487,80

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 8.004.487,80

Data da contratação

15.3.2018

Prazo de utilização (desembolso)

19.12.2025

Indicadores de eficácia e efetividade

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para monitoramento dos efeitos previstos.

Efeito direto 1.3 – Capacidades gerencial e técnica ampliadas para atividades de restauração:

Indicadores de eficácia

- Número de multiplicadores capacitados no tema restauração especificados por gênero
Meta: 100 | Resultado alcançado: 200
- Número de indivíduos participantes de eventos de sensibilização ou de eventos integradores
Meta: 600 | Resultado alcançado: 2.947
- Número de eventos de sensibilização ou de eventos integradores
Meta: 6 | Resultado alcançado: 18
- Número de famílias beneficiadas com assistência técnica e extensão rural ou agroflorestal
Meta: 136 | Resultado alcançado: 136
- Número de participantes em eventos integradores, buscando divulgar os conhecimentos produzidos
Meta: 600 | Resultado alcançado: 2.947
- Número de eventos integradores realizados
Meta: 6 | Resultado alcançado: 18

Indicadores de efetividade

- Número de multiplicadores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos, especificados por gênero
Meta: 70 | Resultado alcançado: 200 (86 mulheres e 114 homens)
- Número de indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto
Meta: 147 | Resultado alcançado: 200 (86 mulheres e 114 homens)
- Número de mulheres diretamente beneficiadas pelas atividades apoiadas pelo projeto
Meta: 73 | Resultado alcançado: 86

Efeito direto 1.4 – Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica:

Indicadores de eficácia

- Área de imóveis de até quatro módulos fiscais (MF) reflorestada
Meta: 92 ha | Resultado alcançado: 104,8 ha
- Número de imóveis de até quatro MF em processo de restauração
Meta: 136 | Resultado alcançado: 136
- Diagnósticos elaborados para imóveis de até quatro MF em processo de restauração
Meta: 136 | Resultado alcançado: 136

Indicadores de efetividade

- Área recuperada e utilizada para fins econômicos
Meta: 92 ha | Resultado alcançado: 104,8 ha

Efeito direto 4.1 – Conhecimentos e tecnologias voltados à restauração florestal do bioma Amazônia produzidos, difundidos e utilizados:

Indicadores de eficácia

- Áreas prioritárias para restauração florestal identificadas e mapeadas e reporte ao órgão ambiental municipal
Meta: 5.000 ha | Resultado alcançado: 180.000 ha
- Análise de custo-benefício da restauração florestal elaborada e documentada em relatório técnico
Meta: 1 | Resultado alcançado: 1
- Guia de fomento à restauração florestal publicado e amplamente disseminado (exemplares)
Meta: 500 | Resultado alcançado: 500
- Banco de dados geoespacial de florestas secundárias por faixa de idade
Meta: 1 | Resultado alcançado: 1
- Banco de dados geoespacial das áreas em restauração por recomendação técnica
Meta: 1 | Resultado alcançado: 1

- Metodologia para acompanhamento das áreas em restauração desenvolvida e documentada em relatório técnico
Meta: 1 | Resultado alcançado: 1
- Publicações técnicas documentando histórico, métodos aplicados, principais resultados e lições aprendidas, disponíveis em mídia impressa, digital e em vídeo (exemplares)
Meta: 1.000 | Resultado alcançado: 1.000

Indicadores de efetividade

- Número de publicações científicas, pedagógicas ou informativas
Meta: 3 | Resultado alcançado: 7
- Órgãos municipais de meio ambiente (OMMA) que adotaram o método de acompanhamento da restauração florestal para fins de verificação do cumprimento dos termos firmados
Meta: 4 | Resultado alcançado: 2

Houve grande aderência das entregas do projeto às práticas e aos papéis já desempenhados pelo público-alvo, tanto no segmento da agricultura familiar, beneficiado com novas áreas de SAFs e treinamentos conectando SAFs ao tema da adequação ambiental e produtiva, quanto com os técnicos e extensionistas, beneficiados com insumos técnicos compartilhados nos eventos formativos e publicações especializadas. Além disso, novas parcerias foram estabelecidas e cooperações já estabelecidas foram fortalecidas, destacando-se interações dos beneficiários com: Fórum das Comunidades Rurais de Paragominas, Sanepar, Instituto Gesto, WRI Brasil, Semmas e Semagris de Paragominas e Ulianópolis. Houve, também, uma conexão ativa com redes multissetoriais, favorecendo a aderência da produção técnica às necessidades apresentadas nos coletivos e amplificando a disseminação e o uso de insumos técnicos gerados.

*Mais informações
sobre o projeto:*



Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia

Responsável pelo projeto

Fundação Banco do Brasil (FBB)

Abrangência territorial

Bioma Amazônia

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1)

Beneficiários

Comunidades tradicionais da Amazônia (grupos indígenas, vilas remanescentes de antigos quilombos, seringueiros e populações ribeirinhas que vivem da pesca e da agricultura de subsistência etc.); agricultores familiares; trabalhadores rurais integrados a projetos de assentamento; população de baixa renda ou em situação de risco de exclusão social na região do bioma Amazônia; empreendimentos coletivos e/ou de economia solidária; e instituições de direito privado sem fins lucrativos, entidades da administração pública direta e indireta municipal, estadual e federal e fundações de apoio à pesquisa

Objetivo

Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia

Valor total do projeto

R\$ 14.503.820,38

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 14.503.820,38

Data da contratação

18.6.2012

Prazo de utilização (desembolso)

19.12.2025

Indicadores de eficácia e efetividade

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para monitoramento dos efeitos previstos.

Efeito direto 1.1 – Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas;

Efeito direto 1.2 – Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado; e

Efeito direto 1.4 – Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica:

Indicadores gerais

- Número de indivíduos beneficiados
Meta: 9.478 | Resultado alcançado: 8.586
- Número de mulheres beneficiadas
Meta: 2.828 | Resultado alcançado: 2.625
- Número de indígenas beneficiados
Meta: 3.727 | Resultado alcançado: 3.122
- Número de indígenas mulheres diretamente beneficiadas
Meta: 1.341 | Resultado alcançado: 1.113

- Número de assentados diretamente beneficiados
Meta: 356 | Resultado alcançado: 889
- Número de assentadas diretamente beneficiadas
Meta: 49 | Resultado alcançado: 368
- Número total de indivíduos exercendo cargos de coordenação nas instituições responsáveis pela execução do projeto e dos subprojetos
Meta: 33 | Resultado alcançado: 190
- Número de mulheres exercendo cargos de coordenação nas instituições responsáveis pela execução do projeto e dos subprojetos
Meta: 10 | Resultado alcançado: 63
- Número de indígenas exercendo cargos de coordenação nas instituições responsáveis pela execução do projeto e dos subprojetos
Meta: 10 | Resultado alcançado: 8

Indicadores de eficácia

- Número de subprojetos executados
Meta: 32 | Resultado alcançado: 32
- Número de imóveis rurais beneficiados com assistência técnica e extensão rural ou agroflorestal
Meta: 1.377 | Resultado alcançado: 1.046
- Número de imóveis rurais com projetos de produção sustentável implantados (sistemas agroflorestais, atividades de manejo florestal, pesca, aquicultura ou produção agroextrativista etc.)
Meta: 957 | Resultado alcançado: 678
- Número de viveiros implantados/ampliados
Meta: 36 | Resultado alcançado: 8
- Número de planos de manejo florestal elaborados
Meta: 6 | Resultado alcançado: 5
- Número de unidades implantadas de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo dos produtos da sociobiodiversidade
Meta: 47 | Resultado alcançado: 54

Indicadores de efetividade

- Receita obtida com a atividade econômica de uso sustentável apoiada pelo subprojeto
Meta: R\$ 21.453.346,33 | Resultado alcançado: R\$ 18.964.200,04
- Receita obtida com a atividade econômica de uso sustentável apoiada pelo subprojeto exclusivamente gerada por meio da comercialização via compras ou subsídios governamentais (mercado institucional)
Meta: R\$ 5.594.749,75 | Resultado alcançado: R\$ 4.233.198,88
- Volume da produção *in natura*, em toneladas
Meta: 358.331,82 | Resultado alcançado: 392.690,91

- Volume de produto beneficiado ou industrializado pelo proponente oriundo da(s) cadeia(s) extrativista(s) apoiada(s) pelo subprojeto (toneladas ou outra unidade de medida)
Meta: 56.746,07 | Resultado alcançado: 54.857,60
- Área de floresta manejada
Meta: 2.894.879,85 ha | Resultado alcançado: 3.816.169,59 ha
- Área recuperada e utilizada para fins econômicos
Meta: 115 ha | Resultado alcançado: 80 ha

Efeito direto 1.3 – Capacidades gerencial e técnica ampliadas para o desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade:

Indicadores de eficácia

- Número de indivíduos participantes de eventos de sensibilização ou integradores
Meta: 2.929 | Resultado alcançado: 7.076
- Número de eventos de sensibilização ou integradores realizados
Meta: 71 | Resultado alcançado: 150
- Número de indivíduos capacitados (para a implantação de sistemas agroflorestais/ atividades de manejo florestal, pesca, aquicultura, produção agroextrativista ou beneficiamento de produtos agroflorestais etc.)
Meta: 1.918 | Resultado alcançado: 1.979
- Número de mulheres capacitadas (para a implantação de sistemas agroflorestais/ atividades de manejo florestal, pesca, aquicultura, produção agroextrativista ou beneficiamento de produtos agroflorestais etc.)
Meta: 617 | Resultado alcançado: 749

Indicadores de efetividade

- Número de indivíduos capacitados efetivamente aplicando conhecimentos adquiridos
Meta: 1.923 | Resultado alcançado: 1.861
- Número de organizações fortalecidas
Meta: 91 | Resultado alcançado: 104
- Número de publicações sobre lições aprendidas e impactos dos subprojetos apoiados
Meta: 3 | Resultado alcançado: 0

O projeto alcançou resultados expressivos em vários indicadores, superando metas importantes e demonstrando impacto positivo no fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis e das capacidades locais. Apesar disso, alguns indicadores ficaram abaixo do previsto, por causa de desafios como mobilização em áreas remotas, eventos climáticos, questões logísticas, entraves ambientais e instabilidades de mercado. No geral, o projeto apresentou avanços relevantes em capacitação, infraestrutura, engajamento comunitário e fortalecimento institucional, oferecendo aprendizados valiosos para futuras ações de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

*Mais informações
sobre o projeto:*



Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros

Responsável pelo projeto

Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Abrangência territorial

Biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal, nas ações de monitoramento do desmatamento e proposição de nível de referência de emissões florestais (*forest reference emissions level* – FREL); e todo o território nacional nas ações de desenvolvimento de plataforma para análise e visualização de grandes volumes de dados geoespaciais

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Monitoramento e Controle (2) e Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos (4)

Beneficiários

Pessoas e instituições que venham a utilizar informações relacionadas ao monitoramento do desmatamento e da degradação florestal, bem como o governo brasileiro, que passará a contar com proposta de FREL para submissão à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)

Objetivo

Desenvolvimento e implementação de sistemas de monitoramento do desmatamento para os biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal; Cálculo das emissões de CO₂ relativas às áreas desmatadas e construção de proposta de FREL para cada um desses biomas; e desenvolvimento de plataforma para análise e visualização de grandes volumes de dados geoespaciais

Valor total do projeto

R\$ 49.778.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 49.778.000,00

Data da contratação

9.1.2018

Prazo de utilização (desembolso)

5.6.2025

Indicadores de eficácia e efetividade

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para monitoramento dos efeitos previstos.

Efeito direto 2.1 – Monitoramento do desmatamento contribui para a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental nos biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal:

Indicadores gerais

- Número de eventos integradores (seminários e fóruns) organizados pelo Inpe ou pela Funcate a fim de divulgar os conhecimentos produzidos
Meta: 5 | Resultado alcançado: 29
- Número de eventos integradores (seminários e fóruns) organizados por terceiros com participação do Inpe para divulgar os conhecimentos produzidos
Meta: 5 | Resultado alcançado: 47

Indicadores de eficácia

- Número de mapas anuais de incremento do desmatamento produzidos para o bioma (2011-2022)
Meta: 17 | Resultado alcançado: 20
- Número de mapas de vegetação secundária produzidos para o bioma (2018-2020-2022):
Meta: 3 | Resultado alcançado: 3
- Relatório referente à metodologia de mapeamento do desmatamento no bioma
Meta: 1 | Resultado alcançado: 1
- Número de mapas de desmatamento produzidos para o bioma (mapa base 2000 e mapas de incremento bianuais no período 2002-2010)
Meta: 6 | Resultado alcançado: 6
- Proposta de nível de referência de emissões florestais (FREL) do bioma
Meta: 6 | Resultado alcançado: 6

Indicadores de efetividade

- Área monitorada no bioma Mata Atlântica
Meta: Totalidade do bioma Mata Atlântica (1.107.419 km²) | Resultado alcançado: 803.175,61 km²
- Área monitorada no bioma Caatinga
Meta: Totalidade do bioma Caatinga (862.818 km²) | Resultado alcançado: 377.572,54 km²
- Área monitorada no bioma Pampa
Meta: Totalidade do bioma Pampa (193.836 km²) | Resultado alcançado: 130.939,54 km²
- Área monitorada no bioma Pantanal
Meta: Totalidade do bioma Pantanal (150.988 km²) | Resultado alcançado: 35.495,37 km²

Efeito direto 4.2 – Conhecimentos e tecnologias voltados ao monitoramento do desmatamento produzidos, difundidos e utilizados:

Indicadores de eficácia

- Relatórios do desenvolvimento do cubo de dados para cada bioma/região
Meta: 6 | Resultado alcançado: 6
- Número de imagens em modo pronto para análise (ARD) incluídas no cubo de dados
Meta: 2.200 | Resultado alcançado: 2.161.229
- Número de mapas de classificação das mudanças de cobertura da terra gerados por meio da plataforma
Meta: 3 | Resultado alcançado: 15
- Número de mapas de classificação das mudanças de cobertura da terra validados
Meta: 3 | Resultado alcançado: 15

Indicadores de efetividade

- Número de publicações científicas, pedagógicas ou informativas produzidas
Meta: 5 | Resultado alcançado: 51
- Número de projetos utilizando a plataforma Brazil Data Cube (ex: Prodes, Deter, TerraClass etc.)
Meta: 4 | Resultado alcançado: 8
- Número de instituições utilizando a plataforma Brazil Data Cube (ex: MMA, universidades etc.)
Meta: 5 | Resultado alcançado: 6
- Número de acessos à plataforma Brazil Data Cube
Meta: não estabelecida | Resultado alcançado: 454.983

O projeto proporcionou o desenvolvimento e a implementação de sistemas de monitoramento do desmatamento para os biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal, bem como o cálculo das emissões de CO₂ relativas às áreas desmatadas nesses biomas e a construção de uma proposta de FRELs subnacionais para cada um desses biomas.

Ademais, foi desenvolvida uma solução tecnológica para armazenamento e processamento de um grande volume de dados geoespaciais, intitulada Brazil Data Cube. Essa solução tecnológica consiste numa plataforma que armazenará dados obtidos de diferentes satélites, com diferentes observações da cobertura vegetal dos biomas brasileiros realizadas ao longo do tempo, possibilitando a análise dos dados em dimensões espaciais e temporais.

O projeto foi estruturado em seis subprojetos: quatro voltados ao monitoramento do desmatamento nos biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal, um de apoio transversal ao monitoramento e um dedicado ao desenvolvimento da plataforma Brazil Data Cube, tendo alcançado ou superado todas as metas.

*Mais informações
sobre o projeto:*



Tapajós Sustentável

Responsável pelo projeto

Conservation International
Brasil (CI-Brasil)

Abrangência territorial

Estado do Pará: municípios de Santarém, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Placas, Rurópolis e Trairão. Três UCs: Floresta Nacional do Tapajós, Floresta Nacional de Itaituba 1 e Floresta Nacional do Trairão

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1) e
Ordenamento territorial (3)

Beneficiários

Extrativistas, pequenos produtores rurais, membros de conselhos gestores de UCs

Objetivo

Apoiar o fortalecimento da produção sustentável florestal de base comunitária e contribuir para a valorização e a conservação dos recursos naturais da região do Tapajós

Valor total do projeto

R\$ 18.016.613,87

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 18.016.613,87

Data da contratação

18.12.2017

Prazo de utilização (desembolso)

24.1.2025

Indicadores de eficácia e efetividade

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos previstos.

Efeito direto 1.1 – Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas; e

Efeito direto 1.2 – Cadeias dos produtos florestais e da sociobiodiversidade com valor agregado ampliado nas UCs apoiadas:

Indicadores de eficácia

- Número de instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros
Meta: não estabelecida | Resultado alcançado: 6
- Número de estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação
Meta: 7 | Resultado alcançado: 14
- Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação implantada – viveiros/casas de semente/galpões (unidades)
Meta: não estabelecida | Resultado alcançado: 5
- Número de mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável
Meta: 25 | Resultado alcançado: 236
- Número total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável
Meta: 100 | Resultado alcançado: 463

- Número de equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas
Meta: 2 | Resultado alcançado: 1
Não houve necessidade de outro veículo, e os recursos foram utilizados para outros equipamentos.
- Número de eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados
Meta: 5 | Resultado alcançado: 12
- Número de unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas, ampliadas ou reformadas
Meta: não estabelecida | Resultado alcançado: 4
- Número de mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (cadeias produtivas com valor agregado)
Meta: 71 | Resultado alcançado: 153
- Número total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (cadeias produtivas com valor agregado)
Meta: 236 | Resultado alcançado: 456

Indicadores de efetividade

- Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos *in natura*
Meta: não estabelecida | Resultado alcançado: R\$ 138,71 mil

Efeito direto 1.3 – Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade:

Indicadores de eficácia

- Número de pessoas capacitadas para a prática e a gestão de atividades econômicas sustentáveis
Meta: 340 | Resultado alcançado: 269
A disponibilidade dos produtores para participar das ações de capacitação foi menor que o estimado.
- Número de mulheres na capacitação para a prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis
Meta: 85 | Resultado alcançado: 32
A disponibilidade das mulheres para participar dessas ações de capacitação foi inferior à estimada.
- Número de indivíduos capacitados em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas
Meta: 60 | Resultado alcançado: 120
- Número de mulheres capacitadas em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas
Meta: 15 | Resultado alcançado: 65
- Número de servidores públicos capacitados em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas
Meta: 20 | Resultado alcançado: 18
A disponibilidade dos servidores para participar da capacitação foi inferior à estimada.

- Número de eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados
Meta: 5 | Resultado alcançado: 12

Indicadores de efetividade

- Número de indivíduos capacitados para a prática e a gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – total
Meta: 112 | Resultado alcançado: 282
- Número de indivíduos capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos
Meta: 60 | Resultado alcançado: 106
- Número de mulheres capacitadas para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos
Meta: 15 | Resultado alcançado: 66
- Número de servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos
Meta: 20 | Resultado alcançado: 12

Efeito direto 3.2 – Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada:

Indicadores de eficácia

- Número de indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial
Meta: não estabelecida | Resultado alcançado: 433
- Número de mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial
Meta: não estabelecida | Resultado alcançado: 2.574
- Número de eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/oficinas realizados
Meta: 1 | Resultado alcançado: 3
- Número de publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial
Meta: 2 | Resultado alcançado: 2

Indicadores de efetividade

- Número de UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação
Meta: 3 | Resultado alcançado: 2

O projeto Tapajós Sustentável alcançou seu objetivo de apoiar o fortalecimento da produção sustentável florestal de base comunitária e contribuir para a valorização e a conservação dos recursos naturais da região do Tapajós, por meio de ações organizadas em três componentes finalísticos: (i) cadeias produtivas madeireiras sustentáveis; (ii) cadeias produtivas de produtos florestais não madeireiros sustentáveis; e (iii) UCs com gestão fortalecida.

O componente 1 concentrou-se no fortalecimento das iniciativas já existentes de manejo madeireiro na região da Floresta Nacional do Tapajós (Flona do Tapajós). Nesse sentido, o projeto contribuiu para a instalação de uma unidade de beneficiamento de madeira manejada e certificada, administrada pela Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona), destinada à

produção e à comercialização de produtos madeireiros com maior valor agregado. O apoio à cooperativa incluiu, também, a elaboração de plano de negócios, capacitações e mentoria.

Com o mesmo objetivo, o projeto apoiou a recuperação e a equipagem de oficinas de móveis e utensílios artesanais, criados por moradores das comunidades de Itapiúna (Tapajós), Areia (Trairão) e Pini (Tapajós), por meio do aproveitamento de galhos e resíduos encontrados na floresta.

O componente 2 envolveu a cadeia produtiva de produtos florestais não madeireiros, com ações de mapeamento do potencial econômico, planos de ação e realização de chamada pública, a qual selecionou seis projetos das cadeias produtivas de óleos vegetais, biojoias, açaí, cupuaçu e frutas e apoiou as organizações comunitárias com construção, aquisição de equipamentos e capacitações.

Já no componente 3, o objetivo foi o fortalecimento da gestão das florestas nacionais do Tapajós, do Trairão e de Itaituba 1. As atividades incluíram a reativação do conselho gestor da Flona do Trairão e a capacitação de novos conselheiros da Flona do Tapajós. No conselho da Flona do Tapajós foram criadas duas câmaras técnicas temáticas (manejo florestal comunitário e turismo de base comunitária), e o conselho consultivo da Flona do Trairão foi reativado. Além disso, promoveu-se um intercâmbio entre os conselhos das três UCs, no qual foi incluída também a Reserva Extrativista (Resex) Tapajós Arapiuns. Participaram dessa atividade 23 organizações locais, regionais e de outros estados do Brasil. Este componente também contemplou a produção de materiais de divulgação do Plano de Manejo da Flona de Tapajós, entregues ao ICMBio, publicados no site do órgão e distribuídos na unidade de conservação.

As diversas ações do projeto Tapajós Sustentável contribuíram para o manejo e a conservação florestal, bem como para a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades amazônicas.

*Mais informações
sobre o projeto:*



PROJETOS CONCLUÍDOS EM ANOS ANTERIORES

Além dos projetos concluídos em 2025, há outros 74 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia encerrados em anos anteriores, que se encontram listados a seguir. O valor total do apoio a esses projetos foi de R\$ 925 milhões. Informações detalhadas, bem como resultados e impactos, podem ser conferidas nos relatórios de atividades de 2013 a 2024 e no portal do Fundo Amazônia.

Nome do projeto	Responsável	Abrangência territorial (UF)	Ano da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
CAR Acre	Estado do Acre – Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan)	Acre	2013	2024	15.411.173,28
Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre	Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)	Acre	2018	2024	5.823.061,00
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Amazonas	2016	2024	11.042.796,11
Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	Internacional	2013	2024	23.693.641,00
Pacto da Floresta	Pacto das Águas – Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	Rondônia	2018	2024	8.607.999,88
Programa Municípios Verdes	Estado do Pará	Pará	2014	2024	45.591.647,24
Projeto de Fiscalização Ambiental e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (Profisc 1 – B)	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Amazônia Legal	2018	2024	140.262.587,72
Amazônia – Regularização Ambiental	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)	Amazônia Legal	2019	2023	9.267.000,00
Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso	Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)	Mato Grosso	2014	2023	3.238.032,00
Calha Norte Sustentável	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Pará	2014	2023	3.310.210,47
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Amazônia Legal	2017	2023	11.858.546,84
Plantar Rondônia	Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	Rondônia	2018	2023	25.305.337,00

(Continua)

(Continuação)

Nome do projeto	Responsável	Abrangência territorial (UF)	Ano da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Prevfogo – Fortalecimento do Sistema de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Amazônia Legal	2014	2023	14.600.323,63
Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas	Instituto Centro de Vida (ICV)	Mato Grosso	2018	2023	16.405.000,00
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)	Pará	2012	2022	23.408.189,46
CAR Mato Grosso do Sul	Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (Imasul)	Mato Grosso do Sul	2014	2022	4.575.359,30
CAR Paraná	Instituto Água e Terra (IAT)	Paraná	2017	2022	1.084.473,01
CAR Roraima	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (Femarh)	Roraima	2016	2022	1.414.308,37
Florestas Comunitárias	Instituto Floresta Tropical (IFT)	Pará	2017	2022	8.100.000,00
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	Acre	2014	2022	4.981.614,66
Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia	2015	2022	12.104.865,00
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu	Instituto Socioambiental (ISA)	Amazonas, Mato Grosso e Roraima	2016	2022	11.685.843,14
IREHI – Cuidando dos Territórios	Operação Amazônia Nativa (Opan)	Mato Grosso	2016	2022	8.144.618,70
Mamirauá	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	Amazonas	2013	2022	8.504.678,54
Néctar da Amazônia	Instituto Peabiru	Amapá e Pará	2014	2022	2.030.000,00
Sementes do Portal – Fase 2	Instituto Ouro Verde (IOV)	Mato Grosso	2013	2022	16.086.000,00
Valorização do Ativo Ambiental Florestal	Estado do Acre	Acre	2010	2021	52.930.867,68
Bem Viver Sustentável	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)	Amapá e Pará	2016	2021	11.858.793,87
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros	Associação SOS Amazônia	Acre e Amazonas	2015	2021	9.938.777,00

(Continua)

(Continuação)

Nome do projeto	Responsável	Abrangência territorial (UF)	Ano da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Capacitar para Conservar	Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)	Amapá	2014	2021	1.404.360,67
Conhecer para Conservar	Museu da Amazônia (Musa)	Amazonas	2011	2021	9.984.629,00
Fundo Dema	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	Pará	2011	2021	6.601.699,07
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental	Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	Amazônia Legal	2013	2021	18.853.482,32
Rondônia Mais Verde	Estado de Rondônia – Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia (CBMRO)	Rondônia	2012	2021	15.040.500,00
Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai)	Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins	2017	2021	9.059.718,63
Alto Juruá	Associação Ashaninka do Rio Amônia (Apiwtxa)	Acre	2015	2020	6.597.581,00
Amazônia Indígena Sustentável	Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	Mato Grosso e Rondônia	2016	2020	7.352.757,03
APL Babaçu	Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema)	Maranhão	2014	2020	4.897.085,37
Arapaima: Redes Produtivas	Operação Amazônia Nativa (Opan)	Amazonas	2015	2020	6.364.730,00
Concretizar	Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca (Projeto Reca)	Acre e Rondônia	2015	2020	6.422.748,00
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	Amapá e Pará	2014	2020	15.487.682,61
Nascentes do Buriti	Município de Carlinda	Mato Grosso	2011	2020	1.875.500,94
Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas	Estado do Pará – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA)	Pará	2013	2020	16.830.280,00
Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos) na Amazônia	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN)	Maranhão, Mato Grosso e Tocantins	2012	2020	12.814.691,38
Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Amazônia Legal	2014	2020	19.043.330,00
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu	Município de Cotriguaçu	Mato Grosso	2014	2020	1.567.845,25

(Continua)

(Continuação)

Nome do projeto	Responsável	Abrangência territorial (UF)	Ano da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre)	Acre	2015	2019	3.091.111,21
Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Amazônia Legal	2016	2019	56.295.964,63
Jacundá, Município de Economia Verde	Município de Jacundá	Pará	2012	2019	193.906,10
Proteção Florestal Tocantins	Estado do Tocantins – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO)	Tocantins	2012	2019	4.958.910,00
Quintais Amazônicos	Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	Rondônia	2013	2019	8.837.852,29
Sentinelas da Floresta	Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)	Mato Grosso	2014	2018	5.175.522,50
Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu	Instituto Socioambiental (ISA)	Mato Grosso e Pará	2014	2019	8.023.856,00
Biodiversidade	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Pará	2012	2018	4.639.706,98
Compostos Bioativos da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Pará	2012	2018	1.352.368,48
Florestas de Mangue	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Pará	2012	2018	1.982.143,00
Olhos d' Água da Amazônia – Fase 2	Município de Alta Floresta	Mato Grosso	2013	2018	7.146.563,54
Pesca Sustentável	WWF-Brasil	Acre	2014	2018	3.205.943,00
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas	Estado do Amazonas	Amazonas	2010	2018	17.575.286,19
Bombeiros Florestais de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso – Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso (CBMMT)	Mato Grosso	2012	2017	12.518.230,09
Recupera Marcelândia	Município de Marcelândia	Mato Grosso	2011	2017	551.556,98
Semas Pará	Estado do Pará	Pará	2010	2017	15.923.230,00

(Continua)

(Continuação)

Nome do projeto	Responsável	Abrangência territorial (UF)	Ano da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Acre: Incêndios Florestais Zero	Estado do Acre – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre (CBMAC)	Acre	2012	2016	13.280.709,56
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Amazônia Legal	2011	2016	2.660.567,23
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	Amazônia Legal	2010	2015	19.949.058,91
Bolsa Floresta	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	Amazonas	2010	2015	19.107.547,89
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável	Instituto Floresta Tropical (IFT)	Amazonas, Pará e Rondônia	2011	2015	7.449.000,00
Ilhas de Belém	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Pará	2012	2015	1.060.245,19
Nova Cartografia Social na Amazônia	Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Fundação de Apoio Institucional Muraki	Todos os estados do bioma Amazônia	2011	2015	4.614.587,03
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Pará	2010	2014	9.736.473,00
Virada Verde	The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	Mato Grosso e Pará	2010	2014	16.000.000,00
Olhos d' Água da Amazônia	Município de Alta Floresta	Mato Grosso	2011	2013	2.781.340,40
Preservar Porto dos Gaúchos	Município de Porto dos Gaúchos	Mato Grosso	2011	2013	120.655,00
Sementes do Portal	Instituto Ouro Verde (IOV)	Mato Grosso	2010	2013	5.397.778,87

Fonte: Elaboração própria.





PROJETOS EM EXECUÇÃO



PROJETOS EM EXECUÇÃO EM 2025

Projeto/responsável	Data da contratação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado (%)
Agroecologia em Rede Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	8.11.2023	20.162.650,00	29
Amazônia Agroecológica Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	17.9.2018	16.611.508,35	100
Amazônia SAR União Federal – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)	20.7.2015	47.958.727,94	100
Amazônia Socioambiental Instituto Socioambiental (ISA)	28.2.2024	38.834.744,64	18
Babaçu Livre Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema)	22.9.2023	13.058.721,52	69
CAR Amazonas Estado do Amazonas	28.2.2019	12.148.072,01	100
CAR Ceará Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace)	31.5.2016	18.824.169,83	100
CAR: Tocantins Legal Estado do Tocantins	28.6.2013	24.400.219,00	100
Dabucury: Compartilhando Experiências e Fortalecendo a Gestão Etnoambiental nas Terras Indígenas da Amazônia Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese)	21.12.2023	53.819.079,00	53
Floresta Ativa Tapajós Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (Ceaps) – Projeto Saúde e Alegria	24.7.2018	12.493.011,00	100
Floresta de Babaçu em Pé Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB)	5.4.2018	9.222.739,00	100
Floresta para o Bem-estar Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	6.3.2024	29.452.432,00	36
Florestas de Valor – Novos Modelos de Negócio para a Amazônia Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	23.3.2017	17.369.442,36	100
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia (Fase 2) Fundação Banco do Brasil (FBB)	5.12.2014	12.000.000,00	100
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia (Fase 3) Fundação Banco do Brasil (FBB)	24.6.2024	50.000.000,00	0
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	21.11.2011	7.584.410,51	100
Gestão Territorial Opirj Organização dos Povos Indígenas do Rio Jurua (Opirj)	4.11.2023	33.661.383,00	81
Inventário Florestal Nacional – Amazônia União Federal – Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	24.1.2013	38.149.718,06	100
Legado Integrado da Região Amazônica (Lira) Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	13.12.2018	45.000.000,00	92

(Continua)

(Continuação)

Projeto/responsável	Data da contratação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado (%)
Mais Sustentabilidade no Campo Estado do Maranhão	27.4.2018	40.476.077,00	33
MapBiomass Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável	31.8.2023	11.220.000,00	100
Mato Grosso Sustentável Estado de Mato Grosso	3.7.2014	32.925.406,46	100
Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	29.10.2014	66.952.436,00	100
Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos) na Amazônia – Fase 2 Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	29.11.2018	21.209.881,05	100
Planos Amas – Amazônia: Segurança e Soberania União Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	17.6.2024	318.523.374,39	46
ProAmazon – Projeto de Combate a Incêndios e Desmatamento no Amazonas Estado do Amazonas – Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBMAM)	5.12.2024	45.000.000,00	48
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado Estado de Rondônia – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam-RO)	14.3.2014	26.714.756,72	100
Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas no Amapá Estado do Amapá – Corpo de Bombeiros Militar do Amapá (CBMAP)	22.11.2024	45.000.000,00	50
Projeto Integrado da Amazônia Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Eliseu Alves (FEA)	7.4.2016	33.691.380,00	50
Redes Indígenas da Amazônia The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	8.7.2024	59.964.064,00	19
Restaura Amazônia MR1 Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	4.11.2024	150.000.000,00	8
Restaura Amazônia MR2 Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)	12.11.2024	150.000.000,00	10
Restaura Amazônia MR3 Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	12.11.2024	150.000.000,00	8
Rondônia Mais Verde – Fase 2 Estado de Rondônia – Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia (CBMRO)	26.2.2024	34.074.785,34	54
Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Acre Estado do Acre – Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan)	11.4.2024	97.814.173,00	22
Terra a Limpo Estado de Mato Grosso – Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional (GDR/MT)	26.6.2018	72.900.000,00	18
Território, Cultura e Autonomia Kayapó Associação Floresta Protegida (AFP)	21.3.2018	9.089.870,67	100

Fonte: Elaboração própria.





PROJETOS CONTRATADOS



PROJETOS CONTRATADOS EM 2025

Em 2025, o Fundo Amazônia contratou 25 projetos, que totalizaram o valor de R\$ 2,2 bilhões. A relação dos projetos com as principais informações será apresentada a seguir. As atualizações e o detalhamento de cada projeto, bem como seus contratos, estão disponíveis no *site* do Fundo Amazônia, na seção “Projetos apoiados”.

FGV Projetando o Futuro

Responsável pelo projeto

Fundação Getulio Vargas (FGV)

Abrangência territorial

Amazônia Legal

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1) e Ciência, inovação e instrumentos econômicos (4)

Beneficiários

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), outros órgãos federais e estaduais e organizações não governamentais com atuação na agenda ambiental (especialmente na formulação de políticas públicas relativas à prevenção e combate ao desmatamento e à implementação do código florestal), além de toda a sociedade

Objetivo

Estudar e comparar dados históricos e atuais e opções de políticas públicas no setor de florestas e uso da terra na Amazônia Legal, para conciliar proteção com produção e subsidiar o Governo Federal no cumprimento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira; na implantação do Código Florestal e de uma agricultura de baixo carbono; e na avaliação do impacto de grandes obras e mudanças climáticas na região

Valor total do projeto

R\$ 17.380.589,87

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 17.380.589,87

Data da contratação

6.2.2025

Prazo de utilização (desembolso)

6.4.2029

O projeto abrange dois componentes, com os seguintes produtos:

- Componente 1: estudos sobre a implementação do Código Florestal e seu efeito para cumprir a NDC brasileira e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) (incluindo ações de restauração florestal); e criação de metodologia para avaliação dos impactos socioambientais e sobre o desmatamento (e as emissões de GEE) de grandes obras de infraestrutura na Amazônia.
 - » Produto 1.1: banco de dados geográfico com versão atualizada do Cadastro Ambiental Rural (CAR), trajetórias de mudanças de uso da terra na Amazônia e análise de impactos no Código Florestal.
 - » Produto 1.2: análise de cenários de destinação de terras públicas não designadas e seu impacto no desmatamento da Amazônia.

- » Produto 1.3: análise do mercado de Cotas de Reserva Ambiental (CRA).
- » Produto 1.4: relatório sobre projeções de restauração florestal e emissões em diferentes cenários de políticas públicas.
- » Produto 1.5: metodologia para avaliação de impactos de grandes obras de infraestrutura na Amazônia e estudos de casos pertinentes.
- Componente 2: estudos sobre a implementação do Plano ABC+ e seus efeitos na redução de emissões; projeções de tendências de crescimento de produção e produtividade na agropecuária e seus efeitos sobre a Amazônia; e modelagem dos efeitos das mudanças climáticas sobre a produção do setor.
 - » Produto 2.1: levantamento de sistemas agrícolas integrados na Amazônia e seus impactos.
 - » Produto 2.2: validação de metodologia para mapeamento e monitoramento de sistemas agrícolas integrados, a partir de imagens de satélite.
 - » Produto 2.3: simulações sobre o futuro da produção agrícola e proteção ambiental na Amazônia.
 - » Produto 2.4: modelagem do impacto de mudanças climáticas sobre a produção agrícola.



Pará Amazônia 2025

Responsável pelo projeto

Estado do Pará – Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA)

Abrangência territorial

Todos os municípios do Pará

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Monitoramento e controle (2)

Beneficiário

Pará

Objetivo

Fortalecer a estrutura do CBMPA e as ações de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas

Valor total do projeto

R\$ 44.999.900,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 44.999.900,00

Data da contratação

7.2.2025

Prazo de utilização (desembolso)

10.2.2028

O projeto abrange dois componentes, com os seguintes produtos:

- Componente de fortalecimento do aparelhamento e estruturação institucional.
 - » Capacitação de bombeiros militares/agentes públicos em assuntos com ênfase em combate a incêndios florestais.
 - » Ampliação e modernização da frota de veículos operacionais.
 - » Equipamentos e materiais para prevenção e combate a incêndio florestal.
- Componente de prevenção, combate, monitoramento e fiscalização.
 - » Equipamentos/veículos para atividades de fiscalização e monitoramento.
 - » Realização de campanhas educativas, com distribuição de material informativo para sensibilizar as comunidades locais.
 - » Capacitação de bombeiros militares/agentes públicos, com ênfase em atividades de monitoramento.
 - » Capacitação de comunidades locais quanto às práticas alternativas ao uso do fogo e técnicas de prevenção e combate aos incêndios florestais.
 - » Curso de formação de brigadas florestais (voluntárias, comunitárias) para atuação em ações de prevenção e primeiro combate, quando possível.
 - » Realização de missões de verificação de focos de calor e de combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas.
 - » Implementação de brigadas de combate a incêndio florestal.

Produção Sustentável em Comunidades Atingidas da Amazônia

Responsável pelo projeto

Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai)

Abrangência territorial

Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1)

Beneficiários

Seiscentas famílias de 32 municípios na área de influência de grandes empreendimentos

Objetivo

Apoiar a implementação de projetos de produção agroecológica sustentável e de viveiros e plantio de mudas de árvores nativas, bem como a formação e capacitação técnica de famílias residentes em áreas de vulnerabilidade social e pressão ambiental, contribuindo para a segurança alimentar, a geração de renda e a permanência no território das famílias beneficiárias

Valor total do projeto

R\$ 32.323.825,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 32.323.825,00

Data da contratação

13.2.2025

Prazo de utilização (desembolso)

13.8.2027

Para contribuir com a implantação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), o projeto dará maior escala, por meio da produção sustentável, a estratégias bem-sucedidas de proteção territorial implementadas anteriormente no projeto Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento, também realizado pelo cliente com o apoio do Fundo Amazônia, de 2017 a 2021.

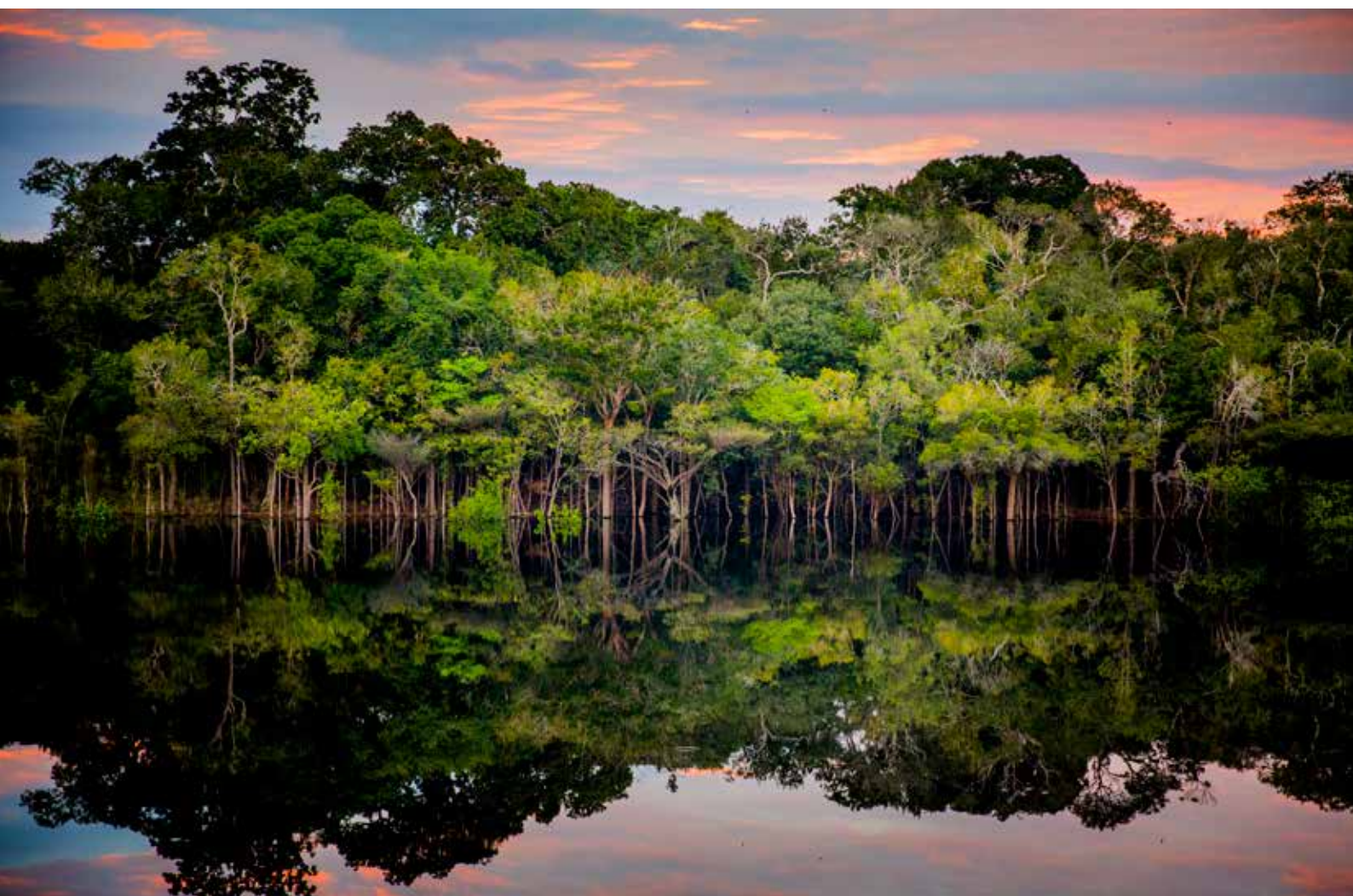
Nas etapas iniciais do projeto, serão selecionadas seiscentas famílias beneficiárias que vivem em 32 municípios na área de influência de grandes empreendimentos nos estados do Pará, Rondônia, Amapá, Tocantins e Mato Grosso, sendo mobilizadas a partir de sete polos de articulação regional em Belém (PA), Marabá (PA), Altamira (PA), Itaituba (PA), Porto Velho (RO), Palmas (TO) e Sinop (MT).

O projeto está estruturado em quatro componentes. O primeiro é a produção agrícola sustentável, com a implementação de trezentos projetos agroecológicos, integrados e sustentáveis (Pais) com sistemas de geração de energia fotovoltaica para captação de água e irrigação, uma tecnologia social reconhecida por promover mais qualidade, diversidade e quantidade de alimentos consumidos para as famílias beneficiárias, bem como por diminuir os custos de produção, facilitando o manejo de hortas e conscientizando as famílias para o uso sustentável dos recursos naturais. Também serão implementados duzentos projetos de fortalecimento de atividades produtivas, com diagnóstico detalhado sobre outras atividades demandadas nas regiões e apoio técnico para que duzentas famílias desenvolvam e realizem projetos produtivos adequados a sua realidade específica. Dessa forma, o projeto oferece assistência técnica integral e integrada que garante a correta implementação dos Pais e dos projetos de atividades complementares ao longo de três anos.

No segundo componente, o projeto vai implantar cinco viveiros de mudas de árvores nativas, que serão desenvolvidos e mantidos por cem famílias beneficiárias. Cada viveiro tem capacidade de produção de 15 a 20 mil mudas por ano. Também será realizado o plantio de 200 mil árvores nativas pelas seiscentas famílias beneficiárias, considerando as características do solo, do clima e da biodiversidade locais, totalizando 84 hectares. Além do acompanhamento técnico contínuo, desde a produção de mudas até o plantio e manejo das árvores, o projeto inclui ações de monitoramento, com mapeamentos criados com apoio de *drones* e uso de aplicativo para conferir as metas.

O terceiro componente apoia a formação e a capacitação tanto da equipe técnica – para prestar assessoria adequada às famílias beneficiárias, realizando as visitas de campo e as atividades de planejamento, monitoramento e avaliação (PMA) – como das próprias famílias, com capacitação técnica e formação de lideranças comunitárias, por meio da realização de oficinas locais e encontros regionais para divulgação de informações, multiplicação da aprendizagem e interlocução das famílias com as equipes técnicas locais, além de seminários para intercâmbio de experiências. Estão previstas também atividades para sensibilizar e formar estudantes, em escolas localizadas nas áreas de abrangência dos projetos, em temas como: educação ambiental, destinação adequada de lixo reciclável e não reciclável, uso adequado do lixo orgânico produzido nas escolas e nas propriedades, além de produção de alimentos saudáveis nas escolas e nas propriedades.

Por fim, o quarto componente apoia ações de comunicação e sustentabilidade na produção de materiais didáticos; divulgação das ações e resultados; produção e distribuição de materiais impressos, audiovisuais e digitais; e contratação de estudos para a futura criação de um fundo comunitário em benefício das famílias contempladas pelo projeto.



Mato Grosso 2025

Responsável pelo projeto

Estado de Mato Grosso –
Corpo de Bombeiros Militar do
Estado de Mato Grosso (CBMMT)

Abrangência territorial

Mato Grosso

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Monitoramento e controle (2)

Beneficiário

Mato Grosso

Objetivo

Fortalecer a estrutura do CBMMT e as ações de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas

Valor total do projeto

R\$ 45.000.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 45.000.000,00

Data da contratação

11.3.2025

Prazo de utilização (desembolso)

11.9.2027

O projeto divide-se em dois componentes:

- Componente de fortalecimento do aparelhamento e estruturação institucional.
 - » Agentes públicos capacitados: capacitação de bombeiros militares/agentes públicos em prevenção, combate, monitoramento e fiscalização de incêndios florestais.
 - » Infraestrutura e equipamentos: (i) ampliação da frota aérea do CBMMT, fortalecendo sua estrutura operacional, especialmente o Grupo de Aviação de Bombeiro Militar (GAvBM); e (ii) estruturação de bases aéreas temporárias para pouso e decolagem de aeronave de asa rotativa.
- Componente de prevenção, combate, monitoramento e fiscalização:
 - » Realização de campanhas educativas para sensibilizar a população quanto a práticas alternativas ao uso do fogo e técnicas de prevenção e combate aos incêndios florestais, incluindo capacitação de técnicos, brigadistas, agricultores, produtores rurais e comunidades locais.
 - » Realização de missões de verificação de focos de calor e de combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas.
 - » Capacitação de brigadistas e implementação de brigadas mistas de combate a incêndios florestais.
 - » Apoio às missões de fiscalização, por meio da aquisição de combustíveis e seguro para o helicóptero.

Amazônia Protegida

Responsável pelo projeto

Estado do Maranhão –
Corpo de Bombeiros Militar
do Estado do Maranhão (CBMMA)

Abrangência territorial

Municípios da Amazônia Legal
no Maranhão

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Monitoramento e controle (2)

Beneficiários

Municípios da Amazônia Legal no Maranhão

Objetivo

Fortalecer a estrutura do CBMMA na
Amazônia Legal, bem como as ações de
prevenção e combate a incêndios florestais e
queimadas não autorizadas na região

Valor total do projeto

R\$ 45.000.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 45.000.000,00

Data da contratação

18.3.2025

Prazo de utilização (desembolso)

18.9.2028

O projeto divide-se em dois componentes:

- Componente de fortalecimento do aparelhamento e estruturação institucional.
 - » Capacitação de bombeiros militares/agentes públicos.
 - » Ampliação e modernização da frota de veículos operacionais.
 - » Equipamentos e materiais para prevenção e combate a incêndio florestal.
- Componente de prevenção, combate, monitoramento e fiscalização.
 - » Equipamentos/veículos para atividades de fiscalização e monitoramento.
 - » Realização de campanhas de conscientização e sensibilização ambiental.
 - » Capacitação de atores envolvidos (agricultores, produtores rurais e comunidades locais) quanto a práticas agrícolas sustentáveis, alternativas às queimadas, manejo adequado do fogo e técnicas de prevenção e combate aos incêndios florestais.
 - » Formação de brigadas florestais voluntárias e comunitárias para atuar na prevenção e combate inicial aos incêndios florestais.
 - » Realização de ações de monitoramento.



Juruá: Sustentável e Solidário

Projeto selecionado no âmbito da chamada pública Consolidação e Fortalecimento de Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas

Responsável pelo projeto

Associação dos Produtores Rurais de Caruari (Asproc)

Abrangência territorial

Estado do Amazonas, nos municípios de: Caruari, Juruá, Tefé, Itamarati e Manaus. Unidades de conservação (UC): Reserva Extrativista (Resex) do Médio Juruá, Resex do Baixo Juruá e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari. Terras indígenas (TI): Terra Indígena Deni do Rio Xerua (próxima aos rios Juruá e Purus)

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1)

Beneficiários

Total de 2.363 famílias (10.421 pessoas) advindas de 76 comunidades tradicionais, incluídos 793 indígenas da região de abrangência do projeto

Objetivo

Fortalecer e consolidar cadeias socioprodutivas sustentáveis e o comércio ribeirinho na região do rio Juruá, promovendo o engajamento e fortalecimento das organizações comunitárias, a diversificação da produção extrativista e a expansão de oportunidades de comercialização e geração de renda

Valor total do projeto

R\$ 38.910.887,03

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 38.910.887,03

Data da contratação

2.4.2025

Prazo de utilização (desembolso)

23.1.2029

O projeto divide-se em sete componentes, cujas principais atividades encontram-se sintetizadas a seguir:

- Componentes 1 a 5: entidades comunitárias. Além da Asproc, serão apoiadas outras quatro instituições: Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (Amaru); Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária da Reserva Extrativista do Médio Juruá (Codaemj); Associação dos Trabalhadores Rurais de Juruá (Astruj); e Associação do Povo Deni do Rio Xerua (Aspodex). Haverá fortalecimento institucional, comercialização, atividades de produção e prestação de serviços, beneficiamento, distribuição e armazenamento; assistência técnica, capacitação, adequação a normas, gestão e controle da produção, entre outros. As principais cadeias apoiadas são: pescado, açaí e óleos vegetais.
- Componente 6: transversal. Transversal a todas as organizações comunitárias envolvidas no projeto, cujas atividades englobam: capacitações e certificações; implementação de estruturas de distribuição, armazenamento e beneficiamento de uso compartilhado entre as aglutinadas; desenvolvimento de plano de segurança do território; ações voltadas à manutenção e prevenção de acidentes nas agroindústrias; ações de comunicação; e multiplicação da tecnologia social que a Asproc denomina Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário.
- Componente 7: gestão. Articulação e governança; monitoramento de impactos; gestão administrativa e financeira do projeto; e auditoria.

Roraima Verde

Responsável pelo projeto

Estado de Roraima – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima (CBMRR)

Abrangência territorial

Roraima

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Monitoramento e controle (2)

Beneficiário

Roraima

Objetivo

Fortalecer a estrutura do CBMRR e as ações de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas

Valor total do projeto

R\$ 44.871.110,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 44.871.110,00

Data da contratação

17.1.2025

Prazo de utilização (desembolso)

17.1.2028

A ênfase do projeto é o monitoramento e a proteção das áreas de interesse ambiental localizadas no estado, com especial atenção para a área denominada Arco do Fogo de Roraima.

O projeto está estruturado em dois componentes:

- Fortalecimento institucional.
 - » Construção da sede do 1º Batalhão de Proteção Ambiental no município de Boa Vista, incluindo aquisição de móveis, máquinas e equipamentos.
 - » Criação do centro de monitoramento e controle de riscos, com investimentos para aquisição de licenciamento de *software*, máquinas e equipamentos.
 - » Reaparelhamento do CBMRR por meio de aquisição de equipamentos, materiais e viaturas.
- Prevenção, combate, monitoramento e fiscalização.
 - » Capacitação de agricultores e produtores locais para prevenção e combate a queimadas não autorizadas e incêndios florestais (contrapartida não financeira).
 - » Formação de brigadistas nas comunidades rurais para atuarem na prevenção e controle de queimadas (contrapartida não financeira).
 - » Aquisição de equipamentos de proteção individual para brigadistas.



Fortalecimento da Fiscalização Ambiental para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia (FortFisc)

Responsável pelo projeto

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Abrangência territorial

Amazônia Legal

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Monitoramento e controle (2)

Beneficiários

Toda a população da Amazônia Legal e servidores do Ibama que atuam nas ações de controle, monitoramento e fiscalização ambiental

Objetivo

Fortalecer o controle, a fiscalização e o monitoramento ambiental realizados pelo Ibama, de modo a influenciar a redução da taxa de desmatamento na Amazônia

Valor total do projeto

R\$ 825.732.461,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 825.732.461,00

Data da contratação

3.6.2025

Prazo de utilização (desembolso)

27.3.2029

O projeto divide-se em cinco componentes, a saber:

- Componente 1: fiscalização remota do desmatamento. Implementar soluções inovadoras de fiscalização remota, integrando geotecnologias, sensoriamento remoto, inteligência artificial e informações geoespaciais para combater os ilícitos ambientais na Amazônia Legal brasileira. Entre as principais entregas estão sistemas para autuação e embargo remotos, monitoramento de planos de manejo, recuperação da vegetação e atividades ilegais em áreas protegidas e TIs, além da criação de uma plataforma integradora de dados geoespaciais.
- Componente 2: sistemas informatizados de controle e fiscalização ambiental. Desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas informatizados de fiscalização visando aumentar a eficácia do processo administrativo sancionador e do controle das atividades realizadas pelos administrados, de forma a criar um ambiente favorável à proteção ambiental. Serão desenvolvidos sistemas digitais para o gerenciamento de autos de infração, emissão de certidão ambiental, controle da cadeia de mercúrio e rastreamento de produtos florestais, além da implementação do Sistema de Monitoramento do Desmatamento Zero (LabDeZ). Também estão previstas contratações técnicas para triagem de processos e a realização de cursos presenciais e à distância para agentes ambientais federais e estaduais.
- Componente 3: meios operacionais. O Ibama tem buscado aumentar a quantidade de agentes de fiscalização por meio de cursos de formação e da ampliação do quadro de pessoal mediante concurso público. Porém, é indispensável que, de forma concomitante, se implemente uma robusta melhoria qualitativa da atividade de fiscalização ambiental, agregando meios operacionais mais sofisticados e modernos que, por consequência, aumentarão a eficiência e a segurança da atividade.

O investimento viabilizará a construção de um centro nacional de treinamento operacional do Ibama e de estruturas de armazenagem para bens apreendidos nos estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso, além da aquisição de equipamentos, como bases móveis em contêineres e *trailers off-road*, barracas de campanha, sistemas de comunicação via rádio VHF e *kits* de conectividade via internet satelital. Esses recursos permitirão maior presença territorial e agilidade nas ações em campo.

- Componente 4: meios aéreos. Adequar a capacidade aérea do Ibama para a execução segura e eficiente das operações de comando e controle em áreas afetadas por atividades predatórias de grande impacto (garimpo e exploração florestal), em especial nas TIs, fornecendo meios aéreos para prevenção e combate a incêndios florestais de maior porte. Serão adquiridas aeronaves de asa rotativa com grande capacidade de transporte e lançamento de água, dotadas de proteção balística, além de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (*drones* de asa fixa com decolagem e pouso vertical). O componente também prevê a instalação de quatro bases operacionais com hangares e oito helipontos estratégicos em áreas-chave da Amazônia Legal.
- Componente 5: gestão e governança do projeto. Realizar a gestão e governança do projeto por meio de instrumentos que garantam sua exequibilidade, além de dissuadir infrações ambientais por meio da capacitação de servidores dos órgãos ambientais estaduais e do fortalecimento das ações de comunicação social. O componente prevê a criação de uma Unidade Gestora do Projeto (UGP), composta por servidores do Ibama e consultores especializados. Essa equipe será responsável por coordenar a execução técnica, financeira e institucional do FortFisc, além de promover eventos técnico-científicos, elaborar cursos de capacitação e fomentar a cooperação com órgãos estaduais e países vizinhos da América Latina para enfrentar o desmatamento ilegal.



Sanear Amazônia

Responsável pelo projeto

Memorial Chico Mendes (MCM)

Abrangência territorial

Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1) e Ordenamento territorial (3)

Beneficiários

Comunidades e famílias rurais de baixa renda, em especial aquelas caracterizadas como povos e comunidades tradicionais

Objetivo

Promover acesso à água e inclusão social e produtiva de comunidades da Amazônia Legal, viabilizando a produção sustentável, segurança alimentar e geração de renda de populações tradicionais na região

Valor total do projeto

R\$ 128.479.019,39

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 128.479.019,39

Data da contratação

30.6.2025

Prazo de utilização (desembolso)

30.12.2027

O projeto está estruturado em quatro componentes principais:

- Componente 1: implantação de tecnologias sociais de acesso à água.
 - » Seleção e contratação de entidades executoras previamente credenciadas no Programa Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para implantar as tecnologias sociais.
 - » Implantação de 3.690 tecnologias sociais de acesso à água nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia.
- Componente 2: acompanhamento e capacitação.
 - » Realização de cinco capacitações com as entidades executoras.
 - » Acompanhamento, vistoria e avaliação da implantação das tecnologias sociais.
- Componente 3: comunicação.
 - » Produção de conteúdo e materiais para promoção de engajamento e capacitação das comunidades envolvidas, incluindo vídeos, cartilhas, *folders*, *banners* e camisetas.
- Componente 4: gestão.
 - » Implementação de escritórios de gestão do projeto.



Rede de Manejo da Sociobiodiversidade (Remanso)

Responsável pelo projeto

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)

Abrangência territorial

Amazonas e Pará, em nove municípios – Alvarães (AM), Fonte Boa (AM), Jutai (AM), Manacapuru (AM), Maraã (AM), Tefé (AM), Uarini (AM), Alenquer (PA) e Santarém (PA); três unidades de conservação – RDS Mamirauá, RDS Amanã e Flona Tefé; e três projetos de assentamento agroextrativistas (PAE) – Tapará, Salvação e Atumã.

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1)

Beneficiários

Pescadores artesanais, meliponicultores e comunidades envolvidas com o manejo florestal sustentável da região de abrangência do projeto

Objetivo

Apoiar o fortalecimento das cadeias produtivas do pirarucu, jacaré, da madeira e da meliponicultura, promovendo inclusão social, geração de renda e melhoria das condições de vida em comunidades tradicionais

Valor total do projeto

R\$ 37.053.237,82

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 37.053.237,82

Data da contratação

30.6.2025

Prazo de utilização (desembolso)

30.12.2028

O IDSM será a instituição aglutinadora de nove organizações que atuarão em diferentes cadeias produtivas:

- Colônia de Pescadores Z-4 de Tefé – cadeia produtiva do pirarucu;
- Colônia de Pescadores Z-23 de Alvarães – cadeia produtiva do pirarucu;
- Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã – cadeia produtiva do pirarucu;
- Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (Sapopema) – cadeia produtiva do pirarucu;
- Associação de Produtores do Setor Jarauá (APSJ) – cadeia produtiva do jacaré;
- Associação de Moradores e Usuários da RDSM Antônio Martins (Amurmam) – cadeia produtiva do jacaré e da madeira;
- Associação dos Serradores e Moveleiros de Uarini (Assemov) – cadeia produtiva da madeira;
- Associação do Polo Madeireiro e Moveleiro de Manacapuru (Apomam) – cadeia produtiva da madeira;
- Associação de Produtores Agroextrativistas da Flona de Tefé e Entorno (Apafe) – cadeia produtiva da meliponicultura.

Redes de Vidas nos Babaçuais

Responsável pelo projeto

Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO)

Abrangência territorial

12 municípios da região do Bico do Papagaio, no Tocantins: Esperantina, São Sebastião, Buriti, Araguatins, Carrasco Bonito, Sampaio, Augustinópolis, Axixá, Sítio Novo, São Miguel, Praia Norte e Itaguatins

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1)

Beneficiários

Serão atendidas 614 famílias, com impactos indiretos em outras comunidades pela dinamização da economia local

Objetivo

Fortalecer a cadeia de valor do babaçu e outras iniciativas sustentáveis associadas à inclusão socioprodutiva e aos meios de vida de quebradeiras de coco babaçu e assentados da reforma agrária articulados na Rede Bico Agroecológico, território do Bico do Papagaio, Tocantins

Valor total do projeto

R\$ 13.108.063,25

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 13.108.063,25

Data da contratação

17.4.2025

Prazo de utilização (desembolso)

17.4.2029

O projeto beneficiará diretamente 614 famílias – estima-se que correspondam a 1.908 pessoas, advindas de 11 comunidades. Há ainda outras comunidades que, apesar de não estarem diretamente envolvidas na implantação do projeto, podem ser indiretamente beneficiadas pelo aumento da dinâmica econômica da região, potencializada pelo projeto.

A APA-TO será a aglutinadora de três instituições, quais sejam: Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip); Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB); e Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina Ltda (Cooaf-Bico).

Serão fortalecidas as entidades produtoras da cadeia do coco de babaçu e outras iniciativas sustentáveis, buscando a melhoria das condições de trabalho e produção, bem como o fortalecimento institucional das organizações envolvidas.

O projeto está estruturado nos seguintes componentes:

- Componentes 1 a 3: entidades comunitárias. (i) Ampliação do entreposto central para beneficiamento da farinha de mesocarpo; (ii) construção de casas de extração de flocos de mesocarpo; (iii) instalação dos equipamentos necessários para funcionamento do entreposto e de casas de extração de mesocarpo; (iv) construção/reforma de unidades de beneficiamento de azeite do babaçu; (v) construção/reforma de galpões de artesanato; (vi) construção de galpão de apoio à comercialização; (vii) reforma da central de beneficiamento de polpa de frutas; (viii) implantação de sistemas agroflorestais (SAF) em áreas de babaçual; e (ix) instalações para produção de energia fotovoltaica.
- Componente 4: transversal. (i) Melhorias dos núcleos de produção; (ii) participação em feiras e outras iniciativas com foco na comercialização dos produtos; (iii) reuniões para

planejamento e monitoramento, visando organizar a produção e a comercialização; (iv) elaboração de planos de negócios para as cadeias e produtos, contemplando estudo de mercado e plano de *marketing*; e (v) aquisição de um veículo, incluindo o apoio a despesas com licenciamento, seguro, manutenção e combustível.

- Componente 5: gestão. (i) Elaboração do plano de monitoramento, avaliação e sistematização do projeto; (ii) elaboração de um manual de gestão administrativo-financeira; (iii) monitoramento de impactos, gestão administrativa e financeira do projeto (incluindo prestação de contas) e auditoria.



Território e Saúde: Olhares e Estratégias Guarani e Timbira

Responsável pelo projeto

Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

Abrangência territorial

Terras indígenas (TI) nos estados do Tocantins (municípios de Itacajá, Goiatins, Tocantinópolis, São Bento do Tocantins, Maurilândia do Tocantins e Cachoeirinha); Maranhão (Amarante do Maranhão, Barra do Corda, Fernando Falcão, Grajaú, Sítio Novo, Montes Altos e Lageado Novo); São Paulo (Tapiraí, Miracatu, Eldorado, Pariqueira-Açu, Iguape, Cananéia, Jacupiranga, Sete Barras, Pedro de Toledo, Itariri e Peruíbe); e Paraná (Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Piraquara e Pontal do Paraná). As TIs contempladas são: Apinayê e Kraolândia (TO); Porquinhos, Kanela, Krikati, Governador, Geralda Toco Preto e Krenyê (MA); Pindoty/Araça-Mirim, Guaviraty, Tapyi/Rio Branquinho, Tupã Reko, Ka'aguy Hovy, Taquari, Amba Porã, Djaiko-aty, Ka'aguy Mirim, Serra dos Atatins, Peguaoty, Pakurity e Guyrapepo (SP); Kuaray Haxa, Cerco Grande, Ilha da Cotinga, Araça'i, Sambaqui e Tupã Nhe'e (PR)

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Ordenamento territorial e fundiário (3)

Beneficiários

População indígena Timbira de duas TIs no Tocantins e de seis TIs no Maranhão, além de população indígena Guarani de 13 TIs na região do Vale do Ribeira (SP) e de seis TIs no litoral do Paraná

Objetivo

Implementar estratégias para enfrentamento das alterações climáticas, do desmatamento e pressões do entorno em TIs de povos Timbira, dentro da Amazônia Legal, com ações de saúde e proteção territorial, e em TIs de povos Guarani, fora da Amazônia Legal, com ações de monitoramento e proteção territorial

Valor total do projeto

R\$ 31.714.124,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 31.714.124,00

Data da contratação

25.4.2025

Prazo de utilização (desembolso)

25.10.2027

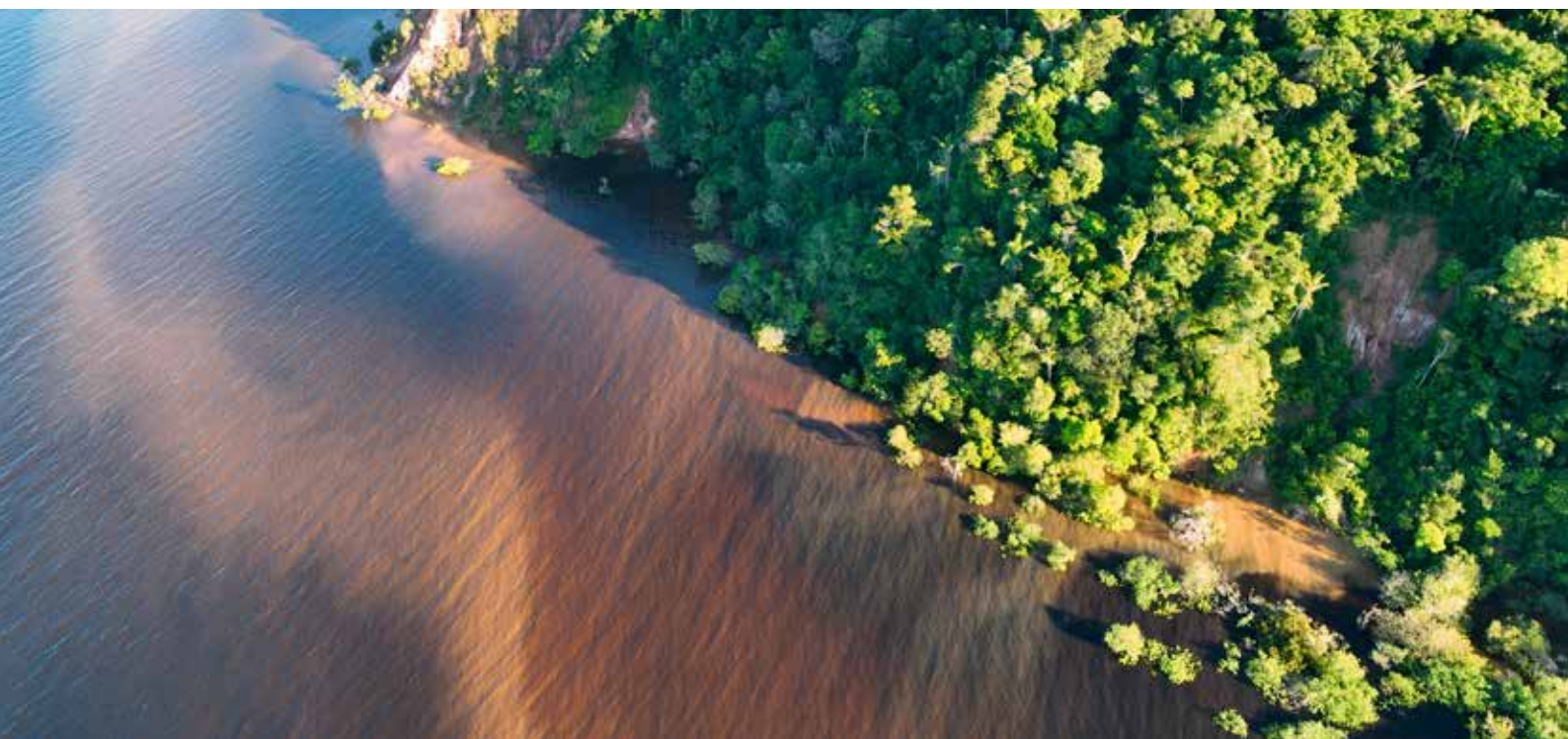
O projeto está organizado em dois componentes. O primeiro tem como agentes os povos Timbira, em TIs localizadas no Maranhão e no Tocantins. Foi construído a partir da experiência de levantamento participativo sobre mudanças climáticas, impactos à saúde Timbira e estratégias de adaptação realizada pelo CTI, junto com a Associação Wyty Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, durante a pandemia de Covid-19. O levantamento evidenciou a vinculação entre a piora do quadro epidemiológico das comunidades e as pressões históricas sobre o território e seu agravamento com as mudanças climáticas.

Para fazer frente a tais desafios, será apoiado o fortalecimento dos cinco polos-base e das 12 unidades básicas de saúde indígena (UBSI) que atendem às comunidades Timbira, incluindo itens de estruturação operacional, processo formativo sobre medicina tradicional Timbira e campanhas de apoio às estratégias de vacinação dos polos-base, entre outros. Será realizado um programa de educação em saúde Timbira com oficinas para disseminação intergeracional de conhecimentos sobre práticas preventivas e curativas de saúde Timbira e diálogos orientadores sobre processos de alcoolização, saúde mental e prevenção e controle de doenças com altos índices de incidência.

Como estratégias de adaptação do território às mudanças climáticas, serão apoiados três ciclos de plantio com práticas agroecológicas para cultivo de alimentos tradicionais nas roças e quintais, e implementação de canteiros de remédios tradicionais, além da estruturação de sistemas de irrigação para os cultivos em cinco aldeias com maior vulnerabilidade relacionada à segurança alimentar e nutricional, e da perfuração de poços semiartesianos e estruturação de sistema de abastecimento para as casas familiares, de modo a propiciar o acesso das famílias à água potável em 15 aldeias em situação acentuada de escassez de recursos hídricos. O projeto apoia ainda o fortalecimento das organizações indígenas e das instâncias tradicionais de governança para sua participação em agendas relacionadas à preservação do território e à promoção da saúde indígena.

No segundo componente, os agentes são os povos Guarani Mbyá em 19 TIs presentes nas regiões do Vale do Ribeira (SP) e do litoral do Paraná, no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, que contém os principais trechos de floresta de alta integridade da Mata Atlântica. Orientado pelo eixo 1 da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que versa sobre a proteção territorial e dos recursos naturais das TIs, a estratégia adotada para o projeto contempla a combinação de sistemas e ferramentas utilizados pelos não indígenas com os conhecimentos e práticas tradicionais utilizados pelos Guarani para monitorar e proteger seus territórios.

Serão realizadas atualizações e aprimoramentos no Mapa Guarani Digital, plataforma interativa e colaborativa utilizada pelas comunidades e pela Comissão Guarani Yvyrupa, que sistematiza e disponibiliza informações sobre a situação territorial dos povos Guarani por meio de um sistema de dados georreferenciados projetados sobre imagens aéreas. Além das melhorias na plataforma, serão realizadas oficinas para disseminação de seus usos e alimentação entre os indígenas. Estão previstas no projeto, ainda, diversas formações relacionadas a monitoramento e proteção territorial, além de quatro módulos formativos para 12 pesquisadores indígenas Guarani executarem uma pesquisa sobre a relação dos Guarani com a Mata Atlântica sob a perspectiva dos próprios Guarani. Além das formações, serão realizadas ações de monitoramento e proteção territorial e ambiental em dois formatos, sendo um de experiências e práticas interculturais e outro de iniciativas tradicionais de proteção territorial e ambiental, entendidas como as ações necessárias, no âmbito da tradicionalidade Guarani, para garantir a integridade territorial, ambiental e cosmológica do território.



Alimenta Saber

Projeto selecionado no âmbito da chamada pública Amazônia na Escola

Responsável pelo projeto

Associação SOS Amazônia

Abrangência territorial

Municípios de Capixaba, Tarauacá, Xapurí, Marechal Thaumaturgo, Mâncio Lima e Feijó, localizados no Acre

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1) e Ciência, inovação e instrumentos econômicos (4)

Beneficiários

Populações indígenas, famílias rurais, assentados, extrativistas, ribeirinhos e estudantes das redes públicas de ensino do Acre

Objetivo

Apoiar o fortalecimento integrado da produção sustentável de alimentos pela agricultura familiar – incluindo a oriunda de povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais –, bem como a aquisição e o consumo de alimentos dessa natureza na alimentação escolar nas redes públicas de ensino do Acre

Valor total do projeto

R\$ 24.000.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 24.000.000,00

Data da contratação

30.7.2025

Prazo de utilização (desembolso)

30.7.2029

O projeto pretende apoiar o fortalecimento integrado da produção sustentável de alimentos pela agricultura familiar – incluindo a oriunda de povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais –, bem como a aquisição e o consumo de alimentos dessa natureza na alimentação escolar nas redes públicas de ensino do Acre.

Suas ações, produtos e serviços estão organizados em quatro componentes, previstos na chamada: transversal, fortalecimento da produção de alimentos, fortalecimento da aquisição e do consumo de alimentos e gestão do projeto.



Prospera na Floresta

Responsável pelo projeto	Beneficiários	Valor total do projeto
Fundação Amazônia Sustentável (FAS)	Comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas habitantes de áreas protegidas no estado do Amazonas	R\$ 60.597.107,00
Abrangência territorial	Objetivo	Valor do apoio do Fundo Amazônia
Estado do Amazonas	Contribuir para a consolidação de áreas protegidas no estado do Amazonas por meio do fomento a atividades produtivas sustentáveis, ao turismo sustentável de base comunitária e ao empreendedorismo no âmbito da sociobioeconomia da floresta, desenvolvidos pelas comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas habitantes dessas áreas	R\$ 60.597.107,00
Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia		Data da contratação
Produção sustentável (1), Ordenamento territorial e fundiário (3) e Ciência, inovação e instrumentos econômicos (4)		7.8.2025
		Prazo de utilização (desembolso)
		25.3.2029

Para contribuir com a implantação do PPCDAm, do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas Ilegais do Amazonas (PPCDQ-AM), da PNGATI e da Política Nacional de Gestão Territorial Ambiental Quilombola (PNGTAQ), o projeto beneficiará diretamente mais de 14 mil famílias que habitam 22 áreas protegidas no estado do Amazonas, sendo 16 unidades de conservação estaduais (UCE), cinco TIs e um território quilombola (TQ), totalizando mais de 20,7 milhões de hectares. Tais áreas protegidas abrangem 29 municípios do estado do Amazonas, e uma TI se estende por dois municípios do Pará. Entre eles, destacam-se os seguintes, pertencentes à lista de municípios prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal, definida pela Portaria GM/MMA nº 1.202, de 11 de novembro de 2024: Itapiranga, Lábrea, Manaus, Manicoré, Maués, Novo Aripuanã, todos no estado do Amazonas.

O projeto atuará em cinco componentes:

- Cadeias produtivas da sociobiodiversidade desenvolvidas, componente central do projeto, para dinamizar as cadeias que tiveram melhores resultados históricos em termos de geração de renda nos projetos anteriores e que demonstram potencial efetivo de crescimento e engajamento de mais pessoas em suas atividades produtivas. São elas: cacau na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Madeira; guaraná na Floresta Estadual (FE) de Maués; madeira manejada na RDS do Rio Negro; açaí nas RDS do Rio Madeira, do Juma e Piagaçu-Purus e na Resex Catuá-Ipixuna; e pirarucu nas RDS Amanã, Cujubim, Mamirauá e Piagaçu-Purus. Os apoios previstos incluem o fortalecimento da organização produtiva, a capacitação de beneficiários, a melhoria da estrutura, o apoio à comercialização, o monitoramento das cadeias e a disseminação de resultados.
- Turismo sustentável de base comunitária (TSBC) desenvolvido, que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento desse tipo de turismo nas RDS do Rio Negro, Puranga-Conquista e Uatumã. A importância do TSBC é estratégica porque, além de ter apresentado forte

expansão e retomada depois da pandemia, é uma atividade intensiva em postos de trabalho e agregadora de produtos e serviços de outras atividades produtivas sustentáveis, gerando alto retorno em termos de renda, em conjunto com a conservação. O projeto desenvolverá ações como melhoria de estrutura e meios para a atividade turística, formação dos beneficiários envolvidos diretamente na cadeia do turismo, fomento e desenvolvimento de empreendimentos de turismo de base comunitária e o monitoramento da cadeia do turismo e sua contribuição para a conservação.

- Empreendedorismo da sociobioeconomia amazônica incentivado, que tem por objetivo fomentar empreendimentos comunitários baseados na sociobioeconomia, criando prosperidade por meio da diversificação de oportunidades para geração de renda e da dinamização da economia local, baseada na pluralidade de atividades enraizada na cultura das populações tradicionais e dos povos indígenas, com ações afirmativas para fomentar o empreendedorismo feminino, jovem e quilombola. Para isso, serão apoiadas ações como formação empreendedora, elaboração de planos de negócios, incubação de empreendimentos da sociobioeconomia, aceleração de empreendimentos do TSBC, monitoramento da evolução dos negócios e do ecossistema empreendedor nos territórios, e comunicação para incentivar um ecossistema empreendedor.
- Prosperidade indígena fomentada, componente específico para atuação em TIs do estado do Amazonas, contemplando as seguintes ações: (i) Edital Floresta em Pé Indígena, para seleção e apoio a cinco iniciativas de sociobioeconomia indígena, com até R\$ 250 mil cada; (ii) Centros Indígenas Integrados – instalações físicas que favorecem a articulação e otimização das ações do projeto com as comunidades indígenas e de políticas públicas –, nas TIs Vale do Javari e Nhamundá-Mapuera; (iii) incentivo à elaboração, atualização e implantação dos planos de gestão ambiental e territorial (PGTA) das TIs Pinatuba Rio Maturá, Lago do Javari, Caititu e Nhamundá-Mapuera; (iv) formação de lideranças indígenas; e (v) divulgação e informação sobre a economia indígena sustentável.
- Empoderamento local para o desenvolvimento sustentável, que contempla a formação de lideranças e apoios que contribuem para reduzir a fragilidade estrutural das organizações sociais e representativas das comunidades e territórios, melhorando suas condições de participação qualificada na defesa de seus interesses e territórios, na mediação de conflitos e na atuação sobre ameaças externas e negativas a seu modo de vida. Também inclui infraestrutura de conectividade digital, para facilitar a interação dessas lideranças com atores institucionais, e apoio logístico, para que possam estar presentes em espaços relevantes de decisão.



Caminhos Verdes

Responsável pelo projeto

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Abrangência territorial

Amazônia Legal

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Ordenamento territorial e fundiário (3)

Beneficiários

Agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais

Objetivo

Apoiar o Incra no fortalecimento da governança fundiária da Amazônia Legal

Valor total do projeto

R\$ 148.700.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 148.700.000,00

Data da contratação

18.11.2025

Prazo de utilização (desembolso)

25.9.2029

O projeto busca fortalecer a governança fundiária na Amazônia Legal e contribuir para a regularização fundiária de assentamentos e terras públicas. Para atingir tais objetivos e enfrentar os gargalos identificados, o projeto é estruturado em três componentes:

- Componente 1: fortalecimento da inteligência territorial, integração e modernização de bases e sistemas informatizados. Tem o objetivo de apoiar o tratamento e a integração das bases fundiárias existentes, além de implementar e estruturar um centro de inteligência, de forma a organizar e disponibilizar dados e informações estratégicas para subsidiar a tomada de decisão das instâncias de governança das políticas fundiárias. Serão desenvolvidos e aprimorados três sistemas principais:
 - » Novo Cadastro Rural: consolidará as informações fundiárias dispersas em diferentes bases, integrando dados literais (titulares, registros, usos da terra) e dados espaciais (georreferenciamentos, limites e sobreposições). Permitirá interoperabilidade com sistemas ambientais e de crédito rural, apoiando ações de regularização e monitoramento.
 - » Plataforma Terras do Brasil: ferramenta digital de governança fundiária federativa, que integrará informações de órgãos estaduais e federais de terras. A plataforma disponibilizará mapas interativos, painéis temáticos e indicadores sobre regularização, destinação de terras públicas, povos e comunidades tradicionais e crédito fundiário, promovendo transparência e cooperação federativa.
 - » Plataforma de Gestão Territorial (PGT): ambiente no Gov.br que centraliza serviços do Incra voltados à população. O projeto prevê a criação de novos módulos, incluindo monitoramento de cláusulas resolutivas, regularização fundiária urbana, gestão fundiária de áreas públicas e atendimento a povos e comunidades quilombolas.

O componente também prevê capacitações para uso dos sistemas, tratamento e consolidação de dados em uma base nacional acessível e implementação física do Centro de Inteligência Territorial, em Brasília. Esse centro funcionará como uma sala de

situação para monitoramento em tempo real, integração de dados e suporte técnico às decisões de governança fundiária.

Será apoiado também o desenvolvimento de um sistema informatizado de gestão e monitoramento de projetos, integrado aos sistemas do Incra, que servirá à gestão do projeto, mas também a outras ações da organização.

- Componente 2: fortalecimento institucional e da capacidade operacional nacional e subnacional para a governança fundiária. Visa modernizar e ampliar a capacidade institucional e técnica do Incra, do MDA e dos órgãos estaduais e municipais de terras da Amazônia Legal. As ações incluem o apoio a veículos e equipamentos de tecnologia da informação para todas as superintendências regionais do Incra e órgãos estaduais de terras, além de infraestrutura tecnológica para a sede do Incra e da Secretaria de Governança Fundiária do MDA.

Serão elaborados planos de articulação institucional e criadas câmaras técnicas estaduais de governança fundiária, espelhando a Câmara Técnica Federal, para subsidiar decisões sobre destinação e regularização de terras públicas. Também será produzido um levantamento situacional detalhado da governança das terras nos estados, incluindo dados sobre conflitos fundiários e estrutura administrativa. Em nível municipal, 44 municípios da Amazônia Legal, participantes do Programa Terra Cidadã, receberão *kits* de equipamentos e veículos para apoiar ações de cadastro e regularização.

Por fim, o componente apoiará o inventário e a digitalização dos acervos dos cartórios de registro de imóveis (CRIs) da Amazônia Legal, consolidando informações no Sistema de Informações Geográficas do Registro de Imóveis (SIG-RI). Essa etapa permitirá o cruzamento de dados georreferenciados, a identificação de sobreposições e a correção de inconsistências.

- Componente 3: georreferenciamento e regularização fundiária. É o mais significativo em recursos financeiros. Ele contempla dois produtos estratégicos para a regularização fundiária:
 - » Georreferenciamento de imóveis rurais, etapa essencial para a destinação de terras públicas e regularização fundiária, devido a sua obrigatoriedade para a emissão de títulos de terra definitivos, o que assegura que as propriedades estejam devidamente registradas e delimitadas, proporcionando maior segurança jurídica.
 - » Vistorias e diagnóstico fundiário, ambiental e revisão de serviços de georreferenciamento.

Estima-se que sejam georreferenciados 128 projetos de assentamento (cerca de 6 milhões de hectares e 7 mil famílias beneficiadas) e realizadas vistorias e diagnósticos em 49 glebas públicas federais, priorizando áreas estratégicas do PPCDAm, regiões socioambientalmente relevantes e com histórico de conflitos fundiários.

- Componente 4: gestão do projeto. Compreende ações de supervisão, comunicação, governança, monitoramento e avaliação do projeto. A gestão do projeto será de responsabilidade do Incra, em parceria com o MDA.

Cuidar para Preservar: Saúde Integrada e Conservação na Amazônia

Responsável pelo projeto

Associação Expedicionários da Saúde (EDS)

Abrangência territorial

Estado do Amazonas: São Gabriel da Cachoeira e outros municípios do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro – TI Alto Rio Negro

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Ordenamento territorial e fundiário (3)

Beneficiários

Cerca de 20 mil indígenas da TI Alto Rio Negro, com possibilidade de benefício a 12 outras TIs abrangidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro

Objetivo

Atuar na preservação da integridade dos territórios do Alto Rio Negro (AM) por meio da melhoria do bem-estar físico, social e econômico das comunidades em TIs, com fortalecimento do sistema de saúde local e com expedições de atendimento cirúrgico e de especialidades médicas e odontológicas

Valor total do projeto

R\$ 56.987.873,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 56.987.873,00

Data da contratação

18.11.2025

Prazo de utilização (desembolso)

18.5.2029

O projeto está estruturado em três componentes. O primeiro é o apoio complementar à Rede de Atenção à Saúde Indígena, incluindo melhorias em três unidades de saúde pública indígena dentro do território, aquisição de equipamentos, treinamento da equipe de saúde local, apoio diagnóstico, atendimentos itinerantes e serviço de doação de próteses ortopédicas.

O segundo componente consiste na realização de nove expedições, nas quais serão realizadas cirurgias e atendimento médico especializado dentro das comunidades, em áreas remotas da Amazônia, proporcionando cuidados culturalmente adequados e permitindo diagnósticos e tratamentos precoces sem a necessidade de transferência do indígena para fora do território. Os atendimentos são realizados por médicos voluntários mobilizados pela EDS e tem como foco as cirurgias de catarata e de hérnia. São oferecidos também outros atendimentos clínicos, com dentistas e ginecologistas, entre outros.

As expedições são realizadas com o Centro Cirúrgico Móvel, solução tecnológica inovadora adaptável às condições extremas da floresta (eficiência térmica e modularidade) e estrutura autossustentável desenvolvida e aprimorada ao longo do tempo pela EDS.

Por fim, o terceiro componente destina-se à articulação interinstitucional e a comunicação do projeto. Serão disseminadas e compartilhadas ações, tecnologias e métodos de trabalho adaptados às condições geográficas e climáticas da Amazônia, bem como articulada sua incorporação às políticas públicas de saúde, potencializando os impactos do projeto.

Florestas e Comunidades: Amazônia Viva

Responsável pelo projeto

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

Abrangência territorial

Amazônia Legal

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1)

Beneficiários

Agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais

Objetivo

Apoiar a Conab no desenvolvimento de sistemas socioprodutivos e na ampliação do acesso a mercados de produtos da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável na Amazônia

Valor total do projeto

R\$ 96.590.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 96.590.000,00

Data da contratação

13.11.2025

Prazo de utilização (desembolso)

7.11.2028

Amparado na atuação institucional da Conab e no fortalecimento de sua capacidade operacional, o projeto pretende contribuir para apoiar atividades produtivas sustentáveis baseadas na bioeconomia na Amazônia por meio do incentivo a sistemas socioprodutivos e da ampliação do acesso a mercados de alimentos e produtos da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável na Amazônia, com ênfase em suprir gargalos de logística, beneficiamento, armazenamento e adequação sanitária, além de fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Valorização da Sociobiodiversidade do Extrativismo (Sociobio Mais).

Para atingir tais objetivos e enfrentar os gargalos identificados, o projeto é estruturado em três componentes:

- Componente 1: fomento socioprodutivo para organizações amazônicas. O primeiro e mais relevante componente tem como objetivo apoiar organizações amazônicas na estruturação de sistemas socioprodutivos extrativos e biodiversos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PIPCTAFs), com foco na superação dos desafios de logística, processamento, beneficiamento, armazenamento, adequação sanitária e infraestrutura, visando aprimorar o acesso aos mercados institucionais e locais. Para isso, serão apoiados projetos de organizações individuais ou em rede, selecionados por meio de chamada pública a ser realizada pela Conab. Será destinado o valor total de R\$ 80 milhões para os projetos selecionados.
- Componente 2: sistema de informações, geração e gestão de dados. Abrange a estratégia para aprimorar a geração, sistematização e gestão de dados relacionados aos sistemas produtivos da sociobiodiversidade. Assim, compreende ações relacionadas à revisão e desenvolvimento de metodologias de geração de dados e ao desenvolvimento de plataforma para acesso a dados de sistemas produtivos da sociobiodiversidade.
- Componente 3: fortalecimento da estrutura da sede e das superintendências da Conab na Amazônia. Busca ampliar capacidades operacionais das regionais da Conab que executam suas políticas dedicadas a promover atividades produtivas sustentáveis, como o PAA e o Sociobio Mais.

Pirão no Prato

Projeto selecionado no âmbito da chamada pública Amazônia na Escola

Responsável pelo projeto

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Abrangência territorial

Dez municípios do estado do Amazonas: Beruri, Carauari, Eirunepé, Fonte Boa, Itapiranga, Iranduba, Maraã, Manicoré, Novo Aripuanã e Uarini

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1) e Ciência, inovação e instrumentos econômicos (4)

Beneficiários

Agricultores familiares, englobando povos e comunidades tradicionais (extrativistas, ribeirinhos e indígenas)

Objetivo

Apoiar o fortalecimento integrado da produção sustentável de alimentos pela agricultura familiar, incluindo a oriunda de povos indígenas e dos demais povos e comunidades tradicionais, assim como a aquisição e o consumo de alimentos dessa natureza na alimentação escolar nas redes públicas de ensino do estado do Amazonas

Valor total do projeto

R\$ 47.758.979,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 47.758.979,00

Data da contratação

12.11.2025

Prazo de utilização (desembolso)

12.11.2029

Os produtos e serviços do projeto serão:

- Capacidade produtiva de agricultores familiares, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ampliada.
- Organizações locais fortalecidas.
- Comercialização de produtos ampliada.
- Aquisição de alimentos locais e saudáveis da agricultura familiar ampliada, com aumento da qualidade da alimentação escolar.
- Rede escolar sensibilizada e com conhecimento aplicado sobre as demandas e procedimentos para aquisição de produtos da agricultura familiar.
- Ambiente sinérgico fortalecido para operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- Consciência cidadã e alimentar nos fóruns de segurança alimentar e escolares desenvolvida.
- Participação ampliada e fortalecida das mulheres e jovens no PNAE.



Caminhos de Sabores e Saberes

Projeto selecionado no âmbito da chamada pública Amazônia na Escola

Responsável pelo projeto

Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Abrangência territorial

Municípios de Calçoene, Itaubal, Macapá, Mazagão, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Santana, no Amapá, abrangendo a TI Wajãpi e a UC Quilombo do Cunani

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1)

Beneficiários

17 organizações de base de agricultores familiares, quilombolas, agroextrativistas, extrativistas e povos indígenas; e 64 escolas públicas (39 municipais e 25 estaduais), incluindo oito escolas indígenas Wajãpi (com quarenta anexos), totalizando 19.928 estudantes beneficiados

Objetivo

Apoiar o fortalecimento integrado da produção sustentável de alimentos pela agricultura familiar, pelos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, bem como a aquisição e o consumo desses alimentos na alimentação escolar das redes públicas de ensino do Amapá

Valor total do projeto

R\$ 22.346.331,29

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 22.346.331,29

Data da contratação

11.9.2025

Prazo de utilização (desembolso)

11.9.2029

O projeto prevê uma atuação integrada, conectando a oferta de produtos da agricultura familiar à demanda das redes públicas de ensino em sete municípios do Amapá.

Na parte de produção de alimentos, irá beneficiar um conjunto de 17 organizações de base de agricultores familiares, quilombolas, agroextrativistas, extrativistas e povos indígenas nos municípios atendidos, envolvendo um total de 1.647 associados.

Quanto à rede que será atendida por essa produção em sua merenda escolar, o projeto tem expectativa de beneficiar 39 escolas municipais, com 9.577 alunos, além de 25 escolas estaduais, com 10.351 alunos, totalizando 64 unidades escolares e 19.928 alunos beneficiários nos sete municípios participantes.



União com Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais

Responsável pelo projeto

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater)

Abrangência territorial

48 municípios de seis estados da Amazônia Legal: cinco municípios no Acre (Feijó, Rio Branco, Sena Madureira, Tarauacá e Manoel Urbano); sete municípios no Amazonas (Canutama, Apuí, Boca do Acre, Humaitá, Maués, Manicoré e Itapiranga); onze municípios no Mato Grosso (Cláudia, Cotriguaçu, Nova Ubiratã, Peixoto de Azevedo, São José do Xingu, Bom Jesus do Araguaia, Comodoro, Feliz Natal; Nova Bandeirantes, Querência e Rondolândia); 21 municípios no Pará (Anapu, Cumaru do Norte, Itaituba, Jacareacanga, Marabá, Novo Progresso, Placas, Portel, Prainha, Rondon do Pará, Rurópolis, Santana do Araguaia, São Felix do Xingu, Trairão, Uruará, Altamira, Dom Eliseu, Itupiranga, Medicilândia, Paragominas e Ulianópolis); três municípios em Rondônia (Nova Mamoré, Porto Velho e Candeias do Jamari); e um município em Roraima (Mucajaí)

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1); Monitoramento e controle (2) e Ordenamento territorial e fundiário (3)

Beneficiários

Produtores rurais familiares e assentados da reforma agrária

Objetivo

Apoiar a implementação do Programa União com Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais, promovendo regularização fundiária, ambiental e assistência técnica e extensão rural em municípios prioritários para ações de prevenção, controle e redução do desmatamento e da degradação florestal no bioma Amazônia

Valor total do projeto

R\$ 150.000.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 150.000.000,00

Data da contratação

4.9.2025

Prazo de utilização (desembolso)

4.9.2029

No que diz respeito à estratégia adotada no projeto, a Anater exerce uma função central ao facilitar o acesso dos beneficiários às políticas públicas de regularização fundiária e ambiental conduzidas por órgãos governamentais, auxiliando no levantamento de dados georreferenciados e prestando orientação especializada na organização e submissão da documentação exigida e suporte técnico para o correto preenchimento dos cadastros e para o acesso a plataformas digitais governamentais, como o Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), a Plataforma de Governança Territorial (PGT) e o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar).

O projeto está estruturado em três componentes:

- Componente 1: Regularizações fundiária e ambiental, além de assistência técnica e extensão rural (Ater).
 - » Prestar serviços de Ater individual e coletiva a famílias de agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
 - » Georreferenciar parcelas de imóveis rurais em áreas de glebas públicas federais não destinadas e em assentamentos.

- » Retificar o georreferenciamento de parcelas de imóveis rurais a partir do diagnóstico fundiário orientado pela base fundiária do Incra.
- » Inscrever imóveis rurais no CAR e corrigir cadastros com pendências.
- » Elaborar projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) e assinar termos de compromisso ambiental (TCA).
- Componente 2: Formação e intercâmbio de equipes técnicas.
 - » Formação instrumental dos extensionistas.
 - » Formação instrumental dos coordenadores das equipes de Ater.
 - » Formação instrumental suplementar e temática em plataformas de educação à distância (EaD).
 - » Intercâmbios das equipes de Ater e regularizações fundiária e ambiental.
- Componente 3: Gestão.



Projeto Terra Nutre

Projeto selecionado no âmbito da chamada pública Amazônia na Escola

Responsável pelo projeto

Instituto Centro de Vida (ICV)

Abrangência territorial

16 municípios do Mato Grosso: Alta Floresta, Nova Bandeirantes, Paranaíta, Carlinda, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade, Mirassol d'Oeste, Poconé, Guarantã do Norte, Nossa Senhora do Livramento, Feliz Natal, Querência, Marcelândia, Juara, Pontes e Lacerda, e Comodoro

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1) e Ciência, inovação e instrumentos econômicos (4)

Beneficiários

Agricultores familiares, incluindo povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais

Objetivo

Apoiar o fortalecimento integrado da produção sustentável de alimentos pela agricultura familiar, incluindo a oriunda de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como a aquisição e o consumo de alimentos dessa natureza na alimentação escolar nas redes públicas de ensino do Mato Grosso

Valor total do projeto

R\$ 47.976.529,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 47.976.529,00

Data da contratação

9.9.2025

Prazo de utilização (desembolso)

9.9.2029

O ICV executará seu projeto com cinco parceiros:

- » Instituto Socioambiental (ISA) e Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) – executarão o projeto no território com os agricultores.
- » Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar do Instituto Federal de Mato Grosso (Cecane-IFMT) – bolsistas ligados à instituição compõem a equipe do projeto e executarão atividades de assessoria para compras do PNAE e diagnóstico.
- » Instituto Comida e Cultura (ICC) e Instituto Comida do Amanhã (CDA) – executarão ações de capacitação/assessoria.

As entregas (produtos e serviços) previstas do projeto são:

- » Detalhamento do diagnóstico sobre o PNAE e os agricultores familiares no território.
- » Mobilização, comunicação, interlocução e multiplicação de conhecimento do PNAE, bem como relatório de aprendizados.
- » Fortalecimento da governança e controle social sobre o PNAE envolvendo instâncias estaduais e municipais.
- » Formação de capacidades e apoio técnico para a agricultura familiar.
- » Fortalecimento da infraestrutura produtiva da agricultura familiar.
- » Formação de capacidades e apoio técnico para as redes públicas de ensino.
- » Fortalecimento da infraestrutura das redes públicas de ensino.

Quintais Amazônicos 2

Responsável pelo projeto

Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)

Abrangência territorial

15 municípios de Rondônia: Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Alto Paraíso, Ouro Preto, Jaru, Mirante da Serra, Nova União, Vale do Paraíso, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Cacaulândia, Ariquemes e Cacoal

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1)

Beneficiários

Produtores rurais familiares

Objetivo

Estruturar cadeias produtivas ligadas à bioeconomia por meio da adequação ambiental de propriedades da agricultura familiar, com emprego de sistemas agroflorestais para recuperação de áreas em desconformidade com o Código Florestal

Valor total do projeto

R\$ 55.473.843,62

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 55.473.843,62

Data da contratação

7.8.2025

Prazo de utilização (desembolso)

7.2.2030

A iniciativa está organizada em cinco componentes principais. O componente 1, “Regularização ambiental”, contempla a recuperação de áreas desmatadas e degradadas por meio da implantação de sistemas produtivos sustentáveis, em conformidade com as exigências legais do Código Florestal.

Já o componente 2, “Extensão rural, capacitação e fortalecimento de associações”, prevê o fornecimento de serviços de Ater, além de ações de capacitação e apoio organizacional às associações locais.

O componente 3, “Negócios”, foca o desenvolvimento de atividades econômicas baseadas no uso sustentável da floresta e da biodiversidade, buscando ampliar o valor agregado desses produtos e fortalecer as cadeias produtivas regionais.

O componente 4, “Monitoramento, análise e paisagem”, se dedica à produção de conhecimento voltado à conservação da biodiversidade, ao monitoramento e ao controle do desmatamento e ao ordenamento territorial.

Por fim, o componente 5, “Gestão”, assegura a coordenação eficiente das ações e o acompanhamento da execução do projeto.



Manejo Integrado do Fogo

Responsável pelo projeto

Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

Abrangência territorial

Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí, Distrito Federal, Mato Grosso, Rondônia e Pará

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Monitoramento e controle (2)

Beneficiários

Toda a população dos estados apoiados

Objetivo

Implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF), por meio do fortalecimento das ações de monitoramento e controle de incêndios florestais e queimadas não autorizadas

Valor total do projeto

R\$ 150.000.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 150.000.000,00

Data da contratação

29.8.2025

Prazo de utilização (desembolso)

29.8.2027

O projeto apoiará os corpos de bombeiros militares e as brigadas florestais dos estados selecionados, além da Força Nacional de Segurança Pública, visando ampliar a capacidade de resposta diante do agravamento dos incêndios florestais.

A lógica de intervenção do projeto está estruturada em três escalas de ação: local, estadual e interestadual.

Na escala local, o projeto visa viabilizar as ações de brigadas públicas, voluntárias ou comunitárias, desde que cadastradas nos corpos de bombeiros militares das Unidades da Federação, para prevenção e primeira linha de defesa.

Na escala estadual, o projeto busca fortalecer a capacidade de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas dos corpos de bombeiros militares.

Na escala interestadual, o projeto pretende apoiar a atuação da Força Nacional de Segurança Pública em situações que excedam a capacidade operacional dos estados, quando houver necessidade de reforço técnico e logístico para prevenir e combater os incêndios florestais e as queimadas não autorizadas, incluindo a possibilidade de operações integradas em territórios da União.

O projeto é resultado de uma construção interministerial, que contou com a participação do MMA, da Casa Civil, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), de estados e de outros parceiros. Sua formulação também se baseou nas discussões realizadas no âmbito da Câmara Técnica Permanente de Articulação Interfederativa do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

Os investimentos incluem a aquisição de mais de duzentos veículos, como caminhonetes 4x4 equipadas com kits de combate a incêndios e veículos especializados, entre eles auto bombas tanque florestal (ABTF), auto bombas tanque e salvamento (ABTS-1), guinchos e veículos de carga. Também serão adquiridos cerca de 4 mil equipamentos de uso individual, incluindo bombas costais, sopradores, aparelhos de GPS portáteis e drones. Cada estado beneficiado deverá formalizar parceria com o MJSP, constando responsabilidades e compromissos, inclusive aqueles diretamente relacionados à implementação da PNMIF, recomendados pelas instâncias de governança dessa política.

Amazônia Saudável no Prato

Responsável pelo projeto

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS)

Abrangência territorial

Seis municípios do Oeste do Pará (Altamira, Belterra, Medicilândia, Santarém, São Félix do Xingu e Anapu), incluindo a Resex Tapajós-Arapiuns, a Floresta Nacional do Tapajós e UCs e TIs na Terra do Meio (entre os rios Xingu e Iriri)

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Produção sustentável (1)

Beneficiários

Agricultores familiares, podendo compreender indígenas, famílias rurais, assentados, extrativistas e ribeirinhos, além de estudantes das redes municipais e estadual de ensino

Objetivo

Promover o fortalecimento integrado da produção sustentável de alimentos pela agricultura familiar, incluindo a oriunda de povos indígenas, quilombolas e dos demais povos e comunidades tradicionais, bem como a aquisição e o consumo de alimentos dessa natureza na alimentação escolar nas redes públicas de ensino do estado no Pará Oeste

Valor total do projeto

R\$ 23.800.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 23.800.000,00

Data da contratação

24.11.2025

Prazo de utilização (desembolso)

24.11.2029

O projeto se divide em quatro componentes:

- Componente 1: transversal. Inclui diagnóstico e planos de desenvolvimento das organizações socioprodutivas (OSP), dos municípios e das escolas; mobilização e articulação; interlocução e multiplicação de conhecimento do PNAE; sistematização de resultados e aprendizados; comunicação e registro; e prêmio de boas práticas.
- Componente 2: fortalecimento da base produtiva e desenvolvimento de modelos de negócios sustentáveis. Contempla ações de assistência técnica organizacional (ATO) para OSPs; ações de Ater para famílias vinculadas às OSPs; fortalecimento de capacidades – jornada da aprendizagem; e apoio às OSPs com benefícios coletivos.
- Componente 3: ampliação e qualificação da demanda de alimentação escolar. Envolve consultoria técnica e gerencial de promoção da alimentação escolar saudável e sustentável com foco no PNAE; execução de assistência técnica escolar (ATE); fortalecimento de capacidades – jornada de aprendizagem e especialização; investimentos em centrais de distribuição de alimentação escolar com foco no PNAE; e adequação das cozinhas escolares.
- Componente 4: gestão do projeto. Abrange unidade de gestão do projeto; custos administrativos e despesas com estrutura física e de apoio; e auditorias anuais.

Projeto Bombeiro Militar Florestal Tocantins

Responsável pelo projeto

Estado do Tocantins – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO)

Abrangência territorial

Tocantins

Componente(s) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia

Monitoramento e controle (2)

Beneficiários

População do Tocantins, brigadistas municipais, agricultores familiares, comunidades indígenas, comunidades locais e alunos das escolas públicas municipais e estaduais

Objetivo

Fortalecer a estrutura do CBMTO e ampliar as ações de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas

Valor total do projeto

R\$ 44.994.287,50

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 44.994.287,50

Data da contratação

19.8.2025

Prazo de utilização (desembolso)

19.8.2029

O projeto prevê três componentes principais:

- Fortalecimento do monitoramento e controle, com a aquisição de *drones* para subsidiar estratégias mais eficientes de combate e fiscalização.
- Aparelhamento e estruturação do CBMTO, com a compra de viaturas ABTF, picapes equipadas, postos de comando móveis e equipamentos de proteção individual para os bombeiros.
- Ações educativas e de capacitação, oferecidas como contrapartida não financeira do CBMTO, para formação de brigadas civis e treinamento de agricultores, comunidades indígenas e escolas públicas.





ANEXOS



ANEXO 1 – AUDITORIA

Auditoria financeira



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Administrador do
Fundo Amazônia
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Amazônia ("Fundo"), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Amazônia em 31 de dezembro de 2025 e o desempenho das suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade do Administrador do Fundo pelas demonstrações financeiras

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

3



que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, o Administrador é responsável, dentro das prerrogativas previstas na NBC TG 26 (R5), pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o Administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

4



- Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com o Administrador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Thiago de Barros Albuquerque
Contador CRC RJ 115847/O-1

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

5

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.693.235	5.831.384
Despesas antecipadas	5	129.330	120.171
Total do Ativo		6.822.565	5.951.555
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Recursos a destinar a projetos	6	6.693.235	5.831.384
Recursos de custeio	7	129.330	120.171
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Superávit/(déficit) acumulado		-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		6.822.565	5.951.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
RECEITAS			
Receitas de doações para investimentos	6	387.327	203.592
Receitas financeiras	4	814.089	531.919
Receitas de doações para custeio	7	4.297	1.419
DESPESAS			
Despesas com doações para investimentos	6	(387.327)	(203.592)
Despesas com remuneração de recursos de projetos	6	(814.089)	(531.919)
Despesas administrativas	8	(4.297)	(1.419)
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Superávit/ (Déficit) acumulado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-
Superávit/(Déficit) do exercício de 2024	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Superávit/(Déficit) do exercício de 2025	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Recursos Recebidos			
Recursos recebidos Doações	4 / 6	448.545	989.973
Recursos recebidos retidos - (3%)	7	(13.456)	(29.699)
Destinação de recursos para projetos	6	(387.327)	(203.592)
Rendimentos financeiros	4	814.089	531.919
(=) Caixa Líquido (Consumido) / Gerado pelas Atividades Operacionais		861.851	1.288.601
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.831.384	4.542.783
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	6.693.235	5.831.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO DE ATIVIDADES

O Fundo Amazônia foi criado pela Resolução BNDES nº 1.840, de 3 de setembro de 2008, dando início às suas atividades operacionais no segundo semestre de 2009, tendo por finalidade captar doações para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527/2008, alterado pelos Decretos nº 6.565/2008, 8.773/2016, 10.223/2020 e 11.368/2023.

De acordo com o decreto nº 6.527/2008 e alterações posteriores, o Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

A gestão e administração do Fundo Amazônia são de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo como incumbência, dentre outras, a captação de recursos, a contratação e o monitoramento dos projetos e ações apoiados, além da atuação como representante judicial. A governança do Fundo Amazônia foi estabelecida pelo Decreto nº 6.527/2008, instaurando um Comitê Orientador do Fundo Amazônia – COFA e um Comitê Técnico do Fundo Amazônia – CTFA. Em 01 de janeiro de 2023 a governança do Fundo foi reestabelecida por meio do Decreto nº 11.368/2023, com a recriação do COFA ainda em 2023 e em abril de 2024 ocorreu a retomada de reunião do CTFA.

O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do BNDES.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução no 1.409, de 21 de setembro de 2012, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras, registradas como "Caixa e equivalentes de caixa" e mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

b) Moeda Funcional

O Administrador concluiu que o real é a moeda funcional do Fundo.

c) Aprovação para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 12/05/2026.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata em três fundos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM, que possuem carteira de investimento conservadora com baixo risco de variação no valor de mercado dos investimentos. Os rendimentos das aplicações feitas junto à BB DTVM estão vinculados à variação da cota dos fundos investidos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.

3.2 Recursos a destinar a projetos

Referem-se ao saldo ainda não destinado de doações recebidas, incluindo os rendimentos oriundos da aplicação desses recursos.

Conforme o Decreto nº 6.527/2003 e alterações posteriores, 97% dos recursos recebidos são destinados a projetos. Esses valores são registrados no passivo e deduzidos pelas despesas incorridas de cada projeto, de modo que não resultam em aumento ou redução do patrimônio líquido, tendo em vista que o Fundo é apenas o agente arrecadador e repassador para execução dos projetos.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3.3 Doações para custeio

Conforme § 3º do artigo 1º do Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o BNDES deve segregar a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia. A receita de custeio, referente aos 3% das doações, é contabilizada como "Recursos para Custeio", sendo a receita reconhecida conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. O registro da transferência dos 3% para o BNDES é apresentado como "Despesas Antecipadas" e apropriado como "Despesa Administrativa" conforme a utilização pelo BNDES.

3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

O Fundo optou pelo método direto na apresentação desta demonstração. Os recursos recebidos de projetos foram tratados como atividades operacionais, tendo em vista que o Fundo atua como agente arrecadador e repassador destes recursos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São compostos da forma que segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação financeira junto ao Administrador (*)	6.693.235	5.831.384
TOTAL	6.693.235	5.831.384

(*) O Administrador mantém os recursos do Fundo aplicados junto ao: a) fundo de investimento BB Gaia Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB Gaia FIRF"), que possui portfólio concentrado em títulos públicos do governo brasileiro, operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais; b) BB Gaia II Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB Gaia II FIC FIRF"), que concentra, no mínimo, 95% de seu patrimônio em cotas do BB Gaia FIRF, e; c) BB Gaia III Renda Fixa Fundo de Investimentos em cotas de FIF Responsabilidade Ltda. ("BB Gaia III FIC FIRF"), que concentra 95% de seu patrimônio em cotas do BB Gaia FIRF. Todos os fundos possuem cláusula de liquidez diária.

Conforme o Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o percentual de 97% das doações recebidas é destinado à aplicação em projetos. O Fundo segrega estes recursos em conta de investimento específica. Os recursos, enquanto não direcionados a projetos, são aplicados pelo BNDES nos fundos exclusivos supracitados, administrados e geridos pela BB DTVM, sendo remunerados com base no índice de rendimento de cada um deles.

Adicionalmente, o fundo exclusivo BB Gaia II FIC FIRF foi criado em atendimento à Decisão de Diretoria nº 832/2012, que determinou a segregação contábil dos valores captados de fontes públicas brasileiras, os quais não podem ser destinados a projetos executados pela União Federal.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Em dezembro de 2023, o fundo exclusivo BB III FIC FIRF foi criado em atendimento à Decisão de Diretoria nº 004/2023.

Até dezembro de 2025, o total de receitas financeiras das aplicações do Fundo Amazônia desde o seu início somaram R\$ 4.009.194 (R\$ 3.195.105 até dezembro de 2024).

Segue abaixo a movimentação de Caixa e Equivalentes de Caixa:

31/12/2025					
	Total	Recursos para projetos (Gaia FI)	Recursos para projetos (Gaia II FIC)	Recursos para projetos (Gaia III FIC)	Recursos para custeio
Saldo em 1º de janeiro de 2025	5.831.384	5.505.772	31.241	294.371	-
Rendimentos	814.089	774.956	4.420	34.713	
Recursos retidos pelo BNDES (3%)	(13.456)	-	-	-	(13.456)
Recursos liberados	(387.327)	(282.505)	-	(104.822)	
Doações Recebidas	448.545	435.089	-	-	13.456
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	335.124	325.071	-	-	10.054
Governo da Dinamarca	41.297	40.058	-	-	1.239
Governo da Irlanda	31.529	30.583	-	-	946
União Europeia	30.510	29.595	-	-	915
Governo da Suíça	10.085	9.782	-	-	303
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.693.235	6.433.312	35.661	224.262	-

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

31/12/2024					
	Total	Recursos para projetos (Gaia FI)	Recursos para projetos (Gaia II FIC)	Recursos para projetos (Gaia III FIC)	Recursos para custeio
Saldo em 1º de janeiro de 2024	4.542.783	4.500.049	28.221	14.513	-
Rendimentos	531.919	517.224	3.020	11.675	-
Recursos retidos pelo BNDES (3%)	(29.699)	-	-	-	(29.699)
Recursos liberados	(203.592)	(203.592)	-	-	-
Doações Recebidas	989.973	692.091	-	268.183	-
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	282.533	274.057	-	-	8.476
KFW	88.614	85.956	-	-	2.658
Governo dos Estados Unidos	276.477	-	-	268.183	8.294
Governo do Reino Unido	283.961	275.442	-	-	8.519
Governo do Japão	14.943	14.495	-	-	448
Governo da Dinamarca	43.445	42.142	-	-	1.303
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.831.384	5.505.772	31.241	294.371	-

5. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de despesas antecipadas é composto pelo equivalente a 3% do valor das doações, retido pelo BNDES para cobertura dos custos operacionais do Fundo Amazônia, líquido dos valores reconhecidos como "Despesas administrativas" no Fundo Amazônia de acordo com a utilização pelo BNDES.

6. RECURSOS A DESTINAR A PROJETOS

O saldo de recursos de projetos se destina a projetos específicos e vinculados ao objetivo do Fundo Amazônia. O montante de doações recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é proveniente dos seguintes doadores: (i) Ministério Norueguês de Relações Exteriores, (ii) Governo da Dinamarca, (iii) Governo da Irlanda, (iv) União Europeia e (v) Governo da Suíça.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Segue abaixo a movimentação dos recursos de projetos:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	5.831.384	4.542.783
Rendimentos	814.089	531.919
Recursos liberados	(387.327)	(203.592)
Doações recebidas (*)	435.089	960.274
Saldo no final do exercício	6.693.235	5.831.384

(*) Valor líquido da parcela de 3% destinada à cobertura de custos (vide nota 4).

O montante de R\$ 387.327 (R\$ 203.592 em 31/12/2024) está registrado em conta de resultado nas rubricas "Receita de doações para investimentos" e "Despesas com doações para investimentos", anulando-se pelo fato de o Fundo Amazônia não ter fins lucrativos.

Desde o início de suas atividades até 31 de dezembro de 2025, o Fundo da Amazônia recebeu recursos dos seguintes doadores:

Até 31/12/2025			
Doador	Recursos para custeio 3%	Recursos para projetos 97%	Total 100%
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	114.131	3.690.245	3.804.376
KFW	11.636	376.223	387.859
Petrobras	519	16.766	17.285
Governo da Suíça	1.146	37.068	38.214
Governo dos Estados Unidos da América	8.741	282.641	291.382
Governo do Reino Unido	8.519	275.442	283.961
Governo do Japão	448	14.495	14.943
Governo da Dinamarca	2.542	82.200	84.742
União Europeia	915	29.595	30.510
Governo da Irlanda	946	30.584	31.530
Total	149.543	4.835.259	4.984.802

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Até 31/12/2024			
Doador	Recursos para custeio 3%	Recursos para projetos 97%	Total 100%
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	104.078	3.365.174	3.469.252
KFW	11.636	376.223	387.859
Petrobras	518	16.767	17.285
Governo da Suíça	844	27.286	28.130
Governo dos Estados Unidos da América	8.741	282.641	291.382
Governo do Reino Unido	8.519	275.442	283.961
Governo do Japão	448	14.495	14.943
Governo da Dinamarca	1.303	42.142	43.445
Total	136.087	4.400.170	4.536.257

7. RECURSOS DE CUSTEIO

O saldo de recursos de custeio refere-se à parcela da doação (3%) retida pelo BNDES ainda não reconhecida como "Receita de doação". O reconhecimento da receita de doação ocorre conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. Em 31 de dezembro de 2025, foi destinado o montante de R\$ 13.456 (R\$ 29.699 em 31 de dezembro de 2024) para custeio referente a 3% do total de recurso recebidos de doações no valor de R\$ 448.545 (R\$ 989.973 em 31 de dezembro de 2024).

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa administrativa o montante de R\$ 4.297 (R\$ 1.419 em 31/12/2024), sendo as mais relevantes: publicidade, viagens e diárias, seminários e eventos, serviços de auditoria e eventos relacionados à COP30 (30ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima).

9. IMPOSTOS

Todas as obrigações tributárias que porventura venham a existir por conta de operações no âmbito do Fundo Amazônia são de responsabilidade do BNDES, uma vez que o Fundo não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas na contabilidade do BNDES.

FUNDO AMAZÔNIA

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

PIS e COFINS

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 11.928, de 20 de novembro de 2008, com redação dada pela Lei 12.810, de 15 de maio de 2013, ficam isentas da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) as doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, inclusive programas de remuneração por serviços ambientais, e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Não há resultado a ser oferecido à tributação de IRPJ e CSLL, pois a receita de doação é reconhecida no resultado no mesmo momento da apropriação das despesas operacionais com projetos idealizados no âmbito do Fundo Amazônia, conforme aprovação da solução de consulta nº 59 SRRF07/Disit, de 06/08/2009, realizada pelo BNDES junto à Secretaria da Receita Federal. O mesmo ocorre em relação ao resultado financeiro proveniente das aplicações em fundos de investimento.

10. PARTES RELACIONADAS

O Fundo Amazônia possui relacionamento com o BNDES, que está autorizado a destinar o valor das doações recebidas em espécie para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento, combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável do bioma amazônico. O relacionamento mencionado se refere aos valores correspondentes a "Caixa e equivalentes de caixa" (conforme Nota Explicativa nº 4), que se encontram em contas bancárias, cuja titularidade é do BNDES.

Adicionalmente, o BNDES retém a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, vide maiores explicações na Nota Explicativa nº 5 "Despesas antecipadas".

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo Amazônia é composto por superávit/(déficit) dos exercícios.

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Fundo não apresenta riscos significativos de crédito, liquidez, mercado e operacional, pois possui operações muito limitadas. O Fundo tem concentração de risco de crédito com seu Administrador (fundos investidos) conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4. Os valores contábeis representam o montante do risco de crédito do Fundo. Conforme Nota Explicativa nº 1, os recursos para a continuidade e conclusão dos projetos já contratados estão garantidos conforme previsão nos contratos de doação.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente

Helena Tenório Veiga de Almeida

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Alexandre Correa Abreu

Maria Fernanda Ramos Coelho

Luciana Aparecida da Costa

Walter Baêre de Araújo Filho

José Luis Pinho Leite Gordon

Nelson Henrique Barbosa Filho

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Marco Aurélio Santos Cardoso

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Thatiane Heloisa Werneck Soares
Contador - CRC-RJ-091.410/O-8

Auditoria de cumprimento



**RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS
AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A
ADERÊNCIA DOS PROJETOS QUE FORAM
CONTRATADOS E/OU RECEBERAM DESEMBOLSOS
DO FUNDO AMAZÔNIA ÀS SUAS NORMAS
DIRETRIZES E CRITÉRIOS ORIENTADORES**

**BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
Econômico e Social**

Correspondente a projetos que foram contratados e/ou obtiveram
desembolso entre janeiro/2025 e dezembro/2025.

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Alcance

Fomos contratados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para realizar um trabalho de asseguração limitada, conforme estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade para Asseguração de Informação Não Histórica (NBC TO), doravante denominado "trabalho", para emitir um relatório sobre a documentação dos projetos contratados e/ou que receberam desembolso de recursos financeiros que asseguram conformidade às normas e diretrizes do Fundo Amazônia ("Objeto") do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Empresa") para o período de 01/01/2025 a 31/12/2025 ("Relatório").

Além do que está descrito no parágrafo anterior, que define o escopo de nosso trabalho, não realizamos procedimentos de asseguração sobre as demais informações incluídas no Relatório e, portanto, não expressamos uma conclusão sobre essas informações.

Critérios aplicados pela diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Na preparação do Objeto, a diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aplicou os seguintes critérios: aderência com as normas e diretrizes do Fundo Amazônia, conforme aplicável, com base nos documentos oficiais elaborados pelo BNDES para cada projeto apoiado no âmbito do Fundo Amazônia, sendo eles: (a) Relatório de Análise - RAN; (b) Contrato de colaboração financeira não reembolsável firmado entre o BNDES e a beneficiária; (c) Documentos aprobatórios de eventuais alterações nas condições da operação contratada; (d) Relatório de acompanhamento - RACs ("Critérios"). Tais Critérios foram especificamente preparados para o projeto do Fundo Amazônia. Como resultado, as informações sobre o objeto em questão podem não ser adequadas para outro fim.

Responsabilidade da diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES é responsável pela seleção dos Critérios, e pela apresentação do Objeto de acordo com os Critérios escolhidos, em todos os aspectos relevantes. Essa responsabilidade inclui estabelecer e manter controles internos, manter registros adequados e fazer estimativas que sejam relevantes para a preparação do Objeto, de modo que este esteja livre de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre a apresentação do Objeto com base nas evidências por nós obtidas.

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), equivalente à norma internacional *ISAE 3000 (Revised), Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), e os termos de referência para este trabalho conforme acordado com o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 30/06/2025. Essa norma requer que o trabalho seja planejado e executado para a obtenção de segurança limitada de que, as informações do Objeto tomadas em conjunto estão livres de distorções relevantes de acordo com os Critérios.

Um trabalho de asseguuração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 consiste principalmente de indagações à diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros profissionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que estão envolvidos na elaboração das informações, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir, na forma de asseguuração limitada, sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguuração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações divulgadas no Objeto, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão.

Nossa independência e gestão de qualidade

Cumprimos com a independência e outros requerimentos de ética da NBC PG 100 - Código de Ética Profissional do Contador, NBC PG 200 - Contadores que Prestam Serviços (Contadores Internos) e NBC PA 900 - Independência para Trabalho de Asseguuração Diferente de Auditoria e Revisão, que são fundamentados nos princípios de integridade, objetividade e competência profissional e que, também, consideram o sigilo e o comportamento dos profissionais.

Nossa firma aplica a Norma Internacional sobre Controle de Qualidade NBC PA 01 - Controle de Qualidade para Firms de Auditores Independentes e, conseqüentemente, mantém um sistema de controle de qualidade abrangente, incluindo políticas e procedimentos documentados relacionados com o cumprimento de requisitos éticos, padrões profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Descrição dos procedimentos executados

Os procedimentos executados em trabalhos de asseguuração limitada variam em relação a trabalhos de asseguuração razoável, e são menores extensão do que em trabalhos de asseguuração razoável. Conseqüentemente, o nível de asseguuração obtido em um trabalho de asseguuração limitada é substancialmente menor do que aquele que seria obtido se tivesse sido executado um trabalho de asseguuração razoável. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguuração razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações do Objeto. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Embora tenhamos considerado a eficácia dos controles internos utilizados pela diretoria ao determinar a natureza e extensão dos nossos procedimentos, o objetivo do nosso trabalho de asseguuração não foi fornecer asseguuração sobre os controles internos da entidade. Nossos procedimentos não incluíram testes de controles ou a realização de procedimentos relacionados à verificação de agregação ou cálculo de dados dentro dos sistemas de TI. Um trabalho de asseguuração limitada consiste principalmente de indagações à diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros profissionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que estão envolvidos na gestão do Fundo Amazônia e informações relacionadas, e aplicar procedimentos analíticos e outros procedimentos apropriados.

Nossos procedimentos incluíram:

(a) O planejamento dos trabalhos, considerando documentação suporte as normas e diretrizes do Fundo Amazônia e a existência de projetos que foram contratados e/ou que receberam desembolso de recursos financeiros do BNDES para o período avaliado.

(b) A análise das documentações suporte elaboradas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES relacionada a cada um dos projetos que foram contratados e/ou que receberam desembolso, que são eles: (i) Relatório de Análise – RAn, (ii) Contrato de colaboração financeira não reembolsável firmado entre Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a beneficiária, (iii) Documentos aprobatórios de eventuais alterações nas condições da operação contratada e (iv) Relatórios de Acompanhamentos – RACs.

(c) A inspeção presencial, de forma amostral, para obtenção de evidências físicas da existência do conjunto de bens e serviços associados aos desembolsos dos projetos contratados do Fundo Amazônia.

Também realizamos outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias específicas.

Outros assuntos

As inspeções presenciais realizadas pela EY foram realizadas com o objetivo de atestar a existência dos bens e serviços associados aos desembolsos dos projetos.

Não fez parte do escopo desta asseguarção limitada, não sendo função da EY (i) a realização de indagações ou inspeções de documentos financeiros ou de qualquer outra natureza aos projetos que foram contratados e/ou que receberam desembolso no período analisado ou (ii) o monitoramento do cumprimento, pelos beneficiários do projeto, das obrigações determinadas pelo BNDES.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório e nas evidências obtidas, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que a documentação dos projetos contratados e/ou que receberam desembolso de recursos financeiros que asseguram conformidade às normas e diretrizes do Fundo Amazônia, no período de 01/01/2025 a 31/12/2025, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os Critérios.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC-2SP034519/O-6
Gustavo de Souza Rosa
CRC-RJ-134026/O

Gustavo.S.Rosa
 Digitally signed by
Gustavo S.Rosa
DN: cn=Gustavo S.Rosa
Date: 2026.05.29 16:13:09 -
03'00"

Anexo A - Projetos financiados pelo Fundo Amazônia com contratação em 2025

OPE	Projeto	Data Contratação	Desembolso 2025	Instituição do projeto
6087039	APS2 ASPROC	02/04/2025	SIM	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE CARAUARI
6087803	APS2 MAMIRAUÁ	30/06/2025	NÃO	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL MAMIRAUÁ
6088284	APS2 APA-TO	17/04/2025	NÃO	ALTERNATIVAS PARA A PEQUENA AGRICULTURA NO TOCANTINS
6152798	FGV PROJETANDO O FUTURO	06/02/2025	SIM	FUNDACAO GETULIO VARGAS
7062203	Rioterra - Quintais II	07/08/2025	SIM	CENTRO DE ESTUDOS DA CULTURA E DO MEIO AMBIENTE DA AMAZONIA-RIO TERRA
7139328	ADAI - PRODUCAO SUSTENTAVEL	13/02/2025	SIM	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA INTERESTADUAL
7142339	FUNDACAO AMAZONIA SUSTENT	25/09/2025	NÃO	FUNDACAO AMAZONIA SUSTENTAVEL - FAS
7155382	CBMRR 2025	17/01/2025	SIM	ESTADO DE RORAIMA
7162933	IBAMA - FORTFISC	03/06/2025	SIM	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
7212075	CBMTO 2025	19/08/2025	SIM	ESTADO DO TOCANTINS
7223708	ASSOCIACAO SOS AMAZONIA	30/07/2025	NÃO	ASSOCIACAO SOS AMAZONIA
7233855	IEB - CAMINHOS DE SABORES	11/09/2025	SIM	INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCACAO DO BRASIL
7236269	ANE FAS	12/11/2025	NÃO	FUNDACAO AMAZONIA SUSTENTAVEL - FAS
7237024	IABS - ANE	24/11/2025	NÃO	IABS - INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE
7237648	ICV - Terra Nutre	09/09/2025	SIM	INSTITUTO CENTRO DE VIDA
7246166	CBMPA - PARA AMAZONIA 2025	07/02/2025	SIM	ESTADO DO PARA
7251485	INCRA CAMINHOS VERDES	18/11/2025	NÃO	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
7254750	EST-MA BOMBEIROS	18/03/2025	SIM	ESTADO DO MARANHÃO
7283333	TERRITORIO E SAUDE: GUARANI	25/04/2025	SIM	CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA
7339637	Memorial Chico Mendes - Sanear Amazônia	30/06/2025	SIM	MEMORIAL CHICO MENDES
7366841	CONAB - FLORESTAS E COMUN	13/11/2025	NÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB
7414052	EST-MT CBMMT 2025 FLORESTAL	11/03/2025	NÃO	ESTADO DE MATO GROSSO
7459414	ANATER	04/09/2025	NÃO	AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ANATER
7466548	ASSOCIACAO EXPEDICIONARIOS	18/11/2025	SIM	ASSOCIACAO EXPEDICIONARIOS DA SAUDE
7511372	Manejo Integrado do Fogo	29/08/2025	SIM	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA
5697421	MIQCB	05/04/2018	SIM	ASSOCIACAO DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABACU - MIQCB
6027673	CI BRASIL FLORESTA BEM-ESTAR	06/03/2024	SIM	CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL
6087106	APS2 ASSEMA	22/09/2023	SIM	ASSOCIACAO EM AREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO
6109715	CESE PNGATI	21/12/2023	SIM	COORDENADORIA ECUMENICA DE SERVICO

OPE	Projeto	Data Contratação	Desembolso 2025	Instituição do projeto
6949524	CBMRO - AMAZONIA LEGAL	26/02/2024	SIM	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDONIA
6983282	MJSP PLANO AMAS	17/06/2024	SIM	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA
7174384	CBMAP	22/11/2024	SIM	ESTADO DO AMAPA
7248395	CBMAM - PROAMAZON	05/12/2024	SIM	ESTADO DO AMAZONAS

B - Projetos financiados pelo Fundo Amazônia com desembolsos em 2025

OPE	Projeto	Data Contratação	Data Desembolso	Instituição do projeto
5697421	MIQCB	05/04/2018	31/03/2025	ASSOCIACAO DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABACU - MIQCB
6027673	CI BRASIL FLORESTA BEM-ESTAR	06/03/2024	15/07/2025	CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL
6087039	APS2 ASPROC	02/04/2025	26/06/2025 & 27/08/2025	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DE CARAUARI
6087106	APS2 ASSEMA	22/09/2023	27/02/2025 & 08/12/2025	ASSOCIACAO EM AREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO
6109715	CESE PNGATI	21/12/2023	17/09/2025	COORDENADORIA ECUMENICA DE SERVICO
6152798	FGV PROJETANDO O FUTURO	06/02/2025	17/03/2025	FUNDACAO GETULIO VARGAS
6949524	CBMRO - AMAZONIA LEGAL	26/02/2024	29/01/2025	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDONIA
6983282	MJSP PLANO AMAS	17/06/2024	26/02/2025	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA
7062203	Rioterra - Quintais II	07/08/2025	08/10/2025	CENTRO DE ESTUDOS DA CULTURA E DO MEIO AMBIENTE DA AMAZONIA-RIO TERRA
7139328	ADAI - PRODUCAO SUSTENTAVEL	13/02/2025	11/03/2025	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA INTERESTADUAL
7155382	CBMRR 2025	17/01/2025	22/08/2025	ESTADO DE RORAIMA
7162933	IBAMA - FORTFISC	03/06/2025	25/08/2025 & 30/12/2025	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA
7174384	CBMAP	22/11/2024	29/04/2025	ESTADO DO AMAPA
7212075	CBMTO 2025	19/08/2025	06/11/2025	ESTADO DO TOCANTINS
7233855	IEB - CAMINHOS DE SABORES	11/09/2025	29/10/2025	INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCACAO DO BRASIL
7237648	ICV - Terra Nutre	09/09/2025	14/11/2025	INSTITUTO CENTRO DE VIDA
7246166	CBMPA - PARA AMAZONIA 2025	07/02/2025	26/06/2025	ESTADO DO PARA
7248395	CBMAM - PROAMAZON	05/12/2024	17/01/2025	ESTADO DO AMAZONAS
7254750	EST-MA BOMBEIROS	18/03/2025	13/06/2025	ESTADO DO MARANHÃO
7283333	TERRITORIO E SAUDE: GUARANI	25/04/2025	09/06/2025 & 05/09/2025	CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA
7339637	Memorial Chico Mendes - Sanear Amazônia	30/06/2025	22/08/2025	MEMORIAL CHICO MENDES
7466548	ASSOCIACAO EXPEDICIONARIOS DA SAUDE	18/11/2025	23/12/2025	ASSOCIACAO EXPEDICIONARIOS DA SAUDE
7511372	Manejo Integrado do Fogo	29/08/2025	25/11/2025	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA

C - Projetos Selecionados na Amostra

OPE	Projeto	Data Visitação	Instituição do projeto
7212075	CBMT0 2025	12/05/2026	ESTADO DO TOCANTINS
7246166	CBMPA - PARA AMAZONIA 2025	28/04/2026	ESTADO DO PARA
6152798	FGV PROJETANDO O FUTURO	12/05/2026	FUNDACAO GETULIO VARGAS
6949524	CBMRO - AMAZONIA LEGAL	29/04/2026	ESTADO DE RONDONIA
6983282	MJSP PLANO AMAS	12/05/2026	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA
7162933	IBAMA - FORTFISC	13/05/2026	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
7466548	ASSOCIACAO EXPEDICIONARIOS	08/05/2026	ASSOCIACAO EXPEDICIONARIOS DA SAUDE
6088284	APS2 APA-TO	Amostra substituída, pois não houve desembolso	ALTERNATIVAS PARA A PEQUENA AGRICULTURA NO TOCANTINS

ANEXO 2 – VISÃO ESTRATÉGICA E DIRETRIZES DO FUNDO AMAZÔNIA

O presente anexo reproduz três documentos orientadores da atuação do Fundo Amazônia. O primeiro traz a visão estratégica formulada para a retomada das atividades do fundo em 2023; o segundo apresenta as diretrizes e os critérios para aplicação de recursos na Amazônia Legal; e, por fim, o terceiro contém as diretrizes e os critérios para aplicação de recursos fora da Amazônia Legal.

Apesar de as datas constantes nos documentos já terem expirado, todos permanecem válidos até que ocorram suas respectivas atualizações.

Visão estratégica para as diretrizes e focos para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia

Julho de 2023 a julho de 2025

Última atualização em 25.7.2023

Para alcançar o compromisso com o desmatamento zero até 2030, foi assinado e publicado o Decreto Federal nº 11.367/2023 que criou a Comissão Interministerial de Controle do Desmatamento, responsável por coordenar as ações do Governo Federal em todos os seis biomas terrestres do país. O mesmo decreto instituiu as SubComissões para elaboração dos Planos de Prevenção e Controle dos desmatamentos da Amazônia (PPCDAm) e do Cerrado (PPCerrado), biomas cujas taxas de desmatamento cresceram substancialmente nos últimos anos.

O documento desta 5ª fase do PPCDAm apresenta uma análise aprofundada dos principais vetores do desmatamento indicando novas tendências, com destaque para:

- interiorização do desmatamento, com invasão de terras públicas;
- reconcentração do desmatamento em grandes áreas contíguas;
- redução da capacidade da governança em terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos;
- intensificação do desmatamento ilegal nas cadeias produtivas; e
- aumento da degradação florestal.

O Fundo Amazônia, no contexto das novas diretrizes e focos do biênio, irá desempenhar um papel central no apoio às ações necessárias à reversão das novas tendências de desmatamento identificadas pelo Plano. Considerando o diagnóstico feito e os desafios identificados para a reversão da curva de crescimento dos desmatamentos na Amazô-

nia, consideram-se estratégicos para essa nova fase do Fundo Amazônia a indução e o incentivo aos investimentos voltados para:

- promover investimentos em modelos econômicos sustentáveis que viabilizem a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares, povos indígenas, assentados e populações tradicionais, que sejam alternativa ao modelo econômico predatório presente em territórios específicos da região;
- investimentos nas cadeias do manejo e da restauração agroflorestal em escala com fortalecimento das cadeias de valor correspondentes, estimulando a inovação e o desenvolvimento de negócios associados à bioeconomia;
- fortalecimento da governança ambiental no nível regional e local com a promoção de regularização fundiária e ambiental nos termos da lei vigente em áreas consideradas críticas pelo governo federal e cujos poderes locais e regionais assumam compromissos formais com as metas de redução e controle dos desmatamentos compatíveis com o PPCDAm;
- a destinação de florestas públicas para conservação e uso sustentável;
- o aprimoramento das capacidades de prevenção e controle do desmatamento e incêndios na vegetação nativa e responsabilização por crimes e infrações ambientais;
- o aprimoramento da capacidade de avaliação e análise de investimentos em obras e iniciativas de impacto ambiental, bem como para o planejamento de infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável;
- elaboração de análises e propostas de desenvolvimento e aprimoramento de instrumentos normativos e econômicos para a transição ecológica;
- investimentos estratégicos em Ciência, Tecnologia e Inovação para potencializar os itens citados acima.

Nesse sentido, e considerando os eixos estruturantes do PPCDAm¹ são considerados temas prioritários para atuação do Fundo Amazônia nessa próxima fase:

- Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e Agricultura familiar: promover a conservação e o uso sustentável da Amazônia Legal por meio do investimento em infraestrutura social e produtiva que beneficie diretamente os povos e populações tradicionais. No sentido de garantir a integridade e qualidade de vida das populações que mantêm a floresta em pé e promovem a conservação e uso sustentável da biodiversidade, também poderão ser apoiados investimentos em educação, saneamento, comunicação, aquisição de produtos da sociobiodiversidade e demais ações para o aumento de capacidade produtiva e de escoamento de produção.

¹ (1) Atividades Produtivas Sustentáveis; (2) Monitoramento e Controle Ambiental; (3) Ordenamento Fundiário e Territorial; e (4) Instrumentos Normativos e Econômicos.

- Florestas públicas: avançar na destinação para conservação, recuperação e uso sustentável e nos investimentos para fortalecer a governança e a integração das áreas produtivas na socioeconômica local e regional.
- Cadastro Ambiental Rural (CAR): dado que há um percentual expressivo dos desmatamentos na Amazônia em imóveis registrados no CAR, é fundamental investir no resgate do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) para garantir um maior controle e melhor monitoramento dos desmatamentos ilegais e legais no nível dos imóveis rurais e avançar na sua implementação para orientar políticas positivas relevantes como o apoio a implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRAS), crédito rural, instrumentos econômicos com pagamento por serviços ambientais, programas jurisdicionais de Redd+² e projetos de larga escala compatíveis com a estratégia nacional de Redd (ENRedd), que visam beneficiar povos e populações tradicionais e agricultores familiares.
- Estados e municípios: promover a governança ambiental do uso do solo, com o desenvolvimento de um conjunto de ações que fortaleçam as capacidades de monitoramento e controle dos desmatamentos, regularização ambiental e fundiária e mobilização da sociedade local para desenvolvimento de compromissos locais com metas de redução de desmatamento e degradação florestal, e a criação de zonas ou municípios livres de desmatamento ilegal na Amazônia, agregando valor à produção agropecuária e florestal consolidada.
- Regularização fundiária e ambiental: em municípios e regiões críticas de desmatamento e degradação florestal, incentivar ações junto aos agricultores familiares que visem sua integração às cadeias produtivas agroflorestais, com rastreabilidade dos produtos agropecuários e florestais e controle de origem livre de desmatamento, inclusive incentivando com recursos e assistência técnica a cadeia da restauração agroflorestal, como uma opção produtiva para geração de emprego e renda, além de qualidade agroambiental.
- Atividades produtivas sustentáveis: apoio por meio da promoção de oportunidades e instrumentos econômicos que auxiliem na redução do desmatamento ilegal.

O Fundo Amazônia deve, portanto, ser um promotor de transformação socioambiental de médio e longo prazo na Amazônia atuando desde o apoio às ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento e da degradação da vegetação nativa à promoção da conservação e do uso sustentável da região, promovendo a transição econômica com vistas a um ciclo de prosperidade de base sustentável e duradoura para a melhoria da condição e dos indicadores de qualidade de vida de sua população. Somam-se a esse contexto os esforços concentrados necessários à realização da COP30 a ser realizada em Belém em 2025.

² Programas nacional e estaduais que remuneram a redução das emissões de gases de efeito estufa relativas a uso do solo baseada em resultados comprovados e documentados de redução de desmatamento e degradação florestal alinhados com as metas, normas e estratégia nacional de Redd (ENRedd) e coerentes com a Contribuição Nacional Determinada (NDC) oficial brasileira.

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia na Amazônia Legal

Última atualização em 11.6.2024

O que pode ser apoiado

Temas de atuação na Amazônia Legal

O Fundo Amazônia - conforme estabelecido no Decreto nº 6527/2008 e alterações posteriores – apoia projetos nas seguintes áreas temáticas:

- a. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- b. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- c. manejo florestal sustentável;
- d. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- e. Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- f. conservação e uso sustentável da biodiversidade;
- g. recuperação de áreas desmatadas.

Coerência com o PPCDAm

O Projeto deve demonstrar clara coerência e alinhamento com ações previstas no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm.

Coerência com a ENREDD+

O Projeto deve demonstrar clara coerência com a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal – ENREDD+.

Observância às Salvaguardas de REDD+

O Projeto deve demonstrar cumprimento às salvaguardas de REDD+ (Anexo I da Decisão 1/CP.16), bem como à Resolução CONAREDD+ nº 9, de 7 de dezembro de 2017, que adota a interpretação das salvaguardas de Cancun no contexto brasileiro, ou Resolução posterior que venha a substituí-la. Tais documentos objetivam garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas.

Foco territorial

Deverão ter preferência projetos que apoiem ações nos municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento na Amazônia, elencados na listagem instituída pelo Decreto nº 6.321/2007, e suas atualizações e normas derivadas.

Aderência a outras políticas públicas

Quando cabível, o projeto deve demonstrar clara coerência com políticas públicas relacionadas, como:

- a. Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento – PPCDs
- b. Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PROVEG
- c. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena – PNGATI
- d. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP
- e. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB
- f. Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais – PNPSA
- g. Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade – Decreto 5092/2004 e Portarias MMA regulamentadoras

Focos temáticos do biênio julho 2023 - julho 2025

Nos itens a seguir são definidos os focos de atuação do Fundo Amazônia para o biênio julho de 2023 a julho de 2025 e estabelecidos diretrizes e critérios adicionais. Caso não tenha ocorrido a revisão desses focos até julho de 2025, os focos aqui definidos terão vigência até a reunião imediatamente subsequente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia ou até a aprovação dos novos focos.

Amazônia Legal - eixo fomento às atividades produtivas sustentáveis

Bioeconomia da floresta e da sociobiodiversidade

Estruturação, fortalecimento e consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, incluindo economia extrativista, manejo florestal madeireiro e não madeireiro, aquicultura e arranjos de pesca, sistemas agroecológicos e agroflorestais, turismo sustentável e assistência técnica para essas atividades. Será dada prioridade para o apoio a projetos que têm como público-alvo a agricultura familiar, os povos indígenas e povos e comunidade tradicionais.

Recuperação e recomposição de áreas degradadas e alteradas

Apoio à implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PROVEG, especialmente:

- a. recomposição de áreas degradadas e alteradas de pequenas propriedades ou posses rurais de até 4 módulos fiscais, com priorização de implementação de PRADAs;

- b. recuperação ambiental em unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas, assentamentos e territórios dos povos e comunidades tradicionais.

Amazônia Legal - eixo monitoramento e controle

Fiscalização e combate a crimes e infrações ambientais relacionados à dinâmica do desmatamento e degradação florestal

Promoção da fiscalização, investigação e combate a crimes e infrações ambientais diretamente relacionados à dinâmica do desmatamento e degradação florestal, incluindo o apoio a:

- a. aumento da capacidade de fiscalização presencial e remota, de investigação e de combate dos governos federal e estaduais, incluindo apoio à destinação de bens apreendidos;
- b. integração dos sistemas estaduais de inteligência e fiscalização aos sistemas federais;
- c. ações integradas de controle e fiscalização ambiental, fiscal, financeira, sanitária e fundiária e de crimes e infrações conexos ao desmatamento e à degradação florestal envolvendo órgãos públicos das três esferas de governo;
- d. informatização integrada dos dados de fiscalização e de gestão florestal estaduais ao SINAFLO, inclusive autorizações de supressão de vegetação e de planos de manejo;
- e. ações governamentais de monitoramento, rastreabilidade e controle de irregularidades e ilegalidades das cadeias de mineração, agropecuária e madeira;
- f. estruturação de sistemas públicos de monitoramento da implementação das políticas de controle do desmatamento e degradação florestal, incluindo avaliação de impacto; e
- g. implementação de planos de combate a ilícitos e infrações ambientais relacionados à dinâmica do desmatamento e degradação florestal.

Implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental

Implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da regularização ambiental, por meio do apoio a:

- a. inscrição e retificação do CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até 4 módulos fiscais), assentamentos, terras indígenas e quilombolas e territórios dos povos e comunidades tradicionais;
- b. análise do CAR;
- c. elaboração e implementação dos projetos de recuperação de áreas degradadas e alteradas (PRADAs) de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até 4 módulos fiscais), assentamentos, terras indígenas e quilombolas e territórios dos povos e comunidades tradicionais;
- d. estruturação e implementação dos Programas de Regularização Ambiental dos estados (PRAs) e das Cotas de Reserva Ambiental (CRAs);

- e. estruturação e operacionalização do monitoramento da regularidade ambiental dos imóveis rurais;
- f. desenvolvimento de módulos de análise do CAR e monitoramento do PRA adaptados às especificidades da gestão ambiental estadual, incluindo a inserção de autorizações de desmatamento concedidas e autuações e embargos aplicados; e
- g. integração do CAR a outros sistemas públicos que contribuam para a prevenção e o controle do desmatamento e da degradação florestal.

O apoio à implantação do CAR e à regularização ambiental dos imóveis rurais será feito prioritariamente através de cooperação com os estados, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável e as normas estabelecidas pelo governo federal, sendo possível o apoio por meio de outros parceiros.

Prevenção e combate à ocorrência dos incêndios florestais

Apoio a:

- a. ações de prevenção e combate a incêndios florestais, apresentadas por órgãos governamentais das três esferas de governo ou organizações não governamentais em parceria com órgãos de governo, prioritariamente em assentamentos, unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas;
- b. implementação do manejo integrado do fogo, por órgãos governamentais ou organizações não governamentais em parceria com órgãos de governo, prioritariamente em assentamentos, unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas;
- c. integração das informações sobre autorizações de queimadas emitidas pelos estados com o Sistema Nacional de Informações sobre o Fogo – Sisfogo;
- d. fortalecimento da capacidade de responsabilização administrativa, civil e criminal dos causadores de incêndios.

Aprimoramento e fortalecimento do monitoramento da cobertura vegetal

Apoio ao aprimoramento de sistemas de uso público de monitoramento do desmatamento, da dinâmica da mudança do uso da terra, da degradação florestal, das queimadas e da recuperação da vegetação nativa na Amazônia Legal.

Amazônia Legal – eixo ordenamento fundiário e territorial

Regularização fundiária

Apoio à regularização fundiária de terras públicas, por meio do apoio à implementação de sistemas públicos unificados, integração de sistemas, aprimoramento dos controles, integração de bases fundiárias e cartoriais, destinação de terras públicas e mutirões de regularização fundiária e ambiental, além de apoio a estudos prévios para ordenamento e regularização fundiária, entre outros.

Planejamento territorial

Apoio à elaboração, à revisão e ao detalhamento do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) que impliquem aumento das áreas protegidas/preservadas e redução do desmatamento, contemplando ações de capacitação de gestores e técnicos governamentais e da sociedade civil e à formulação de planos de ação que prevejam a aplicação do ZEE em outros instrumentos de políticas públicas, como o Plano Plurianual, os Programas de Regularização Ambiental, zoneamentos ambientais locais, licenciamento ambiental, a concessão de crédito rural e a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.

Apoio à implantação de instrumentos de ordenamento, gestão e governança territorial (nacional, regional e local) em áreas críticas de desmatamento e degradação florestal, como os mosaicos e corredores de biodiversidade.

Apoio à atualização periódica das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade, conforme previsto no Decreto 5092/2004.

Apoio a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Apoio aos povos indígenas, quilombolas, e aos povos e comunidades tradicionais com ações intersetoriais, inclusive no que se refere à segurança alimentar, saúde, cultura, educação, saneamento, energia, entre outros.

Apoio à elaboração e implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI e de outras populações tradicionais em territórios da sociobiodiversidade.

Apoio à saúde indígena de forma integral, incluindo o atendimento fora de Terras Indígenas, como forma de manutenção dos modos de vida dos povos originários.

Áreas protegidas

Apoio à criação, reconhecimento e consolidação de áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas, terras quilombolas e de outras populações tradicionais).

Apoio à formação de corredores ecológicos, conectando terras públicas e privadas, por meio, entre outros, de:

- a. criação de unidades de conservação;
- b. aprimoramento da gestão ambiental e territorial de áreas protegidas, inclusive áreas de preservação permanente (APP), de reserva legal e de uso restrito;
- c. recuperação de áreas degradadas;
- d. formalização dos acordos para manutenção dos corredores;
- e. formação e implantação de mosaicos de áreas protegidas.

Apoio à recuperação e à manutenção de áreas prioritárias para gestão de unidades de conservação em zonas de amortecimento e para a gestão e proteção ambiental no interior e entorno de terras indígenas, ressalvado que o apoio estará limitado a pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até 4 módulos fiscais).

Assentamentos

Apoio à regularização ambiental e fundiária dos assentamentos.

Amazônia Legal – eixo ciência, inovação e instrumentos econômicos

Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I)

Fomento às atividades produtivas sustentáveis

Apoio à pesquisa científica e tecnológica aplicável às cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, para o desenvolvimento de novos produtos, processos, serviços e tecnologias sociais.

Monitoramento e Controle e Ordenamento Fundiário e Territorial

Apoio ao desenvolvimento, integração, implementação e/ou aprimoramento de sistemas de uso público de monitoramento do uso e cobertura da terra, de controle do desmatamento, da degradação florestal, da regeneração, das queimadas e de geração de dados e informações sobre as florestas e os estoques de carbono florestal que tenham como objetivo subsidiar políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento e degradação florestal e a mensuração das emissões de GEE relacionadas ao setor de uso da terra, mudança do uso da terra e florestas, sendo considerado prioritários aqueles voltados ao aprimoramento técnico das submissões de REDD+ feitas pelo Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Apoio a estudos, projeções e simulações relacionados ao uso e cobertura da terra e/ou ao ordenamento fundiário e territorial, que tenham como objetivo subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento.

Apoio ao desenvolvimento de métodos para avaliação do impacto indireto de grandes obras de infraestrutura no desmatamento, de forma a contribuir para o alinhamento dos planos setoriais de infraestrutura com a meta de desmatamento zero até 2030.

Instrumentos econômicos

Promoção das políticas de compras públicas

Apoio às políticas de compras públicas dos produtos originários de manejo florestal, da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, visando dar-lhes sustentação e maior escala, tendo como prioridade projetos com apoio à agricultura familiar, aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Instrumentos econômicos e financeiros voltados à bioeconomia da floresta e da sociobiodiversidade

Apoio à estruturação e aporte de recursos em instrumentos econômicos e financeiros inovadores destinados à estruturação, fortalecimento e consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, incluindo fundos rotativos comunitários, negócios e investimentos de impacto, estruturas financeiras híbridas, entre outros.

Como pode ser apoiado

Modalidades operacionais

Projeto Estruturante

É aquele que atenda cumulativamente aos critérios a seguir:

- a. contribua para a implementação de uma política pública;
- b. apresente estratégia de resolução em relação à situação problema;
- c. demonstre potencial de impactos positivos duradouros e significativos;
- d. tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva as suas ações no território).

No que diz respeito ao setor público, os projetos estruturantes poderão ser apresentados pela administração pública direta e indireta federal e estadual.

Será considerado atendido o critério “ter escala no território” quando as ações do projeto abrangerem uma área geográfica significativa, seja ela composta por um conjunto de municípios, de assentamentos ou de áreas protegidas, uma região estadual de planejamento, o entorno de grandes obras de infraestrutura etc. A definição da escala territorial deve ser balizada de acordo com as características do projeto e as respectivas políticas públicas.

O apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na modalidade Projeto Estruturante, tanto no que diz respeito às ações de fomento às atividades produtivas sustentáveis quanto no que diz respeito às ações de Monitoramento e Controle e Ordenamento Fundiário e Territorial, deverá ter por objetivo subsidiar a formulação ou implementação de políticas públicas, e contar com a anuência e/ou a formalização de instrumentos de cooperação com o(s) órgão(s) responsável(is) pela política pública, a depender da natureza das atividades a serem realizadas.

De forma a acelerar a elaboração e análise dos projetos, o Fundo Amazônia irá disponibilizar módulos com estrutura padrão para áreas temáticas específicas, contendo um conjunto de ações e diretrizes orçamentárias a serem observadas. O proponente poderá definir a escala de implementação e combinar os módulos de diferentes áreas temáticas de modo a compor o projeto.

Chamada Pública Fundo Amazônia

Projetos selecionados através de chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES).

Chamada Pública por Parceiros Aglutinadores

Apoio a organizações da sociedade civil e administração pública direta e indireta federal, estaduais e municipais, para que estas promovam chamadas públicas de projetos, atuando como aglutinadores de ações de outras instituições, incluindo as de menor

porte. Tais instituições aglutinadoras deverão comprovar experiência, conhecimento e capacidade operacional para conferir qualidade e escala às chamadas públicas.

Soluções Inovadoras

As modalidades operacionais aqui descritas não excluem a possibilidade de operacionalização dos recursos do Fundo Amazônia por meio de soluções inovadoras, incluindo novos instrumentos financeiros e econômicos, programas, produtos e prêmios, observadas as Políticas Operacionais e normativos internos do BNDES, as quais deverão ser oportunamente apresentadas ao COFA.

Valores dos projetos

O valor do apoio do Fundo Amazônia para cada projeto contratado será de, no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). O valor máximo para cada projeto, ao ser protocolado, não deverá ultrapassar R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões). Destaque-se que essa limitação de valor máximo não se aplica ao valor total de projetos nas modalidades de Chamada Pública Fundo Amazônia e Chamada Pública por Parceiros Aglutinadores (2.1).

Requisitos na aplicação de recursos no caso de projetos com fins econômicos

- a. Projeto com fins econômicos deve, necessariamente, demonstrar benefícios públicos e/ou coletivos em favor dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assentados e/ou agricultores familiares, tais como:
 - Infraestrutura produtiva, serviços e insumos de uso coletivo;
 - Estudos e levantamentos com resultados disponibilizados à coletividade;
 - Treinamento e capacitação abertos à coletividade;
 - Desenvolvimento tecnológico com resultados abertos à coletividade, sempre que viável;
 - Inovações replicáveis e de aplicação prática;
 - Outros benefícios coletivos identificados no processo de avaliação dos projetos.

observado que:

- a.1) No caso de projeto de PD&I, a participação na propriedade intelectual e nos resultados econômicos deve observar os dispositivos previstos na Lei da Inovação e nas leis de acesso ao patrimônio genético e, quando aplicável, ao conhecimento tradicional associado (Lei nº 10.973/2004, Lei nº 10.973/2004 e Lei nº 13.123/2015, respectivos decretos regulamentadores e legislação posterior aplicável);

- a.2)** O apoio a Empresas Privadas deverá ocorrer exclusivamente nas modalidades operacionais Chamada Pública Fundo Amazônia, Chamada Pública por Parceiros ou Soluções Inovadoras desenvolvidas pelo BNDES.
- b.** A participação máxima do Fundo Amazônia em projetos com fins econômicos é de até 50%. Esse percentual poderá chegar a 100% no caso de projetos de apoio a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assentados, agricultores familiares e/ou grupos sociais vulneráveis.
- c.** No caso de projetos com fins econômicos com a participação de Empresas Privadas, além de gastos que impliquem benefícios diretos a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assentados e/ou agricultores familiares, também poderão ser apoiados gastos realizados pela Empresa Privada com propósito específico de atender aos objetivos do projeto, sendo vedados investimentos diretos na empresa e custeio de suas atividades.
- d.** No caso de projetos com fins econômicos de PD&I desenvolvidos por Instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) em cooperação com Empresas Privadas, além de gastos que impliquem benefícios diretos a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assentados e/ou agricultores familiares, poderão ser apoiados investimentos realizados em benefício da ICT, desde que com propósito específico de atender aos objetivos do projeto, observadas as disposições constantes do item acima.

Quem pode apresentar propostas

Proponentes e executores

Os projetos para o Fundo Amazônia podem ser apresentados por vários tipos de entidades, sejam órgãos e entidades da administração pública direta e indireta nos três níveis federativos; fundações de direito privado (incluindo as fundações de apoio); associações civis; empresas privadas; cooperativas; e instituições multilaterais.

A administração pública direta e indireta deverá apresentar as principais diretrizes e ações previstas em seus projetos para a Subcomissão Executiva do PPCDAm antes de serem enviados ao BNDES, de modo a permitir o alinhamento e a articulação entre as políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal.

No caso de Municípios, o apoio se dará via Chamada pública ou por programa específico.

Parcerias

Projeto deve explicitar parcerias e a proposta de arranjo institucional estabelecida, destacando a articulação entre os diversos atores e a estrutura de governança colaborativa.

Intervalo entre contratação e apresentação de novo projeto

Um proponente de projeto que não seja da administração pública direta ou indireta, que já tenha um contrato assinado com Fundo Amazônia para apoio a projeto na moda-

lidade de Projeto Estruturante (2.1), só poderá protocolar novo projeto nesta mesma modalidade após um intervalo mínimo de 12 (doze) meses contados da data da contratação do projeto anterior.

Critério adicional do biênio: condicionantes do apoio aos estados e aos municípios

O apoio a novos projetos apresentados por governos estaduais estará condicionado cumulativamente a:

- a.** que o estado interessado esteja em processo de implementação do CAR em seu território, com metas e ações voltadas à realização da análise do CAR, prazos para eliminação de cadastros sobrepostos com territórios legalmente protegidos e monitoramento, notificação e responsabilização administrativa nos casos de desmatamento ilegal em imóveis cadastrados no SICAR;
- b.** em caso de estados com processo de implementação e consolidação do CAR ainda incipiente, o apoio do Fundo Amazônia deverá ser destinado, prioritariamente, a projetos de implementação e consolidação do CAR no estado;
- c.** que o estado interessado esteja integrado ou em processo (com metas definidas) de integração de dados de fiscalização ambiental, de supressão legal da vegetação nativa e manejo florestal ao Sistema Nacional de Controle da Origem e dos Produtos Florestais – SINAFLOR (ou outro sistema definido pelo governo federal) e de dados de embargos de uso do solo (inclusive remotos) ao sistema federal de áreas embargadas.

Deverá ser incluída, nos contratos do Fundo Amazônia com os estados da Amazônia Legal, obrigação contratual prevendo a elaboração ou revisão, caso estejam desatualizados, de seus planos de prevenção e combate ao desmatamento e degradação florestal (PPCDs), bem como obrigação de produzirem e divulgarem anualmente um relatório de monitoramento de seus PPCDs.

O que pode ser financiado (itens apoiáveis)

O Fundo Amazônia pode apoiar os seguintes tipos de despesas de investimento e de custeio:

- a.** Obras Cíveis e Instalações;
- b.** Máquinas, Equipamentos e outros bens;
- c.** Insumos;
- d.** Logística;
- e.** Recursos Humanos e Bolsas de Pesquisa;
- f.** Consultoria e Prestação de Serviços Especializados;
- g.** Serviços de Apoio;
- h.** Despesas Administrativas;

- i. Apoios Especiais: categoria para orçamento de ações especiais destinadas aos beneficiários do projeto, que não são passíveis de enquadramento nas demais categorias, tais como recursos reservados para seleção pública de subprojetos, pagamentos por serviços ambientais (PSA), aporte de recursos para fundos rotativos e de impacto socioambiental.

O que não pode ser financiado

Substituição de fontes

Não substituição de outras fontes de financiamento

Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.

Adicionalidade de Recursos

Projetos devem respeitar o princípio da adicionalidade aos orçamentos públicos diretos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação deste critério poderão ser considerados, dentre outros, os seguintes aspectos:

- Orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
- Variação do orçamento da instituição ou órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior);
- Previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPAs).

Pagamentos a agentes públicos

Não poderão ser pagas diárias, salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos no exercício de suas funções públicas – tais como servidores, empregados públicos e outros, exceto pelo pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa e diárias a elas relacionadas.

Dívidas e despesas tributárias não relacionadas ao projeto

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto.

Indenização

O pagamento de indenizações por desapropriação não é apoiado pelo Fundo Amazônia.

O que deve constar no projeto

Contrapartida

O Projeto deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do Fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto, emendas parlamentares formalmente aprovadas e pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

Publicidade e transparência

Projeto deve contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela Internet.

Indicadores de resultado

Projeto deve definir e mensurar indicadores de resultado diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

Sustentabilidade

Projeto deve propor estratégias de sustentação dos resultados do projeto pós implementação.

Consentimento prévio de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais

Projeto envolvendo povos indígenas e povos e comunidades tradicionais deve identificar quais comunidades serão envolvidas e comprovar o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas.

Regra de transição

Os Projetos serão analisados pelo BNDES considerando as regras vigentes à época do seu protocolo.



Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia fora da Amazônia Legal

Última atualização em 16.5.2025

PREÂMBULO

O Fundo Amazônia - conforme estabelecido no Decreto nº 6527/2008 – pode utilizar até 20% (vinte por cento) dos seus recursos no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

APOIO NO BRASIL, MAS FORA DA AMAZÔNIA LEGAL

O que pode ser apoiado

Temas de atuação no Brasil, mas fora da Amazônia Legal

Escopo

Desenvolvimento de sistemas de uso público de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros. Nesse sentido, projetos de Cadastro Ambiental Rural (CAR), de integração dos dados de gestão florestal estaduais e municipais ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLO (ou outro indicado pelo governo federal), integração de dados de fiscalização e de implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, com o fortalecimento da prevenção, do monitoramento e do controle de incêndios florestais e queimadas não autorizadas, devem ser considerados necessariamente como parte dos sistemas de controle ambiental e de proteção e conservação da cobertura vegetal nativa de todos os biomas.

Base Territorial

Projetos devem abordar prioritariamente o monitoramento da vegetação de um bioma por completo e sistemas de controle e considerar os municípios prioritários para controle de desmatamento nos respectivos biomas, quando houver normativos específicos emitidos pelo Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Coerência com a ENREDD+

Projeto deve demonstrar clara coerência com a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal – ENREDD+.

Observância às Salvaguardas de REDD+

O Projeto deve demonstrar cumprimento às salvaguardas de REDD+ (Anexo I da Decisão 1/CP.16), bem como a Resolução CONAREDD+ nº 9, de 7 de dezembro de 2017, que adota a interpretação das salvaguardas de Cancun no contexto brasileiro, ou Resolução posterior que venha a substituí-la. Tais documentos objetivam garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas.

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena – PNGATI

Apoio a implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI focado no eixo de Monitoramento e Controle, especialmente no fortalecimento da proteção territorial, no combate ao desmatamento e na recuperação da degradação florestal e ambiental.

Focos temáticos do biênio julho 2023 - julho 2025

Nos itens a seguir são definidos os focos de atuação do Fundo Amazônia para o biênio julho de 2023 a julho de 2025 e estabelecidos diretrizes e critérios adicionais. Caso não tenha ocorrido a revisão desses focos até julho de 2025, os focos aqui definidos terão vigência até a reunião imediatamente subsequente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia ou até a aprovação dos novos focos.

Implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Regularização Ambiental

Implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da regularização ambiental, por meio do apoio a:

- a. inscrição e retificação do CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até 4 módulos fiscais), assentamentos, terras indígenas e quilombolas e territórios dos povos e comunidades tradicionais.
- b. análise do CAR;
- c. suporte à integração dos sistemas estaduais e municipais de CAR ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR e adaptação de módulos complementares de análise e monitoramento;
- d. estruturação e operacionalização do monitoramento da regularidade ambiental dos imóveis rurais e ações cautelares (embargos do uso do solo) e de responsabilização administrativa por desmatamento e degradação florestal ilegal em imóveis cadastrados no SICAR.

Os beneficiários de projetos de apoio ao CAR fora da Amazônia Legal deverão necessariamente aportar contrapartida financeira. Nos projetos que contemplem estados em

que os biomas cerrado, caatinga e pantanal representam, cumulativamente, mais de 40% do seu território, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 10% do valor total do projeto. Nos demais casos fora da Amazônia Legal, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 20% do valor total do projeto.

O apoio à implantação do CAR e à regularização ambiental dos imóveis rurais será feito prioritariamente através de cooperação com os estados e municípios, que poderão firmar parcerias / contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável e as normas estabelecidas pelo governo federal, sendo possível o apoio por meio de outros parceiros.

Sistemas de Uso Público de Monitoramento do Desmatamento

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou aprimoramento de sistemas de uso público de monitoramento da cobertura florestal fora da Amazônia Legal, considerando ainda a identificação e contabilização das áreas degradadas e com recuperação da vegetação nativa.

Apoio à implementação do Inventário Florestal Nacional e a outras iniciativas que possam contribuir para o aprimoramento das estimativas de emissões e remoções de gases do efeito estufa (GEE), no contexto dos relatos nacionais à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Apoio à proteção e vigilância em terras indígenas e de outras comunidades tradicionais, bem como Unidades de Conservação.

Apoio à informatização integrada dos dados de gestão florestal estaduais ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLO (ou outro sistema indicado pelo Governo Federal), inclusive autorizações de supressão de vegetação e de planos de manejo, bem como das informações de embargos de uso do solo (inclusive remotos) e de aplicação de autos de infração ambiental.

Apoio prioritário ao desenvolvimento e/ou aprimoramento de sistemas de uso público de monitoramento e controle dos desmatamentos ilegais e legais com transparência ativa máxima e controle social efetivo, bem como mecanismos públicos e participativos de avaliação periódica dos resultados e sistema de uso público que garanta a distinção entre desmatamentos autorizados e não autorizados.

Implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, com o Fortalecimento da Prevenção, do Monitoramento e do Controle de Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas

Apoio à implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo como parte do sistema nacional de controle ambiental, com o fortalecimento das capacidades nacionais e subnacionais de prevenção, monitoramento e controle de incêndios florestais e queimadas não autorizadas. O apoio será concedido exclusivamente por meio de projetos apresentados pela União, podendo contemplar o apoio a diferentes estados e municípios, desde que observada a governança da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, bem como compromissos e responsabilidades que contribuam para a estruturação

e o fortalecimento da política enquanto sistema nacional de monitoramento e controle de incêndios florestais e queimadas não autorizadas.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para Monitoramento e Controle

Apoio ao desenvolvimento, integração, implementação, e/ou aprimoramento de sistemas de monitoramento do uso e cobertura da terra e de controle do desmatamento, da degradação florestal, da regeneração e das queimadas, que tenham como objetivo subsidiar políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento e as estimativas de emissões e remoções de GEE do setor de uso da terra, mudança do uso da terra e florestas.

Apoio a estudos, projeções e simulações relacionados ao uso e cobertura da terra, que tenham como objetivo subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento e degradação florestal.

Como pode ser apoiado

Modalidades operacionais

Projeto Estruturante

É aquele que atenda cumulativamente aos critérios a seguir:

- a. contribua para a implementação de uma política pública;
- b. apresente estratégia de resolução em relação à situação problema;
- c. demonstre potencial de impactos positivos duradouros e significativos;
- d. tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva as suas ações no território).

No que diz respeito ao setor público, os projetos estruturantes poderão ser apresentados pela administração pública direta e indireta federal e estadual.

Será considerado atendido o critério “ter escala no território” quando as ações do projeto abrangerem uma área geográfica significativa, seja ela composta por um conjunto de municípios, de assentamentos ou de áreas protegidas, uma região estadual de planejamento, o entorno de grandes obras de infraestrutura etc. A definição da escala territorial deve ser balizada de acordo com as características do projeto e as respectivas políticas públicas. Poderão ser aceitos projetos com foco em apenas um município atendidos critérios e compromissos adicionais acordados com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na modalidade Projeto Estruturante deverá ter por objetivo subsidiar a formulação ou implementação de políticas públicas, e contar com a anuência e/ou a formalização de instrumentos de cooperação com o(s) órgão(s) responsável(is) pela política pública, a depender da natureza das atividades a serem realizadas.

Chamada Pública Fundo Amazônia

Projetos selecionados através de chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES).

Chamada Pública por Parceiros Aglutinadores

Apoio a organizações da sociedade civil e administração pública direta e indireta federal e estaduais, para que estas promovam chamadas públicas de projetos, atuando como aglutinadores de ações de outras instituições, incluindo as de menor porte. Tais instituições aglutinadoras deverão comprovar experiência, conhecimento e capacidade operacional para conferir qualidade e escala às chamadas públicas.

Valores dos projetos

O valor do apoio do Fundo Amazônia para cada projeto contratado será de, no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). O valor máximo para cada projeto enquadrado no foco temático "Implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, com o fortalecimento da prevenção, do monitoramento e do controle de incêndios florestais e queimadas não autorizadas", ao ser protocolado, não deverá ultrapassar R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). O valor máximo para cada projeto enquadrado nos demais focos temáticos, ao ser protocolado, não deverá ultrapassar R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Destaque-se que essa limitação de valor máximo não se aplica ao valor total de projetos nas modalidades de Chamada Pública Fundo Amazônia e Chamada Pública por Parceiros Aglutinadores (2.1).

Quem pode apresentar propostas

Proponentes e executores

Os projetos para o Fundo Amazônia podem ser apresentados por vários tipos de entidades, sejam órgãos e entidades da administração pública direta e indireta; fundações de direito privado (incluindo as fundações de apoio); associações civis; empresas privadas; cooperativas; e instituições multilaterais.

No caso de Municípios, o apoio se dará via Chamada pública ou por programa/linha específico.

Caso exista Subcomissão Executiva do Plano de Controle do Desmatamento do Bioma a que se refere o projeto, a administração pública direta e indireta deverá apresentar as principais diretrizes e ações previstas em seus projetos para sua apreciação antes de serem enviados ao BNDES, de modo a permitir o alinhamento e a articulação entre as políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal.

Parcerias

Projeto deve explicitar parcerias e a proposta de arranjo institucional estabelecida, destacando a articulação entre os diversos atores e a estrutura de governança colaborativa.

Intervalo entre contratação e apresentação de novo projeto

Um proponente de projeto que não seja da administração pública direta ou indireta, que já tenha um contrato assinado com Fundo Amazônia para apoio a projeto na modalidade de Projeto Estruturante (2.1), só poderá protocolar novo projeto nesta mesma modalidade após um intervalo mínimo de 12 (doze) meses contados da data da contratação do projeto anterior.

Critério adicional do biênio: condicionantes do apoio aos estados

O apoio a novos projetos apresentados por governos estaduais estará condicionado a:

- a. que o estado interessado esteja em processo de implementação do CAR em seu território, com metas mensuráveis e ações voltadas à realização da análise do CAR, eliminação de cadastros sobrepostos com territórios legalmente protegido e monitoramento, notificação e responsabilização administrativa nos casos de desmatamento ilegal em imóveis cadastrados no SICAR;
- b. em caso de estados com processo de implementação e consolidação do CAR ainda incipiente, o apoio do Fundo Amazônia deverá ser destinado, prioritariamente, a projetos de implementação e consolidação do CAR no estado;
- c. que o estado interessado esteja integrado ou em processo de integração de dados de fiscalização ambiental e de supressão da vegetação nativa e manejo florestal ao Sistema Nacional de Controle da Origem e dos Produtos Florestais – SINAFLO (ou outro sistema indicado pelo Governo Federal) e de dados de embargos de uso do solo (inclusive remotos) e outras sanções administrativas ao sistema federal de áreas embargadas.

O que pode ser financiado (itens apoiáveis)

O Fundo Amazônia pode apoiar os seguintes tipos de despesas de investimento e de custeio:

- a. Obras Cíveis e Instalações;
- b. Máquinas, Equipamentos e outros bens;
- c. Insumos;
- d. Logística;
- e. Recursos Humanos e Bolsas de Pesquisa;
- f. Consultoria e Prestação de Serviços Especializados;
- g. Serviços de Apoio;
- h. Despesas Administrativas;
- i. Apoios Especiais.

O que não pode ser financiado

Substituição de fontes

Não Substituição de Outras Fontes de Financiamento

Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.

Adicionalidade de Recursos

Projetos devem respeitar o princípio da adicionalidade aos orçamentos públicos diretos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação deste critério poderão ser considerados, dentre outros, os seguintes aspectos:

- Orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
- Variação do orçamento da instituição ou órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior);
- Previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPAs).

Pagamentos a agentes públicos

Não poderão ser pagas diárias, salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos no exercício de suas funções públicas - tais como servidores, empregados públicos e outros, exceto pelo pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa e diárias a elas relacionadas.

Dívidas e despesas tributárias não relacionadas ao projeto

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto.

Indenização

O pagamento de indenizações por desapropriação não é apoiado pelo Fundo Amazônia.

O que deve constar no projeto

Contrapartida

O Projeto deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do Fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

Publicidade e transparência

Projeto deve contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela Internet.

Indicadores de resultado

Projeto deve definir e mensurar indicadores de resultado diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

Sustentabilidade

Projeto deve propor estratégias de sustentação dos resultados do projeto pós implementação.

Consentimento prévio de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais

Projeto envolvendo povos indígenas e povos e comunidades tradicionais deve identificar quais comunidades serão envolvidas e comprovar o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas.

Outros pontos observados pelo BNDES

Relevância

Projetos que desenvolvam transparência ativa para segregação de desmatamento legal autorizado e ilegal não autorizado e mecanismos remotos de aplicação de sanções cautelares (embargos remotos de uso de área desmatada ilegal) e responsabilização administrativa com integração de dados com sistema federal (SICAR e sistema de fiscalização do Ibama).

Projetos que desenvolvam e implementem metodologia de monitoramento de longo prazo para a Estratégia Nacional de REDD+.

Escala

Terão prioridade os projetos de sistemas de uso público de monitoramento e controle por bioma, de caráter permanente, que contribuam para o monitoramento em escala nacional e de sistema de controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais, conforme planos de prevenção e controle.

Regra de transição

Os Projetos serão analisados pelo BNDES considerando as regras vigentes à época do seu protocolo.

APOIO A OUTROS PAÍSES TROPICAIS

O que pode ser apoiado

Escopo

Em outros países tropicais, o apoio do Fundo Amazônia será limitado a projetos que contribuam para a criação ou aprimoramento de sistemas governamentais de monitoramento da cobertura florestal e sistemas de controle do desmatamento. Esse apoio deverá ocorrer no âmbito de cooperação Sul-Sul com transferência de tecnologia de instituições públicas brasileiras para outros países tropicais.

Entende-se por sistemas de monitoramento da cobertura florestal a aplicação de técnicas que envolvam o processamento (ex.: georreferenciamento, realces e classificação) de imagens da superfície terrestre (satelitais ou aerotransportadas) para fins de mapeamento da cobertura e uso do solo, do desmatamento, da degradação florestal e da recuperação florestal (regeneração e reflorestamentos), com o uso da informação produzida (ex.: elaboração de mapas, análises espaciais e estatísticas) para o subsídio à gestão florestal.

Entende-se por sistemas de controle do desmatamento a elaboração de estratégias nacionais e planos de ação para a redução do desmatamento e degradação florestal, o desenvolvimento de plataformas de mensuração, reporte e verificação dos dados sobre a cobertura florestal, a organização, gestão e disponibilização de informações sobre o processo de supressão da floresta, como planos de manejo, autorizações, licenças, guias de comercialização e transporte e outros documentos de controle florestal. Inclui-se ainda o apoio à criação e aprimoramento de sistemas de rastreabilidade de produtos florestais (definição de metodologias e procedimentos, desenvolvimento de base de dados e sistemas de gestão da informação).

Contribuição para REDD+

Projetos devem contribuir direta ou indiretamente para implementar o instrumento de REDD+, considerando-se também o desenvolvimento de atividades que contribuam para a mensuração, relato e verificação das emissões e GEE.

Observância às Salvaguardas de REDD+

O Projeto deve demonstrar cumprimento às salvaguardas de REDD+ (Anexo I da Decisão 1/CP.16) - também conhecidas como salvaguardas de Cancun - que objetivam garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas.

Foco temático do biênio julho 2023 - julho 2025

A seguir é definido o foco de atuação do Fundo Amazônia para o biênio julho de 2023 a julho de 2025 e estabelecidos diretrizes e critérios adicionais. Caso não tenha ocorrido a revisão desses focos até julho de 2025, os focos aqui definidos terão vigência até a reunião imediatamente subsequente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia ou até a aprovação dos novos focos.

Sistemas governamentais de monitoramento público e controle do desmatamento em outros países tropicais

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal e sistemas de controle do desmatamento em outros países tropicais, a partir de cooperação Sul-Sul entre o Brasil e países parceiros.

Desenvolvimento de metodologias comuns de REDD+ para países tropicais

Apoio ao desenvolvimento de metodologias de REDD+ comuns entre grupos de países tropicais interessados.

Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) para monitoramento e controle

Apoio ao desenvolvimento, integração, implementação e/ou aprimoramento de sistemas de monitoramento do uso e cobertura da terra e de controle do desmatamento, da degradação florestal, da regeneração e das queimadas.

Apoio a estudos, projeções e simulações relacionados ao uso e cobertura da terra, que tenham como objetivo subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento.

Como pode ser apoiado

Modalidades operacionais

Projeto Estruturante

É aquele que atenda cumulativamente aos critérios a seguir:

- a. contribua para a implementação de uma política pública;
- b. apresente estratégia de resolução em relação à situação problema;
- c. demonstre potencial de impactos positivos duradouros e significativos;
- d. tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva as suas ações no território).

No que diz respeito ao setor público, os projetos estruturantes poderão ser apresentados pela administração pública direta e indireta federal e estadual.

Será considerado atendido o critério “ter escala no território” quando as ações do projeto abrangerem uma área geográfica significativa, seja ela composta por um conjunto de municípios, de assentamentos ou de áreas protegidas, uma região estadual de planejamento, o entorno de grandes obras de infraestrutura etc. A definição da escala territorial deve ser balizada de acordo com as características do projeto e as respectivas políticas públicas.

O apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na modalidade Projeto Estruturante deverá ter por objetivo subsidiar a formulação ou implementação de políticas públicas.

Valores dos projetos

O valor do apoio do Fundo Amazônia para cada projeto contratado será de, no mínimo, US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares). O valor máximo para cada projeto, ao ser protocolado, não deverá ultrapassar US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares). Destaque-se que essa limitação de valor máximo não se aplica ao valor total de projetos nas modalidades de Chamada Pública Fundo Amazônia e Chamada Pública por Parceiros Aglutinadores (2.1).

Quem pode apresentar propostas

Proponentes

Projeto deve ser apresentado pelo governo central do país beneficiário, por instituições multilaterais, ou ainda, por entidades da administração pública federal brasileira, devendo contar com a anuência formal, nos dois últimos casos, do governo central do país que se beneficiará com as ações a serem desenvolvidas pelo projeto.

Cooperação Sul-Sul

Projeto deve explicitar a cooperação com entidade governamental brasileira e sua estrutura de governança.

O que pode ser financiado (itens apoiáveis)

O Fundo Amazônia pode apoiar os seguintes tipos de despesas de investimento e de custeio:

- a. Obras Cíveis e Instalações;
- b. Máquinas, Equipamentos e outros bens;
- c. Logística;
- d. Recursos Humanos e Bolsa de Pesquisa;
- e. Consultoria e Prestação de Serviços Especializados;
- f. Serviços de Apoio;
- g. Despesas Administrativas;
- h. Apoios Especiais.

O que não pode ser financiado

Substituição de fontes

Não substituição de outras fontes de financiamento

Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.

Pagamentos a agentes públicos estrangeiros

Não poderão ser pagos salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos do exterior no exercício de suas funções públicas - tais como servidores, empregados públicos e outros, exceto pelo pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa e diárias.

Pagamentos a agentes públicos brasileiros

Não poderão ser pagas diárias, salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos no exercício de suas funções públicas - tais como servidores, empregados públicos e outros, exceto pelo pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa e diárias a elas relacionadas.

Dívidas e despesas tributárias não relacionadas ao projeto

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto.

Indenização

O pagamento de indenizações por desapropriação não é apoiado pelo Fundo Amazônia.

O que é obrigatório

Contrapartida

Projeto deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do Fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

Publicidade e transparência

Projeto deve contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela Internet.

Indicadores de resultado

Projeto deve definir e mensurar indicadores de resultado diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

Sustentabilidade

Projeto deve propor estratégias de sustentação dos resultados do projeto pós implementação.

Consentimento prévio de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais

Projeto envolvendo povos indígenas e povos e comunidades tradicionais deve identificar quais comunidades serão envolvidas e comprovar o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas.

Outros pontos observados pelo BNDES

Relevância

Países com maior cobertura florestal e que possuam uma Estratégia Nacional de REDD+.

Etapa prévia

Previamente à apresentação ao BNDES, os projetos de cooperação internacional deverão ser avaliados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a prioridade e pertinência do apoio, consultado o Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima. Ainda previamente à apresentação, os projetos precisam ter aval da entidade brasileira que integra a cooperação.

Regra de transição

Os Projetos serão analisados pelo BNDES considerando as regras vigentes à época do seu protocolo.



ANEXO 3 – CANCELAMENTOS, ALTERAÇÕES DE VALORES E SUPLEMENTAÇÕES

Projetos cancelados

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Ano de cancelamento
S.O.S Cumaru do Norte	Município de Cumaru do Norte (PA)	755.299,70	2012
Anapu Rumo ao Selo Verde	Município de Anapu (PA)	431.940,00	2014
Porto de Moz Sustentável	Município de Porto de Moz (PA)	337.206,46	2014
Bombeiros RR	Estado de Roraima	12.800.000,00	2016
Maranhão Sustentável	Estado do Maranhão	20.036.000,00	2016
Negócios Agroflorestais	Fundação Jari	2.838.549,00	2017
Renda Florestal	Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Vale)	35.000.000,00	2017
Frutos da Floresta	União Brasileira de Educação e Ensino (Ubee)	4.053.734,00	2018
Gestão Florestal e Dinamização de Cadeias Produtivas	Estado do Amapá	40.304.200,00	2018
Seind – Gestão Ambiental Sustentável de Terras Indígenas	Estado do Amazonas	16.465.000,00	2018
Sepror Agroecológica	Estado do Amazonas	14.900.000,00	2018
Companhia de Operações Ambientais	União Federal – Ministério da Justiça	30.631.480,00	2020
Total		178.553.409,16	

Fonte: Elaboração própria.



Projetos cujos valores foram alterados em anos anteriores

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da alteração (R\$)*
Acre: Incêndios Florestais Zero	Estado do Acre	13.280.709,56	13.280.700,00	9,56
Amazônia Agroecológica	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	16.611.508,35	17.547.560,00	(936.051,65)
Amazônia Indígena Sustentável	Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	7.352.757,03	8.188.872,44	(836.115,41)
Amazônia SAR	União Federal – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)	47.958.727,94	63.923.626,00	(15.964.898,06)
APL Babaçu	Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema)	4.897.085,37	5.286.300,00	(389.214,63)
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	19.949.058,91	20.000.000,00	(50.941,09)
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)	23.408.189,40	24.939.200,37	(1.531.010,97)
Bolsa Floresta	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	19.107.547,89	19.169.087,00	(61.539,11)
Bolsa Floresta+	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	31.298.300,48	31.518.490,00	(220.189,52)
Bombeiros Florestais de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso	12.518.230,09	12.625.000,00	(106.769,91)
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros	Associação SOS Amazônia	9.938.777,00	9.993.000,00	(54.223,00)
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre)	3.091.111,21	3.106.064,00	(14.952,79)
Calha Norte Sustentável	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	3.310.210,47	3.312.877,00	(2.666,53)
Capacitar para Conservar	Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)	1.404.360,57	1.452.000,00	(47.639,43)
CAR Acre	Estado do Acre	15.411.173,28	16.838.000,00	(1.426.826,72)
CAR Amazonas	Estado do Amazonas	12.148.072,01	29.867.722,00	(17.719.649,99)
CAR Bahia	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema) – Estado da Bahia e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema)	29.298.701,78	31.671.000,00	(2.372.298,22)
CAR Ceará	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace)	18.824.169,83	24.583.420,70	(5.759.250,87)
CAR Espírito Santo	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf)	317.152,13	13.889.440,00	(13.572.287,87)

(Continua)

(Continuação)

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da alteração (R\$)*
CAR Mato Grosso do Sul	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul)	4.575.359,30	8.789.800,00	(4.214.440,70)
CAR Paraná	Estado do Paraná	1.084.473,01	14.110.253,86	(13.025.780,85)
CAR Roraima	Estado de Roraima	1.414.308,37	10.820.500,00	(9.406.191,63)
CAR: Tocantins Legal	Estado do Tocantins	24.400.219,00	40.504.400,00	(16.104.181,00)
Cidades Florestais	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam)	11.973.174,92	12.092.485,00	(119.310,08)
Compostos Bioativos da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	1.352.368,48	1.352.336,00	32,48
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	11.858.546,84	11.934.540,00	(75.993,16)
Floresta para Sempre	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	8.004.487,80	14.293.105,00	(6.288.617,20)
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	4.981.614,66	5.081.763,00	(100.148,34)
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	15.487.682,61	15.750.406,00	(262.723,39)
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia	Fundação Banco do Brasil (FBB)	14.503.820,43	15.000.000,00	(496.179,57)
Fundo Dema	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	6.601.699,07	9.347.384,00	(2.745.684,93)
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	7.584.410,51	16.900.000,00	(9.315.589,49)
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu	Instituto Socioambiental (ISA)	11.685.843,13	11.712.000,00	(26.156,87)
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	11.042.796,11	11.448.505,00	(405.708,89)
Ilhas de Belém	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	1.060.245,19	1.138.083,93	(77.838,74)
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2.660.567,23	2.704.084,90	(43.517,67)
Inventário Florestal Nacional – Amazônia	União Federal – Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	38.149.718,18	65.000.555,12	(26.850.836,94)
IREHI – Cuidando dos Territórios	Operação Amazônia Nativa (Opan)	8.144.618,70	8.160.140,00	(15.521,30)
Jacundá, Município de Economia Verde	Município de Jacundá (PA)	193.906,10	792.200,00	(598.293,90)
Mato Grosso Sustentável	Estado de Mato Grosso	32.925.406,46	35.015.970,00	(2.090.563,54)

(Continua)

(Continuação)

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da alteração (R\$)*
Nascentes do Buriti	Município de Carlinda (MT)	1.875.500,94	1.870.581,50	4.919,44
Olhos d'Água da Amazônia – Fase 2	Município de Alta Floresta (MT)	7.146.563,54	7.182.970,00	(36.406,46)
Pacto da Floresta	Pacto das Águas – Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	8.607.999,88	8.700.000,00	(92.000,12)
Pequenos Projetos Eossociais (PPP-Ecos) na Amazônia	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	12.814.691,38	12.843.876,04	(29.184,66)
Preservar Porto dos Gaúchos	Município de Porto dos Gaúchos (MT)	120.655,00	133.890,00	(13.235,00)
Prevfogo – Fortalecimento do Sistema de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	14.600.323,63	14.717.270,00	(116.946,37)
Programa Municípios Verdes	Estado do Pará	45.591.647,24	82.378.560,00	(36.786.912,76)
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado	Estado de Rondônia – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam-RO)	26.714.756,72	32.659.602,00	(5.944.845,28)
Projeto de Fiscalização Ambiental e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (Profisc 1 – B)	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	140.262.587,72	140.264.000,00	(1.412,28)
Proteção Florestal Tocantins	Estado do Tocantins	4.958.910,00	5.000.000,00	(41.090,00)
Quintais Amazônicos	Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	8.837.852,29	9.117.000,00	(279.147,71)
Recupera Marcelândia	Município de Marcelândia (MT)	551.556,98	669.126,00	(117.569,02)
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas	Estado do Amazonas	17.575.286,19	20.000.000,00	(2.424.713,81)
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu	Município de Cotriguaçu (MT)	1.567.845,25	1.981.511,00	(413.665,75)
Sementes do Portal	Instituto Ouro Verde (IOV)	5.397.778,87	5.433.450,00	(35.671,13)
Sentinelas da Floresta	Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)	5.175.522,50	5.288.817,00	(113.294,50)
Tapajós Sustentável	Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	18.016.620,88	23.679.628,00	(5.663.007,12)
Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai)	9.059.718,63	9.075.000,00	(15.281,37)
Valorização do Ativo Ambiental Florestal	Estado do Acre	52.930.867,68	60.000.000,00	(7.069.132,32)
Total		891.617.794,72	1.104.136.152,86	(212.518.358,14)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: * Os projetos Compostos Bioativos da Amazônia, Nascentes do Buriti e Acre: Incêndios Florestais Zero tiveram um aumento de valor, pois previam atualização monetária da quantia da colaboração financeira do Fundo Amazônia.

Projetos com suplementação

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da suplementação (R\$)	Ano de aprovação da suplementação
Concretizar	Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca	6.422.748,00	4.751.520,00	1.671.228,00	2015
Conhecer para Conservar	Museu da Amazônia (Musa)	9.984.629,00	8.454.421,00	1.530.208,00	2015
Total		16.407.377,00	13.205.941,00	3.201.436,00	

Fonte: Elaboração própria.



ANEXO 4 – MODELO DE QUADRO DE RESULTADOS PARA PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA

Objetivos (efeitos diretos)	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas	1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica
Componente “produção sustentável”				
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Imóveis rurais com projetos de produção sustentável implantados (nº de imóveis)	Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas, ampliadas ou reformadas (nº de unidades de beneficiamento)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – total (nº de pessoas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)
	Imóveis rurais beneficiados com assistência técnica (nº de imóveis)	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – mulheres (nº de mulheres)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)
	Unidades demonstrativas implantadas – sistemas agroflorestais (SAF)/pecuária sustentável/integração lavoura-pecuária-floresta (nº de unidades demonstrativas)	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/ carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – indígenas (nº de indígenas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)
	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/ casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)	Estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação (nº de estudos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/ galpões implantados (nº de unidades)
	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/ carros/ caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/ carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)
	Estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação (nº de estudos)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas	1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica
Componente "produção sustentável"				
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficina realizados (nº de eventos)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)
	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizadas (nº de eventos)
	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)
	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)
	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)		Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)
	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)			Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)
	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)			

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas	1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica
Componente "produção sustentável"				
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)	Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos beneficiados e serviços (R\$ mil)	Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)
	Área de floresta diretamente manejada (hectares)	Área de floresta diretamente manejada (hectares)	Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)
	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – indígenas (nº de indígenas)	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)
			Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente "monitoramento e controle"		
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – total (nº de indivíduos)	Imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo (nº de imóveis)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – mulheres (nº de mulheres)	Área de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo (hectares)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – servidores públicos (nº de servidores)	Equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)	Imóveis rurais com cadastro analisado (nº de imóveis)
	Equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)	Área de imóveis rurais com cadastro analisado (hectares)
	Equipamentos adquiridos para combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas – aeronave/caminhonete/embarcação/tanque-reboque/caminhão autotank florestal (nº de equipamentos)	Projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) elaborados (nº projetos)
	Veículos alugados para ações de fiscalização ambiental (nº de veículos)	Área de imóveis com projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) elaborados (hectares)
	Horas de voo executadas em ações de fiscalização ambiental (nº de horas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)
	Missões de fiscalização ambiental executadas (nº de missões)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)
	Capacitação em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis – total (nº de pessoas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)
	Capacitação em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis – mulheres (nº de mulheres)	Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental – seminários/oficinas (nº de eventos)
	Sistemas eletrônicos implantados, aprimorados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de sistemas)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (nº de publicações)
	Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental – seminários/oficinas (nº de eventos)	Infraestrutura para recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (nº de publicações)	
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de monitoramento e controle (hectares)	
	Órgãos ambientais fortalecidos (nº de órgãos)	

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente “monitoramento e controle”		
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo – servidores públicos (nº de servidores)	
	Capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo – servidores públicos (nº de servidores mulheres)	
	Capacitação em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo – total (nº de indivíduos)	
	Capacitação em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo – mulheres (nº de mulheres)	
	Operações de combate a incêndios florestais ou queimadas não autorizadas realizadas pelo corpo de bombeiros militar em parceria com órgãos federais (nº de operações conjuntas)	
	Operações de combate a incêndios florestais ou queimadas não autorizadas realizadas pelo corpo de bombeiros militar em parceria com outros corpos de bombeiros militares (nº de operações conjuntas)	
	Ações de apoio pelo corpo de bombeiros militar à fiscalização ambiental realizadas por outros órgãos estaduais e federais competentes (nº de ações de apoio)	

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente "monitoramento e controle"		
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Área monitorada na Amazônia Legal (hectares)	Imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular (nº de imóveis)
	Área monitorada no Brasil fora da Amazônia Legal (hectares)	Área de imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular (hectares)
	Área monitorada em outros países tropicais (hectares)	Projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) aprovados pelo órgão ambiental (nº de projetos)
	Autos de infração lavrados por infrações contra a flora (nº de autos)	Área de imóveis com projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) aprovados pelo órgão ambiental (hectares)
	Multas aplicadas por infrações contra a flora (R\$ mil)	Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores)	
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de combate ao fogo para a formação de brigadas civis aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	
	Mulheres capacitadas em técnicas de combate ao fogo para a formação de brigadas civis aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente “monitoramento e controle”		
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Focos de calor – primeira medição é a média do número de focos de calor nos cinco anos anteriores à implementação das ações do projeto (nº de focos de calor)	
	Focos de calor verificados pelo corpo de bombeiros mediante ida a campo (nº de focos de calor)	
	Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelo corpo de bombeiros (nº de incêndios)	
	Indivíduos capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores)	
	Indivíduos capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores mulheres)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de mulheres)	
	Acessos a sistemas eletrônicos implantados ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de acessos)	
Organizações utilizando sistemas eletrônicos implantados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de organizações)		

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas
Componente "ordenamento territorial"				
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Estudos para a identificação de áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação (UC) ou reconhecimento de terras indígenas (TI) realizados (nº de estudos)	Planos de gestão territorial elaborados ou revisados (nº de planos)	Imóveis rurais com georreferenciamento realizado para fins de regularização fundiária (nº de imóveis)	Estudos de planejamento e/ou diagnóstico e/ou prognóstico para a realização do ZEE (nº de estudos)
	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/ caminhões/ tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/ caminhões/ tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/ caminhões/ tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)
	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/ oficinas realizados (nº de eventos)	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/ oficinas realizados (nº de eventos)	Banco de Dados Geográficos (BDG) estruturado e alimentado com as geoinformações utilizadas para elaboração do ZEE (nº de banco de dados)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/ caminhões/ tratores e motocicletas (nº de equipamentos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)	Missões de vigilância territorial executadas (nº de missões)	Documentos digitalizados para gestão fundiária (nº de documentos)	Eventos públicos de discussão e validação do ZEE realizados (nº de eventos)
	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – total (nº de indivíduos)	Área de imóveis rurais com georreferenciamento realizado para fins de regularização fundiária (hectares)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)
	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – mulheres (nº de mulheres)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)	
	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – indígenas (nº de indígenas)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)	

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico- econômico (ZEE) ampliadas
Componente "ordenamento territorial"				
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?		Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – servidores públicos (nº de servidores)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)	
		Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)		
		Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agrofloretais (SAF) (hectares)		
		Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)		
		Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)		
		Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)		
		Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)		
		Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)		
		Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/ chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)		

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas
Componente "ordenamento territorial"				
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Área de UCs da natureza criadas (hectares)	UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (nº de UCs)	Imóveis rurais com situação fundiária regularizada (nº de imóveis)	Área de terras com organização do território definida por meio do ZEE (hectares)
	Área de TIs reconhecidas (hectares)	Área de UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (hectares)	Área de imóveis rurais com situação fundiária regularizada (hectares)	
		TIs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (nº de TIs)		
		Área de TIs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (hectares)		
		Indivíduos capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)		
		Mulheres capacitadas para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos (nº de mulheres)		
		Indígenas capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos (nº de indígenas)		
		Servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de servidores)		
		Servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de servidores mulheres)		
		Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)		
		Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)		
		Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)		

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados	4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados
Componente "ciência, inovação e instrumentos econômicos"		
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Pesquisas realizadas (nº de pesquisas)	Plataformas de finanças solidárias estruturadas para apoiar projetos das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade (nº de plataformas)
	Laboratórios construídos ou reformados (nº de laboratórios)	Valor pago por serviços ambientais (R\$ mil)
	Área de laboratórios construídos ou reformados (m²)	Subvenção concedida a extrativistas e pequenos produtores rurais para a promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade (R\$ mil)
	Equipamentos de transporte adquiridos para ciência e inovação – embarcações/carros/ caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)	Valor pago por programas de compras públicas (R\$ mil)
	Sistemas eletrônicos desenvolvidos e/ou aprimorados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de sistemas)	Imóveis rurais beneficiados com pagamento por serviços ambientais (nº de imóveis)
	Eventos integradores para ciência e inovação – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Equipamentos de transporte adquiridos para implementação de instrumentos econômicos – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de monitoramento e controle (hectares)	Eventos integradores para implementação de instrumentos econômicos – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para implementação de instrumentos econômicos (nº de publicações)
	Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica para a execução do projeto – total (nº de indivíduos)	Mapeamento de oportunidades de negócios de impactos socioambientais realizado (nº de mapeamentos)
	Mulheres pesquisadoras e técnicas envolvidas nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica para a execução do projeto (nº de mulheres)	

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados	4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados
Componente "ciência, inovação e instrumentos econômicos"		
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Publicações científicas produzidas (nº de publicações)	Operações de finanças solidárias realizadas (capital de giro, prestação de aval etc.) para fomentar atividades produtivas sustentáveis (nº de operações)
	Novos produtos ou tecnologias desenvolvidos (nº de produtos)	Valor do apoio realizado (capital de giro, prestação de aval etc.) por meio de instrumentos de plataforma de finanças solidárias (R\$ mil)
	Patentes depositadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (nº de patentes)	Inadimplemento financeiro resultante de operações de finanças solidárias (capital de giro, prestação de aval etc.) para fomentar atividades produtivas sustentáveis (R\$ mil)
	Informações geoespecializadas de uso e cobertura da terra geradas por tecnologias desenvolvidas ou aprimoradas – alertas/mapas/laudos (nº de informações)	Área de cobertura florestal beneficiada com pagamento por serviços ambientais (hectares)
		Organizações produtivas que venderam produtos no âmbito de programas de compras públicas (nº de organizações)
		Indivíduos que venderam produtos no âmbito de programas de compras públicas (nº de indivíduos)
		Organizações produtivas beneficiadas por subvenções para promoção de produtos da sociobiodiversidade (nº de organizações)
		Indivíduos beneficiados por subvenções para promoção de produtos da sociobiodiversidade (nº de indivíduos)
		Valor aportado por fundo de investimento em negócios de impacto socioambiental com coinvestimento do Fundo Amazônia
		Faturamento anual com atividades econômicas de uso sustentável de organizações comunitárias – produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)
		Faturamento anual com atividades econômicas de uso sustentável de organizações comunitárias – produtos beneficiados e serviços (R\$ mil)

Fonte: Elaboração própria.



ÍNDICE REMISSIVO DE PROJETOS

Acre: Incêndios Florestais Zero.....	104
Agroecologia em Rede.....	106
Alimenta Saber.....	127
Alto Juruá.....	102
Amazônia – Regularização Ambiental.....	100
Amazônia Agroecológica.....	106
Amazônia Indígena Sustentável.....	102
Amazônia Protegida.....	116
Amazônia SAR.....	106
Amazônia Saudável no Prato.....	141
Amazônia Socioambiental.....	106
APL Babaçu.....	102
Arapaima: Redes Produtivas.....	102
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2.....	104
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia.....	101
Babaçu Livre.....	106
Bem Viver Sustentável.....	101
Biodiversidade.....	103
Bolsa Floresta.....	104
Bolsa Floresta+.....	76
Bombeiros Florestais de Mato Grosso.....	103
Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso.....	100
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros.....	101
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre.....	103
Calha Norte Sustentável.....	100
Caminhos de Sabores e Saberes.....	135
Caminhos Verdes.....	130
Capacitar para Conservar.....	102
CAR Acre.....	100
CAR Amazonas.....	106
CAR Bahia.....	79
CAR Ceará.....	106
CAR Espírito Santo.....	81
CAR Mato Grosso do Sul.....	101
CAR Paraná.....	101

CAR Roraima	101
CAR: Tocantins Legal.....	106
Cidades Florestais	83
Compostos Bioativos da Amazônia	103
Concretizar	102
Conhecer para Conservar.....	102
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas.....	100
Cuidar para Preservar: Saúde Integrada e Conservação na Amazônia	132
Dabucury: Compartilhando Experiências e Fortalecendo a Gestão Etnoambiental nas Terras Indígenas da Amazônia	106
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável.....	104
Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre	100
FGV Projetando o Futuro.....	110
Floresta Ativa Tapajós.....	106
Floresta de Babaçu em Pé	106
Floresta para o Bem-estar.....	106
Floresta para Sempre	87
Florestas Comunitárias	101
Florestas de Mangue.....	103
Florestas de Valor – Novos Modelos de Negócio para a Amazônia	106
Florestas e Comunidades: Amazônia Viva.....	133
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	101
Fortalecimento da Fiscalização Ambiental para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia (FortFisc).....	119
Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia	101
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	102
Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia	103
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia.....	90
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia (Fase 2)	106
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia (Fase 3)	106
Fundo Dema.....	102
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas	106
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu.....	101
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará	104
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas.....	100
Gestão Territorial Opirj	106
Ilhas de Belém.....	104
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	104

Inventário Florestal Nacional – Amazônia	106
IREHI – Cuidando dos Territórios.....	101
Jacundá – Município de Economia Verde.....	103
Juruá: Sustentável e Solidário	117
Legado Integrado da Região Amazônica (Lira)	106
Mais Sustentabilidade no Campo	107
Mamirauá	101
Manejo Integrado do Fogo.....	140
MapBiomass.....	107
Mato Grosso 2025.....	115
Mato Grosso Sustentável	107
Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros	93
Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia.....	107
Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional	100
Nascentes do Buriti	102
Néctar da Amazônia	101
Nova Cartografia Social na Amazônia	104
Olhos d’Água da Amazônia	104
Olhos d’Água da Amazônia – Fase 2	103
Pacto da Floresta.....	100
Pará Amazônia 2025.....	112
Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas.....	102
Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos) na Amazônia	102
Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos) na Amazônia – Fase 2	107
Pesca Sustentável.....	103
Pirão no Prato	134
Plano Amas – Amazônia: Segurança e Soberania	107
Plantar Rondônia	100
Preservar Porto dos Gaúchos.....	104
Prevfogo – Fortalecimento do Sistema de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	101
ProAmazon – Projeto de Combate a Incêndios e Desmatamento no Amazonas.....	107
Produção Sustentável em Comunidades Atingidas da Amazônia	113
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental	102
Programa Municípios Verdes	100
Projeto Bombeiro Militar Florestal Tocantins.....	142
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado	107
Projeto de Fiscalização Ambiental e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (Profisc 1 – B).....	100

Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas no Amapá.....	107
Projeto Integrado da Amazônia.....	107
Projeto Terra Nutre.....	138
Prospera na Floresta.....	128
Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia.....	102
Proteção Florestal Tocantins.....	103
Quintais Amazônicos.....	103
Quintais Amazônicos 2.....	139
Recupera Marcelândia.....	103
Rede de Manejo da Sociobiodiversidade (Remanso).....	122
Redes de Vidas nos Babaçuais.....	123
Redes Indígenas da Amazônia.....	107
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas.....	103
Restaura Amazônia MR1.....	107
Restaura Amazônia MR2.....	107
Restaura Amazônia MR3.....	107
Rondônia Mais Verde.....	102
Rondônia Mais Verde – Fase 2.....	107
Roraima Verde.....	118
Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Acre.....	107
Sanear Amazônia.....	121
Semas Pará.....	103
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu.....	102
Sementes do Portal.....	104
Sementes do Portal – Fase 2.....	101
Sentinelas da Floresta.....	103
Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu.....	103
Tapajós Sustentável.....	96
Terra a Limpo.....	107
Território, Cultura e Autonomia Kayapó.....	107
Território e Saúde: Olhares e Estratégias Guarani e Timbira.....	125
União com Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais.....	136
Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento.....	102
Valorização do Ativo Ambiental Florestal.....	101
Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas.....	101
Virada Verde.....	104

FICHA TÉCNICA

(composição dos cargos em 31 de dezembro de 2025)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Marina Silva

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Geraldo Alckmin

BNDES

PRESIDENTE

Aloizio Mercadante

DIRETORA DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

Tereza Campello

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

Nabil Moura Kadri

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA

Fernanda Garavini

EDIÇÃO

Gerência de Editoração e Memória do BNDES

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Flávia Castellan

COORDENAÇÃO E REDAÇÃO

Gerência de Relações Institucionais
do Fundo Amazônia

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Refinaria Design

COPIDESQUE

Tikinet

FOTOS

Capa (canoas): Carolina Rabha/Acervo BNDES
Capa (demais imagens), contracapa e
p. 15 (projeto Floresta Ativa Tapajós):
Marcelo Curia/Acervo BNDES
Demais imagens: Getty Images

IMPRESSÃO

Gráfica Trena

Fundo Amazônia.
O Brasil cuida.
O mundo apoia.
Todos ganham.

Editado pelo Departamento de Relacionamento
da Área de Relacionamento, Marketing e Cultura

Junho de 2026

www.bndes.gov.br

